

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
ÁREA DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**JOHNY SANTANA DE ARAÚJO**

**BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES  
DO IMPÉRIO:** A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do  
Paraguai 1865 -1866

Niterói  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO

**BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES  
DO IMPÉRIO:** A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do  
Paraguai 1865 -1866

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História Social da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para a  
obtenção do Grau de Doutor. Área de  
Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. NORBERTO OSVALDO FERRERAS

Niterói  
2009

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

A663 Araújo, Johny Santana de.  
BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS  
BRAVOS BATALHÕES DO IMPÉRIO: a propaganda nos jornais  
piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai (1865-1866) /  
Johny Santana de Araújo. – 2009.  
301 f. ; il.  
Orientador: Norberto Osvaldo Ferreras.  
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.  
Bibliografia: f. 265-301.  
1. Guerra do Paraguai, 1864-1870. 2. Exército. 3. Guarda Nacional.  
4. Propaganda. 5. Imprensa. I. Ferreras, Norberto Osvaldo. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia. III. Título.

CDD 981.0434

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO

**BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES  
DO IMPÉRIO:** A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do  
Paraguai 1865 -1866

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação  
em História Social da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para a  
obtenção do Grau de Doutor. Área de  
Concentração: História Social.

Aprovada em julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. NORBERTO OSVALDO FERRERAS - Orientador  
UFF

---

Prof. Dr. THÉO LOMBARINHAS PIÑEIRO  
UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA  
UFF

---

Prof. Dr. VITOR IZECKSOHN  
UFRJ

---

Prof. Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO  
UFRJ

Niterói  
2009

A minha muito amada esposa Mary.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por tudo.

A minha Mãe, uma grande mulher por acreditar sempre em mim e estar sempre em meu coração. A ela dedico extrema ternura, amor, carinho, admiração e gratidão.

A minha Mary que compõe comigo uma sinfonia repleta de amor fazendo parte da minha vida de maneira singular, sendo sempre fonte de grande inspiração.

A minha irmã Sonia e a Ivaldo Luna Freire um grande homem.

Ao Prof. Dr. Norberto Ferreras, por crer que podíamos viajar aos distantes rincões do sertão do Piauí no século XIX.

A todos os colegas do Doutorado que me acompanharam por essa magnífica jornada em especial a Francisco, Bernardo, Junia e Antonio Melo.

A Todos os Professores do Doutorado, muitos dos quais sempre foram verdadeiras legendas.

A meus amigos da UFPI, Ana Paula, e José Lins, irmãos que estavam em Minas Gerais e Pernambuco.

Aos funcionários do Arquivo Publico do Estado do Piauí, IHGB, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Arquivo do Exército.

Aos meus alunos da UFPI pela paciência e por compreenderem o significado dessa pesquisa para mim.

### EPÍGRAFE

“Com effeito é preciso vencer o Paraguay, e vencer já, para que a victoria por tardia não seja desastrosa como a derrota; para que a victoria por tardia não seja attribuída ao tempo e aos recursos do império em vez de divida ao patriotismo e ao gênio da nação brasileira.”

José Thomaz Nabuco de Araújo – Ministério dos Negócios da Justiça – 10 de agosto de 1865



## RESUMO

Estudo sobre a campanha, a propaganda e a mobilização deflagrada na Província do Piauí durante os anos de 1865 - 1868 para a Guerra contra a República do Paraguai. Nesse estudo, privilegiamos a participação da Província do Piauí no conflito entre os anos de 1865 e 1870. Buscou-se mostrar nesse trabalho como a imprensa piauiense travou uma intensa campanha de mobilização para a guerra atuando em estreita colaboração com o governo Imperial e Provincial. Nesse trabalho toma-se ainda como ponto de explicação a construção da idéia de voluntariado para a guerra a partir dos jornais, para tanto buscou-se dar relevo ao caso da voluntária Jovita Alves Feitosa, que tendo sido vinculada pelos jornais da província do Piauí e os da Corte tornou-se uma espécie de ícone da propaganda de alistamento para a guerra, o que nos possibilitou avaliar a importância da imprensa na construção de um discurso de propaganda afim de fortalecer o alistamento militar que para os objetivos do Governo Imperial era de fundamental importância na constituição de um Exército para fazer frente a ameaça paraguaia. É avaliado também de que forma foi construído o próprio voluntariado na Província bem como se deu as diferentes formas de arregimentação de homens para o conflito. Nesse ínterim procura-se entender o processo de recrutamento para o Exército dos considerados pobres a margem do processo produtivo, dos guardas nacionais designados que compunham uma força produtiva relativamente importante do interior da Província, e de como sofreram como vítimas perseguição política ao tempo em que elaboraram estratégias de resistência para fugirem a convocação, além de ser analisado como se deu a desapropriação dos escravos das fazendas nacionais no ano de 1866 para o serviço da guerra. O trabalho leva ainda em consideração a questão do retorno dos ex-combatentes e sob que situações tentaram se restabelecer a partir das promessas do decreto 3.371 dos Voluntários da Pátria na província do Piauí nos anos pos 1870, tomando como ponto de principal o projeto das Colônias Militares Agrícolas .

Palavras Chave: Guerra do Paraguai. Exército Imperial. Guarda Nacional. Voluntários da Pátria. Propaganda de Guerra na Imprensa.

## ABSTRACT

Study about the campaign, divulgation and mobilization triggered in the Province of Piauí during the years 1865 - 1868 for the war against the Republic of Paraguay. We tried to show in this work as the Piauíense press blocked an intense mobilization campaign to war working in close collaboration with the Imperial and Provincial government. This work takes as a point of explanation to build the idea of would be volunteering for the war from the newspapers, for such it was given emphasis to the case of Jovita Feitosa volunteering, who has been bound by the newspapers of province of Piauí and the Court has become an icon of enlistment marketing for war, which allowed us to assess the importance of the press in the building of a speech in order to strengthen the military draft that to the objectives of the Imperial Government was of fundamental importance is in to Brazilian Military Army to confront the Paraguayan Army. It is also evaluated how it was built the priority volunteering in Province and took different forms of regimentation of the men to the conflict. Besides seeks to understand the recruitment process for the Army the poor considered the scope of the production process, the designated national guards that comprised one is "the relatively large production of the Province, and as experienced as victims politically persecuted at the time they elaborated resistance strategies to run away from convocation. Other aspect analyzed is the way that slaves from the farms in the year of 1866 must join Army. It also consider the question of ex-combatants and under what lies to restore from the promises of the 3.371 decree of Patria Volunteers in Province of Piauí in 1870's, taking as a main aspect the project of Military Agricola Colonies.

Keywords: war of Paraguay. Imperial Army. National Guard. Patria Voluntaries. Industry. Marketing for War in the News

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Tab. 1 Relação do número de G. N. que cada comando superior deveria fornecer, f. 189
- Tab. 2 Organização dos cinco distritos militares na Província do Piauí, f. 201
- Fig. 1 Mapa do Piauí com indicação das Fazendas Nacionais, f. 216
- Tab. 3 Quadro de Pagamento das tropas que retornaram do Paraguai, f. 239

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHEX – Arquivo Histórico do Exército

AN – Arquivo Nacional

APEP – Arquivo Público do Estado do Piauí

BN – Biblioteca Nacional

HMS – Home Majestic Ship (Navio de sua Majestade)

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

NUPEM / UFPI – Núcleo de História e Memória / Universidade Federal do Piauí

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, p. 13

2 A LEGITIMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO POR UM CONFLITO E OS JORNAIS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ ANTES DA GUERRA DO PARAGUAI, p. 24

2.1 A busca por uma supremacia política na bacia do Prata: os antecedentes do conflito, p. 24

2.2 A Tríplice Aliança e o exercício da política por outros meios, p. 36

2.3 A idéia de Nação e a legitimação do Estado pela guerra, p. 45

2.4 Os jornais e o Estado: a comunhão de interesses entre o público e o privado, p. 52

2.5 Um couro inviolável, p. 63

2.6 O Piauí no Império e o público leitor em Teresina, na segunda metade do século XIX, p. 65

3 A PROPAGANDA NOS JORNAIS DO PIAUÍ E A CONVOCAÇÃO PARA A GUERRA DO PARAGUAI (1865 -1866), p. 86

3.1 A divulgação e propaganda da Guerra nos jornais piauienses, p. 86

3.2 A propaganda e a construção da imagem de uma voluntária, p. 102

3.3 A mobilização da sociedade e das camadas pobres para a guerra, p. 115

3.4 O Corpo de Polícia da Província do Piauí, p. 125

3.5 *Hoc signo vinces*: o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 19º Corpo de Voluntários da Pátria, p. 129

3.6 Piauienses ! às armas !: o 2º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 39º Corpo de Voluntários da Pátria, p. 140

4 SERÃO PRESOS E REDUZIDOS À ESCRAVIDÃO, p. 153

4.1 À margem da sociedade, p. 153

4.2 Percalços para a organização de um exército: uma realidade do tempo de guerra, p. 155

4.3 As forças de 1ª linha: o Corpo de guarnição da Província do Piauí vai à guerra, p. 166

4.4 O exército invisível na Província do Piauí, p. 178

4.4.1 A quebra de leis não escritas e a convocação da Guarda Nacional para a guerra, p. 181

4.4.2 O 55º Corpo de Voluntários: os guardas nacionais destacados, p. 188

- 4.5 A questão escravista em uma situação belicista, p. 211
  - 4.5.1 Os escravos da Nação no Piauí e a guerra do Paraguai, p. 215
- 5 UM LUGAR PARA OS QUE VOLTARAM, p. 226
  - 5.1 Dias de festa na Província do Piauí, p. 226
  - 5.2 Miséria do nosso país ! uma outra guerra, p. 235
  - 5.3 Terras nas Colônias Agrícolas Cíveis e Militares, p. 249
- 6 EPÍLOGO, p. 262
- 7 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES, p. 266
- 8 ANEXOS, p. 284

## 1 INTRODUÇÃO

Em um lugar distante, muito longe no tempo repousa um passado de muito sofrimento. Volta e meia deparamos com esse passado, nas escolas, na televisão, nos livros e alguns de nós, pretensos viajantes do tempo, insistimos em revolvê-lo dos monturos da história. Viver no tempo desse passado que um dia trouxeram muita tristeza pode até vir a ser difícil para quem vasculha a sua lembrança, mas para a maioria das pessoas de hoje não significa muita coisa, por mais difícil que tenham sido.

Resta-nos, como ofício de historiador, buscar um caminho, se possível um espaço para vasculhar essas lembranças, o lugar da memória, da memória coletiva de que tanto Le Goff como Halbwachs falam. Procuramos, antes de tudo, mostrar que homens e mulheres, da outrora Província do Piauí, acreditaram em seu país e derramaram sacrifícios em lugares do Paraguai como Passo da Pátria, Tuiuti, Curupaiti, Humaitá, Villeta, Avai, Angostura, Lomas Valentinas, Campo Grande.

Na verdade esses lugares se relacionam com outros no Brasil e na Argentina: Teresina, Oeiras, Parnaíba, Jaicós, Valença, Picos, Piracuruca, São Luís, Rio de Janeiro, Desterro, Corrientes, que como uma ponte se liga às primeiras.

A guerra do Paraguai deslocou homens de seus lares, recriou outros tantos espaços tecendo um amálgama que gerariam novos caminhos ao Brasil. Mas paralelo a essa questão houve o processo de formação de um país. E hoje, entender o Brasil e algumas especificidades regionais passa necessariamente pela compreensão de sua constituição enquanto Nação. O resultado da conflito com o Paraguai acabou gerando questões que redefiniram o papel da sociedade brasileira, inaugurando entre outras coisas o processo de contestação contra a escravidão. Na própria província do Piauí, alguns meses após a chegada do Batalhão, foi fundada uma sociedade emancipadora, pois já era forte a discussão a respeito da abolição da escravatura.

Compreender a guerra e suas especificidades permite-nos estudar questões regionais, como por exemplo, o lugar ocupado por algumas províncias no Império, e em nosso caso o

Piauí. Para tanto, a nossa busca se concentra em torno dos mecanismos de sedução para o serviço militar, além de entender como se estabeleceu um discurso patriótico e quais eram os vetores deste, a priori, centramos nos jornais.

Portanto, esta pesquisa tem o objetivo de investigar a participação da Província do Piauí na Guerra do Paraguai analisando, desde os mecanismos de arregimentação de homens para a guerra do Paraguai no Piauí, através dos jornais e dos discursos propagados em seus noticiários até a organização dos chamados Corpos de voluntários da Pátria na província no período compreendido entre 1865 – 1868.

O jornal *Liga e Progresso*, cujo principal redator era o jornalista David Caldas<sup>1</sup>; era um periódico comprometido com uma entidade denominada Sociedade Para o Progresso, da qual o jornalista Deolindo Moura era fundador.<sup>2</sup> Tanto o *Liga e Progresso* quanto o jornal *A Imprensa*, cujo editor também era o jornalista Deolindo Moura, eram periódicos ligados ao partido Liberal e que naquele contexto pretendiam servir de porta-voz ao governo Provincial e Imperial. A Guerra do Paraguai era tão somente um momento de intensificação desse objetivo.<sup>3</sup>

Conclamações feitas pelo governo no periódico *A Imprensa* eram comuns, sobretudo durante a fase de arregimentação de homens para compor os Corpos

Como brasileiros, como filhos da terra de Sta. Cruz, não devemos por momentos desprezar os reclamos, os brados da mãe comum, o dever que temos de defendê-la e tornarmos-nos dignos filhos dos nossos maiores e dignos irmãos de nossos compatriotas e contemporâneos, que já tão belos exemplos nos dão, outrora, em Montecaseros e Toneleros, nas mesmas republicas que opugnamos, e ultimamente em Paisandú e Montivideo.<sup>4</sup>

A pesquisa procura contemplar também a análise a partir de um jornal de oposição cujo discurso, apesar de afinado com a perspectiva da guerra, não deixava de tecer críticas ao partido liberal, então no poder. Era o jornal *O Piauí*<sup>5</sup> que representava o partido conservador na Província do Piauí. O referido jornal, em 1868, ano de ascensão política do partido conservador, praticamente tomou a frente dos debates políticos e a propaganda da guerra na província.

---

<sup>1</sup> PINHEIRO F<sup>o</sup>, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3ª Ed. Teresina: Zodíaco, 1997, p. 53.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> REGO, Ana Maria Barros Leal. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001, p. 79 - 80

<sup>4</sup> *A Imprensa*, p. 1, número 32, 12/08/1865, Seção de Periódicos, APEPI. Teresina.

<sup>5</sup> BRITO, Anísio. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. [?], 1931, p. 13.



No período de 1865 a 1869, esses jornais <sup>6</sup> reproduziam os discursos das camadas dirigentes e beneficiavam-se dessa proximidade, no que diz respeito aos seus interesses mercantis. Os periódicos consolidaram-se como voz do governo imperial e provincial e, como tal, é possível avaliar a sua importância como aparelho de propagação do discurso do Estado com fins de promover a propaganda de guerra. <sup>7</sup>

A divulgação da guerra e a propaganda para instituir o alistamento foram amplamente disseminadas pelo Governo Provincial; um dos exemplos de propaganda refere-se à construção da imagem de grande patriota de uma Voluntária da Província do Piauí, chamada Jovita Alves Feitosa. Essa imagem foi exaustivamente trabalhada pela mídia da época, estabelecendo um estereótipo ideal de heroína nacional.

Os referidos jornais foram instrumentos de fortalecimento ao governo imperial, sendo vozes de apoio à causa da Guerra do Paraguai no Piauí, insuflando de forma considerável, o voluntariado através da propaganda da guerra. Os editoriais apoiavam a Monarquia e seu representante, o Imperador D. Pedro II, e fortaleceu o regime monárquico em uma província que desde o período colonial foi uma região de relativa importância econômica, por ser produtora de carne e algodão.

Teresina, onde os jornais circularam, era, na segunda metade do século XIX, uma cidade essencialmente administrativa, e sede da Província do Piauí desde 1852, quando foi fundada pelas mãos do Conselheiro José Antonio Saraiva. Tinha uma certa expressividade cultural, com algumas instituições de ensino que eram responsáveis pela formação dos filhos da chamada “boa sociedade”.<sup>8</sup> A cidade era igualmente detentora de uma elite intelectual respeitável.

A capital era, portanto, o centro nervoso do debate dos Partidos Conservador e Liberal,<sup>9</sup> em nível regional, secundada pela cidade de Parnaíba, mas suas principais lideranças políticas atuavam na Corte e de lá enviavam notícias para os jornais *Liga e Progresso*, *A Imprensa* e *O Piauí*. Os periódicos também reproduziam notícias dos principais jornais do Rio de Janeiro, bem como utilizavam o trabalho de correspondentes. Assim conseguiam trazer para a Piauí os noticiários sobre a Corte e a região do Prata.

---

<sup>6</sup> A Imprensa; Liga e Progresso; Amigo do Povo; O Piauí; A Pátria.

<sup>7</sup> Paralelo a união com o regime político, é possível verificar a existência de uma absoluta liberdade de expressão, com certa ausência de censura, face em grande parte a ação pessoal do imperador Pedro II que se recusava a promulgar leis ou decretos que restringissem a liberdade de imprensa.

<sup>8</sup> Sobre as características do conservadorismo do jogo partidário e das noções de boa sociedade Ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de, e GONÇALVES, M. de A. *O império da boa sociedade*, São Paulo: Atual, 1991; NEVES, Lucia M. B. Pereira. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

<sup>9</sup> Sobre a consolidação da ordem imperial e a construção da hegemonia da classe senhorial e a sua relação com a Coroa imperial ver MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema*, São Paulo: HUCITEC, 1987.

Em seus editoriais usavam termos em latim, figuras da mitologia greco-romana e da história universal, o que se pressupõe que se dirigiam a um público culto, mas que acabavam por atingir também um público muito mais amplo, das camadas populares. Logo, é nessa perspectiva que pretendemos analisar a dinâmica da propaganda de guerra, cujo processo acabou atingindo as diferentes camadas da população de Teresina, que se viram insufladas a participar da guerra.

Ao considerar como premissa inicial a importância dos jornais como fontes para a pesquisa histórica significa que tomamos a sua dimensão de produto social e cultural, ou seja, um veículo amplamente reconhecido pela sociedade no século XIX. O jornal seria o espaço para onde convergem e de onde partem expectativas, posições e concepções específicas de um determinado contexto histórico.<sup>10</sup>

A partir desse aspecto é possível entender que, por ser também um espaço privilegiado de fortalecimento de idéias políticas de uma época, pois era pelos jornais que as notícias sobre guerra chegavam a Teresina. Os jornais despertam muito interesse, pois são fontes plenas de significados, uma vez que indicativos de idéias e que, juntamente com os fatos, ajudariam a moldar e a representar o mundo social, além de possibilitar vislumbrar um discurso de identidade tanto regional como nacional. Como assegura René Remond,

[...] os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas [...]. Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político ?<sup>11</sup>

Nas guerras, a produção de discursos exultantes e magníficos, a respeito dos objetivos a atingir e dos frutos da vitória procurada, é uma condição de possibilidade da própria ação das forças envolvidas e justificativa das decisões, sejam elas corretas ou equivocadas. Não é possível separar os agentes e seus atos dos discursos que eles têm de si próprios e dos inimigos.

Os jornais piauienses tornam-se então elementos valiosos para estudos da produção cultural e de suas relações com a política, graças à capacidade que possuem de conduzir o leitor à compreensão das representações comuns na sociedade de então.

A escolha da Guerra do Paraguai como tema para um estudo sobre as representações a respeito do conflito nos jornais da época e sobre a arregimentação de homens para o conflito, deriva do fato de que a análise histórica das formas simbólicas deve ligar-se estreitamente aos

---

<sup>10</sup> SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.p. 6.

<sup>11</sup> REMOND, René, *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ e FGV, 1996, pp. 441 - 443

acontecimentos e processos sociais concretos, processos esses que resultaram na ação concreta de alistamento de homens para comporem as forças que saíram do Piauí com destino à frente de batalha.

Ao iniciar a guerra do Paraguai, governava o Piauí Franklin Américo de Meneses Dória, cujas primeiras providências tratou de tomar em fevereiro de 1865, convocando a população a prestar serviço militar através do voluntariado para engrossar o exército.

A maior parte dos recursos humanos proveio da convocação de homens para os chamados Corpos de Voluntários da Pátria, dos quais cada Província do Império, teve que fornecer uma cota, seja através de voluntários ou guardas nacionais designados.

Em março de 1865 embarcou para o Paraguai o corpo de guarnição do exército estacionado na província, composto de 20 oficiais, 310 praças, 3 médicos e um farmacêutico. A esta força juntaram-se mais 35 homens comandados pelo coronel Manuel Rolemberg de Almeida.<sup>12</sup>

O Corpo de Polícia da província também embarcou para a guerra, em abril daquele ano, sob o comando do tenente Manuel Hilário da Rocha com cerca 80 praças e 3 oficiais.<sup>13</sup>

O primeiro corpo de voluntários organizado oficialmente dentro dos parâmetros do decreto 3.371 embarcou em maio de 1865 com 286 combatentes, juntaram-se mais 67 homens na cidade da Parnaíba, todos sob o comando do major João Fernandes de Moraes, recebendo a denominação de 19º Corpo de Voluntários da Pátria.<sup>14</sup>

O segundo corpo era formado inteiramente por homens da guarda nacional do comando superior da Guarda Nacional de Paranaguá, cujo comandante era o coronel José da Cunha Lustosa. Esse corpo foi originalmente organizado na vila de Santa Filomena e era composto por 234 homens, entre os quais, o próprio José da Cunha Lustosa, 2 filhos seus e 4 sobrinhos, que viajaram 300 km por terra e mais 800 km em balsas pelo rio Parnaíba até atingir Teresina. Recebeu no campo de batalha a denominação de 39º Corpo de Voluntários da Pátria.

O terceiro Corpo, que foi originário do 1º Batalhão de Guardas Nacionais Extraordinários, era uma unidade organizada de acordo com o decreto 3.383 que ordenava a formação de corpos destacados nas províncias, e ao Piauí coube fornecer uma cota de 1.160 homens da Guarda Nacional. Essa unidade recebeu a denominação no Paraguai de 55º Corpo

---

<sup>12</sup> COSTA, Pereira da. *Cronologia*. Teresina: Artanova. Ano ?, p. 310 - 311

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> Ibid.

de Voluntários da Pátria, e tinha como comandante o Tenente Coronel Pacifico da Silva Castelo Branco.

No início de janeiro de 1865 o clima geral de guerra havia se espalhado nas províncias do país e uma intensa propaganda elevou os ânimos da população. A mobilização era o caminho pelo qual se poderia conseguir homens para compor as tropas. Homens oriundos das mais diferentes regiões do império, de diferentes camadas sociais, estes, uma vez no exército, conviveriam por longos cinco anos por força de cumprirem um dever comum, o de derrotar um inimigo do país<sup>15</sup>.

De um modo geral, desde a intervenção no Uruguai já havia um certo despertar de entusiasmo patriótico por parte da população brasileira, que se intensificou ao iniciar a guerra com o Paraguai e após a criação do decreto dos voluntários da pátria. Segundo Doratioto:

Homens se alistaram como os Voluntários da Pátria sem reivindicar seus prêmios em dinheiro e funcionários públicos abriram mão de seus vencimentos para custear a formação desse corpo militar e eram comuns as doações financeiras de particulares ou de movimentos patrióticos.<sup>16</sup>

Salles também acredita que houve, logo após a emissão do decreto, uma onda de voluntariado, principalmente nos meios estudantis e em setores da população urbana.<sup>17</sup>

Izecksohn afirma que a primeira onda de recrutamento que ocorreu de dezembro de 1864 a maio de 1865 conseguiu reunir um contingente suficiente, que juntamente com as tropas de 1ª linha do exército, conseguiu expulsar o exército Paraguaio do Rio Grande do Sul, e concluir a invasão do Uruguai que havia se iniciado desde fins de 1864.<sup>18</sup>

No decorrer dessa fase, o ânimo da população para o voluntariado impressionou muito as autoridades, pois sempre foram acostumadas a lidar com populações extremamente resistentes a qualquer forma de recrutamento militar.

Em 24 de fevereiro de 1865, o presidente Franklin Américo de Meneses Doria, havia então tomado providências enviando solicitações aos comandantes superiores da Guarda Nacional e a pessoas influentes nos municípios pedindo o alistamento de voluntários em todos os batalhões da Guarda Nacional estacionados na capital e no interior.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Ver CARVALHO, Jose Murilo de, *A construção da ordem*, A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1981 e *Teatro das sombras*, A política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

<sup>16</sup> DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. A grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996, p. 47.

<sup>17</sup> SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*. São Paulo: Paz e Terra. 1990, p. 96.

<sup>18</sup> IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 03.

<sup>19</sup> Ofícios do Presidente de Província do Piauí/Ministro da Pasta da Guerra, L. 326. 12 a 15 v., 17/03/1865, Seção de Avulsos, APEPI, Teresina.

Nessas circunstâncias é importante observar que anteriormente à mobilização para o voluntariado, a forma comum de se conseguir homens era por meio do recrutamento forçado, porém com a Guerra do Paraguai e com a quantidade de voluntários que se apresentaram, a prática de recrutamento foi abandonada pelo menos naquele primeiro momento.

Nos primeiros meses do conflito, tanto nas demais províncias como no Piauí, a contribuição voluntária ocorreu por parte de intelectuais, de estudantes, na Guarda Nacional e no Corpo de polícia. Uma das razões que possivelmente levou um certo número de homens, por livre e espontânea vontade, a se alistarem para uma guerra distante é que se esperava por uma guerra curta como até então vinham sendo todas as intervenções feitas pelo governo brasileiro na região do Prata, desde os anos 50; uma das possíveis razões para esse fenômeno é que existia, além do próprio trabalho de divulgação desenvolvido pelos jornais, uma intensa propaganda oficial por parte do governo Imperial e Provincial, por meio de convocações que exaltavam o patriotismo.<sup>20</sup>

Parte da motivação vinha em decorrência também das características da campanha, pois a invasão do território brasileiro, sem uma declaração formal de guerra, gerou uma grande revolta e indignação que alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império. O que é interessante observar é que muitas dessas regiões tinham pouco ou nenhum contato com os problemas da região do Prata, como é o caso do próprio Piauí. Nesse aspecto é que destacamos também a importância dos jornais como órgão de divulgação e propaganda.

O que ocorria não era estranho aos piauienses, exatamente em decorrência dos jornais e da sua cobertura sobre os assuntos externos brasileiros. Para os jornalistas que tinham em seus periódicos o seu meio de vida, interessava vender a notícia, ao governo interessava informar os acontecimentos, pois de uma maneira ou de outra havia uma preocupação, a de preparar o espírito da população para a guerra que viria pela frente, e nesse sentido a imprensa funcionaria como um grande instrumento de divulgação e propaganda do conflito.

A campanha de mobilização no Piauí teve diferentes repercussões e manifestações, além do alistamento no exército de linha e no Corpo de Voluntários da Pátria, que estava sendo organizado, ocorreram diversificadas formas de contribuição pecuniária indo até a prestação de serviços no lugar dos que eram alistados.

---

<sup>20</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. A Guerra do Paraguai: reflexão sobre a construção de imagens escritas. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Org.). *Historias: Cultura, Sociedade, Cidade*. Recife: Edições Bagaço. 2005, p. 263.

Vários setores da sociedade por todo o Império contribuíram para o esforço de guerra, pois não eram restritas às camadas mais ricas da população, como ressalta Salles<sup>21</sup>, mas também funcionários públicos, pequenos comerciantes, alfaiates, entre tantas outras pessoas. Essa demonstração de civismo era intensificada pela certeza de que apesar da precária organização militar do Império, todo esse esforço seria suficiente para engrossar o Exército e derrotar o Paraguai por meio de uma batalha decisiva.<sup>22</sup>

O governo Imperial, aproveitando o entusiasmo existente desde dezembro de 1864, introduziu algumas modificações administrativas no processo de alistamento. Prevendo a possibilidade de dificuldades futuras, uma das primeiras medidas foi a criação do decreto 3.371 dos Voluntários da Pátria, de 7 de janeiro de 1865, que instituía os chamados Corpos de Voluntários da Pátria.

O que pode ser observado é que com o decreto de criação dos Corpos de Voluntários da Pátria, o governo imperial tinha como objetivo maior fazer do Exército uma instituição que abarcassem todos os brasileiros, independente do grupo social que provinham. Com isso, tinha como intenção atravessar todas as fronteiras de região e de camada social, favorecendo a nacionalização e a democratização do recrutamento e nesse contexto o Piauí se inseria.

Para incentivar cada vez mais o voluntariado, o governo imperial passou a conceder incentivos financeiros e benefícios, tais como salários maiores, e garantia de menor tempo de serviço militar, pensões e terras nas colônias militares; além do que os militares teriam a sua baixa assegurada quando a guerra chegasse ao seu termo. Aliado a isso houve a intensa propaganda jornalística que divulgava inclusive a concessão desses benefícios.

Apesar de todo esse discurso o recurso do alistamento voltaria a ser comum durante a fase posterior ao voluntariado espontâneo, chegando a intensificar-se depois do ano de 1866, levando a deserção e fuga dos considerados à margem da sociedade e de muitos guardas nacionais destacados sobretudo no interior, que fugiam para o mato.<sup>23</sup>

É possível perceber então as razões de no primeiro momento de criação do decreto haver ocorrido uma euforia ainda maior para o voluntariado, e nessa conjuntura, cooptado, também, a parcela dos excluídos dos meios produtivos, que anteriormente só faziam o serviço militar através do recrutamento forçado e até então não viam com muito interesse o discurso

---

<sup>21</sup> SALLES, Ricardo. op. cit, p. 98 -101.

<sup>22</sup> Sobre o conceito de batalha decisiva ver CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>23</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – vol. II. Correspondência do comandante do comando superior da Guarda Nacional de Jerumenha/Presidente da Província, 15/09/1865. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

cívico lançado pelo governo, que estava em plena campanha militar de intervenção no Uruguai desde meados de 1864.

Com o desenrolar da guerra e dado o grande número de perdas, fora montado um aparato, visando à intensificação da convocação de voluntários, a designação de guardas nacionais e o recrutamento daqueles considerados ociosos para a sociedade. Nesse momento, um quarto grupo também passou a fazer parte desse conjunto, os escravos.

Tanto os primeiros como estes não se destinavam a formar novos batalhões mas sim, eram destinados a preencher a quantidade de baixas cada vez maiores dentro das unidades do Exército em campanha no Paraguai. Foi essa, convencionalmente, a segunda fase de convocação, iniciada em 1867.

No Piauí, a incorporação de libertos deu-se por meio dos escravos das fazendas nacionais. Solimar Lima indica sobre a ocorrência de envio dos 167 primeiros libertos que partiram do Piauí para servirem no exercito no ano de 1867.<sup>24</sup>

Nessa perspectiva, procurou-se analisar, a partir dos jornais e da documentação disponível, como se deu a participação do Piauí no conflito no que se refere à campanha pela mobilização da sociedade e a organização das tropas através da arregimentação de homens para os Corpos de Voluntários da Pátria.

A proposta deste trabalho foi de investigar os mecanismos utilizados pelo governo imperial no Piauí para o convencimento da sociedade piauiense das razões favoráveis à guerra contra o Paraguai, tendo como objetivo promover a arregimentação de homens para a formação dos três Batalhões de Voluntários da Pátria, criados na província entre os anos de 1865 a 1868. Portanto, a investigação sobre a imprensa do Piauí é de grande valor para identificar os discursos utilizados para o convencimento da população com os fins de alistamento para a guerra, bem como a própria compreensão de como se deu o alistamento de homens para a formação dos chamados Corpos e Voluntários da Pátria na Província do Piauí.

A necessidade de aumentar o número de contingentes de soldados para a guerra, fez com que, por um momento, o governo voltasse sua atenção contra os escravos que podiam ser vendidos para a guerra ou simplesmente como aconteceu no Piauí, desapropriados das fazendas nacionais, após muita discussão no Conselho de Estado e decisão formal do Imperador.

---

<sup>24</sup> LIMA, Solimar Oliveira. A Morada da Solidão: família escrava nas fazendas publicas de pastoreio no Piauí (1711 - 1871). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Org.). Historias: Cultura, Sociedade, Cidade. Recife: Edições Bagaço. 2005, p. 132.

Os escravos das fazendas nacionais do Piauí, que eram desapropriados foram rapidamente alistados, alguns mesmo chegaram a se oferecerem para seguirem com os seus antigos companheiros de jornada de trabalho. Em um outro contexto, que não das fazendas, estavam os fugidos de proprietários particulares que buscavam a proteção da farda e a possibilidade de se libertarem, era uma oportunidade de muitos escaparem à escravidão, preferindo o terrível destino da guerra.

De regresso para suas casas, soldados do exército, voluntários, guardas nacionais, homens livres, ex-escravos, brancos, negros, de boa família ou pobres continuariam a luta. Agora por suas vidas pela sobrevivência de seus familiares, entregues à sorte, esperando que as promessas do decreto 3.371, fossem cumpridas, sem terras, sem pensões e principalmente sem a oportunidade de emprego preconizada pelo artigo 9º.

Assim, o presente trabalho vem mostrar como esse processo de formação dos Corpos de Voluntários da Pátria ocorreu no Piauí, tomando em consideração os dois primeiros anos do conflito 1865-1866, observando inclusive a transformação de atitude dessa sociedade frente à realidade de uma guerra que não se concluía.

Com uma documentação farta e muito apropriada buscou-se compreender os mecanismos utilizados pelo governo provincial a fim de estabelecer a arregimentação de homens para a guerra, primeiro pela imprensa através da divulgação de notícias referentes ao conflito e as conclamações lançadas pelo governo para o convencimento da sociedade piauiense em favor da causa da Guerra contra o Paraguai, e segundo pela documentação relativa ao alistamento de homens para servirem junto aos três Batalhões de Voluntários da Pátria, criados na província do Piauí para atuarem na Guerra, entre os anos de 1865 e 1868.

Por fim, cabe assinalar que foi mantido o padrão de grafia original da época de alguns documentos, por entender a importância histórica do contexto. Confesso ser uma tentativa não apenas trazer a luz o objeto, mas deixar brilhar uma escrita original dos que já se foram, testemunhas de época, como quem despretensiosamente procura dar vida, vez e voz ao passado.

O trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos:

No primeiro capítulo mostro o quadro das relações internacionais do Prata, como foi construído um conceito de fortalecimento político do império na região, favorecendo a prática da intervenção permanente de forças do império, o capítulo busca ainda discutir como foi estabelecido a situação conflituosa entre Brasil e Paraguai, como foi formulado o tratado da Tríplice Aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai a fim de organizar os exércitos que derrotariam o Paraguai. Procuo ainda explorar de que forma foi erigido o ideal de estado



nacional tomando como ponto central a união entre imprensa e estado, indicando ainda qual o lugar da Província do Piauí no império e a constituição de um público leitor na cidade de Teresina.

No segundo capítulo procuro explorar como foi edificada a idéia da guerra a partir da sua divulgação nos jornais no Piauí, mostrando a relação existente entre governo imperial, e provincial, especificadamente a administração de Franklin Américo de Menezes Dória, em associação com editores e jornalistas da província do Piauí com intenção de sustentar a propaganda do conflito. A partir dessa idéia desenvolverei uma análise voltada para compreender de que forma a propaganda, através das conclamações e da divulgação das notícias, se prestou na construção de uma consciência de nacionalismo que teria convencido parte significativa da população ao alistamento para a formação de um dos corpos de voluntários da pátria. Nesse aspecto, a compreensão de como foi construída a imagem de heroína nacional de uma voluntária chamada Jovita Alves Feitosa, é de suma importância para a compreensão da propaganda de guerra, com fins a promover o voluntariado, e por fim como se procedeu a formação do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí.

No terceiro capítulo, procurei escrever sobre como se processava o recrutamento para o exército, uma forma de alistamento que se diferenciava do voluntariado e da designação de guardas nacionais, e que passou a ser adotada após o fracasso da campanha patriótica. Para tanto, busco mostrar como era realizado o procedimento de alistamento para o exército das pessoas consideradas à margem da sociedade e dos meios de produção, os excluídos e considerados pobres indesejáveis. Em uma segunda perspectiva, procuro mostrar como se dava a designação de guardas nacionais para o serviço nos chamados corpos destacados, e de que maneira os guardas nacionais criaram mecanismos para escaparem do serviço militar no tempo de Guerra e, finalmente, como os escravos da província do Piauí se inseriram na guerra e sob que condicionamento.

No quarto capítulo, apresento o retorno das tropas do Piauí à Província, como foram as comemorações. Discuto de que maneira se deu a reinserção na sociedade local dos ex-combatentes que regressaram ao lar, fossem voluntários, recrutados, guardas nacionais destacados e libertos, observando se as promessas relativas ao decreto 3.371 foram plenamente satisfeitas ao que se refere ao recebimento dos prêmios, das vantagens e das terras nas colônias militares, observo ainda sob que condições passaram a viver no pós-guerra.

## **2 A LEGITIMAÇÃO DO ESTADO NAÇÃO POR UM CONFLITO E OS JORNAIS DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ ANTES DA GUERRA DO PARAGUAI.**

### **2.1 A busca por uma supremacia política na bacia do Prata: os antecedentes do conflito.**

As raízes da crise política que se instalaram no Prata em 1864, remonta ao período de tensões resultantes do choque entre a expansão colonial Espanhola e Portuguesa. Quando foi criado o vice-reino do Rio da Prata, em 1776, com sede em Buenos Aires, esta já era uma zona de ação militar,<sup>25</sup> o território compreendia a área onde hoje se encontra a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, tão vasto que incorporava a Bolívia e atingia o Oceano Pacífico.

A região não ficou à margem do processo de emancipação que se instaurou na América Latina, tendo o seu núcleo a partir de uma camada social muito bem definida. A burguesia comercial de Buenos Aires, que incitou e liderou um processo revolucionário de independência, adquirindo com isso uma certa preeminência, tinha como projeto a formação de um Estado Nacional centralizado, tendo como base a unificação econômica de todas as demais províncias que formavam a colônia, sendo o cerne desse Estado a própria cidade de Buenos Aires.

A posição estratégica de Buenos Aires em relação às demais províncias era garantia do status de liderança na região, em virtude de sua posição geográfica, com um porto na foz do rio Paraná, permitindo controlar o fluxo de tráfego do interior das províncias com o mundo.

A chave dessa preponderância era exatamente o controle das trocas mercantis provenientes do exterior para a região platina, o que levava ao incremento da riqueza da burguesia mercantil de Buenos Aires, em detrimento das elites localizados no interior.

Porém, em 1811, ocorreu a reação de uma dessas regiões do Vice-reino, o Paraguai, que enfrentou e derrotou uma expedição militar liderada por Manuel Belgrano, enviada por

---

<sup>25</sup> Sobre o estado de guerra geral do território e as peculiaridades militares da região ver SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasil, 1965. p. 73-87.

Buenos Aires para debelar um movimento contrário à política das camadas superiores portenhas.

As conseqüências desse movimento se traduziram na proclamação da independência do Paraguai, o que ficou explícito ao se auto-designarem de Republica do Paraguai, em 1813, ato que formalmente ocorreu só dois anos após a morte de José Gaspar Rodrigues Francia, em 1842, ditador perpétuo do Paraguai e principal artífice do processo de independência.

A emancipação foi oficialmente reconhecida pelo Brasil somente em 1844. Porém, durante o governo de Francia, o Paraguai empenhou-se por discutir um tratado de limites com o Brasil, tomando como base o tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em contrapartida à opção apresentada pelo Brasil, que tomava em conta o *uti possidetis*<sup>26</sup>, como critério de definição; a partir desse se levaria em consideração a faixa de terra ocupada por cada país até o período de independência, cabendo ao Brasil as terras que fossem fruto da expansão colonial portuguesa. Como não foi possível se chegar a um acordo, as relações entre ambos os países acabaram se deteriorando em 1829, ocasionando a expulsão, por ordem de Francia, do então cônsul brasileiro, Manuel Correa Câmara. Tudo o que viria acontecer nos anos seguintes seria determinante para a condução do rearranjo político na região do Prata. Fatores estratégicos os mais diversos ajudaram a moldar um caminho de sangue na nação guarani.

Em princípios de 1840, por ordem de Francia, praticamente não existiam contatos entre o Paraguai e seus vizinhos, decisão que tinha por objetivo garantir a independência em relação a Buenos Aires e salvaguardar a sua própria ditadura no país. Sem instituições públicas, e tendo eliminado a oposição das elites locais, manteve-se o Paraguai sob rígido controle estatal, afastado das questões platinas e com um comércio caracterizado por poucas relações com os demais países.

No mesmo ano de 1840 houve mudanças internas, tanto para o Paraguai como para o Brasil, a ponto de provocar entre os dois países um retorno das discussões referentes à questões territoriais no Prata. No Brasil era decretada a maioria do imperador Pedro II, e foi estabelecido o pacto entre as camadas políticas dominantes para o fortalecimento e centralização de um estado Monárquico escravocrata, pondo fim a um atribulado período regencial.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> O termo *uti possidetis* vem do direito romano, significa o direito de posse da terra por quem a usa.

<sup>27</sup> Um dos melhores trabalhos sobre a consolidação do estado nacional imperial é Tempo Saquarema de Ilmar Mattos que toma a perspectiva de luta de classes, explicando a hegemonia alcançada pela elite escravocrata no século 19 e o seu fortalecimento em torno de um pacto conservador ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema*, São Paulo: HUCITEC, 1987.

No Paraguai, após a morte de Francia, o país foi governado por duas juntas militares, até a reunião do congresso, em 1844, elegendo para a presidência Carlos Antonio Lopez, que deu continuidade ao isolacionismo e ao governo ditatorial. No entanto, a sua política externa passou em pouco tempo a se caracterizar por um maior envolvimento nos negócios platinos.

Já em 1841, o Paraguai assinou dois tratados com a província de Corrientes. Um de amizade, comércio e navegação e outro sobre limites. Um detalhe importante é que Corrientes encontrava-se sublevada contra o governo de Juan Manuel Rosas, e, em 1842, o congresso paraguaio se reuniu mais uma vez para declarar a independência, fato esse que seria de grande importância para assegurar o reconhecimento por parte de outras nações.<sup>28</sup>

A política externa desenvolvida por Rosas na Argentina era vista como uma ameaça à política de consolidação do estado nacional paraguaio, visto que a Argentina ainda buscava dificultar o comércio externo do país, ao controlar o estuário do Rio Paraná.

Nesse contexto, a política de Rosas também representava uma ameaça aos interesses do Império na região, sobretudo por empenhar-se na luta contra os colorados, no Uruguai, apoiando os Blancos, contrários à influência do Brasil na região, o que não era muito bem visto pelo governo Imperial, pois temia-se pela independência do Uruguai. Rosas, por representar uma ameaça comum, acabou sendo uma justificativa para a aproximação do Paraguai com o Brasil que, como foi visto, redundou no reconhecimento do Paraguai como país pelo governo imperial em 1844.

A partir desse detalhe, já podemos observar que o maior temor do Império se traduzia no receio de se recriar o antigo Vice-reino do Rio da Prata. Para tanto, a política brasileira para a região concentrou-se na busca por impedir de todas as maneiras que o Paraguai se irmanasse com a Confederação Argentina, sob o receio de se estabelecer na Região um estado poderoso, junto das fronteiras meridionais do Império.

No contexto de então, marcar presença e afirmação diante dos próprios vizinhos era uma condição fundamental de sobrevivência do Estado Nacional brasileiro e mesmo para uma maior representatividade em nível externo, pois, segundo Salles, “Buscar um lugar mais favorável na correlação de forças internacionais era essencial para o Império.”<sup>29</sup>

O reconhecimento da independência do Paraguai acarretava para o Brasil entre outras coisas um comprometimento velado de se buscar o mesmo por parte de outras nações. Sendo assim, foi assinado um tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites, que

---

<sup>28</sup> YEGROS, Ricardo Scavone. Antecedentes de la declaracion de la Independencia del Paraguai em 1842. *Revista Jurídica*, Assunção: Universidad Católica, 1994. n° 3, p. 130.

<sup>29</sup> SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 48.

não foi ratificado pelo governo imperial, em virtude de basear-se no tratado de Santo Ildefonso, para definição das fronteiras, considerado sempre como desfavorável ao Brasil.

Apesar da negativa sobre o tratado, o então encarregado de negócios brasileiros, na região, José Antonio Pimenta Bueno, conseguiu estabelecer excelentes relações com o Presidente Carlos Lopez, chegando a tornar-se seu conselheiro para assuntos nacionais e internacionais.

De acordo com Doratioto “A aproximação com o Paraguai atendia à política do governo imperial de buscar isolar Rosas no Prata.”<sup>30</sup> A partir dessa perspectiva, Doratioto aponta que o fato do Brasil ser a única monarquia na América, teria levado seus governantes a apontá-lo como um estado solitário dentro de um continente cercado de repúblicas potencialmente inimigas, sobretudo os países platinos, que viam o Brasil monárquico como sucessor direto da Casa de Bragança, portanto, herdeiro da política de expansionismo colonial portuguesa.<sup>31</sup>

A idéia de isolamento do Império não deixava de garantir o fortalecimento da unidade nacional, sobretudo por apontar a possibilidade de uma ameaça externa. É nessa perspectiva que podemos encontrar o germe da preocupação do governo imperial com o surgimento de um Estado Nacional poderoso nos seus limites austrais, tão fortalecido que poderia encorajar movimentos de cunho republicano junto às províncias do Sul do Brasil, cujo período imediatamente anterior à 2ª metade do século XIX, viu irromper o violento movimento da Farroupilha no Rio Grande do Sul.

Em 1840, governava o Império o partido conservador, cujas diretrizes políticas para o Prata previam a garantia da soberania do Uruguai e Paraguai. O maior temor era exatamente a Argentina, que era vista como a principal ameaça às duas repúblicas platinas. A existência dos dois estados era uma garantia de que os rios do estuário do Prata não seriam incorporados pela Argentina, o que acarretaria em ameaça direta à livre navegação desses rios, que eram elo de ligação do império a Cuiabá, capital da província do Mato grosso.

De certo modo, a ação política do Império no Prata foi facilitada por conta das lutas internas na Argentina e no Uruguai, entre as diferentes frações de classe que buscavam tornar-se hegemônica. Nesse ínterim o governo imperial empenhava o seu apoio ao grupo liberal existente nesses países, considerado aberto ao comércio exterior e à livre navegação dos rios.

---

<sup>30</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002. p. 27.

<sup>31</sup> *Ibid.*

Nessa conjuntura, foi construída a histórica união entre o Império e o grupo político dos *colorados* no Uruguai, que se opunha aos *blancos*, apoiados por Rosas. A aliança entre o Brasil e os *colorados* com ajuda do governador da província de Entre Rios, Justo José de Urquiza, possibilitou a derrubada de Rosas do poder na Confederação argentina.

A queda de Rosas, longe de representar uma paz para a confederação, acabou por gerar uma redefinição do pacto federalista entre as províncias. Dessas, 13 haviam jurado a constituição em 1852, onde ficou firmada a descentralização de Buenos Aires. Esta, por sua vez, insistiu na concepção de manter uma política hegemônica para a região, elaborando em 1854 a sua própria constituição.

A cisão entre as províncias acabou gerando duas unidades federadas. A Confederação Argentina, tendo como capital a cidade de Paraná, e o estado de Buenos Aires com capital na cidade do mesmo nome, que mantiveram uma política de permanente atrito, o que não prejudicou o reconhecimento do Paraguai por ambas as unidades, inclusive com a garantia de livre navegação dos Rios do estuário do Prata.

Quanto ao Paraguai, iniciou um franco processo de desenvolvimento econômico externo, exportando produtos primários para o mercado regional e mercados mais distantes, levando, conseqüentemente, o país a passar por um rápido processo de modernização no âmbito militar, importando, sobretudo, tecnologia e mão-de-obra especializada para esse setor.

Em 1862 a situação na região do Prata se configurava como sendo extremamente delicada. Momento decisivo para o futuro das relações internacionais da região. Francisco Solano Lopez subiu ao poder no Paraguai após a morte de seu pai, Carlos Lopez.

Solano Lopes havia passado uma temporada na Europa, vivendo na França por algum tempo e manteve contato com empresas do ramo bélico. Impressionou-se bastante com o espírito marcial francês e com as idéias do imperador Napoleão III, de reviver as glórias militares do passado.

Ao retomar ao seu país, levou ao extremo as preocupações com o fortalecimento militar do Paraguai, inicialmente intensificando os projetos de defesa que o presidente anterior havia iniciado; e, ao mesmo tempo, aumentando os efetivos do exército paraguaio, tendo conseguido, em dois anos, reunir 80 a 100.000 homens,<sup>32</sup> equipados com fuzis e com uma boa artilharia.

---

<sup>32</sup> Alguns dos dados mais confiáveis sobre a capacidade bélica do Paraguai, são apontados pelo engenheiro inglês George Thompson, que serviu como consultor militar de Lopez ver: THOMPSON, George. La Guerra Del Paraguay. Assunção: RP Ediciones. 1992.

O avanço do Paraguai no campo bélico aconteceu, paradoxalmente, graças ao auxílio técnico do governo Imperial, que havia enviado assessores militares para o Paraguai, enquanto o Brasil dispunha naquele momento de 17.000 homens de 1ª Linha.<sup>33</sup> O grosso de um efetivo maior somente poderia ser disponibilizado com uma convocação da Guarda Nacional.

Buscando ter voz ativa na problemática do Prata e participar das grandes decisões que tomavam os três outros países – Argentina, Brasil e Uruguai –, Solano Lopez visava fortalecer militarmente o Paraguai que deveria, segundo a sua lógica, vir a compor com as províncias argentinas de Corrientes, Entre Rios e com o Uruguai um grande estado paraguaio,<sup>34</sup> tornando-se, a partir daí, uma potência média entre as demais na região do Prata, com uma saída para o Atlântico, contrabalançando a linha de influência na região.

Os eventos que se passavam na República Oriental foram a oportunidade para Lopez iniciar a sua atuação no cenário do Prata, agravado pela questão de disputa territorial que o Brasil mantinha com o Paraguai e pelo o controle da navegação do Rio Paraná, de vital importância para a comunicação entre o Império e a distante província do Mato Grosso.

As disputas pela estratégica região do rio da Prata nasceram nas guerras de independência e transformaram-se em luta pela hegemonia regional. Além dos interesses econômicos em torno da navegação no Prata, a questão foi usada pelos caudilhos das repúblicas platinas e pelas elites dirigentes do império brasileiro, para consolidar seu poder interno.

Os acontecimentos que resultaram no quadro que culminou na guerra contra o Paraguai, certamente tem o ano 1851 como marco central de um longo processo, ainda ao tempo da intensa rivalidade entre o Brasil e a Argentina na região. Com a alegação de que os blancos uruguaios, compostos principalmente de proprietários rurais, estariam atacando e pilhando fazendas e estâncias na fronteira gaúcha, o império brasileiro interveio no Uruguai para derrubar Manuel Oribe, do Partido Blanco, apoiado pelos argentinos. No ano seguinte, o Brasil invadiu a Argentina para destituir Manuel Rosas.

---

<sup>33</sup> Sobre as estatísticas a respeito da disposição das tropas brasileiras e aliadas para a guerra ver: FRAGOSO, Augusto T. *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*. 2 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956, v. 1-5 e SOUSA Jr. Antonio de. A guerra do Paraguai. in SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. III, t. 2, 1974.

<sup>34</sup> A partir de uma lógica que privilegia a consolidação dos estados nacionais na região do Prata alguns trabalhos procuraram desmistificar a idéia de influencia da Inglaterra na guerra, procurando valorizar os interesses particulares de cada nação envolvida, nessa perspectiva encontra-se o trabalho de DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., e SALLES, Ricardo. op. cit. O trabalho de Moniz Bandeira é o mais completo sobre as diretrizes da política brasileira no Prata, para tanto ver BANDEIRA, L. A. Moniz. *O Expansionismo brasileiro: O Papel do Brasil na bacia do Prata – da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

Em fins de 1864, o Império do Brasil atacou o governo blanco do Uruguai, então chefiado por Atanásio Aguirre, e em 1862, o chanceler uruguaio, Juan Jose Herrera, já havia pedido e obtido um compromisso de apoio militar do governo paraguaio, caso o Uruguai fosse agredido por forças brasileiras.<sup>35</sup> A intervenção constante do Império do Brasil na região acabou sendo agravada pela determinação do Paraguai de participar da disputa regional.

A evolução da problemática na região pode ser mostrada a partir do seguinte processo: As questões fronteiriças entre o Brasil e o Paraguai, e entre este e a Argentina ainda estavam por resolver em 1862, nesse mesmo ano Bartomeu Mitre, que representava um governo fortemente centralizador, chegou ao poder na Argentina, no Brasil o partido Liberal ascendeu ao poder, após duas décadas de predomínio conservador, cuja política estabelecida então era a de contenção da influência Argentina na Região, com a ascensão de Solano Lopez no Paraguai, além do incremento na capacidade bélica do país, foi iniciado um franco processo de participação na política externa da região, precisamente nas questões platinas. A necessidade de expansão do comércio, sobretudo de erva-mate, levou o Paraguai a um embate mais duro contra o império, visto que o Brasil praticamente controlava o fornecimento desse produto nos mercados argentino e uruguaio. Além de que o próprio território disputado entre o Brasil e o Paraguai no Mato Grosso era grande produtor de erva-mate.<sup>36</sup>

Na Argentina, apesar da vitória dos *colorados* liderados por Bartolomeu Mitre, persistia uma forte oposição, que se articulava em torno do ideal federalista que já havia mantido a Argentina separada no passado. Essa oposição era muito forte nas províncias de Entre Rios e Corrientes, cujos caudilhos viam com bons olhos o porto de Montevideu em detrimento ao de Buenos Aires, como possibilidade de escoamento de seus produtos.

Ao Paraguai, o porto de Montivideu também era uma opção muito agradável. Ocorreu então uma junção de interesses de Solano Lopez, dos Caudilhos dessas duas províncias e do chefe de estado uruguaio Bernardo Berro, do partido *Blanco*, que buscava uma maior independência política na região procurando manter distanciamento da influência brasileira e Argentina.

---

<sup>35</sup> Sobre a relação entre a Republica Oriental e o Império do Brasil já no ano de 1862, os relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1863, deixam claro através da grande quantidade de notas trocadas entre a legações brasileira em Montevideu e o Governo Uruguaio e vice versa o grau de dificuldades. Cf BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.

<sup>36</sup> Cf DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., e BANDEIRA, L. A. Moniz. op. cit.



Com essa situação, Doratioto aponta que “As articulações entre os blancos [uruguaios], Solano Lopez e os federalistas [caudilhos argentinos de Entre Rios e Corrientes] eram, pois, uma ameaça à consolidação do Estado nacional argentino.”.<sup>37</sup>

A partir dessa conjuntura, Bartolomeu Mitre passou a hostilizar o governo uruguaio e ao mesmo tempo deu aval positivo ao governo imperial em 1864 nas suas reclamações. De uma forma geral, a situação no Uruguai não era muito boa, pois desde abril de 1863, o país vivia em guerra civil, tendo o governo blanco que enfrentar uma insurreição dos opositores colorados, liderados por Venâncio Flores com apoio do governo central argentino, ou seja, de Bartolomeu Mitre.

No mês de Abril de 1864 o governo imperial enviou o conselheiro José Antonio Saraiva em missão especial ao Uruguai, acompanhado de uma força naval sob o comando do visconde de Tamandaré. A finalidade dessa missão era pôr fim às supostas violências contra os cidadãos brasileiros que possuíam propriedades no Uruguai, muitos dos quais eram pecuaristas que mantinham criação de gado no lado uruguaio e contrabandeavam rebanhos para o Brasil a fim de abater o gado e transformar a carne em charque, que era vendido para a alimentação de escravos. Essa prática já havia sido combatida pelo presidente Berro, que também era do partido Blanco, mas muitos pecuaristas haviam reclamado que os mesmos sofriam maus tratos das autoridades uruguaias, portanto cobravam uma providência do governo Imperial. Nesse processo encontraram o apoio que precisavam na imprensa e no parlamento, garantindo uma base de grande importância para uma futura intervenção do Império no Uruguai.

O conselheiro Saraiva tinha como objetivos, pôr um termo a hostilidade contra os cidadãos brasileiros e conseguir do governo Uruguaio a garantia de punição contra os responsáveis por tais atos. Saraiva tentou fazer com que o Presidente Aguirre retirasse do seu governo elementos contrários ao Império.

Ao se iniciarem as negociações entre os governos brasileiro e uruguaio, o ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros do Império, recebeu, datada de 17 de junho de 1864, a proposta de Mediação oferecida pelo governo da República do Paraguai assinada pelo chanceler José Berges, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai,

Segundo o documento, a legação do Uruguai havia solicitado a amigável mediação do governo Paraguaio para o ajuste da solução das questões entre o Império e a República Oriental. Nas palavras do chanceler Jose Berges, o governo paraguaio via

---

<sup>37</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O Conflito do Paraguai: A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996, p. 15.

“[...] com pesar tudo quanto pode destruir a harmonia entre dous povos vizinhos e amigos, e sensível à manifestação de confiança que o governo oriental deposita em sua rectidão e justiça, accedeu ao pedio da legação oriental, accetando o encargo de mediador que lhe offerrece o seu governo.”<sup>38</sup>

O conselheiro José Antônio Saraiva também recebeu na mesma data uma nota do governo paraguaio comunicando que, “[...] o governo da Republica Oriental do Uruguay solicitou, por intermédio do seu ministro residente nesta capital [Assunção], a mediação do governo do abaixo assignado para o ajuste amigável das questões internacionais confiadas á V. Ex. pelo governo imperial.”<sup>39</sup>

Saraiva, em 24 de junho, agradeceu, por nota, o oferecimento, a princípio declinando-o, por aguardar uma orientação do governo imperial, mas indicou que nutria “[...] as mais fundadas esperanças de obter amigavelmente do governo oriental a solução das mencionadas questões [...]”<sup>40</sup> Saraiva também deixou claro que não haveria motivo para a uma mediação do governo paraguaio.

Nesse mesmo sentido, em 7 de julho de 1864, respondeu o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, João Pedro dias Vieira, a seu colega paraguaio, informando que quando recebeu a sua solicitação, também estava ciente da nota enviada pelo governo paraguaio ao conselheiro Saraiva em Montevidéu e que portanto estava “conformado” com a resposta de Saraiva a respeito da solicitação paraguaia.<sup>41</sup>

Com a situação já bastante instável no Prata, por volta de 14 de julho de 1864 o presidente Aguirre enviou Antonio de las Carreras a Assunção afim de entrar em entendimento com o governo paraguaio, o diplomata uruguaio informou a Solano Lopez que o Brasil pretendia anexar uma porção do território uruguaio e que a Argentina ficaria com o que sobrasse ou então o controle do governo uruguaio.<sup>42</sup>

Carreras entregou a Solano Lopez uma carta de Aguirre na qual solicitava a intervenção paraguaia no Prata, a fim de evitar complicações que seriam prejudiciais à

<sup>38</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865. “Mediação offerrecida pelo governo da Republica do Paraguay ao governo Imperial N. 131.” (anexos), p. 170

<sup>39</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865. “Nota do governo paraguay ao missão especial em Montivideo N. 132.” (anexos), p. 171

<sup>40</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865. “Resposta da missão especial do Brasil em Montevidéu N. 133.” (nexos), p. 171.

<sup>41</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865. “Resposta do governo imperial N. 134.” (anexos), p. 172.

<sup>42</sup>DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. op. cit., p 58.

tranqüilidade e segurança da região.<sup>43</sup> Segundo Aguirre, o Paraguai deveria ocupar a posição que lhe correspondia no Rio da Prata.<sup>44</sup>

Quanto à missão de Saraiva, esta acabou fracassando, mas o mesmo era portador de um ultimato às autoridades uruguaias, cujo teor preconizava que o governo blanco do Uruguai tinha um prazo de seis dias para punir seus funcionários que haviam cometido violências contra cidadãos brasileiros, caso contrário, tropas brasileiras entrariam no país. Nesse ínterim, o governo argentino, que já havia rompido relações diplomáticas com o Uruguai, em 22 de agosto daquele ano, reconheceu o direito do Império brasileiro agir em represália contra o Estado Oriental, com a certeza de que sempre seriam respeitadas a integridade territorial e a independência da nação.

Entrementes ocorreu um ligeiro incidente entre navios da Marinha Imperial e da Marinha Uruguiaia, de que resultaram em disparos de artilharia feitos pela esquadra brasileira, com objetivo de intimidação, sem ocasionar danos materiais maiores. Por conta dessa atitude, o governo Blanco uruguaio rompeu relações diplomáticas, alegando que os navios brasileiros dispararam os primeiros tiros.

Em 30 de agosto na mesma data de rompimento das relações entre o Brasil e Uruguai o governo paraguaio protestou energicamente contra o ultimato, estabelecendo uma condenação formal de qualquer ação intervencionista do Brasil. O Ministro José Berges apressou-se a oficializar o protesto contra qualquer ocupação temporária ou permanente do território oriental, considerada por seu Governo como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata,<sup>45</sup> Desonerando-se desde aquele momento de toda responsabilidade pelas conseqüências da presente declaração endereçada por Saraiva ao governo uruguaio, no entanto a advertência emitida por ele não foi considerada nem pelo governo brasileiro e nem pelo argentino.

Com uma grave crise política instalada no Brasil, o gabinete ministerial de Zacarias de Góis e Vasconcelos caiu, ascendendo ao Poder o Ministério presidido pelo piauiense Francisco José Furtado em 31 de agosto de 1865. Com essa alternância houve também uma substituição nas negociações com o estado Oriental passando a representar o Brasil no Prata o Conselheiro José da Silva Paranhos.

---

<sup>43</sup> BOX, Pelham Horton. *Los origens de la Guerra Del Paraguay contra la Tríplice Alianza*. Buenos Aires: ediciones Nizza. 1958. Apud: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. loc. cit.

<sup>44</sup> CARTA. Atanásio C. de Aguirre para Solano Lopez, Montevideú, 14/06/1864, ANA. Coleccion Rio Branco, doc. 2774. Apud: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. loc. cit.

<sup>45</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório* 1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865. "Protesto do governo do Paraguay contra qualquer ocupação temporária ou permanente do território da Republica do Uruguay por forças de mar e terra do Império." (anexos) p. 172.

O governo imperial tratou então de responder à declaração do Paraguai, reiterando seus propósitos de “[...] recorrer aos meios coercitivos a fim de obter aquilo que não pode conseguir por meios suasórios e que nenhuma consideração o fará sobrestar no desempenho da sagrada missão.”<sup>46</sup>

Em Assunção, capital da República do Paraguai, ocorreram fortes manifestações populares acompanhada de grande exaltação pública seguida de passeatas e demonstrações de aplausos à política de Solano Lopez; numa grande demonstração cívica a bandeira Paraguai é hasteada no palácio presidencial ao estampido dos tiros de canhões, pois novamente o governo Paraguaio havia em 3 de setembro reiterado o seu protesto de agosto daquele ano.

O presidente Atanásio Aguirre não atendeu ao ultimato do governo brasileiro e, em 12 de setembro de 1864, tropas do Exército imperial brasileiro, em cumprimento ao que afirmava o documento, penetraram no Uruguai para retornarem posteriormente ao Rio Grande do Sul.

Em 14 de setembro o Governo Paraguaio expediu outra nota em que mais uma vez ratifica suas declarações anteriores, deixando a conjuntura política no Prata em circunstância muito delicada onde a deflagração de uma guerra parecia mais perto do que nunca, e teria como estopim a menor causa que houvesse.<sup>47</sup>

As conseqüências da intervenção brasileira, na República Oriental, resultou, em 10 de novembro, por parte do governo paraguaio, na captura do vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, que se dirigia pelo Rio Paraguai, rumo a Mato Grosso, com o aprisionamento de seus passageiros e tripulação, inclusive o novo presidente daquela Província, Carneiro de Campos e o Comandante das Armas da Província. O então ministro brasileiro em Assunção, Viana de Lima, protestou contra a ação, no entanto foram entregues seus passaportes no dia seguinte à ação contra o *Marquês de Olinda*.

Em relação ao Paraguai, Augusto de Tasso Fragoso, afirma que,

Diante de suas afirmações de 30 de agosto e de 3 e 14 de setembro de 1864 devia o Brasil estar de sobreaviso e não alimentar a mais leve ilusão quanto aos acontecimentos que teriam de surgir. Ao invés disso, porém, manteve-se confiante na conservação da paz com o Paraguai, acreditando com a mais inexplicável ingenuidade que Lopez não ousaria pôr em obra as suas ameaças. Só assim se explica ainda haver consentido que um navio brasileiro, o *Marques de Olinda*, subisse o Paraguai levando a bordo o Coronel Fraederico Carneiro de Campos, presidente nomeado para a Província do Mato Grosso.<sup>48</sup>

A 13 de dezembro, o Governo paraguaio declarou guerra ao Brasil e em 26 do mesmo mês iniciou o ataque ao Forte Coimbra, invadindo a Província de Mato Grosso. Em janeiro

<sup>46</sup> FRAGOSO, Augusto T. op. cit., 232.

<sup>47</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório* 1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865, p. 172-182.

<sup>48</sup> FRAGOSO, Augusto T. op. cit., p. 248

Solano Lopez solicitou ao governo argentino permissão para que as forças paraguaias atravessassem as províncias de Corrientes e Entre Rios para atacar o Rio Grande do Sul.

Diante da negativa de Mitre, foi declarada guerra à Confederação Argentina e iniciada a invasão da Província de Corrientes, onde esperava ter apoio de Justo Jose de Urquiza, que permaneceu, entretanto, imóvel.<sup>49</sup>

Em princípios de 1865, grande parte da população brasileira vislumbrava a possibilidade de um conflito com o Paraguai e tinha como primeira impressão de que seria uma guerra rápida. Acreditava-se que o exército brasileiro retornaria coberto de glórias, concepção fortemente reforçada pela idéia de recuperação da honra e do território invadido.<sup>50</sup>

Porém, as dificuldades de organização de um exército de campanha, arregimentação de homens, logística, as questões políticas e de comando no teatro de operações, além do tempo de duração, refletiram de forma negativa na progressão da guerra e na política interna do Brasil.

Com o passar dos meses e as dificuldades crescentes para a se derrotar o Paraguai, acabou por ocorrer uma inversão de expectativa no imaginário social brasileiro, em todos os níveis, nas cidades e no campo, gerando um clima negativo em relação à guerra, concebendo, junto ao povo brasileiro, uma experiência traumática nunca antes experimentada com tamanha dimensão.

A guerra contra a república do Paraguai foi o maior conflito bélico da história brasileira, tendo se iniciado no ano de 1864 e durado até março de 1870. O conflito exigiu um grandioso esforço da diplomacia brasileira para tentar impedir que o tremendo desgaste da ação militar abalasse os interesses econômicos e políticos sustentados pelo governo imperial.

A diplomacia, como pôde ser visto, já era um importante instrumento, do qual os governos latinos americanos dispunham para estabelecer relações com outros Estados, com o objetivo de alcançar os propósitos delineados pelas suas elites políticas e econômicas, revelando um grau de maturidade significativo para a realização de seus objetivos.

No que se refere aos objetivos, pode se entender que uma guerra sustentada pelo Império promoveria a identificação da sociedade brasileira com os fins traçados pelo governo que, a princípio, eram o auto-reconhecimento e afirmação da nacionalidade junto à própria população.

---

<sup>49</sup> Para a narrativa do ardil diplomático e político que resultou nos acontecimentos descritos ver capítulo III do volume I: FRAGOSO, Augusto T. op. cit. e sobre o início da guerra ver: NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>50</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Sotese. 2005. p. 35.

O forte sentimento anti-britânico, por conta da questão Christie,<sup>51</sup> pode ser considerado um desdobramento desse objetivo que circunscreve-se na tentativa de se buscar o respeito e a reafirmação da soberania nacional, perante as outras nações, sobretudo as européias.

Mesmo com as contradições de uma sociedade escravista, é possível identificar a intenção do governo Imperial de fazer o país ser reconhecido como uma nação forte, mediante a condução de uma guerra e que, para tanto, dependia do apoio de todas as camadas da sociedade.<sup>52</sup> Tal política seria uma das teias da idealização de um projeto nacional.<sup>53</sup>

Nesse aspecto e no entender de Eric Hobsbawm, ao longo da segunda metade do século XIX, existiam três critérios essenciais para um povo ser firmemente reconhecido como nação; um deles era justamente provar a sua capacidade para a conquista militar, pois: “Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo.”<sup>54</sup> Uma guerra era um dos meios para demonstrar isso.

## **2.2 A Tríplice Aliança e o exercício da política por outros meios**

A atitude de imobilidade de Justo Jose de Urquiza constituiu-se um sério contratempo ao planejamento de Lopez. Nesse aspecto, o quadro político no Prata não favorecia o presidente paraguaio, agravado ainda pelo resultado da luta partidária no Uruguai. Após a vitória dos colorados, Lopez deparou-se com Venâncio Flores, aliado do Brasil. Quanto à Argentina, dificilmente se manteria neutra, sobretudo por haver sofrido a invasão de seu território. Uma aliança dos três governos para combaterem o inimigo comum era a tendência política natural que necessitava somente de um tratado que a oficializasse.

José Maria da Silva Paranhos, que havia assumido o lugar de Saraiva nas negociações, não ficou por muito tempo e acabou sendo substituído pelo conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, enviado como ministro em missão especial a Montevideú, assumindo seu posto em março de 1865. Pouco depois foi assinado, em Buenos Aires, a 10 de maio, com

---

<sup>51</sup> A Questão Christie consistiu de dois incidentes que levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra; de 1863 a 1865.

<sup>52</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866* Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, 2005.

<sup>53</sup> Salles mostra o caráter desse projeto em SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

<sup>54</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 49.

Rufino de Elizalde, Ministro das Relações Exteriores da Argentina e com o plenipotenciário uruguaio Carlos de Castro, o Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva.

Não é de se estranhar a rapidez de entendimento na consecução do tratado. Para Joaquim Nabuco, o planejamento da Tríplice Aliança contra o Paraguai vinha ocorrendo dez meses antes da sua assinatura oficial.<sup>55</sup>

Numa análise mais específica de determinados artigos do tratado da “Tríplice Aliança” é possível observar algumas características que explicam desde a sua própria existência, como o tratamento que seria dado às questões de fronteira. É um documento bastante “avançado” no sentido de que alguns de seus artigos orientam e indicam responsabilidades e limites políticos de cada país na condução da Guerra.<sup>56</sup>

O seu artigo 1º revela a sua finalidade: unirem-se os signatários “em aliança ofensiva e defensiva na guerra promovida pelo governo do Paraguai”. No entanto foi esclarecido, no artigo 7º, que a Guerra não era “[...] contra o povo do Paraguai e sim contra o seu governo”.

O artigo 3º tratava do “comando-em-chefe e direção dos exércitos aliados”, que recairia para o presidente Bartolomeu Mitre, “devendo começar as operações de guerra no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio, que é limítrofe com aquele”. Mas ficou entendido que haveria alternância de comando, caso as operações passassem para os territórios dos países beligerantes. “O princípio da reciprocidade para o comando-em-chefe, caso as ditas operações se houverem de transladar para o território brasileiro ou oriental”.

O artigo 6º tratava dos compromissos da manutenção dos acordos da própria aliança, “os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas, senão de comum acordo, e somente depois de derrubada a autoridade do atual governo do Paraguai.[...]” Nesse ponto ficou ressaltada a preocupação de não serem realizados acordos separados “[...] bem como a não celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos”.

Pelo menos em uma ocasião Solano Lopez, acreditando nas fraquezas estruturais dos comandantes das forças aliadas, tentou persuadir Bartolomeu Mitre a aceitar um acordo de paz favorável ao Paraguai.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> NABUCO, Joaquim. op. cit., p. 68 – 73.

<sup>56</sup> Os artigos aqui citados podem ser encontrados em GASMAN, Lydinéa. *Documentos históricos brasileiros*. Brasília: MEC/FENAME, 1976, p. 157-160.

<sup>57</sup> FRAGOSO, Augusto T. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956, v. 3., p. 97.

O artigo 8º tratava de garantir “A independência, soberania e integridade da República do Paraguai [...]” e apontava as bases para o estabelecimento de instituições democráticas ao afirmar que: “[...] em consequência, o povo paraguaio poderá escolher o governo e instituições que lhe aprouverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados e nem pedir o seu protetorado como consequência da guerra”.

O problema de assegurar o controle das rotas de livre navegação pelos rios que ligavam o império à província do Mato Grosso era tratado no artigo 11º. Enquanto o artigo 14º tratava do pagamento, pelo governo paraguaio, das despesas da guerra, bem como das indenizações.

O artigo 18º relacionava a intenção de manter o Tratado secreto “[...] até que se consiga o fim principal da aliança [...]”; no entanto, o texto principal acabou sendo divulgado pelo governo inglês, após conseguir uma cópia, sem autorização das autoridades uruguaias.

Para Bethell, a Inglaterra permaneceu oficialmente neutra, porém, o único ato que pode ser encarado como intromissor na questão, demonstrou ser favorável ao Paraguai e hostil para os Aliados foi exatamente a divulgação, pelo governo britânico, do texto do tratado secreto de 1º de maio de 1865, na imprensa inglesa.<sup>58</sup>

Por fim, o artigo 19º, que estabelecia aos signatários a forma com que começariam a vigorar as estipulações do Tratado: as que independiam da aprovação legislativa, “[...] desde que sejam aprovadas pelos governos respectivos e as outras desde a troca das ratificações”.

Com a entrada das forças aliadas em Assunção, em Janeiro de 1869, procuraram os Aliados entrar em contato com os cidadãos paraguaios que se poderiam dedicar à reorganização do país. Em 2 de julho, os protocolos de Buenos Aires criavam um Governo Provisório no Paraguai.

O Tratado da Tríplice Aliança estabelecia, no seu artigo 16º, que as condições de limites dependeriam de tratados definitivos a serem celebrados entre os aliados e o futuro governo paraguaio. As questões que ficaram para discussão com os argentinos, geraram problemas, foram somente decididos alguns anos após a Guerra e estavam relacionadas à questão do território do Chaco.

Tão logo foi criado o Governo Provisório do Paraguai e a Argentina ocupou Vila Ocidental. Em 27 de dezembro de 1869 o Secretário das Relações Exteriores da Argentina, Mariano Varela, evocando o tratado de 1865, declarava, em nota, que

---

<sup>58</sup> BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos. avançados.*, Maio/Agosto. 1995, vol.9, no.24. p. 281.



[...] o governo argentino sustentou há muito tempo, em discussões com o representante de S.M. o Imperador, que a vitória não dá às nações aliadas direito para declararem por si, limites seus aqueles que o Tratado assinala. Crê o mesmo governo, hoje como então, que os limites devem ser discutidos com o governo que se estabelecer no Paraguai e que a sua fixação será feita nos tratados que se celebrarem depois de recebidas pelas partes contratantes os títulos em que cada um apoiar os seus direitos [...].<sup>59</sup>

Após a destruição do remanescente exército paraguaio em Cerro Corá, Paranhos sugeriu que os Ministros plenipotenciários aliados fossem para Assunção negociar o ajuste preliminar de paz. A Argentina não aceitava discutir com o Governo Provisório. O problema então era saber se, de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, um dos aliados poderia tratar diretamente com o Paraguai, caso não se chegasse a uma decisão conjunta. A Argentina se opôs a essa interpretação.

No Brasil, o assunto foi submetido ao Conselho de Estado, que opinou favoravelmente, Nabuco de Araújo e o visconde de Abaeté deram votos contrários.<sup>60</sup> Mas em 20 de junho de 1870 foi assinado, em Assunção, o Protocolo Preliminar de Paz.

A negociação de um tratado definitivo enfrentava sérias dificuldades. Questões como a destruição do complexo da fortaleza de Humaitá e a própria interpretação do Tratado de 1865, criaram sérios atritos entre o Brasil e a Argentina, legando uma série de problemas na relação externa dos dois países, que estiveram à beira de um conflito no início do século XX.

No início de 1865, o Império encontrava-se de relações cortadas com a Inglaterra (desde 1863) por conta da ingerência do seu ministro plenipotenciário, William Christie. O problema com Christie consistiu de dois incidentes que levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra de 1863 a 1865.

O primeiro, em decorrência do naufrágio do navio *Prince of Walles*, seguido do roubo da sua carga e a morte dos tripulantes, em 1861, no Rio Grande do Sul, tal fato havia provocado a agressividade do ministro britânico; e o segundo, em decorrência da prisão de três oficiais da Marinha Inglesa, pertencentes a tripulação da fragata HMS *Forte*, que estavam à paisana e embriagados, provocaram desordens, o que levou Christie a uma nova investida contra o governo brasileiro, em 1862. No primeiro incidente, o embaixador Willian Christie exigiu do Império uma indenização elevada.

Já ao segundo, Christie considerou a prisão dos oficiais uma grave ofensa à Marinha Real Britânica, e exigiu do governo a punição dos policiais que efetuaram a prisão. Diante da

<sup>59</sup> NOTA do governo argentino ao governo paraguaio, Buenos Aires, 27/12/1869, RRNE, 1870, p. 109-110 Apud: DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit, p. 464.

<sup>60</sup>BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 26 de abril de 1870 - tratado de paz em separado com o Paraguai, v. 8, p. 117.

recusa do governo, Christie mandou que navios da Marinha Britânica aprisionassem navios brasileiros na baía da Guanabara. A agressão inglesa provocou a revolta da população, que ameaçou invadir a casa de Christie, bem como as casas comerciais de ingleses. Com o agravamento da questão, a Inglaterra propôs que o caso fosse ao arbitramento internacional.

Quanto à questão do *Prince of Walles*, o mesmo endereçou ainda um ultimatum ao governo imperial brasileiro, com um prazo máximo de 15 dias, para o pagamento da referida indenização.

A questão já havia sido posta em discussão no Conselho de Estado, na reunião de 05 de janeiro de 1863, onde a tônica do debate ficou por conta da decisão pelo arbitramento internacional. Após intensa discussão, a reunião culminou com o fecho das palavras do visconde de Itaboraá, que mesmo não estando presente, fez ciente a todos, por meio de nota lida ao fim da reunião daquele dia “[...] sou da opinião que se aceite este arbítrio; e entendo que com isto não sacrificamos o decoro nacional: é pelo contrário um modo honroso de sairmos da grave e perigosa posição em que nos achamos.”.<sup>61</sup>

O Rei da Bélgica, Leopoldo I, foi o árbitro da questão e o seu parecer favoreceu o Brasil, cabendo ao governo Inglês pedir desculpas pela afronta. No entanto, com a recusa deste em fazê-lo, acabou levando Pedro II a romper relações diplomáticas com o Império Britânico. Independente da decisão do rei belga, antecipadamente, o governo brasileiro pagou a indenização exigida pela Inglaterra.

No ano seguinte, buscou-se estabelecer negociações a fim de normalizar as relações entre os dois países. Em 1864 o conde de Lavradio, representante do governo português em Londres, enviou uma nota com as reivindicações brasileiras ao governo Inglês, durante parte daquele ano e no decorrer de 1865 houve intensas conversações entre os dois países intermediados por Lavradio.<sup>62</sup>

Em 1865, na cidade de Uruguaiana, com o grosso do exército paraguaio cercado, D. Pedro II recebeu as desculpas britânicas, apresentadas por Edward Thornton, representante diplomático britânico em Buenos Aires; Considerando-se satisfeito, o governo brasileiro restabeleceu as relações diplomáticas com a Inglaterra.

---

<sup>61</sup> BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 05 de janeiro de 1863, v 05, p. 317 “Arbitramento internacional”

<sup>62</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*. 1865, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1866, “Memorandum do Conde de Lavradio” (anexo), p. 12.

Ao que se refere à guerra com o Paraguai, de um modo geral, a Grã-Bretanha praticamente não fez qualquer tentativa de mediação maior para por fim ao conflito.<sup>63</sup> Mesmo com o governo de Lopez mantendo súditos britânicos retidos contra a sua vontade, havia um distanciamento quanto à possibilidade de uma intervenção armada. Sendo assim, houve apenas tentativas diplomáticas para retirar os cidadãos britânicos do Paraguai.<sup>64</sup>

Os interesses comerciais britânicos eram maiores na Argentina e no Brasil do que no Paraguai. Os bancos e os estabelecimentos comerciais instalados no Rio de Janeiro e em Buenos Aires favoreciam e apoiavam os Aliados com seus empréstimos e uso dos seus navios mercantes para transportar armas, dinheiro, correspondências e tropas.

Os fabricantes ingleses vendiam navios couraçados, barras de ferro, tubulações e chapas para a construção de navios de guerra, embarcações a vapor, peças de artilharia e munição para os beligerantes. Ou seja, na prática, para o Brasil e a Argentina, visto que o Paraguai logo ficou sob o bloqueio brasileiro.<sup>65</sup>

Nesse aspecto é válido observar que antes mesmo de qualquer interesse político numa derrota militar paraguaia, o negócio da guerra seria mais lucrativo para quem dispusesse de meios e garantias de saldar qualquer dívida contraída. Nesse ponto, com o Paraguai isolado, e sabedores das potencialidades do Brasil, quanto a contrair dívida e honrá-la, era óbvio uma negociação dos bancos ingleses e dos fornecedores europeus com o Império.

Segundo Penalba,<sup>66</sup> *A máquina de guerra* dos exércitos aliados era “lubrificada pelos vultuosos empréstimos britânicos e outros tipos de ajuda dados aos Aliados antes e durante a Guerra”. No caso essa ajuda provinha dos banqueiros das casas Rothschilds e Barings.<sup>67</sup>

Quanto à questão de financiamentos, houve, pelo menos, um empréstimo de sete milhões de libras levantado pelos Rothschilds para o governo brasileiro, em 1865, sendo aplicado, como foi indicado, para comprar navios de guerra. Depois desse crédito não houve mais empréstimos para o Brasil ao longo da guerra. No caso da Argentina, em 1866, o banco Barings ofereceu 1.25 milhões de libras em ações do governo argentino a pessoas físicas, mas

---

<sup>63</sup> Um diplomata aventureiro inglês chamado Richard Francis Burton acompanhou a guerra de perto traçando o dia a dia dos Exércitos aliados através de cartas ver BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

<sup>64</sup> DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit, p. 261

<sup>65</sup> PEÑALBA Jose Alfredo Fornos, *The fourth ally: Great Britain and the War of the Triple Alliance*. Tese de doutorado. Los Angeles: Universidade da Califórnia, 1979, p. 9-10. Apud: BETHELL, Leslie. op. cit.

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Ibid.

o mercado de ações em Londres passava por uma grave crise financeira, e menos da metade dos títulos foram subscritos.<sup>68</sup>

Não havia como emitir os empréstimos adicionais de que a Argentina necessitava para os seus esforços de guerra. Somente em junho de 1868 é que 1.95 milhões de libras foram oferecidos em títulos e estes só foram vendidos no ano seguinte por menos de 75% do seu valor nominal.<sup>69</sup> É sabido que grande parte do esforço de guerra argentino fora mantido pelo governo brasileiro, o que acabou gerando uma série de irregularidades na compra de material bélico na mão de fornecedores argentinos, suscitando corrupção em todos os níveis administrativos.<sup>70</sup>

Segundo Carlos Marichal, os empréstimos estrangeiros, principalmente britânicos, representaram apenas 15% e 20% do total dos gastos incorridos pelo Brasil e pela Argentina, respectivamente, na Guerra do Paraguai.<sup>71</sup>

Particularmente o governo brasileiro fez pelo menos um grande empréstimo à Argentina, logo ao iniciar a guerra. Algo em torno de 400 mil libras esterlinas e ao Uruguai com 200 mil libras. Após esses empréstimos, as duas repúblicas foram financiados alternadamente pelo banco do barão de Mauá e pelos bancos britânicos.<sup>72</sup>

Com o progressivo afastamento da Argentina do conflito, em decorrência de seus problemas internos e inexpressiva participação uruguaia e a ocupação de Assunção em 1869, o verdadeiro ônus da guerra recaiu quase que unicamente ao Império, cuja responsabilidade de fazer com que Solano Lopez se rendesse levou a uma quarta fase da guerra: a chamada campanha da cordilheira.

Em 1865, quando a guerra iniciou, a idéia deste estava alicerçada em uma frágil teoria de intervenção limitada e rápida. As operações militares no Uruguai, com a possibilidade de uma campanha breve, seguida de uma vitória decisiva do exército Imperial, fruto da idéia de superioridade militar – mesmo com as deficiências do Exército –, aliado a uma forte propaganda nos meios jornalísticos, e a um projeto ideário de nação, a partir de um núcleo

---

<sup>68</sup> ZEIGLER, Philip, *The Sixth Great Power: A History of One of the Greatest of All Banking Families, the House of Barings, 1762-1929*. Londres: Alfred a Knopf, 1988, p. 234.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974, p. 250.

<sup>71</sup> MARICHAL, Carlos, *A century of debt crises in Latin America: from independence to the great depression, 1820-1930*. Princeton: Princeton University Press. 1989., p. 92-93.

<sup>72</sup> BANDEIRA, Luis A. Moniz. O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata – da colonização ao império. Rio de Janeiro: Philobilion, 1985, p. 260.

intelectual,<sup>73</sup> foram de certa forma elementos que contribuíram para a crença de que também haveria uma vitória decisiva contra o Paraguai, tão ao estilo de Clausewitz.

De fato houve uma decisiva vitória das forças brasileiras sobre o exército paraguaio, em Uruguaiana. A guerra poderia ter sido dada por encerrada, no entanto, o Imperador, que sempre fora tido como um homem pacífico, insistiu no prosseguimento da luta, levando a guerra até o âmago do Paraguai.

Em 1868, a guerra havia atingido um grau de esgotamento político e social no Brasil, tornando impossível de ser sustentada a ampla campanha de mobilização dos primeiros meses de 1865. O voluntariado praticamente havia sido substituído pelo antigo modelo de recrutamento e pela designação forçada de guardas nacionais. Os discursos patrióticos dos jornais não mais atraíam voluntários. Na linha de frente da guerra, a dureza da campanha à tenaz resistência do inimigo, além das dificuldades em manter o moral elevado das tropas, fez com que o Marquês de Caxias desabafasse, em sua correspondência ao Ministro da Guerra, após a ocupação de Assunção: “Como Brasileiro e Senador do Império, e com a consciência de General, tenho para mim que as injúrias irrogadas pelo tirano do Paraguai às Potências aliadas estão mais do que suficientemente vingadas”.<sup>74</sup>

As informações sobre a política externa do Império alimentavam a estrutura mental de uma sociedade, enquanto a elite política hegemônica<sup>75</sup> construía, tanto um discurso de identidade nacional, como buscava o reconhecimento e o respeito ao Brasil junto à comunidade internacional. Esse era então um momento típico de auto-valorização.

Particularmente, a política brasileira no Prata pode ser entendida como uma extensão da sua construção identitária. De uma maneira geral, seria resultado de um processo de edificação e formação dos estados nacionais na América. Esse processo não era apenas especificidade dessa região do globo, mas, com efeito, algo típico do século XIX, do qual boa parte da Europa e EUA e demais países da América Latina passaram, particularidade própria sem influência direta de qualquer outra nação especificamente européia nomeadamente a Inglaterra.

No aspecto que se refere à constituição da nacionalidade, um ponto importante é observado por Hobsbawm, ao afirmar que, “Nações não fazem estados e nacionalismo, mas o

---

<sup>73</sup> Ver GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1989.

<sup>74</sup> Ofício de Luís Alves de Lima e Silva/Ministro da Guerra, 14/08/1868, Códice 924, v. 4 AN, Apud: DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit, p. 337.

<sup>75</sup> Esta classe que era Senhorial se definia por sua oposição a outras classes, especialmente aos escravos, mas também à plebe urbana rude e inquieta, abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juizes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, isto é, os “intelectuais orgânicos” ver: GRAMSCI, Antonio. op. cit.

contrário”. Pode, sim, existir uma “minoría agitadora” antes da criação de um estado, porém o recrutamento da “massa de apoio”, para o sentimento de nacionalidade, exige um estado. Para chegar a tal objetivo, “o estado foi uma máquina que teve de ser acionada”.<sup>76</sup>

No Império o mesmo discurso de identidade nacional pode ter sido um dos elementos necessários para a construção da idéia da guerra, fazendo com que os homens se alistassem voluntariamente, para lutarem por seu país, tal como nos diz Schulz: “[...] os soldados profissionais e os voluntários combatiam e morriam. Acreditando ardentemente na justiça de seu Imperador e na barbaridade do ditador paraguaio [...]”.<sup>77</sup>

Para o Imperador, poderia ser o momento ideal para insuflar a guerra, estando ele intimamente comprometido em fazer o Brasil ser reconhecido enquanto país. As intervenções no Uruguai e a guerra com o Paraguai eram possibilidades de afirmação; via uma política agressiva, fundada numa razão lógica que era a defesa dos direitos e da soberania do País.

Dessa forma concordamos com Clausewitz ao afirmar que “[...] vemos, pois, que a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma realização destas por outros meios.”<sup>78</sup> Clausewitz, acreditava ainda que qualquer guerra teria de ser considerada como um ato político.

Varnhagen, seguramente, conhecia a obra de Clausewitz, a ponto de ter uma posição extremamente belicosa a respeito das questões de fronteira e sobre a atuação enérgica que o governo brasileiro deveria ter em caso de conflito com o Paraguai. Parece pouco provável que o próprio Imperador tivesse lido “Da Guerra” ou tido contato com a filosofia de Clausewitz. Apesar de que, as práticas políticas desenvolvidas por D. Pedro II, no sentido de fortalecer a presença brasileira na Região do Prata, estavam de acordo com as teorias de Clausewitz.<sup>79</sup>

A política do governo Imperial em relação ao Paraguai estabeleceu a idéia de que a guerra teria um desfecho rápido e positivo para o Brasil. No entanto, a vitória rápida não aconteceu e o conflito acabou sendo levado ao extremo, tanto em termos de operação, quanto mobilização, e nessa conjuntura continuava estando relacionada à perspectiva de Clausewitz, porque o conflito pode ser enquadrado no conceito de Guerra total,<sup>80</sup> cuja prática político-militar teoriza a alternativa de subjugar totalmente o inimigo até à vitória incondicional, utilizando, para isso, todos os recursos possíveis do país, nos âmbitos materiais e humanos.

<sup>76</sup> HOBBSAWM, Eric J. op. cit., p. 10, 12, 96.

<sup>77</sup> SCHULZ, John. op. cit. p. 250.

<sup>78</sup> CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 27.

<sup>79</sup> ARAÚJO, Johnny S. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866 Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, 2005, p. 72.*

<sup>80</sup> Sobre conceito de Guerra Total ver CLAUSEWITZ, Carl von. op. cit.

Ao chegar o ano de 1866, a guerra já demonstrava o nível de dificuldades que os aliados enfrentariam, refletido na tentativa fracassada de tomar o complexo de defesa Paraguaio de Curupaiti, levando a ofensiva aliada a uma drástica paralisação. O conflito já se encaminhava para três anos, o número de mortos já era bastante elevado.

A guerra, então, tomou um outro sentido para a sociedade brasileira. O medo real parece ter tomado conta de todas as regiões do império, por conta da arregimentação de homens, quer fossem designados da Guarda Nacional, quer fossem recrutados da massa de desapropriados, levando algumas províncias do império a terem razoáveis problemas econômicos, sobretudo pela ameaça de terem mão-de-obra produtiva desviada de suas atividades. No Piauí, a população já convivía com a realidade brutal da guerra por conta do recrutamento que havia sido ativado a toda carga já no segundo semestre de 1865, durando praticamente até próximo ao fim do conflito.

### **2.3 A idéia de Nação e a legitimação do Estado pela guerra.**

Mas quem era essa nação tão grande que combateu o Paraguai ao lado da Argentina e do Uruguai ? O Brasil, como nação mais forte signatária do tratado da Tríplice Aliança, constituía-se num estado que buscava uma identidade. Seu sentido também era o de fazer-se reconhecido aos olhos das outras nações. No âmbito intelectual havia um grande projeto nacional incentivado pelo Imperador, o que se enquadra, num dos critérios colocados por Hobsbawm, para o reconhecimento de uma nação, o da existência de uma elite cultural.<sup>81</sup>

Já no que se refere à construção e fortalecimento do estado em nível interno, o argumento mais instigante sobre as origens da coesão nacional do pós-independência é o colocado por Ilmar Rohloff de Mattos, que procura demonstrar como interesses de classes se ligavam especificamente ao poder do Estado.

Ilmar Rohloff de Mattos concentra seu estudo de meados da década de 1830 até o início da década de 1860 e postula que um bloco de fazendeiros de café recentemente enriquecidos, da região do Rio de Janeiro, liderados por um pequeno grupo de políticos/estadistas ativos, saídos daquele bloco ou ligados a ele por laços de casamento, esforçando-se com sucesso para absorver líderes de outras regiões, teriam então um interesse de formar uma classe única e hegemônica.

---

<sup>81</sup> HOBSBAWM, Eric J. op. cit., p. 49.

Dessa forma, através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, emergiu um forte estado centralizado. Mattos percebe esse estado, não simplesmente como um aparato coercitivo, mas como um instrumento de orientação intelectual e moral.

Por meio do estado, a classe senhorial construiu sua própria unidade e expandiu seu poder, tanto horizontalmente, por todo o território brasileiro, quanto verticalmente, sobre maiores segmentos da população livre, não necessariamente impondo a submissão, mas incorporando esses grupos à “civilização”.<sup>82</sup>

Um grupo específico de intelectuais que podem ser tidos, numa concepção gramsciana, como orgânicos, estaria comprometido com essa orientação intelectual e moral, estando centrados no IHGB,<sup>83</sup> instituição que tinha como uma de suas principais atribuições a idealização de uma História Nacional, e de uma missão que era a elaboração de um projeto nacional. Dentro desse contexto destacamos, além da atuação de jornalistas, de historiadores, escritores, intelectuais e demais profissionais de uma chamada esfera de produção cultural, todos formadores de opinião pública.<sup>84</sup>

Em 1838, quando foi fundado pelo governo imperial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tinha por missão essencial elaborar as diretrizes intelectuais que fundamentariam a consolidação do Estado Nacional. Tal atitude, segundo Jorge Siqueira, seria “[...] uma forma sistemática de se pensar a história brasileira, buscando encontrar um perfil para a nação brasileira, garantindo-lhe uma identidade no conjunto das nações.”<sup>85</sup>

Visava-se “[...] desenhar a planta de um projeto nacional para o Brasil, dado à sua enorme complexidade de formação, que teria de contemplar brancos, negros escravos, negros livres, mulatos, índios, mamelucos, etc.”<sup>86</sup>

Eles logo delineariam uma fisionomia da nação homogeneizada por brancos. Dentre esses intelectuais, detenho-me em um, particularmente. Francisco Adolfo de Varnhagen, cujo projeto previa, entre outras coisas, o embranquiçamento da sociedade brasileira, por se acreditar que a etnia européia era superior às demais. Dessa forma, uma opinião corroborada por uma parte da elite intelectual que compunha o IHGB seria de que

A nação, a Coroa e o Estado formarão uma unidade estratégica na tessitura histórica desta urdidura do nacional. Os índios e os negros, segundo a elite, por não serem

<sup>82</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo: hucitec, 1987.

<sup>83</sup> IHGB-Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>84</sup> A respeito da noção de esfera pública e esfera íntima, ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

<sup>85</sup> SIQUEIRA, Antonio Jorge. *Nação e Região: Os discursos fundadores*. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>> Acesso em 21/08/2005, p. 6

<sup>86</sup> Ibid.



portadores da noção de civilização obviamente ficarão excluídos deste projeto de nação restrito apenas aos brancos.<sup>87</sup>

Não se pretende uma análise a fundo da missão do IHGB, mas observar, a partir de um dos seus intelectuais, Varnhagen, como se buscou a construção de uma justificativa intelectual para a questão com o Paraguai, pois o sucesso da guerra era o coroamento da civilização sobre a barbárie.

Filho de um oficial alemão, que viera trabalhar no Brasil, e de mãe portuguesa, Varnhagen tinha, como historiador, forte influência de Ranke, dado a sua quase obsessão por documentos. Ele se revelou bem atualizado em termos de investigação histórica, tanto ao que se refere à pesquisa arquivística, quanto ao método, essa preocupação o colocava no mesmo patamar de outros historiadores europeus.

Em todos os lugares por onde andou, sempre revelou uma forte paixão pela história nacional, declarando sempre o seu amor ao Brasil e depositando fortes esperanças no futuro deste, enquanto nação.<sup>88</sup>

Quando adotou a cidadania brasileira em 1841, fez porque estava preocupado em ajudar o jovem imperador Pedro II no grande projeto de construção da identidade do império, o que lhe garantiria a longevidade e a unidade deste.<sup>89</sup>

Em contrapartida, o Imperador foi o seu grande protetor, oferecendo todos os recursos necessários para a construção de sua obra, pois ficou patente o quanto Pedro II precisava de historiadores para legitimar-se no poder. A nação carecia de um passado para orgulhar-se.<sup>90</sup> Sendo assim, o Brasil necessitava da história e dos historiadores a fim de que pudessem oferecer um passado ao império, visando-se abrir o país ao futuro e, via de regra, legitimar-se diante das outras nações.

Adolfo de Varnhagen tinha entre os seus trabalhos um estudo denominado “*Memorial Orgânico*”, escrito em 1849 e que se tratava de uma proposta de reorganização nacional, a partir do Estado. Em seu estudo encontramos duas opiniões particulares. Primeiro, a respeito do próprio Estado; e a segunda a respeito das relações exteriores do Brasil. Esta última é particularmente importante para a compreensão do conflito com o Paraguai.

---

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 25.

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> Ibid. Apud: GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos. O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

Segundo Arno Wehling<sup>91</sup>, para Varnhagen, o Estado deveria ser forte, maior que a sociedade, criador da nação e aperfeiçoador pedagógico e ético do povo. Nessa perspectiva já se tornava um fiel seguidor de Hobbes, apesar de não ser considerado um filósofo político.

Sobre as relações internacionais, Varnhagen, embora defendesse soluções diplomáticas, acreditava que o conflito era a melhor alternativa para a solução dos impasses fronteiriços, o que fez com que os seus críticos o vissem como um defensor da idéia da guerra.

Uma das questões apontadas em seu Memorial Orgânico, particularmente, é a que trata da questão dos limites ao apontar a seguinte problemática,

É bem sabido no Brasil [...] como em toda a vastíssima fronteira do império os nossos limites estão por assignar de um modo terminante. E o mais é que nam sam menos de nove nações limítrofes de quem dependem as negociações a tal respeito; a saber: Montevideo, Republica Argentina, Paraguay, Bolívia, Peru, Ecuador e Venezuela; alem da Inglaterra e da França nas Guianas respectivas – annullaram o sábio tratado de 1750, caducou o de 1777, e o império só esta devidamente limitado pelo oceano.<sup>92</sup>

Nesse contexto, para o Estado nacional no século XIX, a questão das relações internacionais abalizava de forma significativa a sua própria existência, muitas vezes reduzidas às relações bilaterais, que se traduziam sempre em torno das alianças ou de conflitos. A partir da concepção política de um teórico da guerra, Karl von Clausewitz, Varnhagen<sup>93</sup> passou a valorizar o papel da “política externa”, a ponto de afirmar que naquele momento a “grande política internacional” ditava as regras da organização interna dos estados.

Na segunda metade do século XIX a idéia de se estudar questões ligadas à política externa e à projeção das ações diplomáticas, com objetivo de fortalecimento do Estado Nacional, era o cerne na obra de alguns historiadores europeus<sup>94</sup>, o que acabou por influenciar a obra de alguns historiadores brasileiros do IHGB, no caso específico de Varnhagen.<sup>95</sup>

A partir dessa observação, podemos compreender como uma vertente de nacionalismo quase marcial se acentuou nos meios intelectuais brasileiros, sendo Varnhagen um dos que valorizaram os estudos sobre a formação do território brasileiro e sobre os conflitos externos, quer fosse sobre a história das guerras do período colonial ou sobre a possibilidade de conflito

<sup>91</sup> WEHLING, Arno. *Estado, História e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 91.

<sup>92</sup> VARNHAGEN, Adolfo. *Memorial Organico que a consideraçam das assembléias geral e proveenceaes do império, apresenta um brasileiro (Varnhagen) dado a luz, por um amante do Brasil*. [s.n.t.] 1849. n/p

<sup>93</sup> WEHLING, Arno. op. cit., p., 92-93.

<sup>94</sup> Três em especial podem ser citados: Thiers, Ranke e Meinecke.

<sup>95</sup> WEHLING, Arno. loc. cit.

com um dos estados nacionais fronteiriços, exatamente numa época em que a possibilidade de conflito com o Paraguai serviria tão bem para a afirmação do estado nacional brasileiro.

Na sua proposta de reorganização do estado, a preocupação com a disposição territorial era uma constante e refletia na necessidade de se criar meios e vias de transporte que integrasse o país, pois em uma situação de conflito e invasão, ou mesmo sedição interna, representaria uma melhor logística para o deslocamento de forças. O problema das comunicações era claro, tanto que afirmou em seu memorial,

A respeito de não haver plano combinado de comunicações internas, apelo para os senhores que hajam sido ministros do império e melhor ainda apelara para os tropeiros dos nossos certões – as províncias fazem alguns esforços, mas ellas nem tem recursos bastantes para um plano em grande, nem podem combinar estes com os das mais provinciais, de um modo que resulte o bem do império todo [...] <sup>96</sup>

O aspecto defesa militar brasileira era uma extensão quase que naturalizada da sua preocupação relativa à organização territorial. Tal noção esboça a intencionalidade de se criar fronteiras fortes e bem defendidas em relação a possíveis invasores, sobretudo aqueles cujos tratados, de 1750 e 1777, não tinham mais qualquer relevância.

Dessa maneira, Varnhagen pensava na defesa interna do país a partir de uma concepção estratégica. No entanto, acreditava que muito pouco estava sendo feito em termos de um plano à altura da segurança do Brasil, assim,

Acerca do necessário plano de defesa interna do paiz, podemos objectar que nam estamos nos segredos da competente repartiçam, em todo caso se houver um plano, o que muito estimaríamos, será diferente do que propormos, pois nam nos consta que medidas, que parecem vitaes se estejam realizando. Pela nossa parte nam conhecemos outros trabalhos que se possam chamar estratégicos alem dos do Coronel Serra e Major Arlincourt. <sup>97</sup>

No que se refere ao Paraguai, o tema da guerra contra essa república se tornava basilar e estava presente, quer fosse em seus escritos reservados ou através da obra historiográfica. E mais uma vez, seguindo a perspectiva de Clausewitz, Varnhagen acreditava que a História, enquanto ciência, poderia ser uma auxiliar determinante à campanha militar que se aproximava.

Esse auxílio teria uma função, acelerar a motivação da sociedade para o apoio à intervenção no Uruguai e na guerra contra o Paraguai e, finalmente, a de orientar o plano de invasão do Paraguai. A pressa em publicar a “História das lutas com os holandeses no Brasil”, segundo Wehling, foi motivada pelas incertezas da primeira etapa da Guerra do Paraguai. <sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> VARNHAGEN, Adolfo. loc. cit.

<sup>97</sup> Ibid.

<sup>98</sup> WEHLING, Arno. op. cit., p. 93.

Quando Varnhagen exercia missão diplomática no Peru, da cidade de Lima, enviou, em 6 de março de 1865, por meio da correspondência oficial, ao conselheiro José Antônio Saraiva, sua opinião sobre a questão com o Paraguai, deixando clara a defesa de uma solução radical em relação ao confronto ao afirmar que: “Faço votos para que essa paz só venha a ser concedida quando consigamos libertar o Paraguai do seu barbárico obscurantismo, por meio da anexação ao Império, como província conquistada ou colônia.”<sup>99</sup>

Na mesma carta, utilizando a história como ferramenta para auxílio a questões políticas e diplomáticas, afirmou ser de seu conhecimento a localização de uma fonte no arquivo da Real Academia das Ciências de Lisboa. A fonte era um antigo documento de cartografia colonial que, segundo a sua informação, poderia indicar os melhores pontos de acesso para uma futura invasão ao Paraguai, segundo o qual afirmava

Para a navegação abaixo dos portos dos campos de Palmas e Chagu para o varadouro do Salto, e as devidas cautelas contra as panelas ou redemoinhos do Paraná, desde a foz do Iguassu aos Campos que começam em Corpus, e pelos quais penetraria a expedição, serviriam de guia os trabalhos impressos dê demarcadores do Tratado de 1750, que constituem o tomo 7º das *Noticias Ultramarinas* da Academia das Sciencias de Lisboa, principalmente desde pag. 232 a 300.<sup>100</sup>

Ao tomarmos especificadamente os aspectos que se relacionam com o contexto da intervenção no Prata, o primeiro que apregoava a necessidade de se buscar uma identidade frente às demais nações, o segundo, o de considerar o princípio da guerra como missão civilizadora ao Paraguai, observamos que ambos foram diretrizes que se consolidaram como discursos fortemente ecoados por Varnhagen, mas não unicamente por ele.

Um contemporâneo de Varnhagen, o intelectual português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, comentando a vitória brasileira no pós-guerra, potencializou a idéia de missão civilizadora do Império ao afirmar que a vitória sobre o Paraguai fora “[...] uma dessas lutas fatais e inevitáveis entre a sombra e a luz, entre a civilização e as relíquias de barbárie.”<sup>101</sup>

Assim, contrapunha-se à barbárie paraguaia, uma civilização portadora de conhecimento, o Império do Brasil, representado pela figura do imperador, como protetor das artes e incentivador do progresso. Um contraponto do valor negativo enfatizado ao Paraguai, a uma visão enaltecida das qualidades positivas do Brasil.

A opinião pública internacional era favorável ao Paraguai, isso era mais evidente nas repúblicas latino americanas. Os demais países mostravam-se disfarçadamente simpáticos à

<sup>99</sup> VARNHAGEN, Francisco A. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: Inst Nacional do Livro, 1963, p. 296.

<sup>100</sup> *Ibid.*, p. 297.

<sup>101</sup> CHAGAS, Manuel Pinheiro. *A Guerra do Paraguai*. Lisboa: Lucas e Filho Editores, 1874. Apud: SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MAUD, 1996, p. 20.

idéia de civilização encabeçada pelo Império. Essa idéia era mais forte nos países europeus. O governo Paraguaio era então visto como uma organização autocrática, que se insurgira contrária às idéias liberais modernas.

Na opinião de Manuel Pinheiro Chagas, o povo paraguaio fora educado sob forte disciplina jesuítica, incapaz de contestar os seus governantes, tornando-os fiéis servidores de um regime fechado, fato agravado pelo isolamento geográfico. A monarquia imperial era representante de uma cruzada civilizatória e os que dela participassem seriam os mártires da liberdade e os heróis da civilização.<sup>102</sup>

Aqui vale observar também a apreciação do embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, Charles Alfred Washburn, ao afirmar que “[...] por sua torpeza e cegueira, junto com outros pecados, o povo paraguaio merece o completo extermínio que o aguarda. O mundo terá justo motivo para congratular-se quando não houver nele uma só pessoa que fale o endiabrado idioma guarani.”<sup>103</sup>

Quanto ao governo da França, esse manteve-se neutro em relação ao conflito. Porém, Laurent-Cochelet, cônsul francês em Assunção, nutria uma antipatia particular e profunda por Lopez, fato que era recíproco, o que acabou acarretando na substituição desse diplomata em 1867. De um modo geral, a dita neutralidade francesa havia mesmo era dificultado o recebimento do encouraçado *Brasil* pela Marinha Imperial, que o havia encomendado a um de seus estaleiros.<sup>104</sup>

Tem sido longa a discussão historiográfica<sup>105</sup> sobre a influência ou não da Inglaterra no conflito. No entanto, independente das análises e centrando na figura do ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, a quem cabia a responsabilidade pelos assuntos do Paraguai, este pode ser tido como abertamente antiparaguaio.<sup>106</sup>

Após a invasão brasileira do Uruguai, em setembro de 1864, Thornton acompanhou os representantes argentinos em reuniões realizadas em Montevideu e informou ao Ministro das

---

<sup>102</sup> Ibid., p. 21.

<sup>103</sup> Sobre a afirmação de Washburn, ver citação feita por: CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 133.

<sup>104</sup> RIVAROLA, Milda. *La polemica francesa sobre la Guerra Grande*. Eliseo Reclus: la Guerra Del Paraguay; Laurent-Cochelet: Correspondência Consular. Assunção: Editorial Histórica. 1988, p. 190-196.

<sup>105</sup> A partir da década de 60 até fins da década de 70 do século XX predominou uma historiografia revisionista, cuja tese principal apontava a influencia do capital imperialista da Inglaterra na conjuntura da guerra, esvaziando a discussão da formação dos estados nacionais como um processo próprio de cada nação envolvida no conflito. Tal versão reduziu a problemática e acabou por gerar tantos outros mitos, além dos que já existia, o que de certa forma prejudicou a interpretação do conflito nessa perspectiva destacam-se dois autores CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23 ed., São Paulo: Brasiliense, 1998; POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense, São Paulo: Global., 1980.

<sup>106</sup> BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos. avançados.*, Maio/Agosto. 1995, vol.9, no.24, p. 281.

Relações Exteriores do Paraguai que todas as nações tinham o direito de exigir reparação por danos causados a seus súditos ou cidadãos, muito embora isso pudesse resultar em uma guerra ou ocupação temporária de territórios.<sup>107</sup>

Particularmente, não só Thornton, mas também a maioria das autoridades britânicas apoiavam indiretamente os Aliados, apesar do posicionamento oficial de neutralidade. Os ingleses, tal como os norte-americanos viam de modo crítico o regime de Lopez; manifestavam um desdém racista pelos paraguaios e, de modo geral, culpavam o Paraguai pela guerra. Para eles, bem como para os brasileiros e argentinos, a guerra representava, em última análise, progresso e civilização contra retrocesso e barbárie.

#### **2.4 Os jornais e o Estado: a comunhão de interesses entre o público e o privado.**

Por quase todo o século XIX, o Império do Brasil esteve envolvido em diferentes conflitos, alguns relacionados a assuntos internos, em grande parte no período da regência, quando o centro da questão era a luta pelo poder entre dois partidos políticos, o conservador e o liberal. A partir do início do segundo reinado, até o apogeu do império, foi o momento consagrado às intervenções no Prata, de certa forma uma política iniciada ainda no primeiro gabinete conservador. A última dessas intervenções acabou desdobrando no conflito contra o Paraguai.

Após o fim das revoltas provinciais, a última em 1845, o Parlamento que desde de 1831 já era um forte local de embates, passou a ser o principal campo de enfrentamento político. Com a maioria do Imperador decretada e o fim dessas revoltas, surgiram as condições necessárias para a consolidação do Estado nacional brasileiro.

O Estado procurava estabelecer alicerces para sua centralização, sobrepujando resistências e subordinando lideranças regionais. Dessa forma, o governo buscava impor a sua autoridade sobre todo o território. O Estado, suas instituições, práticas e símbolos eram acolhidos, tanto pela camada dominante, como pelos setores médios da população, como expressão máxima de uma cultura política brasileira, apesar de forte influência do modelo europeu.<sup>108</sup>

Nesse grande modelo de centralização, até os setores mais populares e despossuídos, que viviam quase sempre uma situação de dependência local, e, por consequência mantinham

---

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 41-42.

relações de compadrio, eram impossibilitados de uma contramarcha à ordem que se constituía, em decorrência da derrota de seus movimentos nas décadas anteriores.

No centro político-parlamentar, o próprio Imperador se fazia presente como marco de solidez das instituições do Estado, atuando por via do poder moderador. Dessa forma, a sua ação se traduzia em presença política real.<sup>109</sup>

Alguns dos movimentos revoltosos que ocorreram no período regencial, caracterizavam-se também por serem separatistas, outros buscavam tão somente a descentralização do Império. No entanto, somente com uma guerra como a do Paraguai é que o sentimento de nação pôde ser melhor explorado pelo governo imperial brasileiro, fruto da necessidade de se combater um inimigo real que havia avançado nas fronteiras meridionais do Império.

Para combater esse inimigo externo, era necessário mais do que a indignação da população e da opinião pública, era preciso encontrar motivação suficiente para que os homens que faziam parte da sociedade brasileira estivessem dispostos a se alistarem para compor o exército que estava se formando, a fim de lutar na guerra contra o Paraguai.

A mobilização era o meio pelo qual se poderiam arregimentar homens para compor as tropas. Oriundos das mais diferentes regiões do Império, de diferentes camadas sociais, estes, uma vez no exército, conviveram por longos cinco anos por força de cumprir um dever comum de derrotar um inimigo do país.<sup>110</sup>

Entre os instrumentos que o governo imperial empregou para buscar a mobilização social estavam os jornais, que além da missão de divulgação e de conclamação, acabaram, de certa forma, contribuindo para gerar um sentimento de nacionalidade, algo novo em um país que convivía com a escravidão.

Havia ainda um outro grave problema que atingia diretamente a formação do exército brasileiro (1ª Linha). A instituição tinha como base o recrutamento forçado de homens livres que, segundo a concepção dos recrutadores na época, eram desocupados, arruaceiros e vagabundos de toda ordem. Diante de uma situação diferente de até então, a idéia de conclamação patriótica era um contraponto frente a uma sociedade de despossuídos que não se reconhecia como cidadãos.

---

<sup>109</sup> A perspectiva da consolidação da ordem imperial e a construção da hegemonia da classe senhorial e a sua relação com a Coroa imperial é tratada por: MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema*, São Paulo: HUCITEC, 1987.

<sup>110</sup> Ver CARVALHO, Jose Murilo de, *A construção da ordem*, A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1981 e *Teatro das sombras*, A política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

Com a guerra do Paraguai, foi praticamente moldada uma nova organização, os Corpos de Voluntários da Pátria, que em sua forma agregava a todos, incorporando elementos de diferentes condições sociais, promovendo inicialmente uma junção entre duas instituições, o exército de 1ª linha e a guarda nacional, que desde a sua criação trabalhava com a idéia de milícia cidadã, mas na segunda metade do século já havia se transformado em milícia eleiçoeira.

A tentativa de se criar um amálgama de homens em uma única instituição, foi agravada em 1866 com a introdução de libertos. De uma forma geral, todas essas ligações também acabaram revelando as dificuldades inerentes, tanto para a formação de um exército nacional, quanto da própria nacionalidade brasileira e refletiu de forma fatal ao fim da guerra, quando então os jornais que trabalharam por uma campanha patriótica passaram a trabalhar por outras duas questões, a abolição e a república.

Para o entendimento do processo de construção de um exército é necessário entender como foi construída a idéia de propaganda da guerra e quais eram as relações de interesse existente entre os jornais e o governo, identificando os elementos que reforçaram a interação de ambos no projeto de propaganda para a guerra contra o Paraguai.

Logo após a Independência e mais especificadamente durante a fase de consolidação do Império, começou a se fazer presente, por parte da elite governativa imperial, a necessidade de criar na população brasileira um sentimento de caráter nacionalista, um vínculo e uma identificação por parte da população com uma determinada ideologia política, que neste caso estaria vinculada ao poder Imperial e à manutenção de uma ordem que já estava em voga.

Tal como a noção indicada por Ilmar Rohloff de Mattos de que, o olhar vigilante, dominador e dirigente era proporcional à capacidade de forjar o que se entende por público, de delimitar um espaço correspondente ao da área da Corte no interior do privado, como se fossem olhos menores, extensão dos olhos do Imperador, tendo como objetivos não se opor aos interesses particulares.<sup>111</sup>

Ou seja, cria-se uma “teia” em que os olhos do Soberano, desejosos de manter a centralização e a manutenção de seu poder total, serão os responsáveis por tal empreitada e, para isso, criando uma estrutura de poder repressora e que será responsável pela difusão dessas noções relativas à manutenção da ordem Imperial.

E nesse contexto todos os servidores tomavam parte na centralização, assim,

---

<sup>111</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, op., cit, p. 201-204.



Presidentes de províncias e chefes de legião da Guarda Nacional; bispos e juizes municipais, de paz e de órfãos; membros das relações e redatores de jornais locais; empregados das faculdades de medicina, dos cursos jurídicos e academias e juizes de direito; comandantes superiores da Guarda Nacional, párocos e médicos; chefes de polícia e professores - todos esses e alguns mais, em graus variados e em situações diversas, nos níveis local, municipal, provincial ou geral, tornaram-se peças estratégicas no jogo de constituição do estado imperial e da classe senhorial, um jogo que não se travava exclusivamente entre o governo da casa e o governo do Estado.<sup>112</sup>

No entanto, essa compreensão tem como ponto de partida o próprio fortalecimento e manutenção do estado nacional brasileiro. O período ficou conhecido como “conciliação”. É um momento de confluência, quando liberais e conservadores juntaram suas forças em torno de um objetivo comum, a sobrevivência de seus interesses e do próprio estado brasileiro.

A conciliação iniciou-se a partir do gabinete formado por Honório Carneiro Leão – marquês de Paraná – , conhecido como Ministério da Conciliação, em 1853, composto por liberais e conservadores. A idéia de compor um governo de coalizão surgiu da impossibilidade dos conservadores imprimirem uma derrota definitiva aos liberais. Estes, por sua vez, tinham condições suficientes para se manterem em luta, no entanto, não possuíam capacidade plena para remover os conservadores do poder.

O processo de luta anterior à formação do gabinete havia aberto espaço para maiores reivindicações populares, o que era muito temido pelos dois partidos. A própria luta que se circunscrevia até então para além do parlamento, havia conduzido ambos os partidos ao desgaste. A conciliação, de certa forma, caracterizou-se pela alternância pacífica entre liberais e conservadores, que adotavam a mesma política, tanto no governo quanto na oposição.

Somente em 1858, os conservadores voltaram ao poder de forma plena, para uma legislatura e já por volta de 1860, a situação do país começava a se modificar. De um lado, a expansão cafeeira estava transformando a feição do Brasil e, de outro, a abolição do tráfico negreiro, em 1850, havia colocado a escravidão em xeque.

Os liberais retomaram a liderança no parlamento, antes da guerra do Paraguai, e deixaram o poder em 1867, após a queda do gabinete do ministro Zacarias Góes e Vasconcellos. De um modo geral, a eclosão da Guerra do Paraguai (1865-1870) pôs fim ao clima de entendimento político.

Um dos sintomas da crise da política de conciliação foi a criação da Liga Progressista, no ano de 1861, por um grupo de conservadores, que adotaram uma posição moderadamente liberal. A Liga se dissolveu em 1864, mas haviam deixado resquícios de suas práticas no

---

<sup>112</sup> Ibid. p. 212-213.

parlamento. Paralelamente, ressurgiram tendências políticas mais radicais que iriam desembocar, futuramente, na fundação do Partido Republicano. Em 1868, com a radicalização das posições políticas, o Imperador interferiu pessoalmente a favor dos conservadores.

D. Pedro II havia colocado o marquês de Caxias na direção da guerra contra o Paraguai. Caxias, entretanto, desentendeu-se com o Gabinete de Conciliação chefiado por Zacarias Góes. O imperador resolveu, então, compor um gabinete totalmente afinado com Caxias - um conservador -, rompendo definitivamente com o espírito da conciliação. Com a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, encerrou-se, portanto, a era da conciliação.

Daí para a frente, as facções políticas tenderam à radicalização. Depois de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, o republicanismo ganhou um grande impulso, na mesma medida em que a monarquia foi se debilitando. Estava preparado o terreno para a queda da monarquia.

Mas foi durante a “conciliação” que as questões de fronteira começavam a ficar evidenciadas pelas intervenções que o governo brasileiro estava fazendo na região platina, ao mesmo tempo começava a ser vinculado um discurso de caráter nacionalista por parte de alguns jornais.<sup>113</sup>

Na corte, o *Jornal do Commercio*, certamente foi o periódico que melhor representou a grande imprensa no segundo reinado e um dos que melhor exemplifica essa missão de porta voz governamental. Era um órgão noticioso de caráter conservador<sup>114</sup>, que com grande ênfase reproduzia o discurso das camadas dirigentes, e ao fazer se beneficiava dessa proximidade, no que diz respeito aos seus interesses mercantis.

Era por meio desse jornal que o público se inteirava das ações governamentais, inclusive em outras províncias. Assim, as atividades na política e as decisões do governo podiam ser acompanhadas pelos leitores que moravam em algumas das mais importantes cidades do Brasil. Eram publicadas, entre outras coisas, as súmulas dos trabalhos das câmaras provinciais. E nesse contexto, no Piauí, como nas demais províncias, o recurso de transcrever os jornais de outras regiões do Império e os da corte, era uma prática comumente adotada por alguns periódicos, o que ampliava a extensão das notícias.

O discurso implementado pelo governo por via dos jornais visava à construção de uma identidade nacional, a qual estava ligada à questão geográfica. Esse discurso agregava a unidade territorial, como uma maneira de demonstrar a centralidade do poder monárquico,

---

<sup>113</sup> Na corte existia além do *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*. Jornais de grande influência política, sobretudo o primeiro que era ligado aos conservadores.

<sup>114</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Graal, 1977, p. 190.

idealizado como sendo um elo de integração nacional do Império brasileiro em meio à instabilidade das Repúblicas latino-americanas.

Parece justificada a atitude do governo, pois segundo Istvan Jancso, ao menos até o final do século XVIII e início do XIX, para muitos homens, viver em qualquer região que fosse da América ibérica, significava que as suas identidades políticas passavam pelo reconhecimento ou pela negação de realidades, dentre as quais o *nacional* era a menos definida.<sup>115</sup> Ou seja, era duvidoso encontrar no início do século XIX uma noção de identidade nacional na América do Sul, mesmo que essa identidade fosse de caráter territorial.

Em outra perspectiva pode-se entender que o real elo de unidade territorial, no fim da primeira metade do século XIX, era tão somente a manutenção da base econômica mercantil escravista.<sup>116</sup> Seja como for, não é possível afirmar ainda que a unidade do Brasil fosse sustentada por uma verdadeira comunhão de interesses nacionais emanados de cada província, mesmo porque a idéia de independência ou não, girava, em grande parte, em torno dos interesses de uma elite, cuja permanência de alguns privilégios deveria ser garantida, incluindo a manutenção da base econômica escravista, como de fato ocorreu.

Assim, de acordo com Brum “[...] manteve-se o regime monárquico, e o herdeiro do trono português tornou-se imperador do Brasil. Manteve-se a mesma estrutura econômica e o sistema escravista, com uma estrutura social dicotomizada e acentuada discriminação.”<sup>117</sup>

Na própria fase de independência houve dificuldades para a consolidação e manutenção do processo de separação de Portugal, fato revelado pela guerra e pela necessidade de deslocamento para o norte do império de considerável quantidade de forças militares, para expulsar os portugueses e garantir a adesão de algumas províncias, cujas elites políticas e econômicas não reconheciam um novo governo livre de Portugal, fato que se aplica mais especificadamente ao Maranhão e ao Pará, sobretudo por conta dos fortes elos comerciais iniciados ainda na época da Companhia de Comércio do Grão Pará-Maranhão.

Por outro lado, para a unidade do nascente Império, foi necessário também cooptar nos meios populares forças para garantir, por meio das armas, a expulsão dos portugueses e a consolidação da independência. Nesse ponto o Piauí tanto quanto a Bahia são exemplos cabais.

---

<sup>115</sup> JANCOS, Isvan. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o estudo do Império como Projeto In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 03.

<sup>116</sup> FAUSTO, Boris: *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, p. 100.

<sup>117</sup> BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 153.

De acordo com Hobsbawm, nega-se o inimigo na tentativa de se auto-afirmar enquanto nação, gerando, assim, a questão da identificação nacional.<sup>118</sup> Essa negação pode ser demonstrada através do forte sentimento brasileiro de negação ao português, sendo este remetido à necessidade de se “descolonizar” e conseguir características próprias, tanto no âmbito político quanto cultural.

No Piauí, cuja consolidação da Independência foi marcada por uma violenta ação militar para expulsão dos portugueses, foi necessário contar com a participação dos grupos populares que, em grande parte, foi seduzido pelo discurso nacionalista, encabeçado por uma parcela significativa das elites, a fim de constituir um verdadeiro exército libertador.<sup>119</sup> Ou seja, foi imperativo se construir um discurso de nacionalidade para que a população pobre pudesse compor um exército nacionalista.

É interessante observar como anos depois a memória da ação dessas tropas foi fato amplamente explorado pelo governo da província em seu discurso de propaganda para a Guerra do Paraguai, o que nos remete a uma observação de Le Goff sobre o fato da memória ser “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual e coletiva.<sup>120</sup> Sendo que a memória coletiva seria ainda, de acordo com Le Goff “[...] um instrumento e um objeto de poder.”<sup>121</sup> É a invocação dessa memória coletiva um dos elementos que serviram de base para a incorporação do regional na unidade nacional. As elites governativas do Piauí, na segunda metade do século XIX, quando da Guerra do Paraguai, souberam fazer uso da memória para lembrar aos próprios piauienses que seus antepassados derramaram o seu sangue por uma causa nacional. A pátria naquele momento de conflito chamava então os seus filhos novamente a defender uma causa nacional.

No aspecto econômico, segundo Nelson Werneck Sodré, no início do primeiro reinado “Cada província vinha se especializando na produção de determinado gênero, destinado à exportação [...] Estavam voltadas para o exterior mais do que para o Rio de Janeiro, onde, entretanto estava o poder.”<sup>122</sup>

A noção apontada por Werneck Sodré sugere que a questão da identidade nacional, nos primórdios do império poderia então ser considerado como algo ainda disperso e somente

<sup>118</sup>Ver: HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>119</sup> Ver sobre a luta pela independência no Piauí, DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

<sup>120</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990. p. 474.

<sup>121</sup> Ibid.

<sup>122</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. n/p

se manteve devido aos interesses de manutenção do escravismo, situação que se estendeu até o fim da primeira metade do século XIX.

Em meio a esse processo de consolidação do Estado Nacional Brasileiro, estavam os jornais que eram dignos representantes do pensamento político da camada dirigente, por conseqüência, davam voz e vez aos interesses hegemônicos que visavam a consolidação da unidade nacional.

Como já foi dito anteriormente, um dos melhores exemplos dessa representação é o periódico carioca *Jornal do Commercio*, uma vez que este se centra no coração do poder Imperial, a capital do País. Assim, nos episódios que antecederam aos conflitos com a Argentina e Uruguai, na região do Prata, o discurso perpetrado pelos editores desse periódico incitava os gaúchos a aderirem à campanha bélica, Em matéria publicada no dia 24 de outubro de 1850, por exemplo, era lançado um desafio à população do Rio Grande do Sul “[...]corre-vos nas veias o sangue, bate em vossos peitos um coração brasileiro ? Eis por que a guerra é inevitável [...] se sois brasileiros dignos desse nome, uni-vos ao governo do vosso paiz perante as complicações externas”.<sup>123</sup>

Nesse aspecto, podemos observar que, no desenvolvimento e consolidação do Estado Monárquico centralizado e forte, a imprensa teve um papel relevante na legitimação do sistema político implementado pela elite dominante, especialmente quando o discurso de unidade nacional tornava-se público por meio dos jornais e quando as conclamações como a que se vê, atingiam uma parcela da sociedade, cuja opinião era de fundamental importância para o governo.

A segunda metade do século XIX foi um período rico de transformações sociais e intelectuais. Os jornais adquiriram então uma notável capacidade de expansão e divulgação das notícias. Tal capacidade, neste período, foi caracterizada também pela produção e veiculação das notícias de interesse governamental.

Podemos então observar que no ápice do poder imperial, a imprensa e o governo caminhavam praticamente juntos, dada a teia de interesses comuns às duas instituições, como veremos mais adiante, com exceção dos pasquins e dos periódicos ilustrados, pois muitos destes ou eram críticos ácidos do governo, como os pasquins – sempre mais independentes, ou no caso dos periódicos ilustrados que, por meio de seus desenhos e litografias ou caricaturas, alimentavam o imaginário do povo brasileiro, fazendo criar uma imagem positiva

---

<sup>123</sup> *Jornal do Commercio*, 24/10/1850, seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro, Apud: GONÇALVES, Alex Guerson; SILVA, Maurício José. Um ensaio sobre a consolidação do estado nacional no Brasil e o papel da imprensa. Disponível em < <http://www.klepsidra.net> > Acesso em 14 de abr. 2005.

ou negativa em torno das personalidades políticas e militares de então – incluindo o próprio Imperador – , exaltando-as ou execrando-as, mas com relativa independência de opinião. Desde a década de 30, essas publicações constituíam-se uma espécie de Jornalismo dissonante, propagando-se desordenadamente em vários pontos do território nacional, deixando escapar, nos seus ferozes ataques aos adversários, algumas críticas de costumes, tal como ocorrera no Maranhão.

O Rio de Janeiro era então o centro do poder imperial, reunia as melhores instituições de ensino; tinha seu ambiente intelectual estimulado pela grande circulação de jornais e por uma geração romântica que estava comprometida com a busca de uma identidade para o país.<sup>124</sup>

Esse cenário de transição cultural contribuiu para a ilustração de uma camada social média, que apesar de não constituir uma esfera de poder público, compunha um espaço onde, também, surgiram críticas e questionamentos ao sistema político, social e econômico adotado no país. Essa camada média constituía então uma opinião pública que deveria ser considerada pelos grupos dirigentes e que, posteriormente, representou um peso significativo no que se refere à política externa do Império na região do Prata.

Apesar de não terem como objetivo maior nenhuma transformação social radical, de certa forma o sistema vigente garantia a eles uma posição relativamente confortável em relação às demais camadas sociais.<sup>125</sup>

É possível indicar que estas camadas médias buscavam, sobretudo, mais espaços que possibilitassem seu desenvolvimento e inserção na política. Muitos elementos provenientes desses meios encontraram, também, um espaço junto aos militares, como ficou caracterizado em momentos posteriores da história nacional, mais no exército do que na marinha, cuja natureza de seus quadros caracterizava-se pela seleta casta de oficiais aristocratas de origem portuguesa ou mesmo inglesa.

As influências externas tornam-se fundamentais para as diferentes manifestações dessa camada burguesa que lutava por um espaço na vida política, social e intelectual. Novas personalidades surgiram, como advogados, médicos e engenheiros, e a imprensa periódica também seria o espaço de manifestação dessa nova camada social. Dessa forma, à medida que as transformações sóciopolíticas e tecnológicas surgiam na segunda metade do século XIX, abria-se a possibilidade para novas manifestações literárias.

---

<sup>124</sup> Nesse aspecto vale observar por um lado tanto a contribuição do IHGB – Instituto histórico e geográfico brasileiro, quanto do movimento literário do romantismo, por meio de expoentes como Gonçalves Dias, José de Alencar, entre outros.

<sup>125</sup> Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit

De uma forma mais geral, a sociedade brasileira encontrava-se fragmentada entre as camadas senhorial, representada por proprietários de terra, senhores de escravos e alguns elementos ligados ao comércio; a camada média, representada por grupos vinculados à vida urbana, e pequenos produtores agrícolas; e finalmente a camada trabalhadora, composta por escravos, trabalhadores livres, colonos e assalariados. É nesse contexto que os jornais ligados ao Estado se firmavam como forte alicerce do governo, divulgando seus atos e fazendo propaganda de suas administrações e conseqüentemente dos grupos políticos hegemônicos.

Nesse período, o desenvolvimento da imprensa assume proporções empresariais, passando a ser fundamental atingir a grande massa da população; a indústria editorial no Brasil e no mundo se multiplicou, as tiragens atingiram números inéditos e, graças à queda do analfabetismo no Brasil, cresceu o público-leitor, principalmente de jornais. Foi o início da presença da classe média na vida intelectual brasileira.

O papel da imprensa nessa conjuntura consistia em ampliar o interesse de grupos ou indivíduos e afirmar em público as suas opiniões; “É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, firma-se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’.”<sup>126</sup>

Daí, de todos os objetivos da pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época de que constitui o reflexo.<sup>127</sup>

O discurso da imprensa funcionava como uma maneira de ocultar o desequilíbrio na distribuição de poder. A partir dessa afirmação observa-se que havia uma imprensa livre, objetiva e representativa, cujo intuito era de atender aos interesses de uma camada social dominante, que buscava dar às suas opiniões subjetivas um caráter objetivo. Nessa conjuntura encontra-se o governo como o seu importante representante e principal interessado em divulgar assuntos que julgava ser importante para todos. O fazer jornalístico consiste então em um ato de exclusão e seleção. Como destaca Ciro Marcondes Filho “[...] um veículo de reprodução parcial da realidade.”<sup>128</sup>

Pode se entender então que a imprensa pertence ao jogo das forças sociais atuando como um veículo de estabilidade política, quando a serviço do grupo que a controla. A notícia

---

<sup>126</sup> MARCONDES F<sup>o</sup>, Ciro. *O Capital da Notícia*. O jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 11.

<sup>127</sup> TERROU, F. & ALBERT, P. A industrialização e a democratização da imprensa do início do século XIX a 1871. In: *História da imprensa*. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 120.

<sup>128</sup> Ibid.

se transforma em mercadoria, atuando de forma a ocultar as contradições da sociedade, o conflito, o questionamento e a polêmica. Contribui de igual forma para estimular os interesses de quem a controla, ou estimula a acomodação e a passividade dos grupos que apresentam uma realidade despolitizada.

Nessa perspectiva a lógica da relação empresa *versus* consumidor, na qual a imprensa periódica está inserida, faz que empreendimentos criativos, em busca de novas fatias de mercado, embora não garantidas antecipadamente, fossem adotados por parte da “boa sociedade” como veículos de leitura, em grande parte por satisfazer a perspectiva de informação e diversão.

Ao estado faz-se necessário que seja reconhecido por todo corpo social como uma instância superior, amplamente capacitada a arbitrar e atender a todas as demandas sociais, lugar em que todos os cidadãos se encontram teoricamente representados. À imprensa coube o papel de difusor do discurso governamental e das camadas que gravitavam ao seu redor. A comunhão de idéias entre o poder público e privado era emanada dos grupos que controlavam setores importantes da vida nacional, na política, na economia e no comércio e que se constitui a elite dominante do país.

Este entendimento, por um lado, acolhia os interesses da elite governativa do país, que caminhava para consolidação e centralização do poder político sob o regime monárquico, e, por outro lado, atendia aos interesses comerciais dos jornais, garantindo o aumento nas tiragens, fomentada pelas publicações dos atos e debates do Estado, cujo interesse era de grande parte da sociedade.

As vantagens que a proximidade do poder proporcionava aos meios jornalísticos podem ser caracterizadas numa prática muito comum e permanente na sociedade nos dias atuais, que é a apropriação do público pelo privado.

De uma forma geral, pode se entender que existia um aumento da pressão dos dirigentes governamentais sobre a imprensa periódica uma vez que esta ganha força. Segundo John B. Thompson, a história da regulamentação da comunicação de massa pode ser entendida como a história das tentativas dos agentes do estado para construir e impor mecanismos para a implementação restrita de formas simbólicas.<sup>129</sup>

---

<sup>129</sup> Ver: John B. Thompson, seus estudos tratam sobre fatores como desenvolvimento tecnológico e da comunicação de massa: THOMPSON, John B. Transmissão cultural e comunicação de massa: o desenvolvimento das indústrias da mídia. In: *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 221-266.



## 2.5 Um couro inviolável

Um dos fenômenos mais fortes do século XIX foi o ideário nacionalista transmitido pelas páginas dos jornais pelo mundo afora. No Brasil não foi diferente, pois era um meio direto para expressar os signos de identidade da nação, criando um sentimento de inclusão ou exclusão. Mas seja como for, tais signos desse ideário ajudariam a definir as relações entre o Império e sua sociedade.

No decorrer do século XIX, em muitos países europeus, como a França e a Inglaterra, a leitura de jornais deixou de ser um hábito exclusivo dos que pertenciam às camadas sociais mais bem situadas ou dos que eram interessados nos negócios do comércio, da indústria e da agricultura. Cada vez mais pessoas passaram a ter acesso à instrução e, de igual forma, os preços dos jornais passaram a se tornar mais acessíveis, permitindo um consumo maior por parte das camadas mais pobres das ditas sociedades.

Na Europa, o projeto de imprensa foi acompanhado de uma súbita expansão da empresa jornalística, assim como do público consumidor e da opinião pública. Este era então um elemento central, no que se tratava de questões eleitorais, pois passava a representar uma força significativa e que fazia grande diferença em uma eleição.

A formação dessa esfera pública correspondeu historicamente à própria constituição do sistema capitalista, quando, pelo intercâmbio de mercadorias e de informações, a economia moderna produziu uma nova ordem social, que acabou libertando o indivíduo de antigas formas de dependência.

O ideal burguês de esfera pública, politicamente ativo, para onde convergiam razão e opinião, pressupõe a possibilidade de redução de conflitos de interesses expostos ao julgamento público. Assim a opinião pública seria o resultado da formação de um conjunto composto por indivíduos, cuja identidade estaria localizada na propriedade privada e na autonomia do indivíduo, que se apropria criticamente do conhecimento.<sup>130</sup>

Segundo Machado de Assis, a imprensa fôra a força que abalara as aristocracias européias, representando a tendência ao braço comum, à unidade do espírito humano, contra qualquer privilégio. Com a palavra fixada no jornal inaugurara-se a era democrática da discussão, quando a imprensa ascenderá ao altar de “verdadeira forma da república do

---

<sup>130</sup> A respeito da formação do público e da esfera pública, ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

pensamento”.<sup>131</sup> Dessa forma e confiante no futuro, Machado de Assis definia a imprensa como uma correspondente exata das inspirações do espírito moderno<sup>132</sup>.

Segundo Soares,<sup>133</sup> a opinião de José de Alencar sobre o papel da imprensa no Brasil era diversa da de Machado e veio através de suas “Cartas de Erasmo”, que se tornaram públicas, no período de novembro de 1865 a agosto de 1866. José de Alencar, que era redator chefe de um jornal<sup>134</sup>, afirmou que os três principais poderes do povo – a imprensa, o júri e os comícios – eram apenas um vislumbre no país.

A imprensa, bem sabeis, Senhor, é um luxo entre nós; as leis fiscais a fizeram tal. O povo é pobre e não pode pagá-la. Alguns periódicos aparecem com sacrifícios enormes, que vegetam em estreito círculo e afinal acabam inanidos. As folhas diárias de grande formato e circulação, essas constituem o feudalismo da publicidade. Suas colunas abertas à concorrência mal chegam para os abastados: a emissão das idéias ali importa uma despesa não só de inteligência e estudo, mas de grosso cabedal.<sup>135</sup>

Os dois literatos acreditavam na capacidade da imprensa despertar as individualidades sociais, nelas criando laços de solidariedade. No entanto, as diferenças entre a imprensa no Brasil e a imprensa européia eram tremendas. Na Europa ela podia ser considerada uma das mais fortes instituições da sociedade, enquanto no Brasil não passava de uma ilusão.

O desenvolvimento da imprensa no Brasil era, em grande parte, dificultada pelas leis fiscais, pelo enraizamento dela na aristocracia proprietária e nas veias do poder do Estado. A opinião pública no Brasil existiria então como um produto elaborado pela burocracia, pois, de acordo com Alencar, “os jornais, como tudo nesse império, vivem da benevolência da administração”.<sup>136</sup> E ainda segundo Alencar, a relação entre a imprensa e a política era ao mesmo tempo, a redenção e a danação do jornalismo na capital do império.

A existência da imprensa no Brasil estava condicionada, antes de tudo, à dependência de oscilações partidárias, e graças a alguma tolerância, mas principalmente, ao favoritismo partidário. Sobre à existência de uma população consciente e ilustrada, capaz de elaborar alguma noção de opinião pública aceitável e consciente, Alencar era de igual forma pessimista, pois via com desesperança uma sociedade inculta, insensível, desperdiçada na

---

<sup>131</sup> ASSIS, Machado de. O Jornal e o livro in \_\_\_\_\_, *Obras Completas*, v. 8 – Miscelânea, Rio de Janeiro: Aguilar, p. 963 Apud: SOARES, Pedro Paulo *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 12.

<sup>132</sup> Machado de Assis era redator do periódico *Marmota*.

<sup>133</sup> SOARES, Pedro Paulo. loc. cit.

<sup>134</sup> Ele era redator do *Diário do Rio de Janeiro*.

<sup>135</sup> ALENCAR, José de. Cartas de Erasmo In: \_\_\_\_\_, *Obras completas*, v. 4, Rio de Janeiro: Aguilar, p. 1.081. Apud: SOARES, Pedro Paulo. op. cit, p. 13.

<sup>136</sup> Ibid. p. 1.098.

indolência ou submetida pela ignorância, impedida de usufruir as vantagens da livre circulação do pensamento.<sup>137</sup>

O pessimismo de Alencar era corroborado, de certa forma, por um publicista chamado Augusto de Carvalho,<sup>138</sup> pois segundo ele “A imprensa do Brasil é muitas vezes enxovalhada por alguns adventícios, que degradam a nobre profissão do jornalismo, e dão ao mesmo tempo das leis e do paiz que os tolera, a mais triste e desconsoladora idéia.”<sup>139</sup>

De certa forma, o publicista relatou o grau de críticas a que estava exposto o jornalismo no Império. Se havia liberdade de expressão, muitas vezes essa resultava num completo abuso por parte daqueles que se arvoravam de jornalistas.

Ainda segundo Augusto de Carvalho,

Abram-se ao acaso uns certos jornaes do império, e sentira quem ainda não tenha perdido, de todo, o sentimento da honestidade e do dever, a mais invencível repugnância lendo o estender de abjecções e de torpezas, que ahi se acobertam sob os títulos de ineditoriaes, mofinas e anonymos !  
É a mais torpe de todas as especulações que se exercem no Brasil; é peor muito peor do que o infamissimo trafico dos míseros africanos.<sup>140</sup>

Ao surgirem no Brasil, em 1808, os jornais, de certa forma se arvoraram de porta-vozes do Iluminismo, “difusores das chamadas Luzes”. Eles tinham como “missão suprir a falta de escolas, de livros através dos seus escritos jornalísticos”.<sup>141</sup>

Dessa função é que se origina o conceito abrangente de literatura, presente em grande parte dos jornais piauienses e, de um modo geral, nos jornais brasileiros do período. O jornalista, nesse contexto, deveria ter a função de um educador. Segundo Lustosa, até mesmo o formato de livro dos jornais do século XIX é fruto dessa concepção, bem como os densos e longos artigos.<sup>142</sup>

Independente da missão civilizadora do jornal, a exceção reinava sob as observações ou pessimismo de Machado de Assis, de Alencar ou do publicista Augusto de Carvalho, que, para tanto, considerava o jornal como um “[...] couto inviolável de desalmados e cobardes assassinos da honra alheia [...]”.<sup>143</sup>

Uma outra concepção possível para delinear a imprensa brasileira é a de que ela seria uma derivação das concepções iluministas e liberais provenientes da Europa burguesa, sobre a qual Machado de Assis tece consideráveis elogios, mas que segundo ele não deixava de ser

<sup>137</sup> SOARES, Pedro Paulo. loc. cit.

<sup>138</sup> A critica de Augusto de Carvalho foi publicada pelo viajante português Antonio Lopes.

<sup>139</sup> MENDES, Antonio Lopes, *América Austral: um viajante português no Brasil 1882 -1883*. Rio de Janeiro: Unipar, 1988, p. 198.

<sup>140</sup> Ibid.

<sup>141</sup> LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 15.

<sup>142</sup> Ibid.

<sup>143</sup> MENDES, Antonio Lopes. loc. cit.

limitada pelo jogo de interesses, tão ao gosto da política nacional, e que era amplamente criticado por José de Alencar.

Essa última concepção, de uma forma ou de outra, se tornou característica da imprensa ao longo de todo o Império, agravando-se depois da década de 50, caracterizando-a como sendo de permanente tensão.

Podemos ressaltar então duas perspectivas a respeito da imprensa: a primeira é a que se refere à longa existência dos jornais tradicionais *Diário de Pernambuco* – fundado em 1825, e o já citado *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro – de 1827; e muito particularmente o jornal *O Piahy*, que atravessam, placidamente, todo o período imperial, guarnecidos pelo conservadorismo de suas propostas editoriais.

Outra são os pasquins que surgiam e desapareciam com a mesma rapidez. Ou, como observa Alberto Cavalcanti, “nascem e morrem como uma luxúria tropical”.<sup>144</sup> A serviço de pequenos grupos e facções políticas, vivem do entusiasmo – e do dinheiro – de seus líderes. Derrotados ou cooptados pelo governo de D. Pedro II – principalmente durante o Segundo Reinado – , deixam de circular. São criados para tratar de um tema ou de um acontecimento específico e, não raro, elaborados por uma única pessoa, que quase sempre não se furtava de atizar os ânimos dos adversários políticos.

Notadamente, em meados do século XIX, ocorreu uma redução no número de jornais em circulação. Como consequência da introdução de novas técnicas de produção de bens de consumo, tanto materiais como simbólicos, relacionados ao surto de progresso por que passava o país, mantêm-se no mercado apenas uns poucos títulos, devido a um maior suporte econômico o político, ou a características empresariais mais ajustadas àqueles tempos. Estava ultrapassada a época dos pasquins artesanais que circularam às centenas pelo país durante o período do Primeiro Reinado, divulgando o debate político do período.<sup>145</sup>

Alguns anos depois, em meio à intensa cobertura jornalística da Guerra do Paraguai, durante um período de forte desenvolvimento da iconografia na imprensa nacional, o mesmo Machado de Assis, que era frequente colaborador do *Diário do Rio de Janeiro*, defendeu o quanto pôde a “missão civilizatória” do exército brasileiro contra os “bárbaros” paraguaios. Isso representa paradoxalmente uma espécie de ajuste de conduta da missão do jornal. O mesmo veículo tão criticado era justamente o principal meio de apoio e divulgação da guerra.

---

<sup>144</sup> CAVALCANTI, Alberto R. Imprensa e Estado no Brasil; da subvenção ao condomínio. *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v.18, n. 1, p.67-92, jan./jun.1995, p. 69.

<sup>145</sup> CARVALHO, Jose Murilo de. et all, Documentação Política, 1808-1840, in: PEREIRA, Paulo Roberto. (org), *Brasiliana da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 189.

E paralelo à união com o regime político, é possível verificar ainda a existência de uma absoluta liberdade de expressão, com certa ausência de censura sobre o exercício da atividade jornalística. Essa situação de fato seria, na opinião da época, em razão da ação pessoal do Imperador Pedro II que, por seguidas vezes, recusou-se a promulgar leis ou decretos que restringissem a liberdade de imprensa.

Aproveitando-se da liberdade de imprensa – assegurada pelo imperador Pedro II e graças a liberdade dos costumes – uma vez escondidos sob o manto do anonimato ou do pseudônimo, os redatores e colaboradores agiam como quisessem, isso era muito comum quando se tratava dos jornais de oposição.

Quando o partido Liberal estava no poder, o periódico que representava suas idéias na Província do Piauí, *A Imprensa*, reforçava o discurso da guerra e atacava os membros do partido Conservador, quase sempre acusando-os de não se empenharem no esforço patriótico, quando da ascensão do Partido Conservador ao poder, o seu periódico *Piauí* passou a encetar duras críticas aos liberais de fazerem pouco caso da guerra.

## **2.6 O Piauí no Império e o público leitor em Teresina, na segunda metade do século XIX**

Talvez seja necessário buscar aqui um entendimento que contemple uma explicação sobre qual o lugar do Piauí no Império, ao mesmo tempo esse entendimento deve visar as noções do que seria pátria, algo indispensável que remete à questão do discurso de voluntariado para a guerra do Paraguai, tão amplamente trabalhada pelos jornais, pois, de certa forma, existiu uma construção simbólica elaborada a partir do governo, em relação às tropas oriundas das Províncias. Tais tropas, no entanto, eram entendidas como voluntárias de uma pátria que paradoxalmente não agregava a todos como cidadãos.

Tal situação torna-se mais agravante quando se tenta entender qual o lugar de importância de cada província no imenso Império brasileiro, um questionamento interessante sobre o que amalgamava a todos dentro de uma grande nação.

No que se refere ao Piauí, a busca por um lugar na constelação das provinciais do imenso império remete-nos à guerra pela independência de Portugal. Na província, como já foi possível indicar, houve uma ação militar violenta que adquiriu importância considerável no processo de independência no Norte do Brasil, pois ao longo da região um movimento sedicioso ganhou força em duas vilas de grande importância, a de Parnaíba e Campo Maior e na capital Oeiras.

No litoral, em Parnaíba, em 19 de outubro de 1822, foi proclamada pelas mãos de Simplicio Dias da Silva e João Candido de Deus e Silva, o primeiro coronel da milícia e o segundo juiz de direito, a adesão do Piauí a independência do Brasil. E sob aplausos dos presentes, deram vivas a S A R, Dom Pedro I e a “Independência do Brasil”. Em 23 de outubro a Câmara daquela vila comunicou à de Campo Maior o que ocorrera no dia 19 e a convidou a fazer o mesmo. Na capital, Oeiras, por meio de Manoel de Sousa Martins iniciou-se um levante contra os portugueses em 24 de janeiro de 1823. Numa tentativa desesperada de conter o movimento de separação que havia estourado em Parnaíba, o então comandante das armas, Major João José da Cunha Fidié, havia partido de Oeiras com um destacamento militar considerável. Ao chegar em Parnaíba, após realizar a sua missão, chegou até ele a notícia da sedição na própria capital, Oeiras, razão que o fez retornar de imediato a fim de sufocar a ação dos revoltosos.

Ao longo do caminho, com a aproximação da vila de Campo Maior, Fidié e suas tropas depararam com uma coluna de revoltosos pró-independência, que, liderados pelo capitão Luis Rodrigues Chaves entraram em linha de batalha, travando vivo combate próximo ao riacho Jenipapo.<sup>146</sup>

O desenrolar do combate resultou na derrota da coluna de revoltosos, em parte por decorrência do nível de organização das tropas portuguesas e do maior poder de fogo destes. No entanto, um detalhe muito sutil daquela ação militar acabou transformando a rápida vitória em uma derrota de longo prazo, pois significativa quantidade do material bélico das tropas portuguesas havia caído em mãos dos rebeldes, incluindo toda a bagagem militar dos portugueses. Desta faziam parte as ordens de comando os despachos e uma quantidade razoável de dinheiro.

Após o choque ocorreu a debandada geral dos revolucionários, levando todos os suprimentos portugueses. Quanto às tropas portuguesas, estas procederam à ocupação de uma fazenda próxima à vila de Campo Maior. Fidié posteriormente recuou até à vila de Caxias, no Maranhão, para não mais aparecer no Piauí. Com a vitória total das forças revolucionárias no Piauí no Maranhão e no Pará, Cunha Fidié foi preso pela junta governativa provisória do Maranhão sendo enviado ao Rio de Janeiro, retornando posteriormente a Portugal.

A historiografia piauiense vem buscando traçar uma identidade regional própria do Piauí, ligando-o a causa da independência, a partir da compreensão que mostre a Província

---

<sup>146</sup> Detalhes sobre a batalha do Jenipapo podem ser encontrados na autobiografia do Major Fidié Ver: FIDIE, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Portugues*. Teresina: Fundapi, 2006.

como sendo um lugar ao norte do Império brasileiro, onde toda a independência foi consolidada.<sup>147</sup>

Sobre a guerra de independência no Piauí, no que se refere à perspectiva da população pobre haver um desejo em comum de liberdade, Claudete Dias aponta que,

O que unia uma população de composição social tão heterogênea era o sentido de ser brasileiro, diferente de ser português, o desejo de expulsar o elemento estrangeiro que representava os problemas existentes em suas vidas, a liberdade de poder conduzir os seus próprios interesses, ou seja, libertar-se do domínio português.<sup>148</sup>

Na primeira metade do século XIX o Piauí enfrentou ainda a dura repressão por parte do governo central, por conta da sua participação no movimento da Confederação do Equador, movimento insurgente de cunho separatista e republicano que atingiu algumas das provinciais do norte, como o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Em meados do século XIX o Piauí foi sacudido ainda pela Balaiada, cujas fronteiras haviam sido transpostas do Maranhão, trazendo o caos quase completo a toda província, agravando seriamente a economia e fragilizando mais ainda as tênues relações sociais, cujas identidades ainda estavam em processo de consolidação.

Diante dessa conjuntura é importante frisar que no Piauí as relações sociais no campo eram definidas em grande parte a partir da exploração do colono pelo dono da terra. No entanto esta situação se diferenciava ao nível das relações escravistas, que na província tinha como uma de suas peculiaridades a estatização destas por meio das fazendas nacionais, ou pela forma de exploração do escravo particular nas fazendas de gado.<sup>149</sup>

No que se refere à economia, o Piauí, da segunda metade do século XIX, tinha como característica a “[...] associação entre a pecuária e a economia agrícola de subsistência, com eventual brecha para produção e exportação de gêneros, como algodão [...]”<sup>150</sup>

A inserção da Província do Piauí como área de produção de algodão deu-se em virtude do desabastecimento do parque fabril inglês do algodão proveniente do sul dos Estados Unidos da América, que se encontrava em guerra civil, com o fim da guerra da secessão e a recuperação dos EUA, este voltou a ser o principal fornecedor, aliado ao surgimento de outras áreas produtoras no mundo, a produção na província caiu ficando restrito ao mercado regional

<sup>147</sup> Cf: DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

<sup>148</sup> Ibid., p. 256.

<sup>149</sup> Ver: CASTELO BRANCO, R. P. *A civilização do couro*, Teresina: 1942.

<sup>150</sup> QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998, p. 10.

e nacional, mesmo assim, coube ao Piauí uma parcela de relativa importância gerando uma renda importante para as dimensões da economia piauiense.

A pecuária continuava então a ter uma importância crucial para a economia do Piauí, visto que a província era vizinha de uma grande produtora de algodão, o Maranhão. Não restava muita margem de concorrência no mercado internacional para a comercialização desse produto, mesmo com o problema de desabastecimento do parque fabril inglês na época da guerra da secessão.

Na verdade, a inserção do Piauí no mercado externo somente ocorreu ao longo da primeira metade do século XX, o que era a realização de um projeto originalmente proposto pelo conselheiro José Antonio Saraiva, no século XIX, quando era o presidente da Província e sob sua gestão foi feita a transferência da capital de Oeiras para a nova cidade chamada Teresina às margens do Rio Parnaíba.

O cerne do projeto de Saraiva para o desenvolvimento da Província do Piauí era o Rio Parnaíba como meio de navegação para escoamento da produção, o que virtualmente seria “[...] indutora da expansão agrícola e comercial [...]”.<sup>151</sup>

Mesmo com a relativa importância histórica da pecuária para o desenvolvimento da região, Teresinha Queiroz aponta que como [...] fonte de receita pública e talvez mesmo de rendas particulares, a pecuária foi superada pelas atividades extrativas.<sup>152</sup>

Ainda segundo a mesma historiadora, compreender a dinâmica que caracteriza a economia do Piauí no período da segunda metade do século XIX, somente é possível à medida que permite compreender o lugar do Piauí no Império, notadamente a [...] medida do entendimento da posição [da Província] no contexto regional e à luz dos problemas e perspectivas da economia nacional.<sup>153</sup>

A economia do Piauí se movia então de forma muito lenta, sem acompanhar o ritmo de evolução das outras províncias do Império, notadamente as Províncias do Sul, onde começava a haver um afluxo maior da cultura do café, notadamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Com um certo predomínio da cultura de subsistência, a economia da Província do Piauí vivia uma situação imposta pelas condições históricas e ambientais, muito particulares,

---

<sup>151</sup> Ibid., p. 11.

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid., p. 13.



como períodos de seca extrema, por exemplo, acompanhado ainda de um fator, a pouca evolução das técnicas de produção, o que acarretava em uma baixa produtividade.<sup>154</sup>

Diante desse contexto é possível pensar de igual forma, o lugar do Brasil como imerso numa economia fornecedora de matérias primas ao mercado internacional, o que estava de acordo, com as idéias liberais vigentes na época. No Piauí, a possibilidade de inseri-lo numa perspectiva agro-exportadora não era descartada, notadamente a partir das experiências com o café que já estava em franco desenvolvimento nas Províncias do Sul.

As proposições para o desenvolvimento do setor agrário no Piauí fundamentavam-se na abertura de vias de comunicação e transporte, fossem elas terrestres e fluviais, que possibilitassem o escoamento da produção da Província, além da pesquisa apurada de novos produtos para serem disponibilizados no mercado nacional e internacional.<sup>155</sup>

Apesar do quadro descrito pelo o Presidente da Província em 1857, a pecuária aparece como a primeira fonte de riqueza do Piauí, porem esta não se constituía num determinante suficientemente forte para modificar o caráter global de subsistência da economia.<sup>156</sup>

A maior predominância é exatamente da agricultura de subsistência, culturas alimentares propriamente de subsistência e de uso generalizado como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca. Esses eram cultivos difundidos por toda a Província.<sup>157</sup>

Essa situação pouco se modificou ao longo da década de 60 daquele século, com baixa produção, a agricultura para exportação era nula. Nem mesmo nas margens do rio Parnaíba e de seus afluentes havia produção de gêneros destinados à comercialização, e em 1864, as transações comerciais giravam em um círculo bem apertado.<sup>158</sup> diminuição

De um modo geral, a situação era muito mais grave no interior da Província, e passou a apresentar um quadro sensivelmente pior com a seca de 1861 e posteriormente com a eclosão da guerra do Paraguai, pois houve um quadro de redução da mão-de-obra efetiva. Um detalhe interessante se refere inclusive ao fato da quantidade de guardas nacionais que haviam sido designados pelo governo central para a guerra, a quantidade era de 1.160 contra 1.060, da província do Maranhão uma província com uma zona de produção agrícola muito maior que o Piauí.

---

<sup>154</sup> Ibid.

<sup>155</sup> Ver: BORGES, Geraldo de Almeida. Piauí Provincial (1855-1867): exportação e desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 1979, p. 66. Apud: QUEIROZ, Teresinha de J. M. op. cit., p. 15.

<sup>156</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. Evolução Histórica da Economia Piauiense. 2ª Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001, p. 80.

<sup>157</sup> QUEIROZ, Teresinha de J. M. op. cit., p. 25.

<sup>158</sup> Ibid., p. 81

No Piauí, com ausência da *plantation*, ou seja, grandes áreas de plantação, a terra era explorada por meio do colonato, o que abria espaço para uma maior exploração do homem pobre do campo, este ocupava a terra do senhor local, trabalhando para ele entregando parte de sua produção em troca de proteção, estabelecia-se dessa forma uma relação de apadrinhamento e dependência pautado numa troca essencialmente injusta.<sup>159</sup>

Essa situação, inclusive, ainda permaneceria a mesma pelos anos vindouros do século XX, perfeitamente identificada por uma das três expedições organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz em 1912, uma delas coordenada pelos médicos Arthur Neiva e Belisario Pena, havia se dirigido ao sul do Piauí, e segundo os mesmos, a realidade daquela região particularmente Parnaguá é de “[...] pobreza e quase miséria gerais [...]”, e que tal situação explica a dependência extrema dos miseráveis aos poucos indivíduos que dispõem de alguns recursos “[...] sem que esses procurem minorar as precárias condições de seus dominados”.<sup>160</sup>

O traço de dominação e dependência também havia sido identificado por outros viajantes, como Henry Koster que na primeira metade do século XIX, pôde perceber as contradições que permeavam a sociedade de então, a rigidez que as caracterizava, além de suas desigualdades extremas como bem observou em sua viagem ao Piauí. Nessa província, a distância dos centros urbanos e a estrutura social do sertão, permitiam o aparecimento de potentados que viviam no interior do Piauí, estes desafiavam as leis civis e criminais do país. Vingavam ofensas com a morte, oprimindo os pobres e aterrando os ricos.<sup>161</sup>

Segundo Henry Koster, o poder no sertão não era baseado propriamente na riqueza, estava mais ligado ao número de servidores e agregados leais que formavam uma espécie de exército particular informal ou formalizado caso o chefe tivesse patente de Ordenanças ou das Milícias. Dessa forma, a mobilidade social também dependia da habilidade, coragem e inteligência do vaqueiro, que conseguia acumular um pecúlio e iniciar sua própria criação em terras alugadas ou apossadas.<sup>162</sup> Assim, as relações que se estabeleceram entre os grandes proprietários, fossem eles senhores de engenho, criadores de gado e seus subordinados, foram sobretudo baseadas na dependência econômica dos excluídos da posse da terra ou dos

---

<sup>159</sup> Sobre a situação da economia piauiense e as relações sociais de trabalho no campo ao longo da Colônia e do Império ver: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. op. cit

<sup>160</sup> NEIVA, Arthur e PENA, Belisário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 198. Apud; EUGENIO, João Kennedy e ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de (Org.) *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006, p. 167.

<sup>161</sup> MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 52

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 53.

engenhos.<sup>163</sup> Estes em grande parte compunham o grupo dos colonos, e são aqueles mesmos que ocuparam o pensamento de Koster quando num momento de reflexão em sua propriedade no interior ao comparar a vida que levava no sertão a época feudal na Europa, assim escreveu que,

[...]O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres; o respeito que esses barões exigiam dos moradores de suas terras, a assistência que recebem dos rendeiros em caso de insulto por parte de um vizinho igual, a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a sua proteção particular de um individuo rico, que seja capaz de livrá-los de toda opressão[...].<sup>164</sup>

É exatamente uma parte desses colonos que, na segunda metade do século XIX, a partir do interior da Província do Piauí, compuseram o manancial de homens não mais das Milícias mas da Guarda Nacional que sendo perseguidos pelos inimigos políticos de seus senhores, foram designados para lutar na guerra do Paraguai.

Em 1871, um ano após a guerra, o Piauí apresentava um quadro de relativo comércio, com as provinciais limítrofes. No entanto, em virtude dos dados escassos que o presidente da província havia recebido, por meio de relatório do mesmo ano, este afirmava que até então não era possível apurar um quadro mais completo. Diante dessa representação a cidade de Parnaíba se destacava, pois era a única que através dos dados de sua alfândega poderia demonstrar um quadro real de importação e exportação.

Mesmo com essa constatação o relatório ainda indicava que o movimento comercial da província estava diminuindo bastante naqueles anos, e que tal situação aparentemente não era particular ao Piauí sendo muito comum às demais provinciais do Império.

Com esse quadro, a província possuía 401 casas de negócios, sendo 4 grande armazéns de fazenda, 188 lojas de fazendas e retalho, 69 tabernas e quitandas, 7 boticas, 133 estabelecimentos diversos; 28 pertencem a portugueses, 8 a súditos de diversas nações, e 356 a brasileiros.<sup>165</sup>

A alfândega em Parnaíba tinha uma importância vital para a dinâmica do comércio da Província, tanto que o relatório de 1871 afirmava que “[...] o estado de suas rendas continua a ser satisfactorio, embora diminuíssem ellas um pouco ultimamente por motivos especiais.”<sup>166</sup>

Dessa forma, o relatório procurava justificar a oscilação em que se apresentavam as rendas da alfândega, afirmando que no curto espaço de três anos as mesmas haviam

<sup>163</sup> Ibid.

<sup>164</sup> KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 295-296.

<sup>165</sup> Relatório lido perante a assembléia legislativa da Província do Piauí no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871, pelo presidente da mesma, o Exmo. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão – San Luiz do Maranhão Typ. B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa, rua da paz, 5 e 7, 1871, p. 76.

<sup>166</sup> Ibid.

triplicado, não tendo continuado nesta mesma escala ascendente, por circunstâncias excepcionais. Estas seriam então a guerra do Paraguai e a guerra européia (franco-prussiana).<sup>167</sup>

Portanto, de 1866 a 1870/71, o quadro de importação havia atingido o expressivo número de 678:212\$153, ao contrário dos inexpressíveis 203:778\$850, de exportação, caracterizando as dificuldades em que a província passava, justificado em parte como o próprio presidente afirmou da conjectura em que o país vivia e da situação internacional vigente com a crise européia.<sup>168</sup>

A partir de dados censitários de 1866 mais ou menos confiáveis, a província do Piauí apresentava então uma população de 163.653 habitantes, dos quais livres 144.638 e escravos 19.015. Tinha duas principais cidades, a capital Teresina possuía 15.401 habitantes e uma população de livres em torno de 13.733 e escravos da ordem de 1.668 enquanto Parnaíba como uma cidade de muita importância comercial, possuía uma população de 8.527 pessoas, onde 7.784 eram livres e 743 eram escravas.<sup>169</sup>

Teresina, onde os jornais circularam era, na segunda metade do século XIX, uma cidade essencialmente administrativa, sede da Província do Piauí desde 1852, quando foi fundada pelas mãos do Conselheiro José Antonio Saraiva. Tinha uma certa expressividade cultural, com algumas instituições de ensino que eram responsáveis pela formação dos filhos da chamada “boa sociedade”.<sup>170</sup> A cidade era igualmente detentora de uma elite intelectual respeitável.

Aos olhos de um viajante da segunda metade do século XIX Teresina podia ser descrita com uma cidade de “[...] plano regular, com ruas espaçosas, alinhadas e cortadas em ângulos retos, e guarnecidas de edifícios apropriados ao clima abrasador em que se acha envolvida [...]”.<sup>171</sup>

Talvez fosse a mais problemática das capitais de província brasileiras, pelo menos no que se refere ao saneamento em geral, a iluminação representava uma preocupação que se arrastava há bastante tempo, sendo objeto de críticas por parte do próprio governo, que tomava como consideração o local em que a capital havia sido edificada, sua falta de calçamento e sua adversidade climática,

---

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> Ibid., p. 77.

<sup>169</sup> Ibid., p. 21.

<sup>170</sup> Sobre as características do conservadorismo do jogo partidário e das noções de boa sociedade Ver: NEVES, Lucia M. B. Pereira. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

<sup>171</sup> MENDES, Antonio Lopes, Op. cit, p. 128.

Como sabeis, a iluminação publica é uma das necessidades mais palpitantes de uma capital, principalmente no tempo de inverno, e em uma cidade como esta, em que não existe uma só rua calçada, e onde as chuvas são torrenciases [...] provinciaes cujas rendas são inferiores as destas possuem illuminação em suas capitaes, constituindo o Piahy uma inexplicável excepção á regra geral!<sup>172</sup>

Para o viajante Antonio Lopes Mendes a cidade de Teresina foi “[...] edificada n’um centro agrícola dos mais férteis e abundantes em plantas e animais dos trópicos, é o empório do commercio do sertão.”.<sup>173</sup> No entanto o mesmo Lopes a considerava “[...] pouco freqüentada, por causa do enervante clima [...]” pois ainda segundo ele em seu julgamento de certa forma darwinista,

O caracter sóbrio e accommodaticio do povo é devido a elevação da temperatura que não lhe permite excessos de energia; e nem d’elles carece para manter a sua sustentação, visto o calor e o somno diminuírem o sentimento da fome. O isolamento em que vivem os piauhenses não lhes da occasião de apreciar pratica e experimentalmente as compensações moraes e materiaes proveniente desta grande e fecunda elaboração industrial, que transforma, enriquece e nobilita os povos modernos dos climas temperados e frigidis. Serão por isso mais felizes ? talvez; se se conformarem com o destino que Deus os fadou.<sup>174</sup>

Porém, para outro viajante da segunda metade do século XIX, Teresina era uma bela e risonha capital [...] onde a graça e os encantos naturais se harmonizavam com os costumes simples e bons daquele povo modesto, ordeiro e perseverante.<sup>175</sup>

O público, como organismo social ativo da esfera pública, foi estruturado em Teresina na segunda metade do século XIX, tomando como base os parâmetros concedidos pela estratificação da sociedade piauiense. Formavam a opinião pública todos aqueles que possuíssem condições mínimas de se inserirem na sociedade como consumidores de um mercado de bens materiais.

Apesar da grande parcela de pobreza material e do alto grau de analfabetismo da população, o Piauí contou com uma imprensa bastante representativa na segunda metade do século XIX, da qual se deve reconhecer a importância para melhor fazer uso na reconstituição de parte de sua história cotidiana e cultural e muito particularmente ao que se refere à sua importância para estabelecer um entendimento a respeito da prática discursiva estabelecida pelo governo provincial, particularmente no que diz respeito à guerra do Paraguai.

A capital era, portanto, o centro nervoso do debate dos Partidos Conservador e Liberal,<sup>176</sup> em nível regional, secundada pela cidade de Parnaíba, mas suas principais

<sup>172</sup> Relatorio lido perante a assembléia legislativa da Província do Piahuy no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871, pelo presidente da mesma, o Exmo. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão – San Luiz do Maranhão Typ. B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa, 1871, p. 77.

<sup>173</sup> MENDES, Antonio Lopes, loc. cit.

<sup>174</sup> Ibid.

<sup>175</sup> PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do País* – impressões de viagem – 2ª Ed. Teresina: Secretaria de Cultura e Desportos do Piauí. 1984, p. n/p.

lideranças políticas atuavam na Corte e de lá enviavam notícias para os jornais *Liga e Progresso*, *A Imprensa* e *O Piauí*. Os periódicos também reproduziam notícias dos principais jornais do Rio de Janeiro, bem como utilizavam o trabalho de correspondentes. Assim conseguiam trazer para a Piauí os noticiários sobre a Corte e a região do Prata.

No entanto, é possível afirmar que, com relação aos periódicos do século XIX, não havia um centro, uma base irradiadora de notícias e matérias a serem copiadas. Em princípio, podemos observar que no século XIX nem mesmo havia um centro do qual irradiaria um certo “saber”, notadamente o Rio de Janeiro que se constituía num grande referencial, mas não o único. As províncias mantinham intensas trocas que não tinham só a direção da Corte/Capital para o Norte e o resto do país. Era muito comum que as matérias fossem retiradas dos jornais, mesmo dos estrangeiros: notícias, folhetins, contos, ensaios e cartas circulavam em inúmeros jornais, numa “rede”.

Em muitos casos constava a fonte de onde eram extraídos os textos, mas em geral omitia-se essa informação, mesmo porque era prática corriqueira não se colocar o nome do autor nos escritos. Outra atividade bastante comum era da troca dos jornais entre as províncias e mesmo entre os jornais nela publicados. Havia colunas destinadas a noticiar o recebimento e as principais notícias de outros jornais. Temos exemplos variados desse processo em: *O Piauí*, que comumente transcrevia parte dos editoriais de jornais do Maranhão, de Pernambuco e do exterior, o mesmo acontecia com o *Amigo do Povo* e a *Situação*.

Os jornais piauienses, em seus editoriais, usavam termos em latim, figuras da mitologia greco-romana e da história universal, o que se pressupõe que se dirigiam a um público culto, mas que acabavam por atingir um público muito mais amplo das camadas populares.

O primeiro passo para estabelecer uma melhor concepção sobre as características da imprensa piauiense foi conhecer outros jornais do mesmo período, sobretudo os que se encontravam na capital do Império. A partir dessa noção é possível estabelecer uma possibilidade de descobrir como se procedia ou mesmo identificar um padrão de escrita jornalística, tal qual existe hoje.<sup>177</sup>

Essa é na verdade uma das grandes possibilidades de se tomar o jornal como fonte para a compreensão do processo de construção de um discurso nacional, deslocando sua ação do Rio de Janeiro para as províncias do país, em nosso caso o Piauí, o que possibilita revelar

<sup>176</sup> Sobre a consolidação da ordem imperial e a construção da hegemonia da classe senhorial e a sua relação com a Coroa imperial ver MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema*, São Paulo: HUCITEC, 1987.

<sup>177</sup> Sobre padrões de escrita jornalística ver: POBLETE, Juan (Org.) *Revista Iberoamericana*. v. LXXII, n. 214, Enero – Marzo 2006.

um movimento e circulação de textos e de escritos incapazes de serem resgatados apenas com as fontes tradicionais.

De várias maneiras esse intercâmbio e as relações entre vários jornais se faziam presentes, seja através de um gênero bastante comum que os jornais chamavam, como afirmamos, de “transcrição”, quando retiravam toda a matéria de outros veículos de comunicação; quer fossem nacionais ou estrangeiros. A identificação de como se procedia essa retirada também fazia parte da própria construção do jornal, sendo para isso indicadas as notas que acusavam o recebimento de publicações de outros lugares. Muitas vezes eram publicações da mesma província e, quando não, transcrições de jornais de oposição.

Podemos observar neste simples exemplo, que as trocas não se realizavam apenas entre as províncias, mas com várias cidades do interior. Muitas notícias e “matérias” – não se usava essa palavra à época – eram retiradas desses jornais.

Assim, temos que os jornais da Piauí recebiam jornais de Paris, Nova York, Londres, sobre os quais comentavam e teciam considerações. Os jornais do Rio Grande do Sul e do Pará também eram enviados ao Piauí, que eram lidos pelos redatores que, ao mesmo tempo em que faziam circular essa leitura, enviavam seus jornais a outros lugares e às capitais de outras provinciais. Todo esse processo era feito, ou por meio terrestre, ou através de navios que, se por um lado eram lentos, por outro, cobriam esse país de costa a costa e mantinham rotas comerciais regulares com a Europa.

Esse dinamismo abre uma excelente possibilidade de compreensão para analisar o vigor da propaganda de guerra, cujo processo acabou atingindo as diferentes camadas da população de Teresina, que se viram insufladas a participar da guerra do Paraguai.

Quanto à filiação política desses jornais, de seus editores e jornalistas pode ser feito o seguinte balanço: o jornal *Liga e Progresso*, cujo principal redator era o jornalista David Caldas<sup>178</sup>, era um periódico comprometido com uma entidade denominada Sociedade Para o Progresso, da qual o jornalista Deolindo Moura era o fundador.<sup>179</sup>

Tanto o *Liga e Progresso*, quanto o jornal *A Imprensa*, cujo editor também era o jornalista Deolindo Moura, eram periódicos ligados ao Partido Liberal. No jornal *Liga e Progresso* militou nomes como o de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco que também foi colaborador no jornal *A Imprensa*. Já David Caldas atuou na imprensa durante a maior parte da vida, tornou-se deputado provincial em 1867, sempre carregando a antipatia dos membros do partido Conservador, que continuamente o acusam de populista, conseguiu

---

<sup>178</sup> PINHEIRO Fº, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3ª Ed. Teresina: Zodiaco, 1997, p. 53.

<sup>179</sup> Ibid.

convergir para si todos os ódios e rancores dos inimigos políticos. Prevendo o rumo das coisas que iam tomar a política e o jornalismo na Província do Piauí, acabou por se desligar do Partido Liberal, despediu-se da redação do jornal *A Imprensa* e fundou o seu próprio jornal *O Amigo do Povo* em 1868.<sup>180</sup>

Já Deolindo Moura no jornal *A Imprensa*, se revelou como um jornalista de pulso, terrível polemista que não deixava sem resposta a menor provocação que fosse dos conservadores. Absolutamente desprendido, militava no jornalismo e na política com tranqüilidade possuindo imenso prestígio. Nas discussões políticas não recuava e não se intimidava. Por duas vezes tentaram assassiná-lo. Era tido sobretudo como um grande orador, de palavras vibrantes, fluentes e inspiradas.<sup>181</sup>

Havia o jornal *O Piauí*<sup>182</sup>, que era o principal órgão de divulgação do Partido Conservador na província do Piauí. *O Piauí* era dirigido por Antonio Coelho Rodrigues, que havia aceitado o convite do chefe político do partido conservador na Província, Simplicio de Sousa Mendes, segundo consta este havia observado Coelho Rodrigues atuando em um julgamento público em 1866, e impressionado com a sua eloquência o convidou para dirigir o periódico do partido conservador o jornal “*A Moderação*”, ao aceitar a primeira providencia que Coelho Rodrigues tomou foi mudar o nome do Jornal para *O Piauí*.<sup>183</sup>

Todos, além de jornalistas, eram políticos muito atuantes, exercendo funções em cargos do Legislativo e Executivo. Deolindo Moura, presidiu a Assembléia Legislativa, por duas vezes, e David Caldas foi eleito deputado, na década de 1860.<sup>184</sup>

Ana Maria Rego em seu estudo sobre a imprensa piauiense e sua atuação política, nos mostra uma concepção mais profunda em que os diversos setores que compõem o poder político na província são elementos atuantes na imprensa,

No Piauí, [...], proprietários e burocratas também competem pelo poder. Organizam-se em partidos, os quais, desde a terceira década do Segundo Império, começam a se mesclar, pois o que determina a participação do indivíduo neste ou naquele grupo político é muito mais a origem familiar do que a sua ocupação, haja vista que a origem, quase sempre, interfere na última e, por conseqüência, na vinculação partidária.<sup>185</sup>

<sup>180</sup> CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998, p. 471-472

<sup>181</sup> *Ibid.*, p.478-479.

<sup>182</sup> BRITO, Anísio. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 13.

<sup>183</sup> CHAVES, Joaquim.op, cit., p. 524.

<sup>184</sup> Ver: REGO, Ana Maria Barros Leal. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

<sup>185</sup> *Ibid.*



E por fim, para Ana Maria Rego indica que a imprensa no Piauí do século XIX, é uma instituição dependente da esfera política e do poder, tanto no que se refere à esfera econômica, como quanto aos profissionais que nela atuam.

No entanto, ao tratarmos de jornais, é importante considerar dois aspectos. O da leitura e a recepção, pontos significativos da análise, pois o problema da instrução e do analfabetismo de grande parte da população no Piauí leva-nos à questionar a difusão das palavras e por sua vez, remete-nos à importância de um conjunto de fatores responsáveis pelo processo de formação de opiniões, estes seriam a sugestão, a afirmação, a repetição e o prestígio.<sup>186</sup>

Mas buscar o apoio da opinião pública não seria somente o necessário. Conquistar o apoio popular amplo representava o objetivo principal do governo imperial. À medida em que essa camada social constituiu o corpo principal das tropas que foram à guerra, a propaganda e a divulgação das vantagens oferecidas pelo governo para quem se alistasse deveriam ser apregoadas de forma ampla e maciça.

A expansão da notícia se dava através da divulgação nas ruas, por meio da transposição da mensagem escrita, do burburinho das esquinas, da conversa de porta de casa. A rua era então o lugar de expressão da massa, do encontro dos bem nascidos ou despossuídos. Mas a notícia ganhava espaço inicial nas conversas e nos diálogos em torno das sessões de leituras, da reunião dos intelectuais poetas e jornalistas, que tinha como expressão máxima nomes como, Gabriel Ferreira, David Caldas, Deolindo Moura, Coelho Rodrigues e se transmutava nas grandes manifestações em torno da causa nacional, organizadas por grupos representados por esses intelectuais da “boa sociedade”, a elite da província.

Além da idealização do público leitor que a situação acima relatada evidencia, existem outros motivos para se imaginar que a imprensa não estava restrita ao círculo de intelectuais, comerciantes e proprietários de terras.

O primeiro deles é que, entre os próprios redatores, não havia um consenso sobre qual deveria ser o público-alvo de seus escritos. Para alguns, a massa despossuída e iletrada deveria ser o objeto de seus esforços, ao contrário daqueles que sonhavam com leitores à sua imagem e semelhança, melhoradas, inclusive. E não somente entre os intelectuais, que obviamente viam na imprensa um instrumento com alto potencial de mobilização; também os

---

<sup>186</sup> VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cutrix, 1984, p. 36.

conservadores sabiam da necessidade de dirigir-se aos miseráveis, educando-os pelo bem da civilização que desejavam consolidar.<sup>187</sup>

Marcos Morel, analisando a sociedade da capital do Império, nos diz que a favor dessa idéia havia uma necessidade de direcionar as informações a um público específico. Afirma que existem indícios de que não eram apenas os membros da elite os consumidores de periódicos – apesar da pobreza e da alta taxa de analfabetismo, a imprensa também era importante e presente na vida das classes mais baixas.

Entre um dos elementos que reforça a tese de acesso aos periódicos, era o fato de que os jornais tinham preços acessíveis – custavam o preço de um dia de trabalho de um escravo de ganho.<sup>188</sup> Além disso, práticas como leituras públicas e mesmo livrarias que permitiam às pessoas que lessem os jornais sem os comprar são relatadas como relativamente comuns, o que aumenta ainda mais o espectro do alcance dos periódicos, mesmo entre aqueles que não podiam pagar por eles.

Quanto à sociedade da Província do Piauí, estava ela estruturada em círculos concêntricos. O público de Teresina possuía em seu núcleo, a já citada “boa sociedade”, composta pela aristocracia rural, capitalistas, barões, conselheiros, comendadores e seus familiares. Um segundo círculo era formado de homens novos: Os grandes comerciantes, homens de letras, militares e profissionais liberais que, por enriquecimento ou recomendação, ascendiam à camada superior.

O terceiro e último círculo, era formado por pequenos comerciantes, funcionários públicos e empregados de toda espécie, compactado entre a riqueza que era ostentada pelo estilo de vida da “boa sociedade”, e o nada representado pela escravidão.

A noção de esfera íntima de família encontrava-se relacionado aos dois primeiros círculos, que tem a casa como expressão local de liberdade psicológica do indivíduo moderno. Nessa perspectiva, a família servia como uma mediadora da sociedade e assumindo tal papel assegurava a realização das exigências sociais.

O círculo exterior era abrigo de uma legião de pessoas, alimentado pelos anseios de ascensão de funcionários públicos e pelo medo da miséria, da violência e do desemprego que atingia a todos que estavam à borda da “boa sociedade”. Esse círculo ultrapassava os limites

---

<sup>187</sup> MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, pgs. 216-217.

<sup>188</sup> MOREL, Marco, e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 93.

da casa e o seu local de expressão era tão somente a rua. Esse mesmo círculo estava presente nos mercados, nas casas de diversão baratas, enfim, nas algazarras da feira.<sup>189</sup>

Com essa representação do público piauiense de Teresina, pretendemos indicar o que nos parece ser um aspecto de dinamicidade das ruas, local onde misturavam-se os mundos do governo, do trabalho, da rotina e do ócio, onde acontecia a diversão da “boa sociedade” e da “má sociedade”, onde também misturavam-se as notícias, os fatos e as versões, os rumores e os boatos. Ao que parece, o que se passava nas ruas diariamente desempenhou um papel fundamental para a ampliação de um sistema de informações que se estruturava de acordo com as novas conjunturas econômicas, além de atuarem destacadamente no processo de difusão e recepção das mensagens.

Teresina também era o lar do então presidente da província. Quem era este Franklin Américo de Meneses Dória ? Advogado, promotor público, magistrado e poeta, curador geral de órfãos, havia sido antes chefe de polícia na Bahia. Ainda seria ministro da guerra. Criador da biblioteca militar, atual Biblioteca do Exército, sua influência na constituição das primeiras tropas para a guerra na Província do Piauí seria marca real de sua atuação como presidente.<sup>190</sup>

Homem de confiança dos conselheiros Saraiva, Souza Dantas e de Paranaguá, de quem desposara a filha, fora nomeado para presidente da província do Piauí no ano de 1864. Para Sílvio Romero, Dória era um “[...] orador plácido, macio, sossegado e correto. Nada de veemências, de entusiasmos de calorosos ímpetos.”<sup>191</sup>

Como jovem poeta, Franklin Dória louvou as qualidades do povo brasileiro em seus escritos, sempre empenhado em questões educacionais. Como presidente da Província do Piauí, entre suas principais realizações estava a criação de uma Escola Normal para formar professores primários, a navegação do Rio Parnaíba, o equilíbrio financeiro das contas da província e a própria remessa de 2.805 combatentes para a guerra do Paraguai, muitos dos quais guardas nacionais, quando fora solicitado pelo governo central que fosse enviado um efetivo de 1.100 homens.<sup>192</sup>

Um ponto importante a ser observado é o que se refere à questão da identidade e novamente nos remete a época da independência, quando a orientação pedagógica exercida por lideranças políticas foi de grande importância para cooptar o apoio popular contra a presença dos portugueses em solo piauiense e por extensão no próprio Brasil.

---

<sup>189</sup> Sobre as noções de esfera pública e privado ver: HABERMAS, Jürgen. op. cit. e MATTOS, Ilmar R. op. cit.

<sup>190</sup> Ver fotografia de Franklin Américo de Meneses Dória nos anexos, pag. 294.

<sup>191</sup> ROMERO, Sílvio. História Ilustrada da literatura brasileira, v. 4, Rio de Janeiro: Jose Olympio. 1949, p. 40.

<sup>192</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 239.

De acordo com José Murilo de Carvalho “[...] se a idéia de Brasil não estava no horizonte mental de grupos locais e da população em geral, estava na cabeça dos políticos que lideraram o processo de independência”.<sup>193</sup>

Como já foi dito anteriormente, a identidade nacional, no processo de independência, era baseada em fatores negativos, na oposição ao estrangeiro, ao português em especial. Segundo Carvalho, a elite política imperial empenhara-se pouco em definir “[...] ações pedagógicas dirigidas à população, que buscassem identificar a monarquia ao imperador e este à nação”<sup>194</sup>, o que obviamente não realizava a passagem da construção política imaginada em nação.

Concordamos em parte com essa afirmação, ao lembrarmos a questão do projeto de nação imaginada pela elite, onde para essa, a grande nação não contemplava parte da sociedade, especificamente os excluídos de toda ordem dos meios de produção, e a massa de escravos. No entanto, como vimos anteriormente, era muito difícil imaginar uma nação antes mesmo dela existir, o que por si só dificultava uma concepção que privilegiasse a todos.

Por ora o que nos interessa é observar que Dória retomou anos depois, em 1865, o mesmo discurso de unidade apregoado pelas elites durante guerra de independência, num momento tão crucial como a guerra do Paraguai, o ideal nacionalista concebido pelo governo tentava criar novamente um elo identitário entre povo e nação.

Uma teoria pedagógica de um estado que abarcasse a todos naquele momento poderia muito bem se desenvolver numa perspectiva Hobesiana, mas essa ficara a cargo dos projetos do IHGB e de um de seus membros. Ao pensarmos a segunda metade de século XIX, e especificamente a guerra do Paraguai, um sentido de projeto nacional, com um enfoque pedagógico pode ser vislumbrado a partir de práticas regionais, quase sempre identificado com a particularidade dos presidentes de província, no caso do Piauí, a concepção elaborada por Dória.

No presente caso, Franklin Américo de Meneses Dória pode ser considerado como um membro da elite imperial, cuja formação foi influenciada pelo senso pedagógico e pelo sentido da história, que orientaram sua ação política, o que não difere de um dos mais perspicazes servidores do governo, o já tão comentado aqui, Francisco Adolfo de Varnhagen.

O governo de Dória e todo o seu esforço para organizar tropas do Piauí transcenderam as expectativas, ao fazer uso da propaganda e ao utilizar para isso um ícone, uma figura

---

<sup>193</sup> CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: \_\_\_\_ *Pontos e Bordados*: escritos de história e política, Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999, p. 239.

<sup>194</sup> Ibid.

tornada digna representante da causa militar, a jovem Jovita Alves Feitosa – como veremos no próximo capítulo. A manipulação dos meios de comunicação representava então um ônus de comando político, cujas conseqüências somente seriam divididas com os acontecimentos vindouros, ou seja, com a responsabilidade na condução do voluntariado e do alistamento para a guerra.

A presidência de Dória representou, entre outras coisas, um marco no tocante à forma de condução de uma campanha marcada pela propaganda e pelo forte apelo de sentimento nacionalista, que serviu, de certo modo, como modelo de campanha, e o exemplo adotado pelo governo imperial na sua ampla mobilização pela causa da guerra.

Para a guerra do Paraguai, esse processo de difusão foi de importância fundamental para a ampliação das notícias onde os acontecimentos serviam à publicidade. Numa sociedade onde mais da metade da população era analfabeta a propaganda falada construída pelas conversas dos transeuntes, pelo boato da esquina que circulava de boca em boca, gerando um movimento de circularidade das informações, contribuiu para elevar os ânimos da população piauiense a respeito da guerra.

Quanto à questão do analfabetismo, observemos as palavras de Marco Morel, e Arnaldo Contier, ambos, consideram que esse não era um empecilho fundamental para o acesso ao que era publicado.

Para Marco Morel, no século XIX, havia a convivência dúbia de práticas do Antigo Regime com práticas modernas; dessa forma, identifica que,

[...] havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.<sup>195</sup>

Arnaldo Contier, por sua vez, cita Antônio Cândido para demonstrar o mesmo que Morel:

[...] a ação dos pregadores, dos conferencistas de academia, dos glosadores de mote, dos oradores de comemorações, dos recitadores de toda hora, correspondia a uma sociedade de analfabetos, ou pouco afeitos à leitura. Deste modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, *muito maior do que dependesse dela* e favorecendo, dir-se-ia mesmo requerendo no escritor certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou timbre de boa leitura e prejudicou, entre nós, a formação dum estilo realmente escrito para ser lido. A grande maioria de nossos escritores, em prosa e verso, fala de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som de sua voz brotar a cada passo por entre linhas.<sup>196</sup>

<sup>195</sup> MOREL, Marco, e BARROS, Mariana Monteiro de, op. cit, p. 45-46.

<sup>196</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 37.

E completa nos termos de sua pesquisa:

[...] as relações entre o remetente da mensagem e o destinatário são fundamentais a fim de explicar o surgimento de uma imprensa numa cidade em que, praticamente, as notícias eram transmitidas oralmente. [...] A sociedade paulista era constituída, em sua maioria, de indivíduos analfabetos; por essa razão, os agentes pertencentes à elite intelectual, integrantes ou não do poder, modificavam consciente ou inconscientemente as mensagens, transformando-as em boatos dos mais variados tipos.<sup>197</sup>

No decorrer do conflito de fins de 1864 a início de 1870, por toda Teresina, nas ruas e casas, ocorriam outros combates. O da mídia que lançava seu apelo através das idéias, por meio de discussões de temas referentes à guerra, apresentados com freqüência ao público pelos jornais, que ampliava o alcance das velhas e novas *mensagens*. Tais mensagens, muitas vezes misturadas às notícias vindas de todos os lugares do país e da linha de frente da guerra, quer fossem verdadeiras ou boatos, geravam um turbilhão de imagens exaltadoras da nação brasileira, veiculadas por escritores que faziam, através de sua literatura, exatamente o que hoje chamamos de produção cultural.

A exaltação da presença brasileira na guerra configura uma visão flagrantemente maniqueísta: de uma maneira geral, o Império e seus comandantes significavam o bem que combate o mal. Na relação com o Paraguai, a imagem construída do Brasil é sempre favorável: o paradisíaco e civilizado país dá lição ao infernal e bárbaro território governado por Solano Lopez. Nas chamadas e artigos que fazem referência ao Brasil podemos notar a presença de palavras de conteúdo elogioso como: Luz, Nobreza do Pensamento, Missão Civilizadora, Pátria Valente, Teto Amado.

Neste sentido, é acertado afirmar que, no caso da Guerra do Paraguai, a imprensa influía nos rumos das decisões políticas, não se prestando apenas à demarcação de território ideológico das elites políticas, havia também uma associação de interesses, enquanto durou o conflito, que pendeu entre conservadores e liberais, representados na província do Piauí pelos seus respectivos jornais.

Um outro aspecto importante é o que se refere à questão da memória coletiva, também de essencial valor. Como nos mostra Maurice Halbwachs “[...] para que a memória pessoal alcance a realidade histórica, será preciso que saia de si mesma, que se coloque do ponto de vista do grupo, que possa ver como tal fato marca uma data, porque penetrou num círculo de preocupações dos interesses e das paixões nacionais”.<sup>198</sup>

---

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 61.

De um modo mais geral, a guerra do Paraguai foi o grande acontecimento da década de 60 na história do Império. Tendo sido vivenciada de forma intensa por seus contemporâneos, nos mais diferentes lugares do Brasil, por tudo isso também pode ser considerada como um acontecimento marcante, por ser aquele que

[...] solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde continuará no entanto a exercer alguma influência insuspeita [...].<sup>199</sup>

Mas a consolidação dessa memória somente seria possível por dois meios. Na tradição oral, ou nos escritos traduzidos por meio dos jornais e de documentos oficiais. Nos periódicos podem ser encontrados dados sobre a propaganda e nos documentos oficiais a mobilização é sobre ambos de que trata o próximo capítulo.

---

<sup>199</sup> RÉMOND. René. *Por uma história política, Rio de Janeiro*: Ed. UFRJ e FGV, 1996, p. 449.

### **3 A PROPAGANDA NOS JORNAIS DO PIAUÍ E A CONVOCAÇÃO PARA A GUERRA DO PARAGUAI (1865 -1866)**

#### **3.1 A divulgação e propaganda da Guerra nos jornais piauienses**

Em dezembro de 1864 o governo paraguaio “[...] notificava que em consequência da entrada das forças brasileiras no Estado Oriental, contra a qual havia protestado, ficavam interrompidas as relações entre os dois Governos [...]”.<sup>200</sup> Com esse pequeno trecho de notícia por nós destacado é possível tomar ciência do teor da divulgação feita pelo jornal piauiense *Liga e Progresso*, à população da cidade de Teresina, sobre os últimos acontecimentos na região do Prata, cujo desfecho desencadearia num dos maiores conflitos ocorridos nas Américas durante a segunda metade do século XIX. Esse fragmento faz parte de uma série mais ampla de notícias publicadas no dia 31 de Janeiro de 1865 e, de certa forma, inaugurava o início da cobertura jornalística sobre as hostilidades entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, com ampla divulgação das notícias sobre guerra e a intensa propaganda em torno dela.

Em fins de 1864 já era grande a expectativa sobre a intervenção militar que o governo brasileiro estava prestes a realizar no Uruguai. Na cidade de Teresina, as notícias que circulavam geravam, de certa maneira, uma tempestade de especulações quanto ao futuro da política brasileira no Prata.

A guerra que parecia longe era trazida para perto pelos jornais, que procuravam justificar as operações militares levadas a cabo pelo Exército Imperial naquela região. A intervenção visava estabelecer um equilíbrio favorável à política externa brasileira, que estava ameaçada pela invasão constante do Rio Grande do Sul, por parte dos opositores históricos do Império, os membros do Partido Blanco, que naquele momento estavam no poder na República Oriental do Uruguai.

---

<sup>200</sup>Liga e Progresso, p. ?, número ?, 31/01/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.



Para o governo Imperial o momento não poderia ser mais benéfico para o fortalecimento do Estado Nacional. Uma intervenção militar em larga escala em um país vizinho e ex-província iria alavancar um amplo apoio popular. A questão Christie, ocorrida em 1863, por outro lado, havia gerado uma situação incômoda em grande parte da população do Império, e uma atitude mais agressiva por parte do governo imperial, para recuperar a honra, era cobrada, mesmo que em outra frente de combate.

Com a intervenção da República do Paraguai no conflito a favor do blancos uruguaios, o governo Imperial deveria elaborar um planejamento a fim de, segundo os discursos nos jornais da época, “vingar a honra ultrajada” pela República Guarani, fazia-se necessário não apenas o apoio popular, mas principalmente formar um exército e engrossá-lo com grandes contingentes. Somente um discurso de mobilização, que valorizasse a todos como um só corpo, poderia ser a garantia de unidade nacional. Os jornais dentro desse projeto tiveram uma importância crucial na construção dessa unidade e quando o conflito foi desencadeado de fato sua importância praticamente dobrou a fim de legitimar a idéia da guerra e do voluntariado.<sup>201</sup>

Já em 1865, quando já havia iniciado o conflito com o Paraguai, graças ao apoio e cumplicidade de grande parte da imprensa, o Império brasileiro passou a conduzir a opinião pública, através de intensa propaganda a fim de angariar apoio popular a causa, consistindo numa verdadeira preparação psicológica de corações e mentes para a convocação de voluntários para servirem nas forças armadas, principalmente no exército. Em todas as províncias, do Norte ao Sul, eram divulgadas as notícias da situação política no Prata, as decisões do governo e a própria opinião dos editores faziam-se presentes na escrita dos jornais.

Em Teresina os jornais *A imprensa, Liga e Progresso* e posteriormente *O Piauí*, foram exemplos de dedicação da empresa jornalística na mobilização para a guerra. De acordo com Anísio Brito o jornal do partido liberal, “[...] *A Imprensa*, era incontestavelmente o melhor órgão de publicidade do Piauí, fez a propaganda em prol da guerra despertando as energias cívicas da comunhão social.”<sup>202</sup>

---

<sup>201</sup> Houve uma grande afluência de estudos mais recentes sobre a guerra do Paraguai que mostra sob forte aporte de fontes a contribuição dos jornais em nível regional (provincial) na elaboração de um discurso patriótico bem como de construção do sentimento de repúdio ao Paraguai. Ver: MORAES, Fabio André da Silva. *As armas cearenses, é justa a guerra: Nação honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. (1865-1870)*. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceará, 2007. SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

<sup>202</sup> MELLO, Anísio de Brito. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 13.

Por suas páginas *A Imprensa* buscou a mobilização de grande parte da população teresinense, publicando notícias sobre os acontecimentos do front em secções intituladas: *Noticias do sul*, onde procurava fazer um resumo informativo a respeito dos principais acontecimentos da guerra, cuja fonte era, em grande parte, fruto da transcrição de outros jornais do sul.

Era possível se ler chamadas do tipo: “Rio da Prata, Lê-se no Correio Mercantil de 1º do corrente: Ainda não tinha o governo argentino conseguido organizar e reunir em Corrientes forças suficientes para repellir os paraguaios [...]”.<sup>203</sup>

Nesse contexto além da transcrição de outros periódicos havia a importância dos chamados correspondentes, pois foi se tornando vital para os jornais a obtenção de notícias diretas do campo de batalha ou das áreas de concentração dos exércitos aliados estacionados em torno das fortalezas paraguaias e suas retaguardas.

Muitos jornais do Piauí e do Império faziam uso do eficiente trabalho desses profissionais, sua atuação consolidou-se com a utilização cada vez maior do material informativo que enviavam aos jornais. Alguns eram militares, outros eram tão somente aventureiros, viajantes ou comerciantes, comprometidos em enviar correspondências com as últimas informações sobre o estado da guerra. Uma delas foi a notícia da invasão do Rio Grande do Sul por forças paraguaias, publicado no jornal *A Imprensa*.

Montevideo 28 de maio de 1865

Dispunha-me a escrever esta correspondência com toda a calma para remetter pelo paquete inglês Marsey que daqui larga dia 30 [...].

Os paraguayos, divididos em dous grandes exércitos, que segundo as melhores opiniões se compoem de 16 a 18,000 cada um, operam sobre Corrientes e sobre o Rio Uruguay, sendo o segundo corpo, conforme declara o próprio semanário de Assumpção, destinado a invadir o Rio Grande do Sul.<sup>204</sup>

Algo interessante de observar é que além da informação do correspondente, existe a indicação da fonte, que era o próprio periódico oficial do governo paraguaio.

Outra grande missão dos jornais era a divulgação da incorporação de voluntários, sobretudo os provenientes do interior, e nesse aspecto demonstra o compromisso de propaganda com a causa da guerra “Entraram [...] a 6, vindos de Valença, 13 voluntários da pátria e 9 guardas nacionaes; e a 7, de Oeiras, 9 voluntários e 23 guardas nacionaes – para a guerra. Não são menos dignos de louvor estes bons piauyenses.”.<sup>205</sup>

<sup>203</sup> *A Imprensa*, p. 1, numero 1, 27/06/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>205</sup> *Ibid.*, p. 1.

Um das características do voluntariado ocorrido no Piauí e que não deixava de ser diferente do resto do País, foi a grande participação efetiva de uma juventude estudantil,<sup>206</sup> alguns filhos de uma elite rural ou cidadina.

Muitas vezes, além de divulgar sobre o alistamento desses novos voluntários, publicava-se o nome dessas pessoas, o que se constituía uma obrigação quase religiosa por parte dos jornais, principalmente quando compunham uma parcela de favorecidos sociais, os membros da “boa sociedade”, da elite, tal como fazia o jornal *Liga e Progresso*: “Entre os cidadãos alistados distinguem-se pelas suas posições sociais os Srs. Belarmino de Carvalho Castelo Branco, Joaquim Ribeiro Torres Sobrinho, Canuto José da Paz e o mavioso poeta caçador Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco.”<sup>207</sup>

A publicação de conclamações populares como a feita por militares da Guarda Nacional, tal como a proclamação que o Ten.cel. José Lustosa da Cunha, havia feito às suas tropas em Paranaguá, antes de partir para Teresina era uma constante. Levando-se em conta de quem vinha a mensagem, um fiel servidor do Estado, a ampliação do resultado serviria bem aos interesses do governo.

É muito fácil observar o forte teor de apelo à causa. José Lustosa da Cunha, em suas palavras, reconhecia o tremendo sacrifício que seus homens fariam ao deixar seus lares para lutar em um conflito distante, ao mesmo tempo que transmitia um sentido de que teriam uma missão por cumprir, tão grande que justificaria o sacrifício

Senhores voluntários. – Momentos há na vida em que o brado da razão, por mais que soe alto e rijo, não pode deixar de ferir as ultimas fibras do coração. A ocasião é solene para nós que partimos, para os que nos são parte pela família e pelos laços mais doces, para os amigos enfim, ao deixarmos os nossos lares; não é menos solene para todos esses que ficam ou ainda mais para eles se é possível; mas nobre e sublime é o motivo que assim nos obriga a partir, a separar-nos do que temos de mais caro<sup>208</sup>

O discurso do Tenente Coronel José Lustosa da Cunha, foi publicado pelo jornal *A Imprensa* continuamente em outras edições como uma conclamação permanente a causa do voluntariado.

Como brasileiros, como filhos da terra de Sta. Cruz, não devemos por momentos desprezar os reclamos, os brados da mãe comum, o dever que temos de defendê-la e tornarmos-nos dignos filhos dos nossos maiores e dignos irmãos de nossos compatriotas e contemporâneos, que já tão belos exemplos nos dão, outrora, em Montecaseros e Toneleros, nas mesmas republicas que ora pugnamos, e ultimamente em Paisandú e Montivideo.<sup>209</sup>

<sup>206</sup> MELLO, Anísio de Britto. op. cit, p 11. Apud: NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 221.

<sup>207</sup> *Liga e Progresso*, p. ?, número ?, 15/05/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>208</sup> *A Imprensa*, p. 1, numero 02, 05/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>209</sup> *A Imprensa*, p. 1, numero 03, 12/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

A idéia de publicar discursos dessa natureza, procurava, de certa forma, ancorar uma idéia de abnegação dos homens que se alistaram para seguir com Lustosa, uma vez que juntamente com ele estavam, filhos e sobrinhos. Dessa forma, o jornal potencializava um discurso de patriotismo que também tinha por base uma irmandade familiar, amparada em uma ampla rede social. Nesse ponto a missão do jornal era ampliar a idéia de unidade de uma causa em que todos os brasileiros estariam envolvidos, à medida que servisse de reflexão aos demais moradores da Província.

Um dado é certo, ficava fora desse ideário construído pelos jornais, o de que parte da força de Influência de José Lustosa da Cunha também vinha de sua base de relacionamento fundadas num modelo de apadrinhamento local, no seu caso a partir da distante vila de Santa Filomena no extremo sul da Província do Piauí.

A guarnição sob o comando do Coronel Lustosa representava, segundo o discurso dos jornais, o que havia de mais nobre sentimento patriótico, cujo elo de ligação, praticamente familiar, era a garantia da sua forte unidade. É muito provável que isso fazia com que os mesmos criassem redes de solidariedade interna que os manteria unidos para a causa da guerra.<sup>210</sup>

No periódico *A Imprensa*, a notícia da chegada das tropas de Lustosa da Cunha foi amplamente divulgada, bem como informações sobre a chegada de outros voluntários de localidades diversas do interior do Piauí,

Aportaram n'esta cidade a 17 e fizeram a 18 sua entrada solene 243 voluntários da pátria vindos da longínqua comarca de Paranaguá, a testa dos quaes se apresentou o prestimoso Tenente Cel Jose Lustosa da Cunha, irmão do nosso distincto Senador e Conselheiro Paranaguá. A esforços d'aquelle cidadão e de seu irmão e commandante superior Jose Lustosa da Cunha foi que se reuniram esses bravos Piauhenses, entre os quaes figura não pequeno numero – Lustosas e Nogueiras – É a comarca da Província, que mais concorreo com voluntários para a guerra [...].<sup>211</sup>

Na perspectiva da campanha para o alistamento geral na Província, a imagem de um batalhão inteiro desembarcando no cais da cidade de Teresina poderia gerar diferentes formas de voluntariado, e a divulgação da chegada de tamanha tropa era a garantia de aceleração dos sentimentos favoráveis a campanha, como veremos mais adiante.

Ao chegar a Teresina, a tropa sob comando de Lustosa da Cunha, participou de uma série de eventos, que incluiu até uma parada militar, cuja notícia foi amplamente registrada pelo mesmo jornal *A Imprensa*,

<sup>210</sup> Os espaços de solidariedade construído entre os homens dentro de uma corporação militar é caracterizado pelo que se conhece como Espírito de Corpo. Ver. KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

<sup>211</sup> *A Imprensa*, p. 3, numero 01, 27/07/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

Desfilou o Corpo do Quartel, as 5, ½ horas da tarde, indo à sua frente o Exmo Dr. Presidente da Província, o Sr. Comandante Superior e seu Estado Maior, o Comandante do Corpo e a [banda] de musica dos Educandos.

Imenso povo e pessoas gradas acompanhavam os nossos bravos. Muitos vivas foram levantados durante o trajeto a S.S. M.M., ao Exército, à Armada, à S. Excia., aos Voluntários. Ao recolher proferiu o Capitão Joaquim Lima e Castro um discurso, fazendo uma resenha dos acontecimentos da guerra e incitando os Voluntários ao valor.<sup>212</sup>

Naqueles dias seriam proferidas muitas palavras de estímulo por parte da intelectualidade local, jornalistas, oradores políticos e militares como o Capitão Joaquim Lima e Castro cuja influência se fazia presente também como deputado provincial. No dia do embarque das tropas do 2º Corpo o mesmo conclamou os soldados com as seguintes palavras: “Voluntários do 2º Corpo do Piauí ! Eis vos encetando uma carreira que, embora semeada de abrolhos, deve conduzir-vos à gloria ! Ei-vos de marchar ! [...]”.<sup>213</sup>

Deolindo Mendes da Silva Moura, editor e proprietário do jornal *Liga e Progresso*, ao ver as tropas passando na porta de sua residência, também foi um dos oradores da Província do Piauí que se dirigiu até eles para proferir algumas palavras que considerava de estímulo, pois segundo as notas do jornal *A Imprensa* o mesmo estava, “[...] louvando-lhe o patriotismo e especialmente louvando o digno Comandante e sua família que tanto concorreram para a apresentação de tão grande número de Voluntários da comarca de Paranaguá.”<sup>214</sup>

A intensa campanha abriu espaços para a ampla mobilização popular não só em Teresina, capital da Província, mas também no interior , tanto que foi divulgado pelo jornal *A Imprensa* que havia sido organizada uma lista de pessoas,

[...] que assignarão-se na subscrição que se abriu no municipio de Valença promovida pelo commandante superior Antonio Leôncio Pereira Ferraz [no] total de 800\$000 [que] foi distribuída com os voluntários para se fardarem e suas despesas, a quantia de 600\$ e a restante fica para os demais voluntários que forem apresentando [...]<sup>215</sup>

Quando a guerra estava praticamente iniciada, o jornal *Liga e Progresso* foi um dos periódicos que mais se destacou na cobertura dos fatos, tanto que foi praticamente o primeiro jornal a divulgar em 31 de janeiro de 1865 a noticia do início da conflagração entre o Paraguai e o Brasil. Suas páginas procuravam dar conta da atitude desencadeada pelo governo paraguaio, ao tomar o navio *Marquês de Olinda*, que viajava em direção à Província do Mato

<sup>212</sup> A Imprensa, p. 1, numero 02, 05/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>213</sup> A Imprensa, p. 1, numero 03, 12/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Ibid.

Grosso, levando a bordo o seu presidente e o comandante das armas, entre outros passageiros.<sup>216</sup>

Nessas mesmas páginas do jornal *Liga e Progresso* era possível ver notícias a respeito do estado de guerra em que já se encontrava a região do Prata e as especulações sobre os primeiros passos que o governo paraguaio tomaria para invadir o Brasil:

O Governo paraguaio chamou ao serviço das armas todos os homens pertencentes à reserva e licenciados; mas não se sabe ao certo qual o numero o plano de guerra preferido por Lopez; mas dizem uns que pretende atacar Mato Grosso; outros, que enviará um forte Corpo de tropas para sublevar Entre Rios e Corrientes e depois marcha sobre o Rio grande do Sul [...].<sup>217</sup>

Em seguida, vinha a ampla conclamação de resistência ao invasor através de fortes palavras, como que quisessem despertar o povo a um patriotismo ainda rarefeito naquele momento. “O Brasil se levantará como um só homem para lavar a afronta que à falsa fé acaba de receber do Paraguai; e o governo Imperial saberá cumprir com os deveres de sua missão.”<sup>218</sup>

Juntamente com essa afirmação, procurava-se acalmar a população e reforçava-se a certeza de que o império rapidamente derrotaria o Paraguai, pois havia reservas “patrióticas” suficientes no Brasil para isso:

Apesar da importância destas noticias, não há razão para que o espírito publico se sobressalte. O Império dispõe de bastante força e conta com o patriotismo de todos os brasileiros para que fique a mercê de qualquer Governo, por mais fraco que seja, que se lembre de provocar-lhes os brios.<sup>219</sup>

E finalmente trazia a certeza de que a campanha no Uruguai era vitoriosa e rapidamente o império disporia de forças suficientes para o enfrentamento maior contra o Paraguai, ao afirmar que “As notícias do Estado Oriental [Uruguai] são favoráveis e brevemente estará ali acabada a contenda e o Império inteiramente livre para exigir com forças a mais plena satisfação pelo insulto que acabamos de relatar.”<sup>220</sup>

Em 26 de dezembro de 1864, o ministério dos negócios da justiça enviou uma circular aos presidentes de província para que fossem organizados os primeiros Corpos de Voluntários no Piauí. Esse documento também foi publicado nas páginas do *Liga e Progresso*, em que o seu conteúdo era por si só uma grande conclamação para a guerra e não somente uma ordem direta.

Sendo de indeclinável necessidade à vista das circunstancias extraordinárias do Estado aumentar-se consideravelmente o numero de praças do Exército e Armada,

<sup>216</sup> Liga e Progresso, p. 2, número 04, 31/01/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid.

<sup>219</sup> Ibid.

<sup>220</sup> Ibid.

assim como criarem-se corpos de Voluntários que em auxilio dos mesmos, Exército e Armada pugnem pela desafronta da honra nacional nas republicas do Uruguai e Paraguai, ative o recrutamento nessa província para o patriotismo do povo, tão interessado como o Governo Imperial em sustentar a dignidade do país, promova a organização de alguns daqueles corpos.<sup>221</sup>

No texto é possível observar como a noção de voluntariado se confundia com o recrutamento, esta última uma forma de alistamento comum desde o período colonial, caracterizado pela violência excessiva com que era feito. De certa forma, na linguagem popular setecentista e oitocentista, sempre se associou o recruta (soldado alistado) com o “recrutamento forçado”, e nesse meio militar muitas vezes o voluntário também podia ser considerado como um soldado alistado recrutado à força.

Quando ocorreu a cerimônia de embarque do Corpo de Guarnição da Província, uma ampla divulgação foi feita pelo jornal *Liga e Progresso*, destacando o discurso proferido pelo Presidente da Província aos combatentes.

O Exmo. Sr. Presidente da Província, dirigindo-se nessa ocasião aos defensores da Pátria, fez uma bela alocução, na qual mostrou eloquentemente os seus deveres e a necessidade indeclinável de não hesitarem um passo ante a defesa legítima da liberdade, honra e probidade do país infamemente ofendido no que tem de mais precioso.<sup>222</sup>

A guerra do Paraguai foi um conflito que promoveu uma ampla mobilização nacional, e o trabalho paralelo da imprensa com o governo Imperial e provincial também era no sentido de criar uma idéia de unidade nacional em torno de um inimigo internacional, o Paraguai. Assim, durante a divulgação do embarque do Corpo de Polícia da Província, o editor do jornal *Liga e Progresso* expressou a sua opinião a respeito das providencias que Dória estava tomando para que o Piauí participasse, tal como as demais províncias, dos esforços de guerra.

A. Excia. o Sr. Dr. Doria, desejoso de ver o Piauí, guardadas as proporções, ao lado de suas irmãs que mais se hão distinguido pelo sentimento de patriotismo, tem envidado todos os seus esforços para ver realizado tão nobre empenho, já dirigindo a sua palavra autorizada a todos aqueles com quem pode comunicar, já oficiando aos Comandantes Superiores dos municípios e correspondendo-se particularmente com as pessoas mais gradas da Província, pedindo-lhes toda cooperação possível.<sup>223</sup>

No entanto, é de se observar que esse comportamento de busca por uma unidade nacional, apesar de ser algo recente no Brasil, era típico daquele momento em outros países que passavam pelo processo de formação e consolidação de seus estados nacionais.

Um detalhe importante se refere ao fato de se construir negativamente a imagem de Solano Lopez na imprensa nacional e a contraposição que se fazia do país governado por este

<sup>221</sup> Liga e Progresso, p. ?, número s/n, 11/03/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>222</sup> Ibid.

<sup>223</sup> Liga e Progresso, p. 2, número 04, 06/05/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

com o Brasil. É possível identificar então a tentativa de se criar um vínculo entre o sentimento de patriotismo e a nacionalidade, essa idéia se relaciona também com o intento da imprensa em sensibilizar a opinião popular.

Ao atingir Solano Lopez e, conseqüentemente, seu país, as notícias publicadas na imprensa brasileira e piauiense não faziam referência ao passado cordial entre Brasil e Paraguai. A impressão é que o esforço despendido em alvejar Lopez, em consonância com o discurso imperial durante o conflito, foi tão grande que tornou-se quase impossível dissociar Solano Lopez de sua nação. O chefe de governo paraguaio era o mal a ser destruído, mas o país que ele comandava já havia se transformado irremediavelmente num inferno.

Em maio de 1865, o editor do jornal *Liga e Progresso* fez uma espécie de avaliação do desempenho do governo de Dória, levando em consideração os esforços do mesmo em prol de mobilização da população da Província do Piauí para a guerra, afirmando que,

Parece incrível que o Piauí, Província pequena e acanhada, pobre de todos os recursos, com péssimas vias de comunicação e sem hábitos de guerra, esteja tão adiantada em patriotismo a ponto de, no curto espaço de dois meses, ter conseguido dar um contingente tão reforçado, excedendo assim a outras suas irmãs em condições mais favoráveis.

Em março expediu S. Excia. o Corpo de Guarnição composto de perto de 400 homens e os primeiros Voluntários da Pátria.

Em abril, a Companhia de Polícia com 80. Agora, o 1º de Voluntários com 320 praças.

Em 3 meses, portanto, o Sr. Dr. Franklin Dória tem mandado para o sul 800 soldados, dos quais são Voluntários da Pátria mais de 400.

Não se pode aquilatar os embaraços e obstáculos de toda casta com que tem lutado a administração para tal conseguir.<sup>224</sup>

No Brasil os mais diversos segmentos da sociedade (entre intelectuais, artistas e jornalistas) estavam trabalhando há certo tempo em conjunto com o governo Imperial para criar um clima favorável a qualquer intervenção que o governo brasileiro viesse a realizar.

Nelson Werneck Sodré afirma, porém, que a Guerra do Paraguai não teve boa imprensa no País, ou seja, que de um modo geral, os jornais não foram favoráveis ao conflito e não forneceram apoio aos gabinetes que dirigiram os negócios da guerra. No entanto, é preciso lembrar que havia uma intensa rede de influência política dos jornais, se não na condução direta do conflito, mas na tomada de posição e apoio a causa da guerra, pois uma parte significativa dos periódicos eram fiéis representantes dos partidos políticos que se alternaram no poder entre 1865 e 1871, portanto eram dignos representantes dos seus interesses.

<sup>224</sup> Liga e Progresso, p. n/p, número ?, 24/05/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.



Dessa forma, naqueles anos da década de 60, os jornais serviam de porta-voz do governo Provincial e Imperial. E segundo aponta Ana Maria Barros Leal Rego, a Guerra do Paraguai acabou sendo um momento de intensificação desse objetivo.<sup>225</sup>

Quanto a esse aspecto, os jornais teresinenses procuravam fazer, além do seu trabalho de divulgação, uma ampla propaganda patriótica, publicando, tanto as proclamações feitas pelo Presidente da Província, como as das Autoridades Militares dirigidas à população, justificando o pedido de voluntários, como atesta o comunicado publicado no periódico *A Imprensa*, intitulado: *O Brasil e O Paraguay*.

Assim como a causa da família é a causa das almas grandes e fortes: a causa do patriotismo é a causa dos sentimentos nobres e generosos.

O Brasil que hoje se julga menoscabado em sua honra e dignidade e em seus brios pelo estrangeiro, que ousa manchar o pavilhão nacional, tem direito a chamar ao campo de batalha aqueles, que fazem parte da communhão e que vivem sob a égide das leis pátrias, à arrastarem o braço aural do inimigo.<sup>226</sup>

Uma idéia favorável a respeito da guerra ainda se fazia presente nas cidades de Teresina e Parnaíba, até o embarque do 2º Batalhão, quando então começaram a acontecer deserções de guardas nacionais destacados, sendo um prenúncio das dificuldades que seriam encontradas na convocação de homens dessa instituição.

Em 16 de setembro de 1865, o jornal *A Imprensa* publicou um longo editorial cujo título era baseado na conclamação feita por Dória, durante o embarque do segundo Corpo de Voluntários, soava como um alerta direcionado à Guarda Nacional, cuja designação já havia se iniciado,

**“Às armas ! É o grito uníssono que repercute do sul ao norte do Império. Às armas !”**

O Piauí tem respondido de maneira louvável a esse reclamo de guerra. Ai estão estes dois Corpos de bravos Voluntários que la vão em demanda dos perigos, mas também em busca de glórias.

O Piauí tem feito muito, é verdade, mas não fez ainda tudo quanto pode fazer.<sup>227</sup>

A situação das deserções de muitos membros da Guarda Nacional começava a se tornar preocupante; essa instituição paramilitar havia sido destacada para a guerra, e mesmo com o decreto que concedia a equiparação de seus componentes com os voluntários da pátria, houve relativo interesse por parte de seus membros. Isso era uma clara demonstração de que a imensa mobilização em fins de 1865 já não estava mais dando tanto resultado.

<sup>225</sup> REGO, Ana Maria Barros Leal. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001, p. 79 - 80

<sup>226</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero 2, 03/08/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>227</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero ?, 16/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

Em 1866, quando o grosso das tropas da Província já estava em luta, notícias a respeito dos soldados piauienses no Paraguai era uma constante nas páginas dos jornais, publicava-se sobretudo sobre os combatentes que faleciam,

Faleceu nos campos de Uruguaiana o Capitão Xilderico Cícero de Alencar Araújo, pertencente ao Corpo de Guarnição desta Província. [...] Marchando para a campanha com o Corpo a que pertencia, levou em sua companhia 5 filhos, deixando em Oeiras sua esposa e 7 filhos que se acham ao desamparo pela perda daquele que tudo sacrificou para correr em defesa da Pátria ofendida.<sup>228</sup>

Ou sobre os que se destacavam no campo de batalha, “Segundo informações fidedignas, portaram-se heroicamente o Cel. José Antonio da Silva Guimarães e o Ten. Cel. José Lustosa da Cunha, comandante do 24º de Voluntários.”<sup>229</sup>

Muitas dessas informações eram remetidas pelos próprios militares que, como foi dito anteriormente, atuavam como correspondentes, ou por vezes os editores dos jornais obtinham informações através de cartas que eram enviadas pelos combates aos seus familiares, “[...] O capitão Fábio Lustosa da Cunha e o Tenente José Messias de Araújo, filhos de Parnaguá, foram este ferido e aquele contuso nos combates de 16 e 18 de Julho, segundo vimos de uma carta particular.”<sup>230</sup>

Havia vez em que os jornais também publicavam os relatos de ação dos combatentes, que eram enviados por eles mesmos aos editores, tal como o narrativa de um major chamado Francisco de Lima e Silva, sobre a trágica batalha de Curupaity, em que o mesmo havia tomado parte,

Formei com o Corpo (34º de Voluntários) sob meu comando, hoje, pelas 8 horas da manhã, para atacar as trincheiras do forte Curupaity, retirando-me pelas 5 horas da tarde, em virtude de uma ordem superior, e depois de mortífero fogo da artilharia inimiga, do qual tenho a lamentar a perda de alguns oficiais e praças constantes na relação inclusa.<sup>231</sup>

Ou simplesmente eram jornalistas que já haviam iniciado na prática de correspondente de guerra. No Rio Grande do Sul, durante o conflito, um tipógrafo chamado Izidoro P. de Oliveira iniciou uma atividade de correspondente, o mesmo que havia sido fundador de vários jornais nas cidades Bagé e Pelotas, atuava por intermédio do exército, acabou se envolvendo na linha de frente dos combates de onde enviava informações para os seus jornais e para os periódicos oficiais do Estado.<sup>232</sup>

<sup>228</sup> A Imprensa, p. n/p, numero ?, 10/02/1866, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>229</sup> A Imprensa, p. n/p, numero ?, 25/08/1866, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>230</sup> Ibid.

<sup>231</sup> A Imprensa, p. n/p, numero ?, 02/02/1867, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>232</sup> Ver; RUDIGUER, F. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2003.

Quando o partido Liberal foi aliado do poder pelo partido Conservador, em 1868, após a queda do gabinete de Góes e Vasconcellos, na Província do Piauí, houve uma nova configuração política. O jornal *O Piauí*, como já foi dito anteriormente, era o principal órgão de divulgação do Partido Conservador na província, e tomou a frente da propaganda em favor da campanha militar no Paraguai.<sup>233</sup> Esse processo acirrou os debates políticos sobre o assunto com o seu grande rival no jornalismo da Província, o jornal *A Imprensa* do partido Liberal com ambos sempre travando duras refregas.

Mesmo com o processo de alternância partidária na Província do Piauí, os jornais continuaram firmes com a perspectiva de propaganda da guerra, mas também abriram espaço para uma guerra particular de ofensas políticas. O fato é que o processo de propaganda não foi abalado nem quando da queda do partido Liberal e do relativo enfraquecimento de seu órgão noticioso o jornal *A Imprensa*.

Os conservadores mantinham, em nível nacional, uma convivência política difícil com seus rivais do partido Liberal. Na província do Piauí não era diferente, pois buscavam, através de seu jornal, *O Piauí*, mostrar o quanto os liberais eram indiferentes em relação à condução do conflito.

As críticas aos liberais faziam-se presente nos mais diversos noticiários. Certa vez quando noticiaram sobre as comemorações ocorridas na cidade de Oeiras, após a vitória aliada na serie de batalhas ocorridas em dezembro de 1868 e a ocupação de assunção em janeiro de 1869, publicaram na mesma edição e no emaranhado de notícias que,

Dous liberaes apenas deram provas de patriotismo acompanhando-nos em nossas congratulações e jubilo pelo triumpho de nossas armas: foram estes, o tenente coronel João Baptista Pereira Ferras e o Reverendo cônego João de Sousa Martins, fazendo o 1º parte de nossa passeata; todos os mais conservarão-se, mudos, quedos e frios como uns defuntos !

Egoístas ! Quando no poder contarão sempre com os nossos auxílios e união para festejos dessa ordem; apeados do poder recusam hoje louvores aos bravos e intrépidos defensores de nossa causa !<sup>234</sup>

No entanto, se olharmos anos antes, em 1865 quando os liberais estavam no poder em plena campanha patriótica em favor da guerra, é possível constatar que havia um movimento contrário à campanha de alistamento de homens emanada de grupos opositoristas, revelando que a arregimentação de forças já vinha desde os primeiros dias da guerra, provocando dissensões entre as facções políticas municipais, tal como aconteceu por exemplo na comarca de Marvão, pois enquanto os grupos da situação [liberais] faziam a propaganda da guerra, por meio de discursos, proclamações, revistas militares [da guarda nacional], o grupo opositor

<sup>233</sup>MELLO, Anísio de Britto. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 13.

<sup>234</sup> *O Piauí*. p. 2, s/n. 27/02/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

[conservador] procurava anular todo o esforço de mobilização dissuadindo os entusiastas do propósito de cooperação, incutindo noutros o desânimo, o pavor, e se encontrasse ambiente, até mesmo a subversão.<sup>235</sup>

Obviamente os conservadores não se mostravam contrários à guerra, no fundo buscavam minar o espaço de mobilização dos liberais, a fim de criar o seu próprio espaço de influência, nem que para isso prejudicassem o andamento da campanha patriótica, da qual no fundo todos deveriam estar irmanados.

Em outras províncias haviam jornais que trabalharam em prol da guerra. Na 1ª fase da campanha os jornais ligados ao partido liberal eram os que mais faziam campanha, isso é indiscutível, havendo permanência do discurso mesmo após a queda de seu ministério, mas em Minas Gerais, Maria de Lourdes Reis, em seu trabalho sobre o jornal *O Jequetinhonha* ligado ao partido liberal na cidade de Diamantina, identificou um forte discurso crítico não só contra a guerra mas também contra a própria monarquia como sistema de governo.<sup>236</sup>

Isso de certo modo identifica que após a queda do gabinete liberal não apenas a permanência do discurso patriótico acabou sendo abandonada, por alguns periódicos, como a própria linha de pensamento político do jornal e de seu editor haviam mudado, essa clivagem abriu considerável espaço aos jornais conservadores já bastante fortalecidos pela ascensão do novo gabinete ministerial.

Ao nível das altas esferas do estado, isso se fazia presente nos debates políticos da câmara ou do senado, na corte, em nível provincial isso se refletia para além do cenário legislativo. Quando a tensão realmente se tornou insustentável, e a guerra necessitou de muito mais homens apelou-se para o alistamento dos afilhados políticos dos oponentes da situação, pois em sua grande maioria eram membros da Guarda Nacional.

Por volta de fevereiro de 1869, muitas notícias sobre a guerra foram destaque; nas paginas de *O Piauí*; no dia 27, por exemplo, era divulgada a mais recente novidade do campo de batalha,

Oeyras 28 de janeiro de 1869. Acaba de chegar a esta cidade o estafeta da Bahia trazendo-nos jornaes da Corte com as gloriosas noticias da queda de Villeta e a fuga do Ogre do Paraguay. Ao passo que ansiosos devorávamos as luminosas columnas do *Diário do Rio* – narrando os brilhantes e heróicos feitos de Caxias, Herval, Argollo e outros distintos soldados.<sup>237</sup>

<sup>235</sup> Ofícios de Autoridades Militares das Diversas Vilas/Presidente de Província, maço 229, ofícios nº 16 e 17 de 18/041865.

<sup>236</sup> Ver REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal “O Jequetinhonha” e a Guerra do Paraguai*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2006.

<sup>237</sup> O Piauí. p. 2, s/n. 27/02/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

O jornal *O Piauí* procurou ainda mostrar as festividades ocorridas na cidade Oeiras por conta dos sucessos aliados, “[...] - subião aos ares dusias de foguetes de todos os pontos da cidade e rompia nossa banda de musica nacional o patriótico hymino brasileiro [...]”.<sup>238</sup>

As comemorações pelas vitórias aliadas na vila de Piracuruca também ganharam destaque nas manchetes de *O Piauí* do dia 10 de março de 1869. A divulgação era iniciada com grande aclamação,

Viva S. M. o Imperador,  
Viva o invicto Caxias,  
Vivão os Exércitos aliados,  
Piracuruca 10 de Fevereiro de 1869.

A 3 do corrente chegou-nos um boletim da *Constituição* cearense confirmando a grata e inapreciável noticia do combate decisivo nos campos do Paraguay, de que tínhamos uma breve noticia em 25 de janeiro próximo passado – Angustura e Villeta, são ruínas que só lembrão o ultimo jazigo, onde sepultou-se a mais absoluta negação da Liberdade, a mais negra e objecta tyramnia !<sup>239</sup>

Nas comemorações tomou parte quase toda a população da cidade, que segundo o Jornal afirmava era [...] bello ver o povo ébrio de prazer e abrazado no sacrosanto amor do patriotismo [...].<sup>240</sup>

A visão quase mística da missão que o império tinha de civilizar o Paraguai também se fazia presente no discurso jornalístico dos redatores do jornal. Assim, de acordo com *O Piauí*,

A santa cruzada attingio o seu fim. E esta noticia chegando a esta remota, porem briosa villa, comunicou-se aos seos habitantes com uma rapidez electrica, e para logo os foguetes, que cruzavam o espaço, annunciavão que a barbaria do Paraguay fugia covarde diante da bravura das phalanges brasileiras !<sup>241</sup>

As festividades em Piracuruca entraram pela noite, o redator do periódico naquela ocasião era um jornalista que assinava com o nome de Caio Mário, o mesmo teve a preocupação de narrar com riqueza de detalhes a festa, que segundo as suas palavras,

[...] achando-se as ruas do povoado, todas hora illuminadas, reunirão-se na casa da câmara todas as pessoas gradas do lugar, cercadas da população, onde o dr. juiz de direito da comarca José Antonio Rodrigues, e o promotor publico Simplicio Coelho de Resende, improvisarão duas breves, porem enérgicas, elocuções, concluindo com vivas a S. M. o I., a F. I., ao bravo Caxias, exércitos alliados; e mais generaes. D’ahy seguirão para a casa do promotor publico, dr. Resende, onde elle offereceo atodos sem distincção um copo d’agua [...].<sup>242</sup>

Caio Mário, procurou ressaltar a importância da própria vila para as comemorações ao afirmar que, “Já veem os leitores que, se Piracuruca não é uma das primeiras localidades do

<sup>238</sup> Ibid.

<sup>239</sup> *O Piauí*. p. n/p, s/n. 27/02/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>240</sup> Ibid.

<sup>241</sup> Ibid.

<sup>242</sup> Ibid.

império, o é sem duvida do Piauhy, sendo incontestavelmente onde primeiro chegam as importantes notícias do grande mundo.”<sup>243</sup>

É possível entender que a prática de divulgar notícias quanto à receptividade “favorável” da condução da guerra, que agora estava em mãos do partido conservador, também consistia numa estratégia de mostrar que toda a província, de norte a sul, estava envolvida pela causa nacional, o que demonstra um propósito de inclusão de toda a sociedade num ideal patriótico.

Essa perspectiva seria mantenedora da normalidade e tranquilidade pública. Com as informações positivas a respeito dos resultados do campo de batalha, menor seria a pressão social pelo alistamento de homens e melhor seria a confiança da sociedade quanto ao futuro promissor da guerra.

No entanto, em 1869, ainda partiam soldados da Guarda Nacional, como atesta uma nota do mesmo jornal *O Piauhy*, sobre a organização de um “[...] contingente de G. N. que [...] foi distribuído; remetendo-o para esta capital, a fim de poder esta presidência satisfazer as exigências do governo imperial, de novos contingentes para a guerra.”<sup>244</sup>

Os redatores de *O Piauhy* estavam sempre preocupados em noticiar a repercussão do conflito junto à opinião pública, obviamente que isso já era feito em relação à Corte e ao próprio reflexo do conflito junto à Câmara dos Deputados, pois sempre davam destaque às palavras dos membros do partido conservador. O interessante é que divulgavam manifestações de apreço pela causa aliada em outros países, tal como foi publicado no dia 20 de março de 1869. “Manifestação e congratulação pela vitória das armas brasileiras – Lê-se na *Correspondência de Portugal* [...]”<sup>245</sup>

Na mesma edição fazia-se menção particularmente de homenagens provenientes de instituições políticas oficiais, tal como as homenagens realizadas na Câmara dos deputados de Portugal, a partir de um de seus membros, um deputado chamado Machado Leal, “A Câmara dos Deputados da Nação Portuguesa felicita a nação brasileira pelo êxito alcançado das suas armas e saúda a próxima e pela conclusão da guerra – José da Silva Machado Leal.”<sup>246</sup>

A evolução do conflito a partir de outros jornais do exterior, sobretudo dos países beligerantes, também era comum, uma vez que as notícias eram muito mais frescas do que as transcritas dos jornais da Corte.

---

<sup>243</sup> Ibid.

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> *O Piauhy*. p. n/p, s/n. 20/03/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI/, Teresina.

<sup>246</sup> Ibid.

Uma notícia de 25 de fevereiro foi anexada ao jornal *O Piauí*, do dia 10 de abril de 1869, segundo o mesmo,

Pelo paquete francez Poiton, da linha de Marselha, entrado hontem do Rio da Prata, recebemos folhas de Buenos Ayres, Montivideo até 20 e 21 do corrente.

As ultimas noticias do Paraguay referem que um regimento brasileiro entrou em Itanguay e aprisionou dous officiaes e alguns soldados, destacados por Lopez para occuparem uma povoação pequena.

Dizia-se que um bando de mulheres, que tinham recebido ordens de se retirarem para as serras, se haviam rebelado matando as sentinellas que as vigiavam e estas noticias pareciam confirmadas pelo facto de de estarem chegando a povoação.<sup>247</sup>

Informes, denúncias e comemorações, desde o início das tensões no Prata os jornais trabalharam a partir de uma estratégia de convencimento da sociedade que privilegiava criar, no imaginário dos moradores da província, um ideal de nacionalismo e patriotismo, nutrindo a província semanalmente com informações sobre as intervenções que o governo brasileiro estava prestes a realizar em nome da segurança do Rio Grande do Sul, o que acabou criando o ambiente favorável para uma possível guerra.

É possível observar que com a guerra já declarada, os jornais procuraram sempre apontar o Brasil como uma nação que havia sido agredida e que precisava recuperar a honra e os territórios conquistados pelo inimigo.

Os jornais na província do Piauí buscavam mostrar que em outras províncias havia sempre voluntários dispostos a se oferecerem para o alistamento nos Corpos de Voluntários da Pátria, demonstrando dessa maneira que tal atitude era uma contribuição de coragem ao Brasil.

Essa idéia era dispersa pelas ruas, o mesmo acontecia quando as informações sobre as vitórias brasileiras eram divulgadas pelos periódicos. A cada uma delas correspondia a uma passeata monstruosa pelas ruas de Teresina. Então nomes como Licurgo de Paiva declamava poesias patrióticas que, ao lado dos discursos de Deolindo Moura, empolgavam as multidões

Com esse dinamismo a imprensa brasileira podia se equiparar a estrangeira no que diz respeito à publicação de notícias sobre a guerra, essa prática era algo muito comum na Europa. Na Inglaterra, por exemplo, o *Times* fazia divulgações constantes sobre a situação dos conflitos pelo mundo. No que se refere à guerra do Paraguai não foi diferente, pois segundo Mauro César da Silveira.

Se era previsível que a guerra merecesse a atenção do jornal, face a importância que a região teve para a Inglaterra ao longo dos oitocentos, não deixa de ser significativo

<sup>247</sup> O Piauí. p. n/p, s/n. 10/04/1869, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI/, Teresina.

o acompanhamento do episódio, ao lado de outros eventos políticos e militares de grande porte registrados, naquele período, em várias regiões do mundo.<sup>248</sup>

Ainda segundo Silveira, durante a guerra da Criméia, nos anos 50 do século XIX, o *Times* havia se popularizado graças às críticas sobre as dificuldades que o exército britânico estava passando para vencer os russos e sobre o problema de ineficiência do armamento das tropas britânicas. Por conta disso, suas opiniões passaram a influenciar boa parte das decisões do governo inglês.<sup>249</sup>

Ao longo dos anos os jornais sempre nutriram o imenso público com informações sobre os grandes conflitos internacionais. Como foi possível ver o que ocorreu durante a Guerra da Criméia, entre 1853 e 1856, conflito esse que atingiu a expressiva soma de 600 mil combatentes, mortos entre russos, ingleses e franceses, turcos e em menor proporção, italianos.

Durante a mesma guerra da Criméia, a recém-inaugurada agência Reuters procurou alimentar os espíritos belicosos da sociedade inglesa, para tanto estendeu um cabo telegráfico de 550 quilômetros pelo Mar Negro para transmitir todos os detalhes sobre o conflito naquela península desolada. O uso do telégrafo acabou inaugurando, com a fotografia de Roger Fenton, o evento da cobertura jornalística.

Ainda na Guerra da Criméia, William Howard Russel, um irlandês, na época repórter do jornal inglês *Times*, praticamente inaugurou a atividade de correspondentes de guerra tal como se conhece nos dias de hoje. Russel ficou conhecido por suas narrativas sobre os combates travados em Balaclava e Alma, bem como sobre o dia a dia dos soldados.

No caso da Inglaterra, o próprio jornal servia de intercâmbio e principal fonte de divulgações dos atos do governo, o que corrobora com uma de nossas teses, de que alianças de interesses entre imprensa e governo era algo normal num contexto de afirmação da superioridade de um estado nacional sobre outro, como no caso da Inglaterra durante a Guerra da Criméia, ou numa conjuntura de construção de uma pretensa unidade nacional de qualquer país em formação, como no caso do Brasil, durante a Guerra do Paraguai.

Dez anos depois da guerra da Criméia, o mesmo aconteceu em relação à guerra da Secessão, nos EUA quando, para acompanhar o conflito entre o sul agrário e escravagista e o norte industrial e liberal, foram estendidas mais de 24 mil quilômetros de linhas telegráficas.

---

<sup>248</sup> SILVEIRA, Mauro César. *A guerra do Paraguai e as relações luso brasileiras na década de 1860-1870*. Porto Alegre: PUC, 2001. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2001, p. 36.

<sup>249</sup> Ibid.



No Brasil, como em boa parte do mundo, o Estado tinha, no quarto poder, a voz de divulgação das decisões políticas e militares. Essa voz teria que ser tão convincente que garantiria aceitação dessas decisões e, em troca, a imprensa teria como garantia todas as vantagens que quisesse, comerciais e políticas.

No que se refere ao apoio internacional aos aliados, Doratioto afirma que o governo brasileiro “[...] não conseguiu obter adesão da opinião pública internacional à causa aliada.”<sup>250</sup>

Mas é importante observar que a opinião das outras nações a respeito do conflito contra o Paraguai e sobre a condução da política externa do Brasil no Prata era uma preocupação constante do governo imperial. Essa opinião se refletia de forma positiva ou negativa na imprensa desses países pois algumas nações que apoiavam a causa aliada o faziam de forma velada, como já foi visto no capítulo anterior, já os editores dos jornais europeus ou norte americanos procuravam não tomar partido, enquanto os editores de jornais latino americanos demonstravam clara tendência ao Paraguai de Solano Lopes, tal como o governo de seus países como o da Bolívia por exemplo.

### **3.2 A propaganda e a construção da imagem de uma voluntária**

No que se refere à mobilização propriamente dita, os jornais começaram a fazer divulgação do surgimento de voluntários, quando não acontecia à própria apresentação deles à sociedade, como forma de incentivar o discurso de mobilização. Foi assim que, no início de 1865, um dos maiores objetos de propaganda da mídia jornalística naqueles dias de mobilização apareceu. Era a Voluntária Jovita Alves Feitosa, que seguiu viagem para a guerra com os 460 praças do 2º Corpo de Voluntários do Piauí, futuro 39º Corpo de Voluntários da Pátria.

Jovita Alves Feitosa, de dezessete anos, era uma jovem cearense de família simples. Vestida de homem, cortou os cabelos e apresentou-se, incógnita no Piauí, alistando-se, mas foi logo descoberta. Na feira, uma cabocla observou que o rapaz do Ceará tinha as orelhas furadas; curiosa apalpou-a; e saiu gritando que aquele rapaz era mulher. Prenderam-na, e o chefe de polícia a interrogou.

Chamava-se na verdade Antonia Alves Feitosa e tinha por apelido Jovita. Esta virou notícia e a sua história chegou aos jornais. Ela havia sido engajada pelo então presidente da

---

<sup>250</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando M. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 256.

província do Piauí, Franklin Américo de Meneses Dória, que muito certamente lembrara-se de Maria Quitéria, na Guerra de independência. Sua imagem foi exaustivamente trabalhada pelos jornais, tornando-se comentário de diversos observadores:

Apresentou-se nesta cidade uma interessante rapariga de 18 anos de idade, de tipo índio, natural de Inhamuns, vinda de Jaicós, desta província, trajando vestes de homem rude, e ofereceu-se ao Exmo. Presidente como ‘voluntário da pátria’. Aceito como tal, é, pouco depois, na rua ou na casa do mercado, descoberto o seu sexo; é levado à policia e interrogado. Confessa o seu disfarce, e envergonhada – chora, porque teme não poder mais seguir o seu intento, e pede encarecidamente que a aceitem como voluntário. Seu maior desejo, diz ela, é bater-se com os monstros que tantas ofensas tem feito às suas irmãs de Mato Grosso; é vingar-lhes as injurias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos. [...] Hoje a vimos de saiote e farda com as insígnias de 1º Sargento. Mostrar-se satisfeita e resoluta sempre [...].<sup>251</sup>

Desde o momento em que deixou Teresina e iniciou a sua jornada ela foi seguida diuturnamente pela imprensa das cidades por onde passava. O 2º Corpo de Voluntários do Piauí iria partir de São Luís direto para o Rio de Janeiro e com a chegada de Jovita a São Luís a cidade ficou em festa, conforme foi noticiado pelo jornal *A Imprensa*. “Com os oficiais que desembarcaram veio também a cidadã Voluntária, que tem sido objeto da maior curiosidade publica, desde que desembarcou. [...] Na rampa do Palácio a multidão que ali se havia aglomerado e cercou por tal forma que mal a deixou caminhar.”<sup>252</sup>

Também na corte o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, publicou sobre a recepção de Jovita em São Luis do Maranhão.

Os maranhenses fizeram a essa patriota, que mais tarde será uma heroína, as maiores ovações. Na sua chegada ali [São Luis], ia ser hospedada em casa do Dr. Juiz de Direito [...], onde se hospedou o comandante, porem o ajudante de ordens da presidência [...] a levou para o seio de sua exma família, onde recebeu a heróica menina distinto agasalho e foi cumprimentada por inúmeras pessoas.<sup>253</sup>

A presença de Jovita foi acompanhada ainda por uma série de apresentações artísticas, desde a encenação de uma peça teatral, até recitação de poemas em sua homenagem, tudo financiado por conta dos comerciantes da cidade.

Houve, como estava anunciado, o espetáculo em honra da heroína. Ela ocupava o 1º camarote da 1ª ordem, que a empresa lhe oferecera, e foi alvo da admiração do extraordinário número de espectadores que enchiam o teatro. Trajava farda e calças brancas, saiote encarnado e trazia banda e insígnia de 1º sargento [...]. Depois de uma poesia patriótica brilhantemente recitada pela Sra. Da. Manoela e do hino de guerra cantado pelos artistas da Companhia, foi a jovem Jovita chamada à cena pelos expectadores e ai coberta de flores, saudada com grande entusiasmo e prolongados vivas a ela e a seus companheiros de armas. Então ofereceu-lhe a Sra. Da. Manoela uma coroa de flores e um crucifixo de ouro, pendente de um cordão do mesmo metal do valor de duzentos mil reis [...] O Sr. Boaventura José Coimbra

<sup>251</sup> GÓES, Damião de. *Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º Corpo de Voluntários do Piauí, natural do Ceara – por um fluminense*, Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de Brito & Irmão, 1865, p. 15.

<sup>252</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero ?, 09/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN, Rio de Janeiro.

<sup>253</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, p. n/p, número ? 10/09/1865, Seção de Periódicos, AN, Rio de Janeiro.

Sampaio, negociante português [...] entusiasmado pela nobre dedicação da patriótica cearense ofereceu-lhe um fardamento fino de pano azul, e outras pessoas fizeram-lhe diversas dádivas.<sup>254</sup>

A sua imagem foi exaustivamente trabalhada pela mídia da época, estabelecendo um estereótipo ideal de heroína nacional.<sup>255</sup> Tal processo pode ser observado nas notas do jornal *O Paiz*, de São Luis do Maranhão, transcrito pelo jornal *A Imprensa*, na mesma edição em que noticiou sobre a recepção feita a Jovita em São Luis do Maranhão.

Bravos do Piauí ! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império. Sois dos mais valorosos, Sois dos mais heróicos. Acompanha-vos uma heroína. [...] Sim piauienses, esta passagem, virgem nos anais de um povo novo, seja um estímulo para vós. Vede que o sexo frágil vos acompanha. E' a visão de nosso Exército. E' o anjo dos Voluntários do Norte.<sup>256</sup>

Em Salvador, a festa não foi menor e mais uma vez a imprensa estava lá para divulgar,

A maior novidade que há por aqui é a presença da célebre Jovita Alves Feitosa. [...] Aqui chegando o *Tocantins*, o sr Tenente-Coronel José Lustosa saltou em terra e com ele, mas não sem acanhamento saltou também essa interessante rapariga, que na sedutora idade dos dezoito anos se apresenta ao país inteiro com a única celebridade de seus heróicos sentimentos, Hospedando-se no palácio da Presidência, onde foi recebida com admiração devida a singularidade de seu patriotismo [...] foi bem depressa e por largas horas objeto de imensa especiação publica: a praça do palácio converteu-se num grande anfiteatro, e a nova Hermes, em espetáculo para uma multidão de curiosos, apresentando-se de quando em quando nas varandas do paço presidencial.<sup>257</sup>

O ponto alto da exploração midiática de Jovita ocorreu mesmo no Rio de Janeiro, onde causou grande agitação, havendo manifestações por parte de artistas, de comerciantes. Muitos foram os que tiveram a sua opinião publicada nos principais jornais da cidade. “Patriotismo. Por toda parte onde soa um hino de guerra [...] alistou-se a heroína Jovita, que a exemplo dos seus antepassados quer também libertar a pátria ou morrer por ela.”<sup>258</sup>

Foram feitas divulgações nos jornais sobre o grande espetáculo montado na cidade em sua homenagem:

Espectáculos.

Teatro de São Pedro de Alcântara. Hoje. Terça-feira. 12 de setembro de 1865. Grande espetáculo em aplauso à chegada do segundo corpo de voluntários do Piauí, onde vem incorporada a jovem heroína brasileira Jovita Alves Feitosa. Hino Nacional – pela orquestra. A atriz Ismênia em caráter militar, e toda a companhia em trajes de voluntários, cantarão o novo hino ‘A Espartana do Piauí’. Drama militar – Recordações da guerra peninsular pela atriz D. Loduvina em caráter de guerreira, será recitada uma poesia alegórica ao ato. O Exmo. Comandante, oficialidade e a jovem heroína dignam-se assistir em camarotes a este espetáculo. [...] <sup>259</sup>

<sup>254</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero ?, 09/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN, Rio de Janeiro.

<sup>255</sup> Ver fotografia de Jovita nos anexos, pag. 293.

<sup>256</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero ?, 09/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN, Rio de Janeiro.

<sup>257</sup> *Diário da Bahia*. p. n/p.numero ? 05/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN, Rio de Janeiro.

<sup>258</sup> *Correio Mercantil*. p. n/p, numero ? 12/09/1865. seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>259</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, p. n/p, numero? 12/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

Não apenas o *Diário do Rio de Janeiro* fez divulgações mas outros jornais, como o *Jornal do Commercio* e o *Correio Mercantil* também o fizeram, havia uma preocupação muito grande com a relativa queda do apoio à guerra que a sociedade no Rio de Janeiro estava apresentando. O espetáculo então serviria para a já consagrada campanha de conclamação do povo, cuja percepção de alguns dos responsáveis pela mobilização ajudaria na conscientização da importância daquela causa para o país a imagem de Jovita seria o exemplo real de voluntariado.

Logo após o espetáculo, as primeiras manifestações se fizeram presente nos jornais como atesta o artigo seguinte.

Em saudação à voluntária [...] Jovita, realizou-se anteontem no teatro São Pedro uma récita. Grande foi a concorrência do povo ao espetáculo. Depois cantado um hino dedicado à jovem voluntária, e de recitadas diversas poesias ela foi conduzida à cena no meio de flores que lhe atiravam de todas as partes, e ai recebeu uma coroa de louros, que conservou na frente durante a noite. Nos intervalos do espetáculo foi [...] continuamente visitada em seu camarote por grande numero de cavalheiros e damas, que disputavam quem apertaria a mão a tão intrépida quanto modesta menina <sup>260</sup>

Se havia toda essa grande admiração pelo feito de alistamento voluntário de Jovita, igualmente havia no próprio seio da coletividade um forte sentimento de rejeição a tal comportamento, fato consagrado por outras tantas manifestações de uma parcela da sociedade, que via a atitude da voluntária motivada por interesse pessoal.

Tais críticas ganharam projeção nas páginas dos jornais, muitos de seus críticos afirmavam que como mulher não poderia realizar trabalho próprio dos homens e muitas se colocaram como contrárias ao seu oferecimento para ir à luta no Paraguai.

A maioria das notas eram discordantes, questionavam suas razões para ir à guerra, suspeitando de suas reais motivações e de seu patriotismo, tido como falso, algumas chegaram a afirmar que talvez suas razões estariam relacionadas a um homem que se alistara e também seguia para a guerra.

No *Jornal do Commercio*, do mesmo dia 14 de setembro de 1865, saiu a seguinte nota de um leitor insatisfeito,

A heroína brasileira

A ofensa mais grave à dignidade dos homens que se prezam e à daqueles que militam é sem duvida a presença da jovem Jovita Alves Feitosa nas fileiras do 2º batalhão de voluntários do Piauí. Custa crer, porem esse fato infelizmente deu-se, e na atualidade houve m presidente de província que aceitou semelhante oferecimento dessa senhora; e ainda mais, para galardoá-la mandou dar-lhe o posto

---

<sup>260</sup> Correio Mercantil, p. n/p, numero? 14/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

de sargento. Desejávamos que o presidente do Piauí nos dissesse em que se firmou para fazer semelhante aceitação e conferir-lhe o posto que mencionamos.<sup>261</sup>

A preocupação do leitor se relacionava tanto à questão da presença dela nas forças armadas, quanto ao fato de ter recebido o posto de sargento, algo que já era relativamente difícil para militares do sexo masculino, que precisavam cumprir um bom tempo de serviço militar para alcançar tal posto. Mas a opinião do leitor fazia uma ressalva e deixava claro que mesmo a presença feminina poderia ter alguma utilidade. Havia um hábito, de longa tradição no exército brasileiro, amplamente consagrado em outras operações militares, que era de se permitir que mulheres dos combatentes seguissem com seus companheiros para os campos de batalha, o que de certa forma demonstra o grau de aceitabilidade por parte da sociedade brasileira, da permanência de famílias inteiras em zonas de operação militar, tal como atesta as próprias idéias do leitor,

Nos exércitos em campanha, muitas mulheres, quer de soldados ou não acompanham e prestam, reunidas a eles, serviços úteis como sejam lavar, cozinhar e engomar a roupa das praças. A mulher poderá servir quando muito para fornecer um ou outro cartucho, um ou outro cantil de água em ocasião de fogo, ao soldado que peleja; mas não poderá jamais lançar mão de um sabre e bater-se quando se apresentarem ocasiões.<sup>262</sup>

Mas a nota de certa forma também demonstrava a preocupação com o tamanho impacto dado a imagem dela por onde passou,

Não nos admira que o presidente do Piauí a aceitasse e a fizesse marchar para esta corte; não nos admira que ainda que os especuladores a façam apresentar-se nos teatros, cobrindo-a de flores, bravos e palmas; não nos causa admiração que a abnegação dela fosse tanta que deixasse seu pobre pai e tenros irmãos por amor à pátria; nada disso nos faz admirar; o que unicamente admiraremos é que o Exmo. sr. ajudante general do exercito consinta que essa heroína marche para o teatro da guerra. Foi um oferecimento justo, honesto, nobre e muito patriótico; mas cumpre, para honra e moralidade do país, que ele não seja imitado.<sup>263</sup>

O julgamento do leitor demonstra insatisfação, mas comprova de igual forma que a utilização de Jovita como objeto de propaganda surtiu o efeito esperado.

Por outro lado, um dos mais severos críticos do engajamento de Jovita ao Exército foi Alfredo d'Escragnolle Taunay, o que evidencia uma reação negativa ao oferecimento da voluntária por parte de setores importantes do meio intelectual brasileiro Taunay afirmou que,

Chegaram os retratos do Viegas, o meu antigo inspetor, e da interessante Jovita que me pareceu muito engraçada nos seus trajes de primeira Sargenta. [...] O papel de enfermeira para a mulher que queira dedicar-se é o mais elevado e nobre possível; concilia a dedicação e a conveniência, a abnegação e a dignidade. A piauiense

<sup>261</sup> Jornal do Commercio, p. n/p, numero? 14/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>262</sup> Ibid.

<sup>263</sup> Jornal do Commercio, p. n/p, numero? 14/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

devia considerar tudo isso e em lugar de seus instintos belicosos, lembrar-se de que para uma mulher é mais nobre sanar feridas do que as abrir.<sup>264</sup>

No Piauí, o jornal *A Imprensa* publicou um artigo sobre uma crítica que havia sido feita por um leitor a Doria, por haver aceitado uma mulher como voluntário,

Alguém censurou S. Excia. o Sr. Doria por ter aceitado uma mulher como Voluntário da Pátria, por te-la feito jurar a bandeira como soldado. Entretanto assim não foi. S. Excia. não fez mais do que dar apreço a um rasgo de patriotismo [...] Dirigindo-se ao Governo S. Excia. disse que essa rapariga, animada como se mostrava do desejo de prestar a sua terra um serviço qualquer, nas atuais circunstâncias, poderia ser aproveitada como enfermeira nos hospitais de sangue, a exemplo de outras, se não pudesse sê-lo nos campos de batalha.<sup>265</sup>

Mas de certa forma o próprio jornal foi em defesa de Jovita e de Dória, pois o seu editor afirmou que: “Não a fez assentar praça de soldado, nem ela jurou bandeira; a graduação de Sargento que lhe deu o Comandante do Corpo foi um meio de proporcionar-lhe um maior vencimento para melhor ocorrer às suas necessidades.”<sup>266</sup>

Nos jornais do Rio de Janeiro o mesmo aconteceu, as opiniões de alguns leitores que viam com bons olhos a possibilidade de Jovita seguir aos campos de batalha eram expressas através de notas nos jornais ou artigos. Assim, não deixava de haver quem escrevesse em seu favor. Quase sempre esses artigos eram rebate às críticas, tal como a resposta de um leitor do *Jornal do Commercio*.

[...] ontem apareceu um pequeno artigo em que se censura o procedimento do ilustrado presidente do Piauí por ter aceitado como voluntário da pátria a jovem heroína brasileira Jovita Alves Feitosa [...]. O censurante deseja saber em que S. Ex. se afirmou para fazer semelhante aceitação, e nós lhe diremos que na história, nos fatos.

Recorra à história e verá o presidente justificado. Nada mais simples. E demais, que mal vêm à terra em que se aceite para a guerra a uma casta e interessante jovem que outro impulso não teve em seu coração senão o amor pátrio ? [...].<sup>267</sup>

Essas respostas esclarecem-nos sobre o papel de Jovita para a causa da guerra: servir de exemplo pedagógico e instrumento de propaganda que, de certa forma, teve duração efêmera, como se imaginava que também a guerra seria breve.

Outros leitores também responderam às críticas, um dos artigos assinado por “um que já foi militar” o dito leitor afirma:

[...] Vê pois sr. redator, que Jovita não se acha nas fileiras de nosso exército porque seja preciso, mas sim para deixa-la provar que é Brasileira, e que, muito embora mulher, não deixa por isso de ser patriota e de querer também erguer seu braço contra o malvado do Paraguai. Julgo que não deve ser esse o motivo para ser censurado o governo, porque quando na Europa chegar a noticia de que no Brasil

<sup>264</sup> TAUNAY, Alfredo E. *Memórias*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1946, p. 119.

<sup>265</sup> *A Imprensa*, p. n/p, numero ?, 28/10/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>266</sup> *Ibid.*

<sup>267</sup> *Jornal do Commercio*, p. n/p, numero? 14/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

uma mulher marchou para os campos de batalha, deverá chegar também a de que essa mulher foi, não porque faltassem brasileiros para defender a pátria, mas sim porque ela pediu para que lhe deixassem descarregar um golpe, ao menos contra aquele que insultou a sua nação. [...].<sup>268</sup>

Apesar de toda a campanha de divulgação e os embates nos jornais dos que eram a favor e contra o alistamento de Jovita, uma decisão foi tomada em setembro de 1865, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. A ordem foi baixada, direcionada ao comandante do Corpo, o Tenente Coronel José da Cunha Lustosa, cujo teor preconizava o seguinte,

Ilmo. Sr.  
 Não havendo disposição alguma nas Leis e Regulamentos militares que permita a mulheres terem praça nos Corpos do Exército, nem nos da Guarda Nacional, ou de Voluntários da Pátria, não pode acompanhar o corpo sob o comando de V. S. com o qual veio da província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços cuja importância podem tornar a referida voluntária tão digna de consideração, como de louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento: o que declaro a V.S. para seu conhecimento e governo.<sup>269</sup>

Mesmo com a intensa campanha de propaganda em torno do alistamento de Jovita, a sua admissão no Exército foi recusada por tal ato, sendo publicado em ordem baixada pela secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, no dia 16 de setembro de 1865.

De certa forma não se negou a ida de Jovita à guerra. A determinação do Secretário de Estado dos Negócios da Guerra apenas negou o seu alistamento como recruta, talvez daí é que se tenha passado a idéia de que ela de fato tivesse seguido para o conflito e servido como enfermeira, nos hospitais de sangue. No entanto, não foi isso o que ocorreu, tal como atestaram os acontecimentos posteriores.

A despeito de já esta consagrada como um ícone, um exemplo a ser seguido naqueles dias para o esforço de alistamento, tal como ficou evidente nas manifestações de solidariedade e apoio à sua iniciativa, não foram suficientes para que o seu apelo fosse ouvido. Mesmo após ser recebida pelo Imperador Pedro II, em 18 de setembro de 1865, juntamente com o comandante e os demais oficiais do Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí, a decisão de não incorporá-la foi mantida.

A fim de amenizar o impacto de sua decisão, o secretário dos negócios da guerra ainda escreveu-lhe uma carta, cujo ato foi explicar-lhe em “[...] termos os mais dóceis e convincentes [...]”, reafirmando o preceito da lei. Na dita carta revelava o seu pesar e dizia que a sua compleição e o seu sexo eram “[...] a razão para não poder suportar as fadigas de

<sup>268</sup> Jornal do Commercio, p. n/p, numero? 15/09/1865. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>269</sup> GÓES, Damião de, op. cit., p. 27.

uma campanha.” Apreciava e louvava a prova do seu patriotismo e terminava oferecendo os meios necessários para retornar ao seio de sua família.

A carta de certa forma é reveladora de um dado interessante: Jovita provavelmente sabia ler, o que nos permite supor que talvez ela mesma houvesse sido capturada pela propaganda de guerra construída nos jornais nos primeiros meses do conflito.

Seja como for, no presente caso de engajamento de Jovita junto às tropas da Província do Piauí, a atuação de Franklin Américo de Meneses Doria, foi bem clara e objetiva. Graças ao seu empenho e determinação, transformou o improvável e exótico alistamento de uma moça do interior do Piauí em uma alegoria exemplar, fornecendo ao país bem mais do que os homens para lutar na guerra, deu ao país um exemplo a ser seguido.

Se, no momento em que alistou Jovita, não lhe era dado prever o desfecho dos acontecimentos que culminaram na sua morte, para o presidente da província os momentos iniciais da campanha, pelo contrário, possibilitaram uma ótima colheita dos resultados, tanto que resultou na jornada gloriosa da sargento Jovita até o Rio de Janeiro.

As escalas feitas pelo vapor *Tocantins* pelas capitais de Províncias do Norte eram sempre acompanhadas por autoridades locais, além de jornalistas e empresários da indústria de entretenimento, perfazendo um verdadeiro circo. A elite do Estado imperial, representada pela figura dos quatro presidentes de província por onde passou o vapor *Tocantins*, soube tirar proveito da presença de Jovita, se não como atuantes promotores – performance relegada a Doria – mas como coadjuvantes do imenso espetáculo montado, cujo objetivo maior se traduzia na promoção do alistamento militar.

De certa forma, o episódio de Jovita foi um dos exemplos que fizeram com que populações dispersas de uma perspectiva nacional, unidas tão somente por laços de lealdade e solidariedade locais, passassem a se sentir mais integradas a uma comunidade social chamada Brasil.

A participação da imprensa no episódio pode ser considerada como máxima, ao que se refere à construção e à popularização da personagem, bem como a distribuição da imagem escrita e idealizada de heroína nacional, para consumo das populações. De agosto de 1865, quando se apresentou em Teresina, até o dia de sua dispensa no quartel do Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, Jovita esteve sempre cercada por jornalistas. A dimensão nacional do fenômeno construído, somente foi possível graças ao alcance da imprensa, por meio da transmissão das notícias do Norte, através da reprodução em órgãos da imprensa na Corte e no Sul, e vice-versa, à medida que se aproximava da capital do império.



Assim, no Rio de Janeiro, depois de muito festejada, tal como havia sido em outras cidades, nos teatros, nos passeios públicos, a autoridade Militar julgou que devia dispensá-la como combatente. Alfredo d'Escagnolle Taunay elogiou o secretário geral dos negócios da guerra, o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, pela sua decisão, afirmando que ele era “[...] um homem de muito juízo e bom senso, fez muito bem não consentindo na partida daquela patriota como soldado.”<sup>270</sup>

No Rio de Janeiro, com a sua recusa por parte do exército, lentamente desaparecia o interesse da mídia por ela. Ainda houve quem escrevesse aos jornais convocando o público a comparecer a um espetáculo, que seria encenado pela empresa artística administradora do teatro Ginásio, em benefício de Jovita.

Enquanto isso, em Teresina, a imprensa, precisamente a ligada ao partido Conservador, tratou de desmistificar o mito criado por Doria ao consentir o engajamento de Jovita como voluntária.<sup>271</sup>

Jovita ainda retornou ao Piauí, porém a sua volta não teve o mesmo glamour de sua viagem de ida à Corte, pois passou praticamente despercebida pelos portos em que havia estado. Franklin Dória também já havia sido avisado pelo Conselheiro José Antonio Saraiva que ela retornaria ao Piauí.<sup>272</sup> Ao chegar em Teresina, ficou hospedada na casa de uma família, a pedido do presidente da província enquanto levantava recursos para viajar até a vila de Jaicós no sul do Piauí. Quando conseguiu, ao chegar lá o seu pai a recebeu muito mal. Desgostosa, ela regressou a Corte para cair no anonimato.<sup>273</sup>

Em meados de 1865 a guerra entrava em seu segundo ano sem haver acontecido uma batalha decisiva que a pusesse a termo. A perspectiva de uma campanha rápida e vitoriosa estava frustrada. Em abril de 1866 os aliados invadiram o Paraguai, aumentando a necessidade de envio de mais contingente para o teatro de operações. Ao mesmo tempo, tomava corpo junto à opinião pública um sentimento de repúdio e negação, pelo modo como era conduzido o alistamento de homens para o conflito. A imprensa, sobretudo a de oposição, passou a tratar o assunto de forma mais crítica, estendendo a sua observação, inclusive às ações do governo e à condução militar do conflito.

Quanto a jovem Jovita, a sua história acabou se encerrando num trágico episódio, levado em termo por seu suicídio, dois anos depois de todo o percurso que havia feito. O

<sup>270</sup> TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. loc. cit.

<sup>271</sup> CHAVES, Joaquim. O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos n° 4*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1971, p. 52.

<sup>272</sup> CARTA de José Antonio Saraiva a Franklin Américo de Menezes Dória, Rio de Janeiro, 22/10/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 87. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>273</sup> CHAVES, Joaquim. op. cit., p. 53.

suicídio, por questões passionais, foi amplamente divulgado pela mesma imprensa que a havia exaltado.

No Piauí a notícia foi publicada nas colunas do jornal *A Imprensa*, do dia 16 de novembro de 1867, que transcreveu a notícia a partir de outros jornais que, certamente, possuíam como fontes as muitas testemunhas que conviveram com Jovita, na Corte. Assim foi dado um destaque completo sobre a história.

Suicidou-se, anteontem, à tarde, na casa da praia do Russel, nº 43, Jovita Alves Feitosa, [...] a mesma que viera para esta Corte com o posto de Sargento em um batalhão de Voluntários da Pátria do Piauí [...]

A respeito desse trágico acontecimento e dos motivos que levaram aquela infeliz a dar fim aos seus dias, comunicou-nos a autoridade competente o seguinte:

Jovita entretinha, há muito tempo, relações com Guilherme Noot, engenheiro da Companhia City Improvement, morador com outro engenheiro da mesma Companhia da casa acima.

Tendo finalizado o tempo do contrato que Noot tinha com a Companhia, e devendo ele partir anteontem para a Inglaterra, escreveu no domingo à Jovita um bilhete em inglês, no qual despediu-se, participando aquela sua intenção.

Desconhecendo a língua inglesa e na suposição de que aquele bilhete não continha mais do que a repetição de cumprimentos que o mesmo lhe havia mais de uma vez dirigido em outros escritos em português, Jovita não se deu pressa em procurar quem lho traduzisse.<sup>274</sup>

E com uma riqueza impressionante de detalhes, o jornal *A Imprensa* informou todo o ocorrido,

Anteontem de manhã, indo alguém à rua das mangueiras, n.º 36, onde morava a infeliz, disse –lhe que Noot havia partido no Pacote inglês *Oneida*, notícia esta que lhe causou surpresa e desassossego, tais que a mulher que com ela morava, temendo algum desatino de sua parte, procurava tranquilizá-la, dizendo que talvez não fosse verdade.

Porem depois de 2 horas da tarde, fez Jovita chamar um carro e vestida com todo esmero, nele entrou, mandando que a conduzissem à casa indicada na praia do Russel, onde chegando e sabendo de uma preta que com efeito Noot havia partido, e que seu companheiro não se achava em casa, entrou no quarto que fora habitado por aquele a quem procurava e tendo pedido um envelope nele meteu alguns papeis com direção a Noot, entregou-o à preta com recomendação de remetê-lo ao seu destino, e sentou-se na cama que ali havia, retirando-se a preta.<sup>275</sup>

Daí em diante o que ocorreu foi resultado de um ato trágico, dramático e inconseqüente, pois de acordo com o periódico,

Às 5,1/2, vendo a preta que a moça ainda se encontrava no quarto, ali penetrou e encontrando-a deitada na cama com a mão direita sobre o coração e parecendo presa de um ataque, tentou reanimá-la, chegando-lhe ao nariz um vidro com água de colônia, depois do que procurou levantá-la e viu então que a mão colocada sobre o coração apertava um punhal nele cravado até as guardas.<sup>276</sup>

Diferentes jornais do Rio de Janeiro, como o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Commercio*, trataram sobre a sua morte No *Diário do Rio de Janeiro*,

<sup>274</sup> *A Imprensa*, p. 1, número [?], 16/11/1867. Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>275</sup> *Ibid.*

<sup>276</sup> *Ibid.*

de 11 de outubro de 1867, saiu a notícia de que na tarde do dia 9, uma moça se dirigira à casa número 43, da praia do Russel, procurando pelo engenheiro William Noot, que ali residia. Informada por uma criada que o referido engenheiro partira para a Europa, a moça solicitou que lhe fosse permitido o acesso ao quarto do rapaz, para que pudesse escrever uma carta. Algum tempo depois, preocupada com a demora da moça, a criada foi ao quarto para ver o que acontecia. Ao entrar no recinto encontrou a jovem estirada sobre a cama, com um punhal fincado no peito. A suicida deixara um bilhete de despedida, em que declarava cometer aquele ato de desespero por não poder resistir à separação. Quando da chegada da polícia, a jovem foi identificada como a voluntária da pátria que viera do Piauí havia dois anos.<sup>277</sup>

Já o *Correio Mercantil* informou que, a casa da praia do Russel, número 43, pertencia ao tenente coronel João Frederico Russel, que a alugara para o Inglês Howard e que este dispusera de um cômodo para alojar o engenheiro Noot em sua estada na Corte. Fora o proprietário do imóvel, João Russel, quem chamara a polícia. Para lá acorreram o subdelegado da Glória, dr. Peçanha, acompanhado pelo médico atestador de óbitos, dr. Goulart, por um escrivão e testemunhas que reconheceram Jovita Alves Feitosa. Foram ouvidas as duas únicas pessoas que estavam na casa no momento do suicídio, um criado e uma escrava de aluguel que trabalhavam para Howard. Estes declararam que Jovita mantinha há algum tempo relações amorosas com Noot. Disseram também que ao chegar à residência e confirmar a partida de seu amante, Jovita procurou o quarto do rapaz pedindo material para escrever-lhe uma carta. Com a polícia no local, os primeiros exames no corpo revelaram que nos bolsos do vestido de sarja preta que a jovem usava estavam o bilhete de despedida da suicida e duas fotografias, alguns escritos, poesias e uma carta do engenheiro, na qual participava a Jovita sua partida para a Europa. O bilhete deixado por Jovita dizia apenas: “Não culpem a minha morte a pessoa alguma. Fui eu quem me matei. A causa só Deus o sabe”.<sup>278</sup>

No mesmo 11 de outubro, o *Jornal do Commercio* confirmava as demais matérias dos jornais, enfatizando que a carta de Noot fora escrita em inglês e que a jovem não tomara conhecimento do seu conteúdo até ser visitada em sua casa, na rua das mangueiras, por uma pessoa que lhe contou ter seu amante embarcado no paquete *Oneida*, com destino à Inglaterra. Tal informação causou-lhe surpresa e desassossego, segundo uma mulher com quem a moça dividia a casa. Percebendo a aflição de Jovita, essa mulher tentou, sem sucesso, tranquilizá-la. Às 14 horas do dia 09 Jovita tomou um carro de aluguel e dirigiu-se para a praia do Russel,

<sup>277</sup> Diário do Rio de Janeiro, p. n/p, numero? 11/10/1867. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>278</sup> Correio Mercantil, p. n/p, numero? 11/10/1867. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

com a provável intenção de não mais voltar, pois se despedira de sua companheira que dividia a casa dizendo “adeus, até nunca mais”.<sup>279</sup>

No dia 10 de outubro de 1867, Jovita foi enterrada no cemitério do Caju. O jornal *Diário do Rio de Janeiro*, do dia 12 do mesmo mês, publicou uma nota mostrando as condições em que aconteceu o seu enterro, mostrando que a situação de Jovita na capital do Império era de grande abandono.

Essa moça que tanto entusiasmo causou a Província do Piauí e aqui na Corte, que tanto dinheiro deu a ganhar aos fotógrafos que com ela se empenharam para tirá-lhe o retrato e expo-lo à venda, ela que foi vitorizada no teatro São Pedro de Alcântara, em uma noite quando apareceu em um dos camarotes vestida de vivandeira, seria ontem atirada na vala do cemitério do Caju, se uma mão benfazeja e caridosa não se estendesse a diversas pessoas implorando uma esmola para dar-lhe um enterro pobre em cova separada.<sup>280</sup>

Os Jornais do Rio de Janeiro anunciaram que foram encomendadas duas missas de sétimo dia pela alma de Jovita.

Logo após a morte de Jovita, por aproximadamente dois meses consecutivos, foi anunciado nos jornais do Rio de Janeiro a venda de um livro que narrava a vida da patriota. Tratava-se de um romance de aproximadamente 92 páginas, impresso em papel de muito boa qualidade, cujo título era de péssimo gosto: *Jovita, a voluntária da Morte*. Era claramente um trabalho escrito às pressas, cuja pretensão seria descrever os “traços morais” de Jovita. Custava 1\$000, a renda obtida com a venda do livro era para ser aplicado em favor da sepultura da voluntária.<sup>281</sup>

A responsabilidade pelo abandono de Jovita, de certa forma, pode ser atribuída à imprensa. Após a sua recusa pelo exército, a sua imagem que havia adquirido dimensão nacional graças ao alcance dos jornais, pois as notícias provenientes do Norte sobre sua passagem eram reproduzidas nos órgãos de informação da Corte e do Sul do Brasil, foi esquecida por quase dois anos, voltando a ser protagonista dos jornais da forma mais triste possível, para regozijo dos leitores ávidos por tramas e tragédias pessoais.

Não só fotógrafos, empresários do meio artístico, jornais do Piauí, de outras Províncias e da Corte, ganharam muito às custas do sacrifício patriótico de Jovita, mas sobretudo o Governo Provincial e Imperial. Lucraram tanto quanto puderam ao gerar a imensa mobilização nacional com a propaganda de uma voluntária. Alguns protagonistas diretos puderam ainda tirar proveito da imagem pessoal, nesse caso o então Presidente Franklin

<sup>279</sup> Jornal do Commercio, p. n/p, numero? 11/10/1867. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>280</sup> Diário do Rio de Janeiro, p. n/p, numero? 12/10/1867. Seção de periódicos, AN, Rio de Janeiro.

<sup>281</sup> Diário do Povo, 27/10/1867 Apud: SOARES, Pedro Paulo *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 107.

Américo de Meneses Dória, que projetou o seu nome como um eficiente presidente de Província. Por fim, a relação estabelecida entre Dória e as necessidades comerciais da imprensa na Província e na Corte, reafirmaram mais ainda a convergência de interesses de ambos, algo possibilitado pelo estado de guerra com a República do Paraguai.

Assim, é possível afirmar que a romântica e melancólica história de Jovita Alves Feitosa tornou-se um exemplo para mostrar como a fusão de interesses entre o poder público e o poder privado, representado pela mídia, pode manipular a opinião pública representativa da sociedade, o que revela a importância dos estudos que privilegiam os temas políticos e sua conexão com o mundo da mídia jornalística, no caso em questão das relações do Império com a imprensa.<sup>282</sup>

### **3.3 A mobilização da sociedade e das camadas pobres para a guerra**

No início de 1865, a primeira impressão causada pela guerra junto à população, ao que parece, era a expectativa de uma vitória rápida coberta de glórias, processo profundamente acelerado pela busca de recuperar a honra e os territórios ocupados pelo Paraguai, fato amplamente trabalhado pelos jornais quando divulgavam os acontecimentos no Sul. A atitude de Jovita pode ter sido uma resposta ao clima de confronto que tomou conta da província, certamente a sua atitude comprova a idéia de alistamento de muitos homens.

Num aspecto mais amplo, no momento em que o Império passava por um processo forçado de consolidação de seu Estado Nacional, a realização de uma guerra poderia promover a identificação da sociedade brasileira com os objetivos traçados pelo governo, que era a auto-afirmação da nacionalidade junto ao povo e o reconhecimento perante as outras nações, de sua soberania afetada, por exemplo, pela questão Christie.

É importante observar que no Brasil existia também a questão da escravidão, cuja boa parte sociedade reconhecia como legítima. Apesar disso, é possível identificar a intenção do governo Imperial de fazer o país ser reconhecido como uma nação forte, mediante a condução de uma guerra, cujo resultado, se satisfatório, poderia ser a consagração de um projeto nacional.

Em relatório oficial a Assembléia Legislativa, o então Ministro dos Negócios da Guerra, visconde de Camamu, não deixou de ressaltar a grande afluência de voluntários,

---

<sup>282</sup> Pedro Paulo Soares fez uma interessante dissertação sobre a iconografia na guerra do Paraguai onde em um de seus capítulos trabalha a questão da Imagem de Jovita Alves Feitosa como propaganda de Guerra. Ver: SOARES, Pedro Paulo. op. cit

segundo suas palavras, “De todos os pontos do Império concorrem os cidadãos oferecendo-se para marchar em corpos de Voluntários, ou Guardas Nacionaes; um só ainda se não recusou ao sacrifício que a nação exige [...]”.<sup>283</sup>

A população livre que não era da Guarda Nacional, aparentemente ofereceu-se, de forma espontânea, como atesta o Ministro dos Negócios da Guerra, visconde de Camamu,

Pelo numero de voluntários, de que já se organizarão vários corpos, podemos calcular o entusiasmo, com que os cidadãos se offerecem a marchar para a guerra, não tendo sido preciso ao governo empregar meio algum de violência para alcançar tão lisongeiro resultado.<sup>284</sup>

Ao admitir o abandono do emprego da violência por parte do governo para o recrutamento, não apenas é uma confirmação oficial das dificuldades que o país tinha para formar um exército, como dá a entender que a realidade da guerra que o Brasil teria pela frente, necessitaria do imenso esforço da sociedade.

No mesmo relatório, Camamu admite a problemática para se constituir tropas, ao afirmar que “A nossa lei de recrutamento defeituosa, como todos reconhecem, subsiste e a sua revogação depende de estudo, e conhecimentos práticos para ser ella devidamente substituída.”<sup>285</sup>

Com a realidade da guerra foram criados os chamados Corpos de Voluntários da Pátria, sendo obra do gabinete de Francisco José Furtado, cuja idéia de voluntariado espontâneo preconizava uma troca, a do serviço militar por uma série de gratificações. Isso fez com que um número ainda maior de despossuidos se alistasse em atendimento à convocação do governo, possivelmente em virtude dos ditos benefícios anunciados pelo decreto 3.371, dos voluntários da pátria, que oferecia, entre outras coisas, terras nas colônias militares, a quem retornasse da guerra, como diz o art 2º do decreto:

“Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exercito, mais 300 reis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas”.<sup>286</sup>

A sociedade escravista havia atingindo o desenvolvimento máximo e o país praticamente detinha o monopólio do café, além de manter o ritmo de produção em outros setores agrícolas (açúcar e algodão). Mesmo com a utilização de mão de obra negra, deixando grande parte da população livre sem alternativas econômicas.

<sup>283</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 04.

<sup>284</sup> Ibid, p. 05.

<sup>285</sup> Ibid., p. 09.

<sup>286</sup> Liga e Progresso, p. n/p, número ? , 31/01/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

Com esse quadro, é possível identificar que os anos 60 do século XIX, a vida da população livre e pobre era difícil: Eram raros os empregos; o Brasil era um país que tinha alcançado poucos progressos industriais, e só tinha praticamente o comércio como oportunidade de serviço.<sup>287</sup> Ricardo Salles indica ainda que existia também uma multidão de prestadores de pequenos serviços, entre biscateiros, pequenos comerciantes, ambulantes, artesãos e pessoas sem ocupação, todos fora do processo produtivo central e do complexo administrativo.<sup>288</sup>

A partir dessa reflexão, podemos entender que a camada mais pobre da população era preferida pelos recrutadores para fazer o serviço militar no Exército. Ou seja, na tropa de 1ª Linha, uma vez que eram considerados excluídos do sistema de produção central. Pode-se entender também que para esse tipo de recrutamento não se exigiam obrigatoriamente grandes campanhas que envolvessem temas patrióticos, como a feita durante a Guerra do Paraguai.

Na Província do Piauí, a infra-estrutura comercial em relação aos outros grandes centros era deficiente, a circulação monetária era muito reduzida e eram freqüentes as trocas diretas, as práticas de fornecimento e endividamento eram de uso generalizado. Os estabelecimentos comerciais concentravam-se em poucas mãos e apareciam especialmente nos núcleos urbanos de maior importância,<sup>289</sup> precisamente em Parnaíba e Teresina, essa situação deixava a província com um contingente significativo de pessoas sem alternativa de emprego, exercendo atividades à margem da produção central.

Assim, concordamos com Ricardo Salles segundo o qual, o governo Imperial, para desencadear uma campanha nacional de mobilização popular, viu-se obrigado a praticamente criar uma nova instituição, que por sua natureza valorizava o contingente pobre da população. O decreto que criou o Corpo de Voluntários da Pátria abriu espaços para essa camada da população livre.<sup>290</sup>

A amplitude da mobilização do decreto 3.371, pode ser medida pelas diferentes formas de engajamento da população. Por exemplo, houve muitos oferecimentos de serviços e quantias em dinheiro, alguns por membros das camadas mais pobres da população, outros por pessoas mais abastadas.

---

<sup>287</sup> CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 117.

<sup>288</sup> SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 79.

<sup>289</sup> QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998, p. 30.

<sup>290</sup> SALLES, Ricardo. op. cit., p. 80.

Uma relação de oferecimentos foi anexada ao relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, de 1864, onde foi possível verificar a presença de pessoas e firmas como contribuintes do governo à causa aliada.

Francisco Alves dos Santos & Irmão – Offereceu 300\$ rs. para auxílio das urgências do estado. Em outra situação, Jesuíno da Silva Brabo – Offereceu 40\$ rs para auxílio das urgências do Estado.<sup>291</sup>

Uma das maiores contribuições foi feita pela Companhia de Navegação do Parnaíba, pois segundo o relatório, a

Directoria da Companhia de Navegação a vapor no Rio Parnahyba – Offereceu por á disposição da presidência do Piauhy os vapores e mais embarcações da mesma companhia para nelles serem conduzidos toda a tropa de linha, policia e voluntários que tenham de marchar para o theatro da guerra, com a condição, porem de ser satisfeita a importância das comedorias.<sup>292</sup>

Durante os anos de 1865 e 1866, as doações prosseguiram a um ritmo e intensidade cada vez maior, fossem da capital, Teresina, ou de diferentes partes da Província do Piauí, como da cidade de Oeiras, onde “D. Aurora Hygina da Silva Mello, professora pública da cidade de Oeiras – Offereceu para as urgências do Estado 10% de seus vencimentos, enquanto durar a guerra.”.

Profissionais liberais residentes em Teresina, como o Dr. Constantino Luiz da Silva Moura, que além do oferecimento de 15% de seu salário, este seria descontado da sua atividade “[...] de médico contractado para o serviço da Guarnição da capital [...]” ou seja, do seu serviço como médico do remanescente Corpo de Guarnição do Exército na capital.

Donas de casa comuns como “D. Clara Maria de Jesus, residente na villa de Valença [...]” cuja doação foi de “[...] 300\$000 annuaes enquanto durar a guerra.”.

Havia muitos militares da Guarda Nacional cujo oferecimento se destinava a diferentes objetivos, como o pagamento do transporte de Voluntários da Pátria para a Capital, tal como fez o tenente Ângelo Custodio Ferreira, que “[...] offereceu 100\$000 para auxiliar as despesas feitas com os voluntários da pátria que vierão de Oeiras.”. Ou apenas contribuições sem maiores propósitos como o “Alferes Antonio Francisco de Araújo, da Guarda Nacional do Município de Paranaguá [que] offereceu para as urgências de estado a quantia de 80\$000.”.

---

<sup>291</sup>BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865. ANEXO- Oferecimentos feitos ao Governo, Relação dos Oferecimentos feitos ao governo pra as urgências da guerra - Piauhy, p. 16

<sup>292</sup> Ibid.



A maioria das doações referentes ao ano de 1866, pode se caracterizar numa tentativa da população de abrandar o desejo desesperado do governo por conseguir homens para o alistamento no Exército, uma vez que naquele momento o grande discurso patriótico do voluntariado já havia se esgotado quase que por completo. Houve também um aumento na quantidade de doações, no valor destas, além do que a quem se direcionava, o sentido dessas doações quase sempre ia a quem se habilitasse ao alistamento.

Assim, alguns membros da “boa sociedade” promoveram subscrições públicas no interior e na capital, como os Bachareis Leônidas César Burlamaque e José Sérgio Ferreira, este último Juiz Municipal na cidade de Oeiras, algo “[...] na importância de 1:086\$000. Para ser distribuído com igualdade pelos Voluntários da Pátria que alli se alistarem com o fim de auxiliá-los no propósito de marcharem para a Guerra.”<sup>293</sup>

Alguns doadores eram Magistrados, como o “Bacharel Umbelino Moreira de Oliveira Lima, Juiz de Direito da Comarca de S. Gonçalo, cedeu, para as urgências do Estado, a importância de 5\$000 mensaes descontados de seu ordenado durante a guerra.”<sup>294</sup>

Comerciantes em grande parte fizeram doações como “Firmino Alves dos Santos & irmãos – negociantes, oferecerão para as urgências do estado, e recolherão aos cofres da Thesouraria da Fazenda, a quantia de 300\$000.” Outro negociante chamado “Jesuíno da Silva Brabo [...] ofereceu 100\$000 anuaes, durante, a guerra [entrando desde já com igual quantia] e recolheu aos cofres da Thesouraria da Fazenda 40\$000.”<sup>295</sup>

Religiosos como o “Padre Joaquim Mariano da Silva Guimarães, Vigário da Freguesia de S. Gonçalo da Batalha, ofereceu para as urgências do estado a quantia de 66:666 reis, que devera ser deduzida da sua cômgrua nos mezes de novembro e dezembro de 1865.”

Ou o “Padre João de Souza Martins, Vigário da Freguezia de Nossa Senhora da Victoria [que] ofereceu para as urgências do Estado 15% de sua cômgrua, a contar do 1º de outubro, e enquanto durar a guerra.”<sup>296</sup>

Alguns funcionários públicos estiveram presentes nessa lista de doadores, oferecendo quantias ou se dispondo a prestar serviços, tal como fez,

Joaquim de Lima e Castro, capitão da Guarda Nacional do Município da capital, alem do offerecimento que já havia feito dos seus serviços gratuitos naquele porto [de Teresina], acaba de fazer o de 10% de seu ordenado de Chefe de Secção da Thesouraria de Fazenda, a contar de março, enquanto durar a guerra.<sup>297</sup>

<sup>293</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1866, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. ANEXO- Oferecimentos feitos ao Governo, Relação dos Oferecimentos feitos ao governo pra as urgências da guerra - Piauhy, n/p.

<sup>294</sup> Ibid.

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Ibid.

<sup>297</sup> Ibid.

Outros funcionários públicos igualmente graduados fizeram o mesmo, “João Damasceno Ferreira, ofereceu para as urgências do Estado 10% de seus vencimentos de Collector das Rendas Provinciaes da cidade de Oeiras, a contar do 1º de junho, e enquanto durar a guerra.”.<sup>298</sup>

A fim de dar um grande exemplo de patriotismo o próprio presidente da Província Franklin Doria fez um oferecimento generoso de dinheiro para campanha, que foi plenamente aceito e confirmado pelo Presidente do Conselho de Ministro, o Senador Francisco José Furtado.

Em resposta ao officio que me dirigiu V. Ex.<sup>a</sup> em 17 do mez passado, oferecendo para as urgências do Estado a quantia de um conto de reis, (1:000\$000) deduzida de seus vencimentos de presidente d’essa Província, na razão de 5% ao mez a contar d’aquelle mez, tenho a declarar que o Governo Imperial acceita e agradece seu patriótico offerecimento.<sup>299</sup>

Nunes atesta que mesmo antes da guerra, quando ocorreu a questão Christie, houve uma série de manifestações de solidariedade com a causa nacional no Piauí, uma delas teria sido protagonizada por 13 alunos do Estabelecimento de Educandos Artífices, que ainda adolescentes teriam se apresentado como voluntários para servir à nação.<sup>300</sup>

Cabe aqui uma observação interessante: é de se lembrar que a própria questão Christie gerou tremendas manifestações anti-britânicas no Brasil inteiro. No entanto, parece muito pouco provável que ocorreria uma guerra entre o Império do Brasil e o Império Inglês. Por fim, quaisquer que tenham sido as motivações dos Educandos certamente se apresentarem como voluntários para uma possível guerra, seria melhor do que continuar na instituição onde eram tratados como verdadeiros marginais.<sup>301</sup>

Quando da guerra, os Educandos Artífices tornaram a se oferecer voluntariamente, desta vez para confeccionar quatro mil peças de fardamento para os primeiros voluntários que estavam se alistando para a guerra. Outra parte do fardamento foi confeccionada por um grupo de Senhoras, que costuraram gratuitamente as camisas desses mesmos combatentes.<sup>302</sup>

Um outro grupo de pessoas, dessa vez as consideradas mais influentes, as de representação social em Teresina, as da “boa sociedade” fundaram uma instituição chamada

---

<sup>298</sup> Ibid.

<sup>299</sup> OFÍCIOS da Presidência do Conselho de Ministros/Presidente da Província. Officio nº 03 de Francisco José Furtado a Franklin Américo de Meneses Dória de 21/04/1865. Lata 304, Pasta 65. Coleção Baronesa do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro

<sup>300</sup> NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 220.

<sup>301</sup> Sobre os educandos Artífices de Teresina ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. 1877-1914*. Teresina: FCMC. 1995.

<sup>302</sup> NUNES, Odilon, loc., cit.

de Sociedade de Socorro às Famílias dos Voluntários, que tinha como objetivo amparar as famílias dos voluntários que se alistaram para a Guerra. Grande parte desse tipo de manifestação revelava uma espécie de sentimento de aceitação da nacionalidade no imaginário dos provincianos.

Outra parte da população, notadamente os excluídos sociais, de certa maneira também sentia-se estimulada a engajar-se na luta, sendo seduzida e inclusa na situação de alistamento, acreditando que teria a chance de algum reconhecimento como patriota, ao mesmo tempo gozar dos benefícios oferecidos pelo decreto dos voluntários da pátria.

O próprio imperador havia sido tomado pela exaltação e se intitulou o “Voluntário numero 1” e afirmou, “Se me podem impedir que siga como Imperador, não me impedirão que abdique e siga como Voluntário da Pátria.”.<sup>303</sup>

O Imperador de fato seguiu para o sul do Brasil, em 7 de julho de 1865, acompanhado do Ministro dos Negócios da Guerra, Ângelo Ferraz, e do genro, o Duque de Saxe, encontrando-se posteriormente com o outro genro, o Conde D’Eu. Chegaram ao Rio Grande do Sul praticamente no momento em que as tropas paraguaias haviam sido cercadas na cidade de Uruguaiana e onde era aguardada a rendição das mesmas por forças brasileiras.

Nesse ponto podemos avaliar que a guerra iria submeter à nação a um tremendo esforço, pondo à prova todas as fibras de poder do Estado, consignada a própria iniciativa dos que nela acreditavam. No entanto, quanto mais longa e intensa fosse a luta, tanto mais provável que a conjuntura social e política brasileira fosse afetada, a ponto do governo imperial ser desacreditado pela mesma sociedade que havia apostado em uma vitória militar definitiva contra o Paraguai.

Nesse aspecto, é válido observar as palavras de Clausewitz sobre a grandeza do objetivo de guerra e dos esforços a fornecer, segundo o qual, a coação que se exercerá em relação ao inimigo será regulada pela própria vontade da nação e pela exigência política da guerra, posto que. “Na medida em que essas duas grandezas sejam conhecidas, determinar-se-á a latitude dos esforços de cada lado; mas elas não são sempre evidentes e isso pode ser uma primeira causa da diferença de meios de que cada um lança mão.”.<sup>304</sup> Em outras palavras, a vontade da nação tem uma grandeza que se difere da exigência política da guerra e muitas vezes acaba por não acompanhar a vontade política do governo que conduz o conflito.

O decreto 3.371 e a mobilização que o antecedeu, ao que parece, atraiu, através da idéia de voluntariado espontâneo, muitos homens de diferentes camadas. Podemos destacar

---

<sup>303</sup> LYRA, Heitor. História de D. Pedro II. São Paulo: Edusp, 1977, v 2, p. 228.

<sup>304</sup> CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 836.

dois grupos: os compostos por estudantes, intelectuais, profissionais liberais (médicos, advogados) e professores, e o grupo dos pequenos comerciantes, artesãos, biscateiros e os considerados desocupados.

Essa diferenciação acabou de certa forma reforçando a criação de estratificações que garantiam as diferenças sociais, próprias da hierarquia militar. Assim, os primeiros foram engajados como oficiais, enquanto os membros do segundo grupo assentaram praça como subalternos, sargentos, anspeçadas, cabos e soldados.

Em Bobbio, podemos aprofundar as dificuldades geradas pelo modelo de voluntariado, uma das quais vai de encontro exatamente ao princípio de patriotismo. Segundo ele, “O sistema de voluntariado total, enfim, põe as Forças Armadas em condições de responder a qualquer solicitação dos serviços militares, mas pode trazer consigo o agravamento das despesas”.<sup>305</sup> Aparentemente o governo Brasileiro teria sofrido algum deficit de suas despesas a fim de assegurar ao pessoal voluntário o pagamento de valores e benefícios prometidos pelo decreto.

A princípio podemos apontar dois momentos de voluntariado: o que foi desencadeado logo após a invasão do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, em que uma quantidade significativa de pessoas se ofereceu para servir nas unidades do Exército. E um segundo momento, que foi o decreto dos Voluntários da Pátria, cujo teor passou a sistematizar o processo de voluntariado e que se destinava à formação dos corpos de voluntários da pátria. Com o estímulo do decreto que, como vimos, oferecia uma série de vantagens, houve um afluxo considerável de homens, mas abriu de igual forma um problema sem precedentes.

Embora com a intensa campanha patriótica e a quantidade de voluntários do primeiro momento, quando saiu o decreto, o mesmo não estabelecia as mesmas vantagens a quem já era militar, e determinava por exemplo, uma situação diferenciada para quem fosse guarda nacional. Outro problema foi o do preconceito existente junto àqueles que haviam ingressado no exército como voluntários, que era o de conviver com uma massa de soldados da 1ª linha, cujo processo de inserção no Exército havia sido pelo recrutamento forçado; a maioria deles era vista pela sociedade como sendo verdadeiros marginais.

De maneira geral, o governo tinha alguma consciência que a ampla campanha pelo voluntariado havia atingido o seu objetivo, mas ao mesmo tempo confirmava toda a política deficiente de convocação de homens para as forças armadas tanto que segundo Camamu,

[...] à vista semelhante entusiasmo, suspendeu-se o recrutamento, na côrte e em muitos lugares, e ultimamente expedia-se ordem dispensando os recrutadores em

---

<sup>305</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª ed., 1998. Vol. 1., p, 509.

todas as províncias, porque o governo julga desnecessário coagir pessoa alguma para tomar parte na defesa do Império, quando milhares de cidadãos correm espontaneamente a oferecer-lhe os seus serviços [...]<sup>306</sup>

As suas palavras atestam a dura realidade pela qual passavam muitas pessoas, fossem os considerados à margem da sociedade, em razão de viverem no mundo da criminalidade, ou mesmo aqueles que, estando fora do processo produtivo principal, eram pessoas honradas, sem falar nos que se encontravam longe de suas redes de apadrinhamento e caíam em mãos das turmas de recrutamento.

De certa forma, o governo reconhecia toda a responsabilidade pelos absurdos acontecidos na situação de recrutamento forçado, como também admitia os custos referentes a essas operações, para tanto afirmou que “[...] com essa medida de supressão alguma economia se faz em benefício dos cofres públicos.”<sup>307</sup>

Uma vez que para uma guerra do porte da que teriam pela frente não poderia ser feita por homens cuja inserção nas forças armadas suscitaria dúvidas quanto a legitimidade de estarem ali, seja como for, as palavras de Camamu de nada adiantariam diante do que viria pela frente, sobretudo em fins de 1865, quando voltaria a se intensificar o recrutamento e a designação de guardas nacionais. Esses últimos ainda seriam muito mais perseguidos, uma vez que a alternância no poder de diferentes grupos políticos no caso adversários, era a certeza cabal de convocação dos afilhados dos políticos do partido liberal alijados do poder nas Províncias em 1868.

Mesmo com essa determinação, a reação dos pobres livres ainda era de desconfiança em relação às autoridades responsáveis pelo recrutamento, sobretudo de que estes burlassem a lei do voluntariado e as regras que garantiam os benefícios alusivos no decreto. Mas, por outro lado, é muito possível que a publicação do decreto visasse a diminuir a desconfiança que existia nessa camada social mais pobre.

Quando o período de convocação construído pelo discurso patriótico esgotou, muitas redes de proteção social cuidadosamente construídas por homens pobres honrados ao longo do tempo, que se caracterizavam por apadrinhamento político, tornaram-se sem efeito durante a fase mais aguçada da campanha de alistamento, fato agravado por conta da alternância dos partidos. As perseguições políticas se tornaram comuns e indiscriminadas, fossem designando guardas nacionais ou alistando pobres apadrinhados de políticos adversários, restando tão

---

<sup>306</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 11.

<sup>307</sup> Ibid.

somente a resistência a qualquer forma de recrutamento. Nesse aspecto Thompson nos esclarece que,

Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas.<sup>308</sup>

Fora a camada social menos favorecida, encontramos também uma composição proveniente de uma elite social muito bem sucedida e fortalecida pelo poder da terra, em sua maioria Senhores de Terra ou por membros de um grupo mercantil urbano. Portanto, muitos oficiais que lutaram na Guerra provinham de três setores: da aristocracia agrária, das camadas médias e da Guarda Nacional, esta de uma forma mais geral, era composta por membros, tanto da aristocracia agrária, como por oriundos das camadas médias.

Os oriundos da aristocracia agrária eram filhos de fazendeiros que preferiam seguir a carreira das armas pela possibilidade de se graduar em engenharia, o que poderia representar uma possibilidade de ascensão social na elite urbana, tão útil aos fazendeiros do interior.<sup>309</sup>

Aqueles que provinham das camadas médias, viam na carreira das armas uma oportunidade de ascensão social; a maioria já havia exercido atividades administrativas ou eram profissionais liberais que tinham acesso à cultura européia<sup>310</sup>. Esse grupo, como o anterior, cursava a Escola Militar.

Finalmente, havia os oficiais membros da Guarda Nacional, que também vinham da elite agrária, ou eram provenientes de uma pequena burguesia local da sua cidade ou vila. Muitos outros compunham camadas médias que exerciam atividades diversas, desde educadores a funcionários públicos, ou provenientes de famílias que possuíam recursos razoáveis: oficiais da Guarda Nacional do Piauí, como Anfrísio Fialho e Lisandro Nogueira que se notabilizaram no pós-guerra como importantes líderes políticos da Província.

Havia, também, os oficiais proveniente do Corpo de Polícia, cuja origem social assemelhava-se muito àqueles das camadas médias da sociedade e, em grande parte, já haviam exercido algum tipo de atividade militar em unidades da Guarda Nacional, de forma

---

<sup>308</sup> THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social in NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org) *E. P. Thompson: As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

<sup>309</sup> SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974, p. 241.

<sup>310</sup> SALLES, Ricardo. op. cit., p.106.

mais ativa, ou provinham do exército, que, por razão de nomeação, eram designados como oficiais do Corpo de Polícia.<sup>311</sup>

### 3.4 O Corpo de Polícia da Província do Piauí

Em princípios de 1865, ao iniciar o conflito, podemos encontrar o Corpo de Polícia da Província do Piauí, que com um efetivo completo havia se oferecido como voluntário para lutar na guerra do Paraguai.

Depois deles seria formada uma força de voluntários constituída por um grupo de pessoas com diferentes procedências: estudantes, poetas, escritores, guardas nacionais ativos, militares reformados (oficiais e soldados), comerciários, ambulantes, biscateiros e desocupados. Certamente essa lista é maior, mas já serve como aporte para compreender uma estratégia de convencimento que passava antes por diferentes realidades e crenças, esses iriam compor o primeiro Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí.

Os policiais eram os agentes típicos do sistema repressor do Estado, mas dentro dessa condição encontra-se também uma contradição muito bem apontado por Marcos Luiz Bretas, ao afirmar que,

[...] o estudo dos policiais nos obriga a refletir sobre a ambigüidade de sua própria condição: agentes da dominação estatal, são eles muitas vezes vítimas do recrutamento forçado e participantes cotidianos dos dramas da vida da camada de homens livres e pobres. O engajamento no corpo militar não significava uma mudança de *status* e o imediato afastamento de sua condição anterior de filhos, irmãos, amigos ou amantes; muito ao contrário, o exercício da atividade policial jamais conferiu atributos positivos na sociedade brasileira, e os policiais conviviam com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores, e talvez com alguns mais.<sup>312</sup>

Dentro dessa contradição os Corpos de Polícia também se constituíram como tropa voluntária quando da guerra do Paraguai, transformando-se em Corpos de Voluntários. No entanto, representavam um grupo de trabalhadores cuja origem remonta ao grupo daqueles que eles mais perseguiram durante o período de alistamento militar, ou seja, os pobres e desprovidos de condições mínimas de sobrevivência.

O surgimento dos Corpos de Polícia Provinciais, remonta uma necessidade do Estado nacional de fazer frente aos problemas de segurança no Império, uma realidade compartilhada pela Província do Piauí desde os remotos tempos da colônia, além de que por toda a sua

<sup>311</sup> Ver: PIAUÍ, Resolução Provincial nº 13 de 25/06/1835. de criação do Corpo de Polícia da Província do Piauí. Artigo 8º. APEPI.

<sup>312</sup> BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, p. 03.

constituição histórica fora permeada pela violência caracterizada sobretudo por brigas envolvendo questões familiares ou da ação violenta promovida por salteadores e bandidos de toda ordem.

A necessidade de disciplinar a violência remete-nos a Weber, citando Trotsky, que afirmou “Todo Estado se fundamenta na força”.<sup>313</sup> Lógica tida como verdadeira pelo próprio Weber, pois segundo ele se existissem estruturas sociais em que a violência fosse ausente, o próprio conceito de Estado também não existiria, abrindo espaço tão somente à “anarquia”. Sendo portanto a violência um instrumento específico do próprio Estado.

A partir dessa concepção, pode se entender, que dentro dos limites de existência do Estado, o poder de polícia se fazia necessário se não para sanar a violência oriunda daqueles que estavam à margem do Estado, mas para, pelo menos, aparentar estar presente junto à sociedade.

Noberto Bobbio nos dá duas noções mais abrangente sobre as funções da polícia, que se aplica muito bem a realidade imperial brasileira ao afirmar que, “A defesa da ordem pública se exprimia na repressão de todas aquelas manifestações que pudessem desembocar numa mudança das relações político-econômicas entre as camadas sócias, [...]”.<sup>314</sup> E a outra indica que, “[...] enquanto que a segurança pública compreendia a salvaguarda da integridade física da população, nos bens e nas pessoas, contra os inimigos naturais e sociais.”<sup>315</sup> No caso do Brasil Imperial, além dessas duas concepções, a sua atuação era extrapolada pela função de auxílio ao recrutamento militar.

Guardando as devidas diferenças entre o Estado Imperial Brasileiro da segunda metade do século XIX e as demais nações européias, Weber coloca que em referência ao monopólio do uso legítimo, o Estado se transformaria na única fonte do “direito” à violência, caso esse não tolerasse mais nenhum outro agrupamento de pessoas ou indivíduos que compartilhasse com o Estado do direito à violência. Obviamente o Estado Nacional Brasileiro convivia com essa realidade, representada pela Guarda Nacional.

Por volta de 1830 o Código Criminal do Império passou a vigorar e em 1832 foi a vez do Código de Processo Criminal e para o funcionamento do dispositivo que representava ambos os Códigos, fazia-se necessária uma força policial regular, que teoricamente pudesse dar cumprimento às ordens judiciais emanadas dos juizes das quatro comarcas criadas na Província do Piauí.

---

<sup>313</sup> WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*, São Paulo: Martin Claret. 2004, p. 60

<sup>314</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª ed., 1998. Vol. 2., p, 944.

<sup>315</sup> Ibid.



Em grande parte as antigas forças milicianas não cumpriam mais o seu papel dado o grau de desorganização que estas apresentavam desde o período colonial, sendo elas mesmas substituídas pela Guarda Nacional, esta então passaria a dividir com os Corpos de Polícia e com o Exército de Linha missões as de policiamento na Província.

Pelo ato adicional de 12 de agosto de 1834, especificamente o artigo 11§ 2º foi dada autorização para que as provinciais criassem seus Corpos de Polícia.<sup>316</sup> No Piauí, quando primeira Assembléia Legislativa Provincial foi reunida, houve a votação da Resolução de número 13, que criava o Corpo de Polícia do Piauí, com data de 25 agosto de 1835, Resolução promulgada imediatamente pelo presidente da Província.

É interessante observar que alguns dos artigos praticamente equiparavam o Corpo de Polícia às tropas de 1ª Linha. Tal homogeneidade se faria presente, sobretudo quando da entrada em operação de muitas dessas forças provinciais na guerra do Paraguai, em parte porque tivéramos suas normas adequadas às forças do Exército, mas principalmente porque a semelhança já se fazia presente desde a sua criação.

Segundo o artigo 3º da Resolução “Essa tropa será engajada e, na falta, recrutada pela forma que prescrevem as leis e instruções para o recrutamento da 1ª Linha do Exército.” Portanto, previa um modelo único de engajamento de recrutáveis para ambas as instituições.

O mesmo ocorria em relação ao salário dos oficiais e soldados, ambas as condições informadas pelos artigos 5º e 6º, o primeiro previa aos “[...] oficiais venceram o mesmo soldo que vencerem os oficiais de primeira linha do Exército [...] tendo como única diferença uma gratificação para oficiais que assumirem comando, pois teriam unicamente esse vencimento [...]”, assim receberia,

[...] o capitão, pelo comando do Corpo, a gratificação mensal de 20\$000 (vinte mil réis), e forragem para uma cavalgadura, à razão de \$240 (duzentos e quarenta réis) diários; e os tenentes, pelo comando das Companhias que se lhe ficam a cargo, 10\$000 (dez mil réis) mensais.<sup>317</sup>

O artigo 6º informava que, “O sargento-ajudante quartel-mestre, e os mais oficiais inferiores, cabos, corneteiros e soldados, terão igualmente o mesmo soldo, etapa, fardamento, quartel e hospital, como tem os da primeira linha de Exército, na arma de caçadores.”<sup>318</sup>

Todo o código de disciplina do Corpo de Polícia era regido pelos mesmos regulamentos do Exército. Isso ajudou muito depois, quando da guerra, para a compreensão e

<sup>316</sup> BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834, parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, p. 15.

<sup>317</sup> PIAUÍ. Resoluções Provinciais, 1835. Resolução Provincial nº 13 de 25/06/1835, de criação do Corpo de Polícia da Província do Piauí. APEPI.

<sup>318</sup> Ibid.

aceitação por parte desses policiais ao que se refere às normas disciplinares adotadas pelo Exército.

Quando da guerra, o Corpo de Polícia do Piauí podia ser considerado uma tropa militar mais ou menos preparada, representava uma força secundária em relação ao Corpo de Guarnição, porém melhor organizada do que a Guarda Nacional, pelo menos no que diz respeito à sua função primordial, que era a de fazer a segurança da capital.

Em abril de 1865, o Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Doria, informou ao então Ministro da Justiça, Senador Francisco José Furtado, sobre o oferecimento desses homens, dando ciência inclusive sobre quem era o oficial comandante da tropa, o tenente Manuel Hilário da Rocha.

É do meu dever levar ao conhecimento de Vossa Excelência que no dia 11 do corrente mês, fiz partir a bordo do vapor Urussui, para a cidade de Parnaíba, a fim de seguir daí o seu destino, a Companhia de Polícia desta Província, que se ofereceu a marchar para a guerra do Sul, sendo a dita companhia comandada pelo Tenente Manoel Hilário da Rocha [...] <sup>319</sup>

A partida dessa força também foi fruto de ampla cobertura dos jornais, como atesta as palavras do jornal *Liga e Progresso*,

Na manhã do dia 10 de abril de 1865 teve lugar com a solenidade possível, o embarque, no Urussui, do Corpo de Polícia desta província, com destino ao Sul, composto de 80 praças, um tenente comandante e dois alferes. O numero de praças que existia nesse Corpo, há poucos meses, era apenas de 55, e achavam-se destacados em vários pontos da Província, donde vieram, com toda pressa, em virtude do apelo da Presidência. <sup>320</sup>

O único oficial que não seguiu com o Corpo foi o seu comandante efetivo, Major Antonio Joaquim de Lima e Almeida, cuja alegação era de que estava licenciado da Assembléia Provincial, “[...] por seus padecimentos físicos, acha-se no gozo de uma licença, que lhe foi concedida pela Assembléia Provincial.” <sup>321</sup>

O número total de militares do corpo de polícia que seguiram para a guerra atingiu pouco menos de 80 homens, apesar da forte propaganda, a partir do jornal *Liga e Progresso*, sob a composição voluntária do Corpo de Polícia da Província do Piauí, os sérios problemas com a deserção começaram a se fazer presentes já na localidade de Amarração, próximo a Parnaíba.

<sup>319</sup> OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício do Presidente da Província do Piauí ao Ministro da Justiça, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 25.02.1865; Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional, Apud: DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército v. 2, t III, p. 84.

<sup>320</sup> Liga e Progresso, p. n/p, número ? , 06/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>321</sup> Ibid.

O comandante do corpo, Tenente Manoel Hilário, enviou ofício ao Presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória, informando a gravidade da situação e que entre Parnaíba e o porto de Amarração haviam desertado algumas praças cuja relação enviara para as devidas providências.<sup>322</sup>

Com a partida dos homens do Corpo de Polícia, acabou surgindo um problema, justamente o de manutenção da segurança, pelo menos na capital, uma vez que no interior a Guarda Nacional já efetuava essa atividade. Em Teresina foi providenciada a constituição de uma guarnição militar formada por homens “válidos” a fim de colaborar com a Guarda Nacional na manutenção da ordem na cidade e seus arredores.<sup>323</sup>

### **3.5 *Hoc signo vinces*: o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 19º Corpo de Voluntários da Pátria.**

Ao tempo da guerra o clímax parecia haver tomado conta do espírito de toda a cidade de Teresina. Uma lista de voluntariado foi aberta na Secretaria Militar do Palácio da Presidência, a lista era engrossada a cada dia pela assinatura de diversas pessoas com o propósito de ir lutar na guerra.

Enquanto uma parte da Guarda Nacional apresentava resistência em seguir para a guerra, outra parte de guardas nacionais e voluntários diversos provenientes dos setores mais populares da sociedade demonstrava um forte entusiasmo patriótico.

Em grande parte eram oficiais reformados do Exército e oficiais da Guarda Nacional, com alguma experiência de combate, ou que possuíam em seu histórico um longo período no serviço militar. Alguns escreveram cartas ao presidente pedindo permissão para seguirem com qualquer tropa que fosse formada, como o capitão reformado do Exército, Antonio José Vital de Negreiros, cujo comunicado de 14/03/1865, fez ciente ao Presidente Franklin Doria que “[...] se oferece (ia) voluntariamente para o serviço da guerra.”<sup>324</sup>

Outros, como Benjamim José Teixeira, tomado por uma súbita decisão escreveu uma carta ao presidente da província “[...] oferecendo-se para o serviço de guerra não querendo receber soldos, para ajudar nas despesas da guerra.”<sup>325</sup>

<sup>322</sup> OFÍCIOS do Comandante do Corpo de Policia da Província do Piauí/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI

<sup>323</sup> NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 220.

<sup>324</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro III, 14/03/1865, p. 21. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>325</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro III, 12/03/1865, p. 19. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Muitas destas cartas eram do interior do Piauí, a maioria recusada, pois não se enquadravam nas instruções de seleção para o Exército. Alguns desses homens estavam doentes, outros em idade já muito avançada, e mesmo reformados ou simplesmente eram guardas nacionais casados que possuíam filhos e por lei não estavam obrigados a prestar o serviço militar.

O tenente da Guarda Nacional do Piauí, Raimundo Pereira de Carvalho, da Vila de Marvão enviou carta ao Presidente Franklin Dória, onde insistia sobre o seu “[...] oferecimento [...] ao serviço da guerra, mesmo possuindo filhos e esposa.”<sup>326</sup>

A recusa por parte do governo levou uma parte desses ex-militares a oferecerem seus filhos ou parentes em idade compatível ao que era pedida pelo governo para o serviço militar, tal como fez Antonio José Baptista Ferreira, residente na cidade de Oeiras. Apesar da recusa, foi um ato elogiado pelo então Ministro dos negócios da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, afirmando que, “[...] os sentimentos de patriotismo que revela offerecendo para vir servir no Exército de operações contra o Paraguay quatro voluntários da Pátria, inclusive dous filhos seus [...]”.<sup>327</sup> Outra parte da população ofereceu mesmo dinheiro para custear a formação de um Corpo de Voluntários, como já vimos anteriormente.

Mas no início de 1865 a própria afluência de voluntários surpreendeu muito ao visconde de Camamu, fato esse observado no seu relatório encaminhado a Assembléia Legislativa antes de ser substituído por Ângelo Moniz da Silva Ferraz.

Lisongeia-nos, porém, a afluência que tem havido de voluntários denominados da Pátria, a fim de marcharem para as nossas fronteiras, d’onde cumpre expellir o inimigo, que invadio o nosso território.

De todas as classes da sociedade apresentam-se diariamente cidadãos pedindo a honra de alistarem-se nos corpos, que seguem para o Sul e Matto-Grosso.

Pais de família, empregados públicos, todos procurão concorrer para desafronta do paiz, sem olhar para trabalhos de viagem, e commodidades que abandonão.<sup>328</sup>

Segundo Camamu, já havia uma quantidade muito grande de voluntários, podia-se [...] calcular em dez mil o número de cidadãos que tem concorrido para formar batalhões que engrossam o nosso exército em operações; e a mais se elevará esse número de voluntários [...].<sup>329</sup>

<sup>326</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro III, 10/03/1865, p. 16. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>327</sup> BRASIL, Ministerio dos Negocios da Guerra, 1ª Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negocios da Guerra / Presidente da Provincia do Piauhy, Oficio nº 20, Rio de Janeiro, 20/12/1865. Codice Piauhy, p. 7. AHEX, Rio de Janeiro.

<sup>328</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 10.

<sup>329</sup> Ibid.

A partir de abril de 1865 a quantidade de voluntários na Província do Piauí havia se elevado muito, algo em torno de mais de 300 homens. Somente em Teresina havia por volta de 200 homens aguardando a formação oficial de uma força.

Desde março daquele ano o Decreto 3.371 dos voluntários da pátria havia sido prorrogado por meio da emissão de outros dois decretos, o 3.409 de 01 de março de 1865 e o 3.428 de 01 de Abril de 1865, que prorrogavam por um mês conseguinte ao outro os prazos de apresentação de voluntários da Pátria,<sup>330</sup> bem como os benefícios prescritos pelo artigo 14 do decreto 3.371 cujo texto indicava que,

Art. 14°. Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contados da data de publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos seus Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes de Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o governo designar.<sup>331</sup>

É muito provável que o interesse despertado por esses homens relacionava-se com a série de benefícios oferecidos pelo novo decreto do governo, de nº 3.371, que sistematizou o processo de alistamento, valorizando a perspectiva do voluntariado. Com o abandono da idéia de recrutamento forçado, a estratégia adotada pelo governo imperial para isso foi a de tentar convencer a população através de um discurso que tinha por base a propaganda.

Uma das estratégias dessa propaganda já pôde ser vista, e que se resume no discurso de nacionalismo; a outra era exatamente a própria divulgação dos benefícios oferecidos pelo referido decreto aos que se alistassem de livre e espontânea vontade no Corpo de voluntários que estava sendo formado na Província do Piauí.

Franklin Américo de Meneses Dória recebeu o comunicado do decreto e em ofício dirigido ao Ministro da Justiça e Presidente do Conselho de Ministros, o Senador Francisco José Furtado, informou que,

“Quanto à organização de alguns Corpos de Voluntários para auxiliarem as nossas forças na guerra com o Uruguai e Paraguai, asseguro a Vossa Excelência que vou envidar todos os meios a este respeito, como tanto deseja o Governo Imperial [...]”.<sup>332</sup>

Dória acreditava que em parte o sentimento de repúdio ao Paraguai, muito especialmente à pessoa do Presidente Solano Lopez, faria com que a população, na cidade de

<sup>330</sup> DECRETOS de 1º de março e 1º de abril de 1865, prorrogando o prazo de apresentação de voluntários da pátria. Lata 372, pasta 18. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>331</sup> BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3371, de 07 de janeiro de 1865, p. 03.

<sup>332</sup> OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 137, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 27.01.1865; Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional, Apud: DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército v. 2, t V, p. 1.

Teresina e no interior da província aderisse à causa da guerra. “Este é, sem dúvida, o sentimento unânime do povo desta província, como é das outras: apelando, primeiro para o seu patriotismo, espero que não recusará o contingente que dele reclama o País.”.<sup>333</sup>

A ampla campanha de mobilização da sociedade para a formação de efetivos começou a se espalhar por toda a província do Piauí. No interior e em vários locais, surgiram pessoas com alguma capacidade de liderança, que se responsabilizaram por multiplicar a capacidade de discurso do governo, atuando como oradores e divulgadores das vantagens do decreto. Dessa forma ocorreu em Oeiras, Parnaíba, Paranaguá, Picos, Valença, Jaicós, Piracuruca e Campo Maior.

De muitas partes da Província, como a Cidade de Parnaíba, os membros da Câmara Municipal responderam à solicitação do governo provincial, acenando de forma positiva sobre a arregimentação de voluntários, detalhando inclusive sobre a providência para a remessa “[...] de dinheiro e armamento para as tropas que estão se formando e [que] serão enviados à guerra.”.<sup>334</sup>

Em algumas localidades e vilas da Província, como a de São Gonçalo, os membros da câmara municipal, tais como Constantino da Costa Veloso, José Silveira, Raimundo Lopes, além de Jeremias da Costa chegaram a pedir verba ao Presidente da Província para o envio de homens para a capital, a fim de que pudessem compor o Corpo de Voluntários que estava sendo formado.<sup>335</sup>

O mesmo aconteceu em Marvão, cujos membros da Câmara Municipal: Cândido Francisco da Costa, José Homem, Manoel Luis e Manoel Isidoro enviaram um comunicado ao governo provincial, afirmando que a Câmara “Se sente no dever de cumprir as ordens para enviar voluntários da pátria à guerra [...]”.<sup>336</sup> No entanto, o mesmo problema comum a várias outras vilas, evidenciava a precariedade da organização de um corpo de voluntários no Piauí para a guerra, a falta de verba para o deslocamento dos homens, tal era a situação que os membros da câmara informaram que “[...] precisa de cinco contos de reis para as despesas de viagens.”.<sup>337</sup>

Eram 17 horas do dia 04 de maio de 1865, quando chegou a Teresina um contingente de 52 homens e dois oficiais da Guarda Nacional proveniente da Vila de Barras de Marataoan.

---

<sup>333</sup> Ibid.

<sup>334</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 17/03/1865, p. 14. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>335</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 08/05/1865, p. 60. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>336</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 15/05/1865, p. 63. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>337</sup> Ibid.

Vieram capitaneados por um capitão da Guarda Nacional chamado Francisco Luiz Pereira de Carvalho e Silva.

Segundo o jornal *Liga e Progresso*, o Capitão Francisco, “[...] foi o primeiro a inscrever-se no alistamento e o primeiro a procurar, com o poder da persuasão e do estímulo, fazer-se acompanhado de tantos cidadãos [...]”.<sup>338</sup>

Deve-se levar em consideração qual o poder de persuasão e estímulo foram utilizados pelo capitão. Teria sido a força do discurso lançado aos moradores da vila a partir de um homem com razoável grau e domínio das letras e da oratória, que o credenciaria como um líder ? ou teria sido a força coercitiva típica da violência física interiorana daqueles tempos ? ou de outros instrumentos próprios utilizados por muitos senhores contra seus agregados ? Ou o Capitão, a fim de mostrar-se um ativo participante das causas do País, simplesmente convidasse aqueles que ele considerasse dispensáveis e em troca dos benefícios do decreto, enquanto ele mesmo teria o reconhecimento da sociedade, o que também se tornou muito comum, para muitos alistadores que viviam se auto-encarregando de conseguir voluntários.

Seja como for, uma atitude de liderança como a do capitão Francisco também pode ser compreendida a partir da noção de intelectual orgânico, ou seja aquele elemento que atuando dentro da sociedade encontra-se capacitado a exercer forte influência na opinião daqueles que o cercam.<sup>339</sup>

Além do capitão, algumas outras pessoas também tornaram-se indicadores de “voluntários”, como Jeremias de Castro Lima, este aparentemente sem grande representatividade na sociedade teresinense, porém enviou uma carta ao Presidente Dória sobre a sua ocupação na aquisição de voluntários da pátria. Segundo a carta, ele estava fazendo “[...] os esforços necessários para enviar [voluntários] o quanto puder a guerra.”.<sup>340</sup>

Outros eram tidos como personalidades importantes da sociedade piauiense e prestadores de relevantes serviços, em grande parte eram Juizes de Direito como Cândido Gil Castelo Branco, o Comandante Superior da Guarda Nacional no Piauí, Coronel Francisco Felix Correia e David Moreira Caldas. Este jornalista que aliás, nutria por Dória uma relação de grande amizade e apreço, atestada inclusive em sua correspondência ativa. Certa vez David

<sup>338</sup> Liga e Progresso, p. n/p, número ? , 15/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>339</sup> Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

<sup>340</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – Livro I, 29/03/1865, p. 38. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Caldas teria enviado a Dória um couro de onça, que havia sido alvejada e morta por Theodoro de Carvalho, este considerado um grande poeta mas também caçador.<sup>341</sup>

Theodoro de Carvalho, David Caldas e Franklin Dória eram amigos, poetas e exímios oradores, os três vivenciaram de forma diferenciada o momento da guerra. Theodoro de Carvalho era oficial da Guarda Nacional e seguiu para o campo de batalha, David Caldas como Jornalista trabalhou pela causa da guerra, desde 1865 era colaborador no jornal *A Imprensa* de propriedade de Deolindo Mendes da Silva Moura, e por fim Franklin Américo era o Presidente da Província.

É muito certo afirmar em amizades como estas a presença de interesse que se consubstancia na apropriação do público e privado. David Caldas era redator e diretor de um periódico de apoio à administração Doria.

Quanto a fazer referência desses voluntários também era um ato semi-oficial, por parte do Presidente da Província, nos relatórios que encaminhava à Assembléia Legislativa Provincial.<sup>342</sup>

No trabalho de Anísio Brito é possível identificar uma lista de estudantes voluntários que, segundo ele, havia sido anexada nos meios oficiais, à adesão destes voluntários na guerra estaria então, “Associada a toda a classe acadêmica” dessa forma,

[...] os estudantes piauienses, no Recife, compareceram ao palácio da presidência, solidarizando-se com o Governo e oferecendo seus serviços. Foram: Basílio Mendes da Rocha, Francisco da Cunha Castelo Branco, José Lustosa de Sousa, Joaquim Newton de Carvalho, Elpidio José de Carvalho e Sousa, Justino José Batista, Simplicio Coelho de Resende Filho, Sesostres Silvio de Morais Sarmiento, Honório da Silva Rabelo Castro, Fontenele César Burlamaque, Ricardo José Teixeira, Agesilau Pereira da Silva.<sup>343</sup>

A formação desse Corpo foi tão heterogênea que o seu comandante não era militar de carreira, apesar de oficial da Guarda Nacional, José Fernandes Morais Junior exercia a atividade de administrador do Correio da Província. Nomeações como essa acarretaram uma serie de dificuldades durante a campanha.

Um grupo bastante significativo de oficias provenientes da escola militar, nunca viu com bons olhos oficiais da Guarda Nacional, quer fossem fazendeiros, professores, comerciantes ou funcionários públicos, como o caso de José Fernandes, que era o Administrador do Correio, no comando de um batalhão ou qualquer outra composição

<sup>341</sup> CARTA de David Moreira Caldas a Franklin Américo de Menezes Dória, Barras, Piauí, 02/02/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 78. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>342</sup> Ver: PIAUÍ, Relatório do Presidente da Província, Franklin Américo de Menezes Doria a Assembléia Legislativa Provincial. 12/07. [caixa 2 – envelope 29 Duplicada]

<sup>343</sup> BRITO, Anísio, op., cit., p. 11. Apud: NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 221.



orgânica do Exército de campanha. E essa foi uma das questões que mais suscitaram discussões e desconfianças por parte dos militares de carreira do Exército.

O marechal Luis Alves de Lima e Silva, o então marquês de Caxias, via com bastante desconfiança a presença desses oficiais da Guarda Nacional, tanto ao ponto de apontar os problemas relativos a eles em uma carta enviada ao Ministro da Guerra afirmando que,

Tem entendido alguns presidentes de Província que se acham autorizados para nomear oficiais ou promoverem a postos superiores indivíduos, que pertencendo à Guarda Nacional das respectivas Provinciais para aqui vierão como designados para auxiliar o Exército, e portanto ficarão desde logo sujeitos às leis e foro militares.<sup>344</sup>

A preocupação de Caxias se fundamentava em uma questão extremamente profissional, tanto que alertava sobre a possibilidade de entregar o comando de suas tropas a oficiais superiores que considerava sensivelmente despreparados para a missão que se propunham.

Ricardo Salles identificou que Caxias acreditava na capacidade do Exército se renovar a partir do “[...] ingresso de setores médios nas fileiras, ou ainda a formação de uma camada ampla de oficiais e sub-oficiais decorrentes da expansão dos quadros do Exército [...]”.<sup>345</sup> Ainda segundo Salles, para Caxias esses “[...] elementos seriam a base de uma reformulação no quadro de oficiais do Exército. Assim tal renovação de quadros corresponderia a livrar o exército da incompetência das velhas elites,[...]”.<sup>346</sup>

Essas elites, como veremos mais tarde, criariam um dos piores empecilhos à convocação de Guardas Nacionais para a Guerra, notadamente por comporem a base social de seu círculo de mando regional. A remoção dessa base das zonas de dominação da elite, representava um enfraquecimento do seu poder local.

Havia um grupo de oficiais no qual Caxias apostava na possibilidade de renovação que trariam ao exército. Seriam aqueles que fossem Voluntários da Pátria, assim “[...] Caxias recomendava que se permitisse que os Voluntários da Pátria que já tivessem servido dois anos pudessem ser transferidos para o exército de linha. Via nessa medida uma forma de melhorar a base social do exército.”<sup>347</sup>

A presença desses oficiais, como ficou demonstrada em uma de suas cartas ao ministro dos negócios da Guerra, Lima e Silva, acreditava que se o Exército regular incorporar oficiais dos corpos de voluntários da Pátria, levando em consideração critérios,

---

<sup>344</sup> MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra – Correspondência sobre a guerra do Paraguai – Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol 12, códice 547. AN. Rio de Janeiro.

<sup>345</sup> SALLES, Ricardo. op. cit., p.109.

<sup>346</sup> Ibid.

<sup>347</sup> Ibid.

como o de bravura, o que justificaria o merecimento, as promoções por mérito trariam uma renovação às fileiras do exército, e não só de oficiais, mas também praças dos Corpos de Voluntários que se destacassem no teatro de operações.<sup>348</sup>

Segundo Lima e Silva

É de urgente e palpitante necessidade adiantar em postos muitos oficiais distintos e ainda moços, que aqui vejo, arriscando diariamente suas vidas e tornando-se cada vez mais comendáveis por suas qualidades.[...] aqui se acham moços distintos por suas famílias e posição, os quais tendo tudo abandonado, para aqui marcharam, acudindo ao reclamo da Pátria [...].<sup>349</sup>

Mas havia uma série de problemas relacionado à nomeação de oficiais, que precisavam ser contornados em nível local, tais problemas eram de conhecimento do Governo imperial tanto que em março de 1865, a secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, por meio do Ajudante General, o Major Gal. Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão enviou um comunicado aos presidentes de Província dando instruções sobre os procedimentos de escolha dos oficiais de 1ª Linha, para o Piauí ele informou que: “A nomeação de indivíduos que acabão de se alistar nos Corpos de Voluntários da Pátria a Alferes de Comissão para esses corpos reconheço que é uma necessidade pela grande falta que tem o Governo Imperial de officiaes para a organização dos mesmos corpos. [...]”.<sup>350</sup>

Com grande experiência de administração militar, Polidoro indicou que,

[...] na qualidade do cargo que ocupo, pondero a V. Excia. que a preferência somente de taes indivíduos para o posto de Alferes, ainda mesmo de comissão poderá talvez Desgostar e desanimar os inferiores e cadetes de infantaria e artilharia que, tendo concluído os seus respectivos prazos, continuarão a servir sem as vantagens dos referidos voluntários, e aspirando somente os posteos hoje ocupados pelos mesmos voluntários.<sup>351</sup>

E por fim Polidoro propôs que, “Com fim de prevenir esse inconveniente que poderá ser grave que conviria escolher-se entre os inferiores e cadetes de infantaria mais antigos e os de Artilharia com curso de infantaria, alguns para occuparem os postos de Alferes de comissão.”.<sup>352</sup>

O general acreditava que esta medida era “justa e de vantagem para disciplina dos mesmos Corpos de Voluntários”, pois dessa forma as unidades novas poderiam obter oficiais habilitados e com experiência do serviço dos Corpos de Exército.

<sup>348</sup> MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra – Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro

<sup>349</sup> MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra – Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924 AN. Rio de Janeiro (Carta confidencial ao ministro dos Negócios da Guerra, 02/09/1868).

<sup>350</sup> MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Instrução ao presidente da Província do Piauí, Instrução nº 728 de 07/03/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

<sup>351</sup> Ibid.

<sup>352</sup> Ibid.

Apesar das dificuldades com a inserção desses homens no exército, esse 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí teve a seguinte composição de comando; Um Estado Maior, composto pelo comandante – Major da Guarda Nacional, João Fernandes de Moraes Junior, tinha como seu ajudante de ordens o Alferes da Guarda Nacional, Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco. Secretario do Batalhão o Alferes da Guarda Nacional, Manoel da Costa Pereira; e Quartel Mestre, o Sargento da Guarda Nacional, Pedro José de Moura Leal.

A tropa inteira estava dividida em 4 companhias, cada uma com o seu próprio estado maior. A primeira Companhia tinha como principais oficiais, o capitão da Guarda Nacional, Francisco Luiz Pereira de Carvalho; o tenente da Guarda Nacional, José da Silva Rocha, o alferes também da Guarda Nacional, Francisco Pereira de Moraes.

A segunda Companhia, contava com o comando do Capitão Alencarliense Álvares Lima, e o alferes Manoel do Nascimento Ribeiro Soares, ambos da Guarda Nacional. A terceira Companhia tinha o comando do capitão da Guarda Nacional, Francisco Alves do Nascimento e o Alferes Eduardo Antonio Martins; e, finalmente, a quarta Companhia, sob comando do Capitão Tomas Álvares Moreira e do tenente Vicente Matias Bernardes, todos da Guarda Nacional.<sup>353</sup>

Dória, que já havia recebido como muitos presidentes de Província uma determinação proveniente do ministério da justiça sobre a mobilização da Guarda Nacional, ainda se encontrava em meio à organização do 1º Corpo de Voluntários, quando mandou comunicar ao Ministro da Justiça justamente sobre os andamentos com a preparação dessa tropa informando inclusive que a unidade já contava com um comandante,

Tendo a honra e passar às mãos de Vossa Excelência, como me cumpre, as inclusas copias das portarias pelas quais dei organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelência que esse Corpo terá de seguir destino a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do major João Fernandes de Moraes Junior.<sup>354</sup>

No entanto, ao que parece, José Fernandes não havia se oferecido voluntariamente, mas aceito a um convite feito por Dória, pois o mesmo expôs em um ofício, pelo menos uma de suas preocupações a respeito de suas novas atividades, sendo ele um funcionário público que retornava de sua licença, Fernandes afirmou que:

<sup>353</sup> CHAVES, Joaquim. op., cit., p. 17

<sup>354</sup> OFÍCIOS trocados entre os Presidentes de Províncias e os Ministros das Pastas da Guerra e da Justiça e vice-versa. Ofício nº 222, Província do Piauí, Palácio da Presidência, 16.05.1865; Coleção de Manuscritos do Arquivo Nacional, Apud: DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército v. 2, t V, p. 3

Tendo aceito com muita satisfação a Comissão que V. Excia. se dignou confiar-me do Comando do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, que tem de seguir, amanhã, para o teatro da guerra em que o Governo Imperial se acha empenhado com a Republica do Paraguai, peço a V. Excia. que se sirva comunicar ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Publicas, a quem sou sujeito como Administrador do Correio desta Província, a fim de que o mesmo Exmo. Sr. fique ciente de que por me achar incumbido dessa comissão, deixei de entrar no exercício do meu cargo depois de finda a licença em cujo gozo me achava.<sup>355</sup>

Em 15 de maio ocorreu uma missa solene de bênção da bandeira do 1º Corpo de Voluntários, em volta do batalhão e do povo, Dória discursou de forma retórica e se aproveitando desse recurso procurou ao máximo tirar proveito da ampla comoção popular para dirigir o seu apelo a fim de manter a moral e o sentimento de repúdio contra a invasão do território brasileiro. Afinal, aquela imensa reunião de pessoas era justificada pela situação de guerra vigente.

Suas palavras dirigidas à tropa que ia embarcar nos próximos dias tinha a pretensão de criar um sentido monolítico, firme como uma rocha e de resoluta certeza na vitória que iriam buscar. O principal ícone de seu discurso era justamente o sentido que a bandeira trazia na convicção da unidade nacional e do amparo que ela trazia àqueles que a mantivessem sob sua guarda.

As bênçãos da Igreja acabam de santificar esta bandeira, que em boa hora vos é destinada. Sinto-me possuído do mais ardente júbilo, cabendo-me a fortuna de confiá-la à vossa guarda. Contemplai-a, porém, um momento, e refleti em sua sublime significação, bem como os deveres que ela vos liga. Este é o símbolo da nossa nacionalidade e da nossa união [...]<sup>356</sup>

Num apelo direto incitou os soldados a defendê-la, se possível com a própria vida,

Compreendeis, portanto, o valor deste penhor que tenho de entregar-vos. Além do culto do patriotismo, comum a todos os brasileiros, esta bandeira reclama de vós, como soldados, uma veneração especial. Sois responsáveis por ela perante o Deus dos exércitos e perante a Nação inteira. Afiança-me vossa natural bravura que a defendereis na mais dura das refregas, e que o inimigo não logrará arrancá-la de vossas mãos, senão depois de vos ter arrancado a vida.<sup>357</sup>

E entregando a bandeira ao alferes do batalhão concluiu, dizendo,

Recebei-a, beneméritos guerreiros! Na republica do Paraguai, para onde marchareis em breve, na hora terrível do combate tornar-vos-eis duplicadamente forte em face desta bandeira. Através do fumo da peleja e do sibilo das balas, ela erguida no meio de vós, será como a imagem saudosa da Pátria [...] Parece que nela também se divisa esmaltando a cruz que a adorna, a milagrosa legenda, *Hoc signo vincetis*. É certo. À sombra deste estandarte sempre vencereis [...].<sup>358</sup>

<sup>355</sup> Guerra do Paraguai – Documentos – diversos volumes. Correspondência do Administrador do Correio da Província/Presidente da Província, 17/05/1865. Códices, APEPI, Teresina.

<sup>356</sup> Diário Oficial, 05/07/1865. Apud: CALMON, Pedro. *Franklin Dória: barão de Loreto*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982, p. 64.

<sup>357</sup> Ibid.

<sup>358</sup> Ibid.

As palavras de Dória sacramentam na verdade uma tentativa de se criar um elo em torno da campanha, que partisse do seu exemplo e de forma habilidosa. toma como cerne de seu discurso algo que para os militares era central, a manutenção do estandarte durante uma batalha. A captura do estandarte de um batalhão ou de um regimento pelo inimigo era visto como uma desonra geral e humilhante.

Assim, ao lembrar o seu significado na batalha, lembrava também ao povo o significado do pavilhão para o país, e, por conseqüência qual o dever de todos naqueles dias de crise nacional.

No início de maio de 1865, o 1º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, estava constituído e pronto para a viagem, contava com um efetivo de 286 soldados e 16 oficiais.

No dia 19 de maio de 1865, pela manhã, ocorreu a cerimônia de embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Província do Piauí, com um efetivo de 286 soldados e 16 oficiais, aos quais se juntariam em Parnaíba mais 51 soldados, elevando o contingente ao número de 353 homens. O embarque da tropa em Teresina foi fato amplamente divulgado pelo jornal *Liga e Progresso*.

[...] pelas 10 horas da manhã, teve lugar o embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado nesta Província a esforços do Exmo. Dr. Franklin Dória, e que tem de ir engrossar as fileiras de nossos bravos no sul do Império, o corpo marchou com 236 homens, sob comando do Sr. Major João Fernandes de Moraes Junior, e ficará com um estado ofensivo superior a 320 praças, reunindo-se-lhes os Voluntários existentes em Parnaíba.<sup>359</sup>

Nessa mesma edição um amplo discurso de patriotismo foi perpetrado pelo jornal *Liga e Progresso*, inicialmente por elogiar o embarque da tropa, pois segundo o seu editor foi algo que “[...] não deve passar desapercibido dado o [...] entusiasmo que reinou na ocasião do embarque dos mesmos Voluntários.”<sup>360</sup>

Segundo o jornal, “Dir-se-ia que toda a população desta cidade ambicionava ser testemunha desse ato, em que o jubilo de uns e as lágrimas de outros formavam um contraste inexplicável e profundo aos olhos do observador atento.”<sup>361</sup>

De acordo ainda com o periódico *Liga e Progresso*,

S. Excia., colocando-se à frente dos briosos defensores da Pátria, acompanhado do comandante Superior e Oficiais, dirigiu-lhes a sua palavra eloqüente, recitando um brilhante discurso e concluindo com vivas a Religião Católica, a S. M. o Imperador, à nação brasileira a ao 1º de Voluntários da Pátria.<sup>362</sup>

<sup>359</sup> Liga e Progresso, p. n/p, número ?, 24/05/1865, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>360</sup> Ibid.

<sup>361</sup> Ibid.

<sup>362</sup> Ibid.

O jornal *Liga e Progresso* ainda fez referencia a outros discursos que foram proferidos naquela manhã, destacando sempre a eloquência do Alferes Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, que era tido como um grande poeta cognominado de “Poeta caçador”.

A viagem da tropa para Parnaíba foi realizada a bordo do vapor *Uruçui*, que rebocou ainda duas balsas em razão da elevada quantidade dos efetivos do batalhão.

A tropa ao desembarcar em Parnaíba teve incorporado mais 51 homens o que foi prontamente informado por Dória ao Mistério da Justiça, fazendo ciente ao governo imperial que por portaria havia dado a,

[...] organização ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria desta Província e nomeei para o mesmo os respectivos oficiais, cumprindo declarar a Vossa Excelencia que esse Corpo terá de seguir a essa Corte até o dia 18 do corrente mês, sob o comando do Major João Fernandes Morais Junior.<sup>363</sup>

Há alguns meses, quando o Corpo de Guarnição também havia seguido viagem, essa tropa de 1ª Linha do Exército, passou por uma série de problemas por conta das despesas com o deslocamento. Franklin Doria, preveniu-se quanto ao Corpo de Voluntários e adquiriu um empréstimo em 17 de maio daquele ano, junto a Administração da Fazenda Provincial, no valor de 10 contos de réis, uma vez que o Corpo teria que se deslocar até São Luis do Maranhão.

Como era de se prever, a viagem do vapor *Uruçui*, que saiu de Teresina no dia 19 de maio, foi tão atribulada que somente chegou a Parnaíba no dia 27 daquele mês, e somente dois dias depois viajou para São Luis em outro vapor, o *Gurupi*.

### **3.6 Piauienses ! às armas !: o 2º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, o 39º Corpo de Voluntários da Pátria.**

Em princípios de 1865, existia um comando superior da guarda nacional do Piauí, que estava mais bem organizado que os demais, era o Comando Superior da Guarda Nacional de Santa Filomena, extremo sul do Piauí. Muito ativo e quase sempre de prontidão, o seu comando era de responsabilidade do tenente coronel José Lustosa da Cunha. Como era de praxe, em ocasiões de crise, o Presidente da Província enviou ofícios a vários comandos da Guarda Nacional solicitando a apresentação de guardas nacionais voluntários.

Em resposta a dois ofícios de Meneses Dória um de 1 de fevereiro de 1865 e outro de 14 do mesmo mês, José Lustosa da Cunha respondeu que iria,

---

<sup>363</sup> PIAUÍ. Ofícios do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro, Ofício nº 222. Palácio da Presidência do Piauí, 16 de maio de 1865.

[...] envidar todos os esforços a fim de corresponder ao patriótico empenho do Presidente e do Governo Imperial promovendo o alistamento de voluntários que se queiram prestar, em auxílio de nosso exército e armada a desafrontar a honra nacional ultrajada nas republicas do Uruguay e Paraguay [...]<sup>364</sup>

No mesmo ofício encaminhado para o presidente da província afirmava ainda que “[...] se nos sentimentos patrióticos de seus concidadãos não encontrar a precisa adesão, poderá pelo menos contar como alguns filhos e sobrinhos que não se demorarão em apresentar-se ao Governo Provincial.”<sup>365</sup>

José Lustosa da Cunha, de forma muito determinada, tratou de organizar um corpo de voluntários quase que inteiramente formado por guardas nacionais. Ele havia conseguido reunir uma quantidade significativa de homens, muitos estavam sob o seu comando direto, ou eram ligados ao seu grupo político por laços de apadrinhamento local no sul do Piauí.

É muito provável que tenha conseguido reuni-los por diferentes meios, desde do discurso carismático, típico de sua personalidade, a fim de convencê-los de que as promessas contidas no Decreto 3.371 seriam honradas pelo governo imperial, como pelo fato de sua posição de líder regional onde, nesse caso, a sua autoridade de digno representante do Estado mandante prevalecia.

Nesse caso o Coronel José Lustosa da Cunha seria uma representação coerente da organização da sociedade e Estado imperial, ou seja, um componente do seu processo de hierarquização e centralização, tendo como base a idéia de moralidade pública.

A partir desse pressuposto tomaremos em consideração a sociedade imperial e provincial, e em nosso caso a província do Piauí, a partir das análises de Mattos, cujo cerne da sua pesquisa se concentra no período de predomínio dos gabinetes Conservadores (Saquaremas) e o amplo projeto de consolidação nacional elaborado por seus ministérios, segundo sua afirmação o Império foi marcado, pela existência de *três mundos*, ou seja: o mundo do governo (Estado e casa), representado pela boa sociedade; o mundo da desordem (o espaço da rua), representado pela população livre pobre; e o mundo do trabalho representado pelos escravos.<sup>366</sup>

Para garantir a hierarquia entre os três mundos e constituir uma sociedade fundamentada na ordem e civilização, o grupo hegemônico “boa sociedade” apregoava a necessidade de estabelecer um Estado forte e centralizado na figura do imperador. Nesse

<sup>364</sup> CORRESPONDÊNCIA do Comandante da Guarda Nacional da Parnaguá/Presidente da Província, maço 636. Ofício de 28/03/1865. Avulsos, APEPI, Teresina.

<sup>365</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província, maço 636, Comandante Superior da Guarda Nacional de Parnaguá, coronel José da Cunha Lustosa ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Doria. 28/03/1865, Seção de Avulsos, APEPI, Teresina.

<sup>366</sup> Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo: hucitec, 1987., p 117-125

sentido, a centralização política e administrativa pressupunha a edificação de uma rede de funcionários e colaboradores, que levassem o projeto central a todos os pontos do vasto Império.

As províncias faziam parte daquele contexto e, sem dúvida, contribuíram, umas mais, outras menos, para a construção, difusão e ampliação do projeto conservador. No caso o Piauí, após ter superado o conturbado período da Balaiada, a província procurou fortalecer de alguma forma as relações com o grupo emergente no Rio de Janeiro e na Corte e se adequar às novas idéias e propósitos.

Nesse ponto é importante observar também as palavras de Gramsci,<sup>367</sup> pois segundo ele, a conquista da hegemonia por parte de uma classe social, ou grupo político, se dá, quando a mesma consegue articular os três segmentos fundamentais.

O primeiro é um “elemento difuso”, ou “mais distante”, formado por homens comuns, médios, cuja participação se dá pela disciplina e fidelidade, e não pelo espírito criador, não se vinculando diretamente à vida política.

O segundo é o “elemento de coesão principal”, ou “mais próximo”. São os que exercem o poder político, sendo dotados de uma força altamente coesiva e centralizadora, constituindo-se no núcleo central, produtor e difusor de idéias e práticas políticas.

O terceiro é o “elemento médio”, ou “intermediário”, capaz de articular os “mais distantes e os mais próximos” colocando-os em contato não só físico, mas moral e intelectual. Esta proposição de Gramsci é fundamental para compreender as relações de poder no Brasil imperial e por extensão nas provinciais.

Através dos princípios da lealdade e fidelidade ao Imperador, ou autoridade mais próxima (ou superior), o projeto político conservador foi ocupando espaços em todos os cantos do Império e ampliando sua base de sustentação. Seus membros exerciam as posições mais variadas na estrutura social e hierarquia administrativa.

A proposição de Gramsci, dos três níveis, referida na parte introdutória é fundamental para compreender a estrutura administrativa e social que se organizou no Império. De acordo com Mattos poderíamos indicar de igual forma três níveis de identificação da estrutura administrativa do império.

Um nível mais distante composto por proprietários e sitiantes nas diversas regiões do Império, além do funcionalismo representado pelos policiais, professores, agentes de

---

<sup>367</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 26.



quarteirão. Esse elemento constituiu-se em grande força, a partir do momento em que existiu uma direção.<sup>368</sup>

O outro intermediário composto por juízes, chefes de polícia, inspetores, párocos, fazendeiros, médicos, jornalistas, agentes, que faziam a ligação entre os mais próximos e os mais distantes, colocando-os em sintonia. Ocupavam a função de intelectuais difusores, que se serviam da estrutura do Estado e das relações familiares para executar suas tarefas. O elemento intermediário, naquele contexto, ocupou posição extremamente estratégica, visto estar em contato mais direto com o elemento difuso.<sup>369</sup>

Nesse caso José Lustosa da Cunha, poderia ser considerado um dos elementos intermediários, pois descendia de uma família muito tradicional do sul do Piauí. Segundo Joaquim Chaves ele “[...] pertenceu a uma família de autênticos desbravadores de nossos sertões bravios. Os Lustosas, instalados em Parnaguá, sul da Província, daí partiram para a conquista da terra até o vale do Alto Parnaíba.”<sup>370</sup>

A rede familiar dos Lustosas, segundo Joaquim Chaves, tomaram parte em “Todos os lances da penetração (do sul do Piauí), desde as bandeiras da guerra contra o indígena, até a implantação dos currais fixando a conquista, tudo feito ali por aquela gente com todas as características do pioneirismo audaz.”<sup>371</sup>

Nas palavras de Chaves, é bem clara a influência da família Lustosa na Região. O sul do Piauí era a sua terra, lugar de seus ancestrais colonizadores. Nesse ponto, o foco da atenção é a própria pessoa de José Lustosa, pois este ao acompanhar os passos de sua linhagem recebeu o direito legal de administrar os negócios da família. De seu pai herdara não apenas o nome, mas também a responsabilidade pela educação de seus irmãos, quatro mulheres e um homem. João Lustosa da Cunha Paranaguá, que era o então ministro dos Negócios da Guerra no período de 1866, durante a presidência de Zacarias Góes e Vasconcellos.

Sendo o mais velho dos irmãos José Lustosa da Cunha assumiu cedo a direção dos negócios da família, isto incluía o desbravamento de novas terras, a manutenção e a segurança das fazendas que pertenciam à sua rede familiar. Entrou em choque diversas vezes com os índios Xerentes, que já haviam guerreado contra o seu pai.

Quando Coronel da Guarda Nacional prosseguiu a conquista de novas terras, empurrando os índios para fora do território que havia se apossado, empregando seus próprios

<sup>368</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., p 151

<sup>369</sup> Ibid.

<sup>370</sup> CHAVES, Joaquim, Obra Completa. Teresina: FCMC, p. 521.

<sup>371</sup> Ibid.

métodos, com homens armados e alimentados às suas expensas para expulsar os Xerentes da região do atual município de Santa Filomena.

Por um longo tempo manteve ocupado seus homens nessa tarefa, estendendo suas operações à outra margem do Rio Parnaíba, implantando novas fazendas de gado. Ao concluir pouco antes da Guerra do Paraguai, essa brutal expansão, ele era o proprietário de terra mais rico do sul do Piauí.

E, por fim, o mais próximo, ministros, conselheiros, presidentes de províncias, deputados gerais e senadores. Núcleo produtor e ao mesmo tempo difusor das idéias e princípios que sustentaram aquele projeto. A prática daqueles segmentos visava o fortalecimento da ação do Estado e da administração, e isso possibilita, “concluir que a hierarquização nela presente unia, de um lado, todos os súditos ao imperador, desde o mais pobre dos cidadãos da mais distante freguesia do ‘Sertão’ até o senador do Império ou o conselheiro do Estado”.<sup>372</sup>

O seu irmão João Lustosa da Cunha era também Conselheiro e Senador do Império, esse indicativo possibilita-nos compreender a ligação entre o núcleo produtor e difusor das idéias com o núcleo intermediário do qual José Lustosa da Cunha fazia parte e nesse complexo ordenado de relações é que se pode perceber como se sustentava o projeto imperial.

A partir de sua condição de servidor do Estado é possível apontar as possíveis razões que fizeram os homens da Guarda Nacional de Santa Filomena terem se submetido à autoridade de seu comandante. Nesse caso é condição *sine quanon* compreender não somente a ação do Estado em si, mas o exercício de uma autoridade local que agia em nome do Estado. Esse princípio se aplica muito bem à *persona* de José Lustosa da Cunha.

Os resultados positivos da ação política desencadeada pelos conservadores ainda na época da regência advieram do conjunto dos agentes espalhados pelo território, fazendo a ligação entre as extremidades do corpo social. Um dos teóricos principais desse projeto afirmava que: “é por meio do complexo dos agentes que formam a administração que se põe ele em contato com os particulares que lhes transmite as suas ordens, que estuda as suas necessidades e recebe as suas reclamações”.<sup>373</sup>

Segundo essa noção. José Lustosa da Cunha era a única presença real do Estado no extremo sul da Província do Piauí, o servidor mais graduado, fiel, a sua ação era antes de tudo

---

<sup>372</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de., loc. cit.

<sup>373</sup> SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. In: CARVALHO, Jose Muirilo de. (Org) Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 91.

a ação do Estado, pois não haveria ninguém mais, e sua autoridade era fincada na obediência, construída a partir da legalidade.

O fortalecimento da administração colocaria o governo do Estado em contato permanente com o governo da casa, possibilitando dessa forma uma vigilância constante e uma direção mais eficiente.

Quando houve a eclosão do conflito a determinação de José Lustosa da Cunha em seguir para a guerra ficou evidente em diferentes conclamações que o mesmo lançou, além da sua correspondência ao presidente da província, sempre dando provas de abnegação e coragem pessoal e de seus familiares ao afirmar que estava,

[...] protestando ao Governo provincial que, não obstante seus 52 anos, não hesitará em acudir pessoalmente aos reclamos da Pátria, se assim for preciso, antecipando-se em declarar que, se nos sentimentos patrióticos de seus concidadãos não encontrar a precisa adesão poderá pelo menos contar com alguns filhos e sobrinhos que não se demorarão em apresentar-se ao Governo Provincial.<sup>374</sup>

A tropa constituída contou então em sua composição com o tenente coronel José Lustosa da Cunha, 2 filhos seus, além de 4 sobrinhos. Um de seus filhos tinha somente 14 anos de idade, que se juntaram com 228 homens para formar o 2º Corpo de voluntários.

Tiveram que realizar um longo percurso para chegar até Teresina. Alguns percorreram uma jornada de 300 quilômetros por terra para chegar a Santa Filomena, para logo seguirem mais 800 quilômetros de viagem em Balsas feitas com madeira de Buriti, do Sul da Província até a capital da Província.<sup>375</sup>

O jornal *A Imprensa*, como fiel órgão de divulgação do Partido Liberal, então no poder e em sua missão de cobertura e divulgação das providências na província sobre a arregimentação de homens, não deixou de noticiar sobre o deslocamento dos homens do sul do Piauí, dando inclusive detalhes da quantidade de balsas, ao afirmar que. “De S. Filomena desceram o rio Parnaíba no dia 22 de junho, em 14 balsas e um bote, e chegaram a Teresina no dia 17 de julho.”<sup>376</sup>

Esses homens chegaram a Teresina praticamente sem fardamento após passarem uma dura etapa de viagem do extremo sul do Piauí. Uma das primeiras providências do Presidente da Província foi organizar o Corpo, dotando-lhe de quatro companhias. Tendo como comandante o próprio ten. cel. José Lustosa da Cunha, o seu estado maior ficou constituído

<sup>374</sup> CORRESPONDÊNCIA do Comandante da Guarda Nacional da Parnaguá/Presidente da Província. Maço 636. Ofício de 28/03/1865. Avulsos, APEPI, Teresina.

<sup>375</sup> CHAVES, Joaquim, op., cit. p. 218.

<sup>376</sup> *A Imprensa*, p. n/p, número ?, 12/08/1865. Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

por um ajudante, o sargento Luis Correia Lima Negreiros. Um secretário, o sargento Joaquim José de Lemos Piauí. Tenente quartel mestre, Mauricio Antunes de Carvalho.

A 1ª Companhia tinha como comandante o capitão da Guarda Nacional, Felisberto José Nogueira, assessorado pelos oficiais, o tenente da Guarda Nacional, Maximiano José de Sousa. Alferes Domingos Damasceno Nogueira, e o sargento Antonio Nogueira Paranaguá. A 2ª Companhia, estava sob comando do tenente Gil Lustosa da Cunha, com os oficiais, tenente Fabio Lustosa da Cunha. Alferes Antonio Rodrigues Nogueira, e o sargento Cícero Lustosa da Cunha.

A 3ª Companhia, sob comando do capitão da Guarda Nacional, Belisário José da Silva Conrado. tendo como assistentes, o tenente Alcides César Brandão, o 1º sargento Antonio Mauricio Lustosa, e o sargento ajudante Bernardo Restituto de Souza Leal. E finalmente a 4ª Companhia, sob responsabilidade do capitão Cassiano José Pereira, tendo como ajudantes o tenente Raimundo Torres Costa, o alferes José Fernandes dos Santos e o sargento José Francisco de Sousa Gamenho.

Essa última companhia, talvez seja a única que não tinha em seus quadros de comando parentes diretos do coronel José da Cunha Lustosa, ao contrário das demais que estava sob comando de filhos ou de sobrinhos.

De um modo geral, é preciso identificar um elemento que tornava unidos esses homens. O que os mantinha dentro de um sentimento de unidade, é o que se refere ao espírito de corpo [do Latim: *Espirit de Corps*]. No calor da luta que conviveriam no Paraguai de certa forma não seria estranho pois já conviviam com uma realidade brutal de lutas no sul do Piauí, travando combates duros contra os índios Xerentes. O que podemos observar a partir de então é que a lealdade desses soldados era muito mais pessoal entre eles e o seu chefe e estava acima dos altos ideais que formavam a base do discurso político, valores simbólicos que estavam sendo trabalhados pelo discurso oficial e pelos jornais na época, como o Patriotismo, por exemplo.

A partir dessa noção identificamos que é muito possível que numa região distante do interior da província do Piauí, para a maioria dos agregados do coronel José Lustosa da Cunha, a noção de pátria tem um sentido essencialmente de afetividade ao local de nascimento e convivência imediatos entre todos do lugar, assim identificamos que mesmo anteriormente ao processo de formação dos Estados nacionais, pátria vem ser terra natal, ou seja, o espaço de convivência bastante restrito habitado “por uma coletividade limitada, ou ainda a população de uma região, os habitantes ligados por vínculos sociais e culturais que

compartilhavam um ambiente.”.<sup>377</sup> Em outras palavras “o elo entre população e a terra natal era unicamente um elo pratico – a atividade cotidiana de trabalho no campo.”.<sup>378</sup>

Também é possível observar que a identidade comum entre esses homens havia sido construída com o fim de mantê-los unidos, fato reforçado pela presença do seu chefe, que tinha por pressuposto dado o seu caráter de comandante mantê-los juntos dentro de uma irmandade, uma família com um único espírito de corpo.<sup>379</sup>

Dentro desse aspecto também é muito provável que um soldado no campo de batalha valorizasse mais sua reputação como homem, entre outros homens do que sua própria vida.<sup>380</sup> De uma forma mais íntima engendrariam ligações ainda mais fortes, quando servissem ao lado de vizinhos e amigos de suas cidades natais. Os homens com esse tipo de ligação lutavam, acima de tudo, por seus companheiros, sabendo que de alguma forma eles fariam o mesmo, assim salvaguardariam suas vidas mutuamente.

Já no que se refere ao discurso nacional, um outro elemento que corrobora com a unidade é o que se refere ao simbolismo da bandeira e das cores do uniforme padrão de cada batalhão ou regimento, pois comumente as tropas se distinguiam por suas cores e ou tradições, isso empunha aos novos recrutas a obrigação de preservar a honra de seus antecessores e manter uma tradição construída, mesmo que em um curto espaço de tempo. O caso do 2º Corpo também se encaixa em todos esses elementos.

Paradoxalmente, antes da segunda fase da guerra, era conhecida a variedade de uniformes adotados pelo exército brasileiro durante a campanha, tanto que quando do cerco a Uruguaiana, alguns viajantes, cronistas e militares observaram com muita regularidade tal fato.<sup>381</sup>

Por fim, vale observar as palavras de Clausewitz, que enumera no III capítulo do livro III intitulado: “Da estratégia em geral”, em sua obra “Da Guerra”, o que ele chama de “Os principais poderes morais”, que seriam os seguintes: os talentos do chefe de guerra, as virtudes guerreiras do exército [no caso brasileiro a partir de um discurso construído pela elite governante] e o seu sentimento nacional. Esse último quesito, estava sendo muito bem

<sup>377</sup> MAGNOLIO, Demetrio. O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912\_ São Paulo: UNESP/Moderna, 1997, p. 13-14.

<sup>378</sup> Ibid.

<sup>379</sup> Sobre o Espírito de Corpo Cf: KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

<sup>380</sup> FARMAN, Christopher. A arte da guerra In: BOYLE, Charles. *História em Revista*. Rio de Janeiro: Abril, 1993, p. 93.

<sup>381</sup> Dionísio Evangelista Cerqueira foi um dos militares que melhor traçaram um perfil sobre o soldado brasileiro no Paraguai, é dele uma das impressões sobre a diversidade de uniformes das tropas que chegavam de regiões distantes. Ver: CERQUEIRA, Dionísio Evangelista. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

trabalhado como vimos pelos jornais, resultando num primeiro impacto positivo da sociedade a respeito do conflito.<sup>382</sup>

Em Teresina, a chegada e permanência da tropa do Coronel José Lustosa da Cunha causou um alvoroço muito grande, numa cidade relativamente pequena, de uma hora para outra, viu-se tomada por toda sorte de pessoas, das mais diferentes camadas sociais, que se somaram às que já estavam lá para se alistarem.

O periódico *A Imprensa* deu ampla cobertura da programação social organizada em homenagem a essa tropa na cidade, “No domingo, 30 de julho, houve um passeio militar do 2º Corpo de Voluntários desta Província.”<sup>383</sup> O passeio foi seguido de uma série de manifestações de apoio e apreço aos homens do Corpo, jornalistas e membros da “Boa sociedade” local dirigiram-lhes discursos de apoio, tal como fez o Sr. Lima e Castro “[...] aos Voluntários, demonstrando-lhes a conveniência da necessidade da disciplina e da obediência nos Campos do Exército, principalmente em tempos de Guerra.”<sup>384</sup>

O discurso sobre disciplina de Lima e Castro certamente era uma advertência ao que já havia começado a acontecer, pois alguns militares entre sargentos e soldados que formavam o Corpo há alguns dias, antes haviam desertado. É importante observar que mesmo uma força militar como a tropa do coronel José Lustosa da Cunha, não era perfeita e tão pouco poderia ser entendido como um monólito sólido, compacto e resoluto de combatentes fiéis ao seu espírito de corpo, havia homens que simplesmente deviam acreditar que sair do extremo sul do Piauí e vir para o norte era uma possibilidade de escaparem a realidade em que viviam.

A deserção foi comunicada pelo tenente coronel Lustosa ao Presidente da Província, no dia 22 de julho. Foram eles o 2º sargento Francisco Luis de Freitas, o furriel Eleodoro Alves Pindaíba, o cabo Cândido dos Reis Pinto, e os soldados Antonio Francisco dos Reis, Raimundo Estevão dos Reis, Clementino Dias dos Reis, aparentemente todos irmãos.

Alguns dias depois, em 2 de agosto, foi a vez do soldado Geraldo Rodrigues Cruz, membro da Guarda Nacional, que se atirou ao rio Parnaíba. Posteriormente mais dois homens evadiram-se: os soldados João Lourenço Correia Neves e Martinho José Tavares. As patrulhas despachadas para capturá-los não tiveram sucesso, perdendo-os de alcance para nunca mais serem vistos.<sup>385</sup>

---

<sup>382</sup> CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 183.

<sup>383</sup> *A Imprensa*, p. 1, numero 03, 12/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>384</sup> *Ibid.*

<sup>385</sup> CHAVES, Joaquim, O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos n° 4*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1971, p. 23.

Em 10 de agosto de 1865, quando a tropa partiu para Parnaíba, a bordo do vapor *Urussui* sendo rebocados pelo vapor *Conselheiro Paranaguá*, já contavam com um número expressivo de homens, algo em torno de 375, sendo 20 oficiais e uma mulher, exatamente a sargento Jovita Alves Feitosa. Seguiu, junto com o Corpo, uma Companhia independente de Guardas Nacionais, que possuía um efetivo de 97 soldados e três oficiais, sob o comando de um capitão da Guarda Nacional chamado Sinfrônio Olimpio de Moraes. Mais uma vez a imprensa se fez presente divulgando toda a cerimônia de embarque, como o jornal *A Imprensa*.

Foi um dia de festa publica entremeadada de lagrimas de saudade.

A's 7 horas da manhã estavam em frente da Matriz o Corpo e a Companhia. Teve lugar a missa a que assistiram e em seguida a benção de sua bandeira. Ao entrega-la S. Excia. ao Sr. Comandante do mesmo Corpo, proferiu o Rvdo. Vigário um animado discurso. Depois S. Excia dirigiu palavras entusiásticas e de animação aos bravos Piauienses [...]

Seguiu-se depois a marcha para o lugar do embarque.

Ai proferiu ainda S. Excia, com eloquência que lhe é própria, um belo discurso. O Sr. Deputado Lima e Castro fez também ouvir. Finalmente o Sr. Eugenio Marques de Holanda ocupou a atenção dos circunstantes. Imenso povo bordava as margens do Rio [Parnaíba]. Todas as pessoas gradas da capital e suas famílias foram dar os últimos adeuses a esse punhado de bravos que vão reunir-se aos soldados de civilização e da liberdade.

Ao meio dia deslizavam-se águas abaixo os dois vapores, levando corações palpitantes de amor à Pátria e deixando saudades aos que admiravam. Ventos propícios e brandas águas conduzam esses patriotas ao seu destino.<sup>386</sup>

O discurso de apoio à administração do Presidente Franklin Américo de Meneses Dória refletia-se na construção da notícia veiculada pelo o Jornal liberal *A Imprensa*, tanto que por dias seguidos a divulgação do embarque foi sendo publicada, dando diferentes enfoques ao evento, ilustrando a imagem dos oradores e exaltando a figura dos voluntários, que, diga-se de passagem, representava um duplo aspecto positivo. Primeiro, era uma quantidade muito elevada de homens “Voluntários” provenientes de um único Comando Superior da Guarda Nacional que estava embarcando com todo o seu séquito de para-militares pertencentes ao partido Liberal então no poder; e em segundo lugar, eram liderados pelo irmão de um dos mais proeminentes líderes políticos da partido Liberal, João Lustosa da Cunha, Marquês de Paranaguá.

Alguns comerciantes, os membros da “boa sociedade”, fizeram-se presentes na dita cerimônia, discursando como autênticos oradores. Pela importância da cerimônia, e pela capacidade de mobilização julgada pelo próprio jornal, esses discursos e conclamações costumavam ser publicados por vários dias, tal como o discurso feito por um grande boticário da Cidade de Teresina conhecido por Dr. Eugenio, no dia do embarque,

<sup>386</sup> A Imprensa, p. 1, numero ?, 19/08/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

Dignos filhos do Piauí.  
 Voluntários da Pátria.  
 Nos apontamentos que devem servir de base à história pátria da época que vamos atravessando, o nome do Piauí foi inscrito desde o momento glorioso em que começou a sua contribuição espontânea para o tributo de sangue.[...]  
 Ide, pois, bravos voluntários, com a mesma firmeza de idéias e com a mesma nobreza de sentimentos.  
 Seja a minha última palavra um sincero adeus de saudade e confiança. [...]  
 Viva aos Voluntários do Piauí  
 Viva aos Voluntários de Paranaguá.<sup>387</sup>

Mas a própria conclamação do Presidente Dória tinha muita força, e na cerimônia de bênção da Bandeira, pouco antes do embarque da tropa, ele se dirigiu a todos com muita clareza e bradou um refrão estridente, “Piauienses ! Às armas !”, e iniciou o seu discurso quase tal como um professor se dirige aos seus alunos uma longa justificativa para todos correrem às armas, sabendo explorar diferentes nuances do discurso, apelou para a unidade nacional.

Longe vão os preconceitos e o fantasma sinistro da discórdia. Estreitai os laços da vossa união, por amor da santa causa em que vos empenhais. Enquanto a pátria esta em perigo, enquanto o estrangeiro a persegue e ultraja, não é lícito a nenhum de seus filhos ter outro pensamento que não seja o da salvação e vingança da pátria. [...].<sup>388</sup>

Dória habilidosamente apelava para as paixões da população já bastante inflamada pelo discurso de propaganda disseminado pelos jornais,

Além dos insultos que ele [o inimigo paraguaio] traiçoeiramente cuspiu na face do Brasil, ai estão essas duas províncias [Mato Grosso e Rio Grande do Sul], nos gemidos que vertem, chamando por vós em seu socorro. Piauienses! Qual de vós será indiferente a semelhante espetáculo? Qual de vós, podendo, deixará de partir sem demora para o campo da honra? [...] Piauienses! Às armas! Multiplicai as provas que já tendes dado de vosso patriotismo. [...].<sup>389</sup>

Chegaram a Parnaíba quatro dias depois, para alguns dias depois partirem com destino a São Luis, capital da Província do Maranhão a bordo do vapor *Tocantins*. A tropa inteira chegou a corte no início de setembro daquele ano.

Após a viagem desse contingente, Franklin Dória tratou de informar ao Ministro da Guerra como estavam as providências para a manutenção do processo de alistamento por meio do voluntariado, afirmando que, para obtenção de voluntários, dirigiu-se às autoridades, cidadãos qualificados, mantendo conferências com pessoas capazes de auxiliar, dirigindo cartas em caráter particular para várias pessoas.<sup>390</sup>

<sup>387</sup> A Imprensa, p. 1, numero 09, 25/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>388</sup> Diário Oficial, 28/08/1865. Apud: CALMON, Pedro. *Franklin Doria: barão de Loreto*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982, p. 64.

<sup>389</sup> Ibid.

<sup>390</sup> NUNES, Odilon. op., cit. p. 219



Dória escreveu também em 16 de Agosto a Pedro Araújo de Lima o Marquês de Olinda, a fim de informar sobre a partida do 2º Corpo de Voluntários, e o mesmo prontamente o respondeu confirmando e agradecendo pela sua competência e prestamento na missão de organizar o Corpo.<sup>391</sup>

Essa busca desenfreada para garantir a participação do Piauí na campanha fez com que Dória despachasse emissários para o interior com o propósito de alavancar a campanha de voluntariado. Um desses emissários foi o então chefe de polícia, José Manuel de Freitas, que se dirigiu às vilas de Jerumenha e Amarante. Nessas localidades teria conseguido a incorporação de 60 voluntários em poucos dias.<sup>392</sup>

Torna-se complicado imaginar o voluntariado organizado pelo chefe de polícia, uma das figuras que causava grande temor àqueles que estivessem sujeitos ao modelo de alistamento tradicional em vigor no Brasil até antes da guerra, ou seja, o voluntariado forçado.

Contudo Dória informou que,

Felizmente o patriotismo dos piauienses [é] superior aos meus fracos esforços, correspondeu cabalmente à expectativa pública. Não houve município, por longínquo que fosse, de onde não viessem voluntários da pátria. O avultado número desses bravos enviados pelo Piauí, demonstra com que entusiasmo dos filhos desta Província tomaram a peito a defesa da dignidade nacional ultrajada.<sup>393</sup>

Dória não esqueceu de referenciar que, independente da quantidade de 2.167 homens que havia enviado nos últimos 8 meses, organizou uma brigada de guardas nacionais sob o comando de José Francisco de Miranda Osório.

Esse militar da Guarda Nacional era um tradicional chefe político regional que havia tomado parte em algumas ações militares de relevo na Província do Piauí durante o período da independência, atuando na batalha do Riacho Jenipapo contra os portugueses, e alguns anos mais tarde nas operações para debelar a Balaiada.

Segundo Dória, este teria se prontificado para seguir para o sul, mas a seu ver, Miranda Osório seria mais útil mesmo permanecendo no Piauí, no comando Superior da Guarda Nacional de Parnaíba, onde era organizado o embarque das tropas piauienses para a Campanha do Paraguai.<sup>394</sup> Portanto, essa seria a sua função como oficial mais experiente na região.

<sup>391</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios do Imperio/Presidente de Província. Ofício nº s/n, da 1ª Secção, de Pedro Araújo de Lima a Franklin Américo de Menezes Dória de 30/09/1865. Lata 306, pasta 13. Coleção Baronesa do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>392</sup> NUNES, Odilon. loc., cit.

<sup>393</sup> CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Ministro dos Negócios da Guerra, Ofício s/n de 17/08/1865. Códices, Livro 326, APEPI, Teresina.

<sup>394</sup> Ibid.

O presidente finalmente procurou dar conta da natureza de espontaneidade do oferecimento dos militares do Corpo, ao afirmar que, “Esses contingentes em sua maioria foram compostos de guardas nacionais que voluntariamente se ofereceram, e que nem um só dos oficiais que com eles marcharam foi designado.”<sup>395</sup>

É certo que essa espontaneidade dos guardas nacionais marcaria o derradeiro atendimento ao clamor patriótico lançado pelo governo provincial. A afirmação do Presidente Franklin Américo de Meneses Dória, parece mais uma justificativa de quem no fundo já conhecia as dificuldades que teria de enfrentar para convocar a Guarda Nacional na Província do Piauí.

Em 1866, a guerra começava a despertar incertezas por conta da demora em derrotar o Paraguai. Houve uma queda na sua popularidade em razão das perdas humanas. A ampla campanha de mobilização já não conseguia convencer a população e parte da camada social mais esclarecida, leitora dos jornais, não fiava mais esperanças de uma vitória rápida. Os dias eram outros e o tempo era sombrio. Seja como for, recrutas, voluntários, guardas nacionais designados e posteriormente libertos, foram ombreados numa mesma instituição, o Exército, e pagaram um tributo muito caro de sangue nos campos de batalha do Paraguai.

Numa reflexão mais abrangente, vale a pena atentar à observação de um historiador norte americano chamado Theodore Ropp, pois segundo ele à medida que a “[...] Proporção da População Militar cresce, as Forças armadas se tornam, mais claramente, o reflexo dos Estados, das Culturas, das sociedades e das nações; [da qual fazem parte][...]”<sup>396</sup> No caso brasileiro, essa reflexão mostrou-se muito clara, mesmo que de forma contraditória, no desenvolvimento de um exército voluntário composto às presas.

---

<sup>395</sup> Ibid.

<sup>396</sup> WEIGLEY, Russell F. at all, *Novas Dimensões da Historia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981, p. 65.

## 4 SERÃO PRESOS E REDUZIDOS À ESCRAVIDÃO

### 4.1 À margem da sociedade

Herança do modelo colonial português, o recrutamento militar violento era uma realidade do período Imperial. Uma prática comum nas instituições militares brasileiras, que ao longo de anos resultou nas mais diversas formas de abuso, deixando marcas profundas nos setores mais pobres da sociedade.

O próprio serviço militar era extremamente rígido, baseado no modelo disciplinar criado pelo conde de Lippe<sup>397</sup>, reformador do exército português, contratado pelo governo do Marquês de Pombal, cujo código previa a rudeza de inquiridos militares, o castigo físico e, em casos extremos, até o fuzilamento, punições ao que se entendesse por ato de covardia no campo de batalha. Resistir à voz de comando e recuar diante do inimigo eram razões suficientes para a abertura de inquirido. Tal como afirmou Francisco de Paula Cidade,

A disciplina em campanha era mantida pelos castigos corporais, que incluíam o estaqueamento, pela sobrecarga de serviço, pela imobilização em troncos improvisados e pelas repreensões verbais. Vigoravam como castigos disciplinares dos mais severos as surras com espada de prancha, de acordo com o regulamento de 1763, ou do Conde de Lippe. Os crimes eram julgados em conselho de guerra e os castigos a aplicar iam desde as surras até a pena de morte ou de prisão perpétua, com correntes de ferro nos tornozelos, a que chamavam carrinho.<sup>398</sup>

Houve momentos durante a guerra do Paraguai em que a opinião dos oficiais comandantes sobre a natureza dos soldados fazia-se em relatórios ou cartas, como a que Lima

---

<sup>397</sup> O Conde de Schaumburg Lippe Buckeburg ou simplesmente Conde de Lippe, teórico de Frederico II da Prússia na arte da guerra, foi convidado pelo Marques de Pombal, então ministro de D. José I para reorganizar as forças terrestres portuguesas, Pombal preocupado com a crescente influencia espanhola na península Ibérica sentiu necessidade de melhorar suas forças militares, atualizar seus regulamentos, armamentos e métodos de combate. Seguiram com Lippe o Marechal de Campo Johan Heinrich Böhn e o Brigadeiro, Jacques Funck, ambos logo foram despachados para o Brasil sendo o Marechal de Campo Böhn responsável pela reorganização das forças militares portuguesas estacionadas na colônia, Böhn é considerado pelo Exército brasileiro como o fundador da instituição. Ver REVISTA MILITAR BRASILEIRA. n.º 01, ano LXVIV, vol. CXII, Brasília: Centro de Documentação do Exército. 1978. p 30.

<sup>398</sup> CIDADE, F.de Paula, *Lutas ao sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes, 1680-1828*. Rio de Janeiro: Ministério da guerra, 1948, p. 10.

e Silva escreveu ao então ministro dos Negócios da Guerra, visconde de Paranaguá. Ele afirmou que, “[...] por um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas fileiras grandes majorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades [...]”.<sup>399</sup>

Em nível provincial, as turmas de recrutamento simbolizavam então o verdadeiro terror para grande parte da população livre e excluída que vivia à margem do processo produtivo. Pode-se entender por que ao perceber a presença de turmas de recrutamento, muitos desses excluídos se dirigissem para esconderijos no interior da Província. No Piauí, como em muitos lugares do Império, o recrutamento era resultado, sobretudo, de perseguições políticas, gerando injustiças, arbitrariedades e violências.

De acordo com Kraay<sup>400</sup>, o recrutamento militar foi um sistema para o qual contribuíram o Estado, a classe de senhores de terra e escravos e boa parte dos pobres livres, através de uma densa rede de ligações entre patronos e clientes, fazendo recair o recrutamento naqueles que não compunham a rede estabelecida entre eles.

Segundo Mendes, no Brasil Imperial tornou-se “[...] dominante um modelo clientelar de relações entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado por um sistema de trocas, cujas principais ‘moedas’ [eram] fidelidades, serviços e mercês.[...]”.<sup>401</sup>

Em tempos de paz era aceitável o serviço militar recair sobre os que não fossem considerados produtivos, no entanto, durante as guerras, quando havia a necessidade de mais homens, surgia a dúvida sobre quem prestaria serviço militar para além dos considerados improdutivos, forçando a um abandono do sistema de clientelismos, trazendo como consequência um aumento nas reclamações contra o recrutamento dos considerados trabalhadores, o que contrariava a situação vigente do tempo de paz.

Alem do próprio problema da seleção, uma outra situação mais grave preocupava o governo central. Era exatamente lidar com a transferência de poderes de recrutamento e estabelecer o monopólio para isso, principalmente em tempos de guerra.

Uma dificuldade tremenda era recrutar os pobres que tinham a cobertura de patronatos, mas obviamente alguém teria que ser recrutado e nesse aspecto os considerados à

<sup>399</sup> CAXIAS para Paranaguá, ofício confidencial., Tuiu-Cuê, 02/09/1868, AN, Reservados e confidencias referentes a campanha do Paraguai, código 924, livro 4. Não Paginado Apud: DORATIOTO, Francisco Fernando M. *Maldita Guerra: Nova História da guerra do Paraguai*, São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 111.

<sup>400</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. Maringá, v. 03, nº 03, 1999, p. 01.

<sup>401</sup> MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, nº 38 Outubro de 1998, p. 06.

margem da sociedade e principalmente os que estivessem fora de redes de proteção é que prestaria o serviço militar no exército ou na marinha.

Não havendo maiores dificuldades o processo de alistamento de homens pobres excluídos de atividades econômicas centrais, ou seja, à margem do processo produtivo, requeria, uma vez capturados, tão somente a vigilância constante para caso de fuga, ou de tentativa de liberdade por parte de seus familiares, caso tivessem recursos para isso, mas não existiam problemas no que se refere à transferência destes para o comando de um exército nacional, uma vez que eram alistados diretamente nas forças armadas e não provinham de nenhuma força paramilitar.<sup>402</sup>

Essa questão estava exclusivamente relacionada aos membros da Guarda Nacional, cuja designação para a guerra do Paraguai se fez com grande dificuldade e também representava um outro problema. Mesmo na condição de guardas nacionais tais homens eram pobres, o seu vínculo com o patrão e com a terra em que eram meeiros, era a garantia de não serem convocados para nenhum conflito. Cientes da mão de obra que representavam, tinham alguma convicção que seus padrinhos patrões os livrariam de uma designação.

Seja como for, pobres excluídos; guardas nacionais e escravos, foram os atores sociais que entre 1865 e 1868 compuseram em grande parte os chamados Corpos de Voluntários da Pátria. O processo que os incluíram como combatentes é o que será analisado nesse capítulo.

#### **4.2 Percalços para a organização de um exército: uma realidade do tempo de guerra**

O governo imperial, ao lançar a campanha de alistamento para a guerra do Paraguai, o fez através do uso da propaganda e da divulgação de um discurso patriótico que resolveu momentaneamente o problema de efetivos, garantindo o reforço do exército que encurralou e cercou o Exército paraguaio em Uruguaiana; o uso da força coercitiva só voltaria a ser utilizado após a euforia inicial, resultado das novas necessidades de homens para a guerra.

---

<sup>402</sup> Sobre problemas com a transferência de forças militares regionais notadamente Guardas Nacionais para a autoridade de um exército nacional, ver: IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

Raimundo José da Cunha Mattos<sup>403</sup> observou, no ano de 1830, que a legislação brasileira referiu-se tanto aos voluntários quanto aos que eram obrigados a fazer o serviço militar por recrutas.

Como vimos no capítulo anterior, a palavra “recrutamento”, desde o período colonial e por toda a duração do Império tinha o significado de ser um ato forçado. Na verdade, a própria linguagem do recrutamento enfatizava sua característica de coação: as autoridades falavam comumente da “captura” e da “detenção” dos que eram recrutados.<sup>404</sup>

Nos anos seguintes, as súmulas da legislação militar aceitaram essa prática, deixando as forças armadas sem um termo imparcial para referir a todos os seus recrutas. Às vezes, o termo *recrutado* consta nos documentos, com referência exclusiva a homens obrigados a servir nas forças armadas.<sup>405</sup>

Em tempos de paz e todos os anos, chegava o período de convocação de homens para o serviço militar. E como sempre uma quantidade escassa de voluntários apresentava-se, restava então às Forças Armadas contarem com o aparato policial, judicial e de administração civil para efetuarem o recrutamento a fim de preencher a cota anual de homens.

Para o Estado imperial, o recrutamento atingiu dois objetivos. Em primeiro lugar, deveria fornecer um número adequado de soldados a um baixo custo e em segundo lugar retirar da sociedade os indesejáveis.

A legislação brasileira que regulava o recrutamento tinha seus fundamentos nas determinações estabelecidas pelo governo pós-independência, que era uma compilação da prática anterior, herdada do período colonial e que vigorou até 1875, quando foi introduzida a nova lei do recrutamento. A determinação anterior a 1875 indicava as classes de homens sujeitos ao recrutamento e deixou clara a intenção do governo Imperial de resguardar os que eram tidos como essenciais à sociedade e à economia. Por esse meio ficava assegurado o bem estar da sociedade.<sup>406</sup>

---

<sup>403</sup> MATTOS, Jose Raimundo da C. *Repertório da legislação militar, atualmente em vigor no exército e armada do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1834-1842. v. 1, p. 18. Apud: KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 20.

<sup>404</sup> Quando iniciou a fase de recrutamento forçado para a guerra do Paraguai, após o embarque dos três batalhões da Província do Piauí em 1865, uma significativa quantidade de ofícios do presidente da província para autoridades militares e delegados de polícia no interior, fazia referência aos termos capturar e deter. ver: Guerra do Paraguai – Documentos – diversos volumes. Correspondência do Presidente da Província/Autoridades Policiais, 1865 a 1867. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>405</sup> AMARAL, Antônio José. *Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...* 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870-1872. v. 1, parte 1: 35. Apud: KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 20.

<sup>406</sup> BRASIL, Império. *Coleção de Leis Brasileiras*. Instruções, 10 de julho de 1822. Apud: KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 03.

No entanto, a guerra do Paraguai, mesmo em seus últimos estágios, quando ainda continuava a organização de tropas, não impediu que na Província do Piauí ocorressem problemas por conta do alistamento de mão de obra considerada essencial ao campo pois, de acordo com Anísio Brito:

As remessa constante de tropas recrutadas concorreram já nos últimos anos da guerra, para o êxodo de certas populações rurais, e, ainda mais, para o afastamento destas, do amanho da terra, trazendo, em conseqüência, a absoluta falta de víveres em começo de 1869, notadamente nos municípios de Jaicós, Valença e Picos, expostos seus habitantes desvalidos à fome e a miséria.<sup>407</sup>

Dessa forma, até o período crítico de recrutamento para a guerra do Paraguai, os homens empregados em atividades econômicas tidas como úteis, tinham a vantagem de isenção: feitores, tropeiros, artesões, cocheiros, marinheiros, pescadores, um filho de cada lavrador, certo número de empregados em cada estabelecimento comercial e estudantes que estivessem dentro da faixa etária de 18 a 35 anos.

Além de homens casados, as determinações também isentavam o irmão maior responsável por órfãos menores e um filho para sustentar cada viúva. As instruções restringiam essas isenções com a cláusula “uma vez que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento”, o que deixava com muita liberdade as autoridades para interpretarem a lei de acordo com os interesses pessoais ou de grupos.

Ao longo do período pós-independência, o governo estabeleceu numerosas restrições adicionais ao recrutamento, enquanto uma significativa quantidade de isenções adicionais aumentava a lista de dispensáveis do recrutamento.

Havia proibições como a de recrutar 60 dias antes e 30 dias depois das eleições e era permitida isenção a Guardas nacionais alistados durante o tempo em que estivessem cumprindo seus deveres, além de que estes já representavam a reserva permanente do exército, ou seja, a segunda linha. A designação de guardas nacionais diferenciava-se do recrutamento puro e simples do exército que visava atingir, em grande parte, os tidos como não ativos economicamente.

No que se refere ao recrutamento para o Exército e Marinha, os regulamentos autorizavam ainda homens abastados a comprar uma isenção ou apresentarem um substituto. Essa norma protegia esses homens no caso muito remoto de caírem nas garras dos recrutadores.<sup>408</sup>

---

<sup>407</sup> BRITO, Anísio. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 13

<sup>408</sup> AMARAL, Antônio José. *Indicador da legislação militar em vigor no exército do império do Brasil organizado e dedicado a S.M.I. pelo ...* 2 ed. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870-1872. v. 1 parte 1: 35. Apud: KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 03.

Esse código de leis não só afastou os recrutadores dos cidadãos economicamente ativos, como também disseminou uma idéia bem objetiva ao povo brasileiro, assegurando a segunda finalidade do recrutamento: homens que não trabalhavam, que não obedeciam às autoridades e que não procuravam servir a um patrão ou a um comandante da Guarda Nacional seriam recrutados à força.

Na verdade, antes da Guerra do Paraguai, o recrutamento atingia um grupo específico de pobres, os inclusos dentro da categoria dos indesejáveis, entre os quais mendigos, vadios e migrantes, que não gozavam de qualquer proteção e que não fossem da Guarda Nacional.

Em 1865, no ano da guerra, o Conselheiro Antonio José Saraiva, ao assumir a pasta dos negócios da Guerra apresentou uma proposta para a reforma do serviço militar, que era tida como curiosa pelos seus pares da Câmara dos Deputados. Na sua proposta previa-se a obrigatoriedade do alistamento militar a aqueles previamente selecionados e que fossem consideradas “pessoas mais morigeradas”, ou seja, de bons costumes, exatamente o inverso do que acontecia desde a época da colônia. O projeto previa ainda uma maior participação da Guarda Nacional na segurança do país, chegando mesmo esta a dividir as funções de defesa territorial contra agressões externas. Era uma proposta muito original, cujo seu teor, por si só, daria um excelente estudo sobre os projetos de reforma militar do Império naquele período.<sup>409</sup>

Ao se iniciar o conflito, havia uma crença de rápida vitória militar, garantida pela quantidade suficiente de voluntários e de soldados profissionais, mas, após 1866 a necessidade da guerra fez com que um número considerável de protegidos e agregados fossem empurrados para dentro da situação de recrutamento e de designação, esta última, de guardas nacionais que também já estava tendo problemas.

A inclusão desses protegidos na conjuntura de alistamento acontecia em grande parte contra a vontade de seus protetores, causando uma série de embaraços em todos os lugares do país, assim como nas vilas do interior do Piauí e na capital, Teresina, situação, que acabou levando a uma série de problemas e protestos motivados por questões políticas, sobretudo após a queda dos liberais e ascensão dos conservadores. Segundo Brito,

O espírito partidário provocou, ainda, descontentamento, oriundos da medida praticada pelo governo, qual a do recrutamento para o exercito. Executada sem a devida equidade por parte de elementos no instante no poder, despertou antipatias, escusas, e a imprensa liberal se deu pressa em cognominá-la de caçadas humanas.<sup>410</sup>

Em ofício enviado de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa denunciava que “[...] um terror pânico se apoderou da maior parte dos que podem servir, e ainda mais, do

<sup>409</sup> PROJETO de Reforma do Serviço Militar Obrigatório apresentado pelo Deputado José Antonio Saraiva a Câmara dos Deputados em 1865. Lata 368 Pasta 07. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>410</sup> BRITO, Anísio, loc. cit



povo ignorante, melhor diria da baixa classe social, provinda das senzalas.” Além de que “Se recrutados elementos seus, deixam dominar pela idéia de que serão presos e reduzidos à escravidão.”<sup>411</sup>

Mesmo fora de situações críticas, como os conflitos e embates políticos, os relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra fazem referência ao controle social proporcionado pelo recrutamento. Nas palavras do Ministro da Guerra, do ano de 1840, José Clemente Pereira “[...] para manter a paz interna e externa do Império necessário tem sido continuar o recrutamento e terá de continuar ainda por muito tempo com todo o vigor.”<sup>412</sup>

Sua afirmação sobre a paz interna era uma referência à garantia de que a maioria dos desordeiros, criminosos e foras-da-lei, seriam recolhidos das ruas e não mais causariam infortúnio às pessoas de bem. No entanto, os que viviam nas ruas muitas vezes não eram foras-da-lei, eram simplesmente mendigos ou desapropriados dos meios de produção. Em outros casos, eram aqueles que tão somente transitavam e não tinham como provar de onde provinham.

No entanto, as variações entre uma maior ou menor atividade de recrutamento naquele momento não significavam diretamente preocupações por parte do governo com a contenção à vadiagem ou à desordem, mas refletiam mais as necessidades militares em tempo de guerra, quer fossem internas ou externas: as revoltas nas províncias dos anos 1830 e início dos anos 1840, dentre as quais a Balaiada; o conflito com a Argentina, de 1851 a 1852, para depor Juan Manuel de Rosas; a crise diplomática com a Grã Bretanha, em 1863, desencadeada pela questão Christie; e, por fim, a Guerra do Paraguai (1864–1870) cujo ato de recrutamento voltaria a ser uma prática comum e se intensificaria ainda em fins de 1865, sem falar da designação de guardas nacionais.

Entre o Estado e a população sujeita ao recrutamento, encontravam-se os senhores de escravos e fazendeiros investidos de poder em razão dos seus cargos oficiais; tais homens constituíam um diferencial dentro do esquema de recrutamento. Os encarregados do fornecimento de recrutas, comandantes da Guarda Nacional, juízes de paz, delegados e subdelegados da polícia e os agentes especiais encarregados do recrutamento tinham a difícil tarefa de satisfazer as exigências do Estado sem resvalar na dominação de classe, nem na mão-de-obra que a ela era sujeita.

---

<sup>411</sup> OFÍCIOS de Autoridades Militares das Diversas Vilas/Presidente de Província, Ofício de Raimundo José de Carvalho e Sousa ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Doria. 20/06/1865 e 30/06/1865, maço 621, Seção de Avulsos, APEPI, Teresina.

<sup>412</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1840, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841, p. 7.

Elias de Sousa Martins, ao iniciar a guerra tornou-se hábil servidor do presidente da Província do Piauí, e vinha congregando combatentes para a campanha, quer fossem voluntários, guardas nacionais ou recrutas. Em carta informou a Dória que [...] em Oeiras e Picos, não só mulheres como até mesmo autoridades policiais protegem os desertores.<sup>413</sup>

Algumas vezes as autoridades locais recrutavam forasteiros, viajantes, tropeiros e roceiros que levavam a sua produção a mercados afastados, o que tornava a viagem arriscada, não tanto pelos perigos comuns a ela, mas pelo risco de encontrarem turmas de recrutamento, pois freqüentemente acabavam alistados quando distante de casa e das redes sociais de proteção que haviam construído, sendo considerados desocupados ou desordeiros.

Os que eram considerados vadios, por sua própria índole e estando fora das estruturas de patronato, destacavam-se nos avisos de recrutamento, da mesma forma que ladrões de gados e homens acusados de tentar roubar escravos, pois eram atividades ameaçadoras à estrutura econômica. Os libertos que não respeitavam seus ex-senhores e, por conta disso, rompiam a ordem moral escravista instituída, também estavam sujeitos ao recrutamento.

Outra categoria de alistáveis incluía os que transgrediam a moral sexual. Eram os homens que não viviam com suas esposas ou que não cumpriam promessas de casamento após relações que terminavam em perda da castidade da mulher; além dos que eram boêmios da noite e, por conseqüência, promoviam bebedeiras e algazarras, e, finalmente, os agitadores, pequenos criminosos, maridos infiéis e filhos que demonstravam ingratidão aos pais.<sup>414</sup>

Quanto às autoridades, os chefes de polícia eram o braço direito do Ministério da Justiça e dos presidentes de província no que se referia a assuntos de alistamento, estes precisavam pôr seus delegados e subdelegados na rua para conseguir a quantidade suficiente de alistados destinada à cada província. Nesse sentido, qualquer homem que fosse pego pela malha de recrutadores como passível de ser alistado, fosse ele suspeito de deserção, desocupado, arruaceiro, ladrão, capoeira ou órfão poderia ser enviado para as forças armadas.

Nas cidades geralmente representavam uma multidão de pessoas fora do sistema de produção central, ou do complexo administrativo. Via de regra constituíam-se de pequenos comerciantes, ambulantes, artesãos, biscateiros, desocupados, mendigos. Segundo Ricardo Salles, caracterizava a turba, fenômeno tipicamente pré-capitalista, característico de

---

<sup>413</sup> OFÍCIOS de Autoridades das Diversas Vilas/Presidente de Província, Ofício de Elias de Sousa Martins ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Doria. 16/06/1865, maço 630, Seção de Avulsos, APEPI, Teresina.

<sup>414</sup> MEZNAR, Joan E. 1992. "The ranks of the poor: military service and social differentiation in northeast Brazil, 1830-1875", *Hispanic American Historical Review*, v. 72, nº 3, p. 335-351.

sociedades não integradas pelo grande mercado econômico, e desprovidas dos direitos de cidadania.<sup>415</sup>

Como consequência desse emaranhado de relações instáveis, o serviço militar recaiu sobre os menos favorecidos da sociedade brasileira. Aos que eram pobres e faltavam os meios de aprontar os requerimentos, além de que não contavam com os patronos e aliados necessários para ampararem seus requerimentos com atestados e outros documentos que os livrassem do recrutamento.

Fora das redes de patronato cuidadosamente trabalhadas, sem os meios necessários para solicitar baixas por conta própria, e em face de um sistema legal elaborado contra eles, tais homens terminavam por compor o grosso das fileiras no exército.

De uma forma geral, eles resistiam ao recrutamento por vários meios: escondiam-se das autoridades, fugiam das prisões, reagiam violentamente aos recrutadores, fingiam problemas de saúde, utilizavam documentos falsos, casamentos precipitados e falsas alegações de serem escravos ou membros da Guarda Nacional, para esquivarem-se do serviço militar.

No Piauí, como nas demais províncias, quando estourou o conflito contra o Paraguai, houve uma intensa campanha patriótica alicerçada num forte discurso governamental e jornalístico. Durante essa fase as unidades de 1ª linha do Exército o Corpo de Polícia, o 1º Corpo de Voluntários embarcaram para a guerra. Veio a seguir convocação da Guarda Nacional, apesar de que todo o 2º Corpo de voluntários era composto quase que exclusivamente de guardas nacionais de um único comando superior, o de Santa Filomena.

As tremendas dificuldades quanto à questão do recrutamento militar para o Exército era de conhecimento do próprio ministro dos negócios da guerra, no já citado relatório que fez à Assembléia Legislativa o visconde de Camamu. Se, por um lado, elogiava a quantidade de voluntários que se apresentaram para servir ao exército, por outro lado, ciente também da realidade do país e à beira do conflito com o Paraguai, admitiu que “A nossa lei de recrutamento defeituosa, como todos conhecem subsiste, e a sua revogação depende de estudo e conhecimentos práticos para ella devidamente substituída.”<sup>416</sup>

No mesmo relatório dirigido à Assembléia Legislativa, quase em tom de apelo, afirmou que, “Vos tendes a peito dotar o paiz com uma boa lei de recrutamento, e por isso que

---

<sup>415</sup> SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 79-80.

<sup>416</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 09.

o tributo de sangue é o mais precioso, marchaes com prudência colhendo as informações, que vos habilitem a confeccionar uma lei conforme as nossas circunstancias.”<sup>417</sup>

Por fim reafirmou que,

Se a lei, que temos, não corresponde aos nossos desejos, não deixa o governo de sua parte de coibir os abusos, que apperecem na sua execução.  
Sempre que ao meu conhecimento chegãõ reclamações dos recrutados, examina-as e decide-as attenta e imparcialmente.<sup>418</sup>

No segundo semestre de 1865, quando a guerra não chegava ao seu termo e com a probabilidade de prolongamento, o governo alastrou não só a possibilidade de ativação do recrutamento mas lançou-o de forma aberta e indiscriminada por todo o Piauí, tal como nas demais 16 províncias do Império.

Até então o afluxo de voluntários parecia ser satisfatório, mas o Conselheiro José Antonio Saraiva, quando à frente do Ministério dos Negócios da Guerra, em correspondência enviada ao seu colega Nabuco de Araújo, informou que havia ordenado ao “[...] Quartel General e aos presidentes de Província que promovão, com todo o zelo, o alistamento de Voluntários. Os que não quizerem ser forçados a servir no Exército terão assim um meio mais fácil e patriótico de prestar ao Paíz os serviços que são urgente necessidade, sem ficarem obrigados por muito tempo ao serviço militar”.<sup>419</sup> Em outras palavras, aqueles que fossem voluntários da Pátria, além dos benefícios do decreto, não estariam de fato obrigados a cumprir os nove longos anos de serviço militar no Exército, o que era típico para quem fosse recrutado.

A correspondência trocada entre dois grandes servidores de primeiro escalão do Estado desvenda o nível de discussão da qual, tradicionalmente, uma parte daquela sociedade sem representatividade estava distante, por não comporem uma camada que possuísse representantes legais, nem na câmara e nem no senado. Tais autoridades detentoras de um poder legal, procuravam estabelecer quais e de que forma seriam aplicados os mecanismos que julgavam mais adequados para constituir o exército brasileiro, e nesse ínterim exatamente aqueles que não estavam legalmente representados é que comporiam esse exército.

Em 24 de julho de 1865, ou seja, no segundo semestre daquele ano, Pedro Araújo de Lima, o marquês de Olinda, que naquele momento presidia o Conselho de Ministros, escreveu a Franklin Américo de Meneses Doria. Em sua carta deixou clara a situação desesperadora

---

<sup>417</sup> Ibid.

<sup>418</sup> Ibid, p. 10

<sup>419</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício nº 34 da 1ª Diretoria Geral, 1ª Secção do Ministério dos Negócios da Guerra, de José Antonio Saraiva a José Thomaz Nabuco de Araújo de 21/07/1865. Lata 372, pasta 19. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

que se encontrava o governo quanto a decisão de aumentar o número de homens para o Exército e a fim de alertá-lo para a necessidade de mais Voluntários. Também lhe aconselhou que procedesse ao mesmo tempo o recrutamento generalizado na Província do Piauí, assim afirmou que,

Nesta data officio a V. Ex<sup>a</sup>, recommendando-lhe que promova em alto grau o alistamento de voluntários da Pátria, ao mesmo tempo mande abrir o recrutamento em larga escala. Pela presente reitero essa recomendação; esperando que V. Ex<sup>a</sup> a desempenhará com o zelo e patriotismo que lhe são próprios.<sup>420</sup>

No mesmo dia o Conselheiro José Antonio Saraiva escreveu a Franklin Dória pressionando-o para que enviasse o quanto antes tudo o que tivesse em termos de contingentes para a Côrte,

V.Ex<sup>a</sup> lerá nos jornaes a noticia da debandada de Urquiza. Essa circumstancia indica perfeitamente que devemos contar com os nossos próprios recursos para vingar a honra nacional, e a necessidade de todos os sacrificios para obter soldados. Espero, pois que V. Ex<sup>a</sup> me remetterá todos os voluntários e recrutas que puder obter, não os demorando um só dia, porque temos urgente necessidade de formar no Rio Grande um Exército que, empurrando os Paraguayos, entre em Campanha também.<sup>421</sup>

As decisões emanadas das instancias superiores começava portanto a chegar até as instancias regionais, de onde seriam aplicadas. No caso, o ofício era o encaminhamento das providências que o Presidente da Província do Piauí deveria tomar em relação ao voluntariado e ao recrutamento. Nesse momento a linha de separação entre voluntariado e recrutamento já era tênue, um sinal que a outrora campanha patriótica desencadeada nos jornais, nos discursos e proclamações populares não estavam dando mais resultado.

De fato, o decreto 3.371, inicialmente, tinha como intenção atingir todos os grupos sociais para que se alistassem voluntariamente, até mesmo os guardas nacionais mas posteriormente esta acabou sendo substituída por velhos ranços e passou a interferir no âmbito privado das pessoas. A lei então se voltou somente às camadas mais pobres da população.

Nessa perspectiva, a partir de Thompson, podemos observar como fica claramente demonstrada a face operante da lei como mediação das relações de classe, como um conjunto de regras e sanções adequadas, às quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder da classe. Nesse caso a dominante.<sup>422</sup>

<sup>420</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios do Imperio/Presidente de Província. Oficio nº s/n, de Pedro Araújo de Lima a Franklin Américo de Menezes Dória de 24/07/1865. Lata 306, pasta 13. Coleção Baronesa de Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>421</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Oficio nº s/n, de José Antonio Saraiva a Franklin Américo de Menezes Dória em 24/07/1865. Lata 304, pasta 38. Coleção Baronesa do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>422</sup> THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 350.

Assim, quando o Ministério dos Negócios da Guerra solicitou que fosse enviado o maior numero possível de combatentes, o Presidente da Província acabou dando encaminhamento às ordens para o interior da Província do Piauí de que se procedesse ao recrutamento em maior escala.<sup>423</sup>

É certo que a primeira reação da população livre e pobre, da cidade de Teresina e do interior da Província, constituída por brancos, negros libertos e mestiços, à notícia do início da guerra, fosse de entusiasmo, mas igualmente de receio, pois, de alguma maneira, além de imaginarem os riscos que representava uma guerra, havia algo muito mais preocupante: o fato de que muito provavelmente os antigos recrutadores não os deixariam em paz e utilizariam todo o seu poder para oprimir e intimidar, tal como ocorria quando as forças armadas precisavam aumentar o seu efetivo. Apesar de haver sido proibido temporariamente o recrutamento forçado em qualquer parte do território nacional no início de 1865,<sup>424</sup> a atividade de recrutamento acabou sendo ativada, primeiro por recomendação e finalmente por um aditivo emitido em 4 de agosto de 1865 ao decreto 3.491 de 08 de junho daquele mesmo ano, portanto, no segundo semestre de 1865,

Decreto

Artigo 1º Estão em vigor até terminar a guerra do Paraguay as disposições do Decreto nº 3.371 de 7 de janeiro do corrente ano, que creou os Corpos de voluntários da Pátria.

Artigo 2º O alistamento dos voluntários não impede o recrutamento, o qual será activado simultaneamente para o preenchimento dos Corpos do Exército.<sup>425</sup>

O decreto foi oficialmente assinado pelo marquês de Olinda e pelos membros do gabinete liderado por ele e repassado ao Ministério dos Negócios da Justiça, gerando uma série de intrigas políticas que atingiram gradativamente os mais diversos municípios do interior do Piauí, especialmente no segundo semestre de 1865.

O grau de violência podia ser mensurado por conta da tenaz resistência de quem tentava escapar à perseguição. Um fazendeiro de nome Leonardo escreveu a Dória afirmando que, “As nossas vidas, a honra de nossas famílias, e nossas fortunas estão sem garantias, o arrojo dos acoutados tem chegado a ponto de propalarem o extermínio daqueles que os

<sup>423</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província/Autoridades Diversas. Palácio do Governo do Piauí, de Franklin Américo de Menezes Doria, ofícios de 24/08/1865. Vol. 248 a 261, e ofícios de 20/09/1865. Vol. 262 e 263. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>424</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 11.

<sup>425</sup> BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro código (cópia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional, as províncias do Império. Aditivo feito em 04/08/1865 ao decreto nº 3.491 de 08/06/1865. Lata 314 Pasta 01, Coleção Marquês de Paranaguá. IHGB. Rio de Janeiro.

perseguem [...]”<sup>426</sup> Por esse turno havia ocorrido vários embates próximo às vilas de Conceição e Retiro.

No Piauí, aqueles eram dias muito difíceis. Juntava-se a esses fatos, a peste (varíola) e a deficiência de produtos agrícolas. De acordo com Odilon Nunes, “A mobilização militar provocou o abandono das roças, e os camponeses piauienses, especialmente os homens válidos, acolhiam-se à proteção de fazendeiros de prestígio, ou refugiavam-se em esconderijos recônditos a fim de escapar às rondas dos recrutadores.”<sup>427</sup>

O recrutamento indiscriminado de pessoas, sobretudo os considerados desocupados, caso assim entendesse as autoridades responsáveis pelo recrutamento, permaneceu praticamente até o fim da guerra, tal como a designação de guardas nacionais. O então presidente da Província, Manoel José Espínola Junior, ao apresentar o relatório de passagem da presidência da Província ao seu sucessor, Manoel do Rego Barros de Souza Leão, em 25 de dezembro de 1870, a fim de comemorar a vitória do exército imperial sobre o Paraguai informou que. “Resolvi suspender o recrutamento e n’este sentido dei as necessárias ordens. Era um desafogo dado a Província que tão generosamente concorrera para a guerra, [...]”<sup>428</sup> Mas sua medida tinha outra razão concorrente, pois, segundo ele, “[...] ao mesmo tempo que era uma medida de ordem publica desde que em algumas localidades se convertera o recrutamento em meio de perseguição logo deixarão de aparecer n’esta capital homens algemados para o serviço militar [...]”<sup>429</sup> Um fato positivo é que alguns que de acordo com o presidente “[...] vierão antes de serem conhecidas as referidas ordens, forão imediatamente postos em liberdade.”<sup>430</sup>

De fato, os problemas com a questão do recrutamento já havia sido agravado desde quando a Guarda Nacional foi oficialmente destacada, mas os tempos seriam outros e não mais do esforço heróico dos homens do comando superior de Santa Filomena, cuja tropa inteira, após um deslocamento de mais de 800 km por via fluvial, se apresentou em Teresina como voluntários.

<sup>426</sup> OFÍCIOS de Autoridades das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 08/11/1865.

<sup>427</sup> NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 228.

<sup>428</sup> PIAUÍ, *Relatório* com que o 1º Vice presidente da Província, O Exmo. Sr. Dr. Manoel José Espínola Junior Passou a Administração ao Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de Dezembro de 1870, Therezina: Typ. Da Pátria, 1870.

<sup>429</sup> Ibid.

<sup>430</sup> Ibid.

### 4.3 As forças de 1ª linha: o Corpo de guarnição da Província do Piauí vai a guerra

O exército brasileiro no início de 1864 pode ser considerado uma força mais simbólica do que efetiva ou em outros termos, um exército carente de uma composição que se identificasse com o próprio país. Organizada em torno de um modelo básico, a título de avaliação vale a pena comparar a instituição brasileira com o modelo militar prussiano.<sup>431</sup>

O exército imperial brasileiro, no período anterior à guerra do Paraguai, estava muito aquém do nível de organização por exemplo, do exército prussiano do mesmo período. O exército brasileiro se constituía em uma organização militar de dimensões bastante reduzidas concentrado ou nas principais capitais de províncias, ou ao longo da fronteira com os países do Prata, com um efetivo pouco maior que 18.000 homens.

Revelando ser ainda uma instituição repleta de contradições, a começar pelo deficiente sistema de alistamento militar, o Exército era secundado ainda por uma instituição: A Guarda Nacional, que havia sido fundada sob o auspício de Milícia Cidadã. Porém, durante os anos do conflito já havia se tornado o baluarte do poder de mandonismos locais, o que acabou contribuindo para dificultar a organização de um verdadeiro exército nacional.

No que se refere ao nível de identificação com os princípios de nação, o caso prussiano foi mais bem trabalhado, pois foram realizadas reformas militares que vingaram com a idéia de abolição da servidão, ao mesmo tempo em que houve o encorajamento do entusiasmo nacional. Assim, Karl von Scharnhorst, um dos mais importantes reformadores do Exército Prussiano propôs “[...] congregar o exército e a nação numa união mais íntima.”<sup>432</sup> Para tanto, o alistamento militar poderia ser compulsório e teria o período de serviço militar do cidadão coincidindo com o estágio final de sua educação. Além da família e da escola, o exército passava a ter importância. Para o oficialato a educação passou a ser a principal qualificação e não mais a origem nobre.

Nessa mesma época foi criada em Berlim a *Kriegsakademie* ou Academia da Guerra, cujos ensinamentos proporcionariam aos futuros oficiais selecionados o conhecimento de

---

<sup>431</sup> A opção por comparar o Exército Imperial brasileiro ao Imperial Exército prussiano decorreu da necessidade de mostrar que ambos passavam por um processo de reorganização. No entanto seus Estados Nacionais viviam contradições mais ou menos semelhantes, no caso da Prússia a servidão e no caso do Brasil a escravidão. A Prússia soube resolver seus problemas de igualdade no serviço militar, adotando um modelo mais liberal, abolindo certos privilégios como a admissão somente de nobres para o oficialato e abolindo a servidão, além de tornar o serviço militar acessível a todos os cidadãos, nesse preceito o serviço militar representava a mais importante realização do homem na sociedade sendo considerado um bem para o país, nesse ponto a própria sobrevivência do Estado precedia a do cidadão.

<sup>432</sup> LEACH, Barry. *Estado Maior Alemão*. Rio de Janeiro: Renes, 1975, p. 12.



táticas, estratégias, tecnologia militar, leitura de mapas, geografia, idiomas e administração. Em 1857 foram introduzidas as seções de História, Cartografia e Ferrovia.

Quanto ao Brasil nessa questão, o elemento que se identifica com os princípios de Clausewitz relaciona-se à preocupação do governo imperial com a preparação dos oficiais, onde para John Schulz o nível de instrução na Academia Militar brasileira destacava-se favoravelmente.<sup>433</sup>

Com a fundação da Real Academia Militar em 1810 e a evolução constante do conhecimento, a formação dos cadetes passou a contar com forte presença do estudo da engenharia e das ciências exatas e que, a partir de 1850, seria difundida numa parcela maior da oficialidade, o que em parte explica para nós tanto a futura aversão desses militares à ordem agrária e escravista do Império, que tinha no estudo das ciências jurídicas a sua expressão intelectual, quanto a futura defesa de projetos de desenvolvimento de caráter industrializante e modernizante para o país:

A Academia nascia, assim, com dupla destinação. Seria escola militar e de engenharia. [...] O fato é que, com ela, o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. [...] Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras de engenheiros formados pela Academia Militar. Partindo desse fato, não é de estagnar-se a vocação do homem de farda brasileiro para encarar os problemas do País em termos de criação e administração da riqueza nacional. O Exército, no Brasil, tem estado presente, sempre, nas lucubrações e nas realizações do pioneirismo administrativo. Isto no passado, quando se tratou de estradas de ferro, de linhas telegráficas, de siderurgia e, no presente, quando as questões se chamam petróleo e industrialização.<sup>434</sup>

Após as reformas de 1858, introduziram na grade curricular da academia as disciplinas de gramática portuguesa, francês, geografia, e para os futuros oficiais de engenharia, a disciplina de gramática latina. Para os oficiais de infantaria e cavalaria o governo abriu uma academia no Rio Grande do Sul e os de engenharia permaneceram na academia do Rio de Janeiro, localizado na Praia Vermelha, os oficiais de artilharia e de estado maior deveriam ficar três anos na Escola Central e, em seguida, dois anos na Praia Vermelha.

Em contrapartida, essa idéia não se aplicava à origem dos soldados, mas era por tradição que nessas camadas da população era feito o recrutamento para as forças militares, e por consequência o serviço militar no exército era visto como uma degradação social. Os

<sup>433</sup> SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: : HOLANDA, Sérgio B. (org) *Historia Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, p. 246.

<sup>434</sup> MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810- 1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p. 22.

métodos de alistamento eram violentos, grande parte dos recrutas eram capturados para o serviço militar; o castigo físico era o meio de manutenção da ordem e da disciplina dentro do exército.

Durante toda a fase de intervenção política no Prata, em que identificamos como guerra limitada, somente a prática do exercício político estiveram de acordo com as idéias de Clausewitz, sem no entanto corroborar com a constituição do exército no que se refere ao soldado e à importância da cidadania. No entanto, com a guerra do Paraguai houve uma tentativa de lançar uma campanha patriótica de mobilização popular, havendo uma comunhão com a idéia de guerra total que se revelou através da atitude do governo imperial brasileiro ao lançar uma convocação de cunho patriótico, a dos “voluntários da pátria”, esta exaltava a importância moral da sociedade e nesse ponto buscou-se dar relevo a questão da cidadania. Mas havia uma falha inerente ao Estado Nacional brasileiro que se refletia no problema do estabelecimento dessa cidadania e que afetava diretamente a instituição militar, a escravidão.<sup>435</sup>

No que se refere a sua disposição orgânica do Exército, talvez a que seja mais merecedora de atenção seja a infantaria do exército imperial brasileiro, por nela ser concentrada a maior parte dos soldados, em decorrência da sua missão no campo de batalha, o choque. Denominada oficialmente de 1ª linha, era regulamentada de acordo com o Decreto nº 2.662, de 06 de outubro de 1860,<sup>436</sup> que em sua organização total dispunha de 28 unidades constituídas de diferentes efetivos, que basicamente se diferenciavam pela natureza de suas funções e denominações. Dessa forma existiam dois tipos de organização para a infantaria, os Batalhões de Fuzileiros e os Batalhões de Caçadores.

O batalhão de fuzileiros, era a infantaria pesada, normalmente armada com carabinas de fuste longo, baioneta triangular e terçado, contavam com banda marcial que fazia uso de flautas de pífanos e tambores para marcar o avanço da tropa quando em combate.

O batalhão de caçadores, denominação comum da infantaria ligeira, cujo armamento consistia de fuzil e rifle, sua banda marcial usava cornetas e caixas, para marcar o avanço quando estavam no campo de batalha. Ambas as unidades tinham como diferença básica a quantidade de seus efetivos. Os Batalhões de Fuzileiros possuíam 198 homens a mais que os Batalhões de Caçadores.

---

<sup>435</sup> A contradição entre o exército, instituição moderna e meritocrática, e a ordem escravista do Império, que, por sua própria natureza, era exclusivista e negadora do mérito é trabalhada por autores como Nelson Werneck Sodré, Décio Saes, Wilma Peres Costa e Ricardo Salles.

<sup>436</sup> Cf. BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1860*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1860. Decreto Lei nº 2.662 de 06 de outubro de 1860.

A explicação mais aceitável para isso decorre de que as Unidades de Fuzileiros tinham um poder de fogo e choque bem maior. Normalmente contava com um efetivo de 877 homens, enquanto as unidades de Caçadores tinham maior mobilidade e contavam com 679 homens. No entanto, durante a guerra muito pouco pôde ser distinguido de ambas quando empregadas no campo de batalha, apesar da maior potência das tropas de fuzileiros.

As 28 unidades estavam espalhadas pelo território brasileiro de acordo com a seguinte disposição: havia 7 batalhões de fuzileiros, 6 batalhões de caçadores e 3 batalhões de caçadores de guarnição, cada um desses batalhões tinham 8 companhias, essa força de fuzileiros e caçadores mais os três de caçadores de guarnição perfaziam um total de 16 batalhões. Sem o batalhão depósito, formavam todos uma tropa de pronta ação.

Juntamente com essa força, algumas províncias possuíam uma força de 1ª Linha denominada Corpo de Guarnição, que na verdade era um batalhão quase sempre de caçadores com um efetivo incompleto de companhias. Existiam 12 Corpos de Guarnição, o de Minas Gerais, tinha 6 Companhias; os da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão e Amazonas, tinham 4 Companhias; os de São Paulo, Espírito Santo e Pernambuco possuíam 2 Companhias e, por fim, os das provinciais do Rio Grande do Norte e Sergipe contavam tão somente com uma companhia.

Havia ainda um batalhão de depósito, cuja função normal era a de receber e manter efetivos desmobilizados, porém em 1865, quando do início da guerra e após uma série de modificações na legislação, foi reorganizada a sua disposição, denominação e efetivo das tropas. O Ministro dos negócios da guerra afirmou em relatório sobre a adoção do modelo francês de Regimentos para o exército brasileiro, pois seriam.

[...] composto de três batalhões dos quais um, de menor força será de depósito e se incumbiria de instrução de recrutas, e faça mesmo o serviço de guarnição, aliviando-se por esse modo aos outros dois, que mais livres, poderão instruir-se e adquirir a necessária disciplina.<sup>437</sup>

No pós-guerra a quantidade de tropas que retornaram às províncias, mesmo com as perdas, ainda era muito grande. Então tornou-se comum criarem batalhões depósito em cada uma delas. Na Província do Piauí acabou acontecendo o mesmo como veremos mais adiante.

Existiam casos, por exemplo, de províncias que alocavam ao mesmo tempo um batalhão de caçador ou de fuzileiro juntamente com um Corpo de Guarnição, como foi o caso do Maranhão, cuja cidade de São Luis era sede do 5º batalhão de fuzileiros.

---

<sup>437</sup> Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

Quando eclodiu a guerra contra o Paraguai, essa organização das forças de infantaria logo caracterizou o despreparo do exército brasileiro para o conflito, sobretudo em termos de número de homens para compor tais batalhões, o próprio governo era ciente dessas dificuldades. A primeira providência foi a elaboração do esquema de voluntariado a partir da emissão do Decreto 3.371.<sup>438</sup>

Mas até a chegada das primeiras forças não regulares, o exército permanente entrou em combate no Uruguai com sérios problemas, apontados inclusive pelo então ministro dos negócios da guerra, visconde de Camamu, em maio de 1866, ao julgar que a situação beligerante com o Uruguai não teria tomado as proporções que tomou se o ultimato do governo imperial a Aguirre tivesse sido apoiado por uma força considerável, segundo ele,

Não o foi, porem, nem podia ser, porque o serviço policial, que deve ser feito por Corpos Especiais, chamava ao centro das províncias grande parte dos nossos batalhões, e os maiores esforços e a melhor vontade não podiam superar as dificuldades resultantes das más estradas e distancias a percorrer.<sup>439</sup>

Camamu, muito taxativo no mesmo relatório não deixou de fazer comentários sobre disciplina dessa tropa, ciente das sérias dificuldades para recrutar homens no exército brasileiro, ao afirmar que

Também a disciplina ressentia-se, porque os Destacamentos não podem receber o necessário grau de instrução, nem a inspeção do mais escrupuloso comandante pode chegar a todos os pontos e evitar oportunamente desvios e outros males inseparáveis de uma tal pratica.<sup>440</sup>

No então ressaltou alguma qualidade das unidades que combateram no Uruguai, pois segundo suas palavras “[...] os nossos soldados aparecem no teatro da guerra com o valor e o arrojo que se admiram nos melhores Exércitos das nações cultas.”<sup>441</sup>

Esta última afirmação de Camamu, de certa forma contradiz a assertiva de alguns comandantes na guerra, a crítica acida de Lima e Silva sobre a qualidade dos soldados, além das palavras de um coronel chamado Antonio Correa Câmara, em uma de suas várias cartas escrita à sua esposa, Maria Rita, no Rio Grande do Sul, não corroboram com a opinião do Ministro dos Negócios da Guerra.

O coronel Câmara era tido como um dos oficiais mais rígidos do exército imperial, muito conhecido por seu severo senso crítico e comentários duros sobre a tropa, durante a guerra trocava cartas com sua esposa, Maria Rita, no qual sempre explanava suas impressões

<sup>438</sup> Cf. BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371 de 07 de janeiro de 1865.

<sup>439</sup> Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865, p. 02

<sup>440</sup> Ibid.

<sup>441</sup> Ibid.

a respeito de tudo na guerra, desde o comportamento das tropas ao relacionamento com os oficiais.

Sempre impaciente com a demora dos resultados e com a indisciplina dos soldados, e demonstrando forte teor de menosprezo pela etnia de grande parte das tropas, Câmara escreveu a Maria Rita em 26 de dezembro de 1868, sobre as dificuldades em vencer as defesas paraguaias durante a batalha de Lomas Valentinas, afirmando que as defesas inimigas teriam sido tomadas a mais tempo “[...] se os nossos soldados de infantaria não fossem os negros mais infames deste mundo, que chegavam a ter medo até medo do inimigo que foge, como observei na batalha [...]”.<sup>442</sup>

A rápida campanha no Uruguai nem de perto se assemelhou com o que vinha pela frente. No entanto, mais ou menos ciente do que seria a guerra contra o Paraguai, o governo imperial passou a reorganizar as unidades aquarteladas nas províncias, dando-lhes uma outra disposição.

O Ministério dos Negócios da Guerra, em maio de 1865, emitiu um aviso de nº 17, publicado em ordem do Dia de nº 446, em que eram providenciadas diversas alterações nos Corpos de Guarnição ampliando o seu número de companhias e em seguida transformando esses corpos de guarnição em batalhões de infantaria.<sup>443</sup>

O Corpo de Guarnição do Piauí também teve o seu número de companhias aumentado, mudando inclusive sua denominação, passando a ser o 15º Batalhão de Caçadores. Essa modificação se deu já em território paraguaio, no acampamento do Exército Imperial de Tala-Corá, em fevereiro de 1866.<sup>444</sup>

A extinção dos Corpos de Guarnição que eram fixos nas províncias e a criação dos Batalhões de Infantaria tornou essa força mais móvel, podendo deslocá-las para fortalecer os dois Exércitos que estavam sendo formados. Um em Montevideu e outro na Província do Rio Grande do Sul. Todas essas medidas acabaram com a diferença entre Batalhões de Fuzileiros e Batalhões de Caçadores, passando a existir tão somente Batalhões de Infantaria.

O Congresso aprovou a Lei nº 1.246, de 28 de junho de 1865, que autorizava a melhoria dos efetivos do Exército Permanente em tempos de paz. O seu artigo 1º permitia a extinção dos corpos de guarnição e aumentava o número de tropas móveis.<sup>445</sup> Posteriormente,

<sup>442</sup> CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O General Câmara*. Porto Alegre: O Globo. 1970. v. 2, p. 250.

<sup>443</sup> Ministério dos Negócios da Guerra. Repartição da Ajudancia General Aviso circular nº 17, publicado em Ordem do Dia de nº 446, em 09/05/1865, SG/IG 8, AN, Rio de Janeiro.

<sup>444</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vol. I, 1981, p. 138.

<sup>445</sup> BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte I, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 1.246 de 28 de junho de 1865.

um outro decreto nº 3.555, de 9 de dezembro de 1865, fixava os efetivos do exército naquele ano.<sup>446</sup>

A tropa de infantaria concentrada para enfrentar o Paraguai era então constituída por 22 batalhões de infantaria transformados em corpos móveis. Essa força também sofreu uma apreciação por parte do ministro da guerra, ao afirmar que

Do que tínhamos antes da guerra, apenas alguns Corpos existentes na Corte, e na Província do Rio Grande do Sul, apresentavam um aspecto lisonjeiro; os outros, porém, fracionados e distribuídos em destacamentos por diversas localidades, mal fardados e armados, sem a verdadeira disciplina, faltando-lhes a instrução necessária, e aplicados a serviços de polícia e em outros inteiramente estranhos à sua instituição [...].<sup>447</sup>

Pouco antes, em dezembro de 1864, o Ministério dos Negócios da Guerra, preocupado em renovar todos os efetivos dessas unidades a fim de garantir a pronta disposição dessas forças para atuarem no teatro de operações que estava se configurando na região do Prata, enviou uma série de avisos aos presidentes de Província, para que fosse emitidas licenças de saúde e baixas de soldados das unidades do exército estacionadas nas províncias, muitos dos quais incapazes para a ação que viria pela frente, tal como ocorreu na Província do Piauí, com o Corpo de Guarnição. Esse aviso tornou a ser emitido em 09 de janeiro de 1865 e foi novamente enviado aos presidentes de província ainda naquele mês de janeiro, quando então a guerra já havia iniciado.

Assim foi determinado ao Presidente Franklin Dória que,

[...] tenham baixa do serviço militar todas as praças pertencentes as companhias de inválidos nas províncias onde existem taes companhias, se em inspecção das juntas de saúde a que devem ser novamente submettidos forem considerados absolutamente incapazes de todo o serviço, ainda mesmo que não tenham completado o tempo que por lei estão obrigados a servir devendo preceder a baixa de cada uma das referidas praças, requerimento para este fim dirigido ao presidente da Província, [...].<sup>448</sup>

Naquele período estava começando a aparecer voluntários, mas a maioria dos recrutas que iriam compor os Corpos de Guarnição ou batalhões do Exército teriam que ser soldados teoricamente preparados e com adestramento, ou seja, teriam que cumprir o serviço militar o mais rápido possível. Era uma renovação, que se intensificaria mais tarde durante a guerra no quadro de oficiais.

---

<sup>446</sup> BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.555 de 09 de dezembro de 1865.

<sup>447</sup> Ver BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

<sup>448</sup> Ministério dos Negócios da Guerra. Aviso circular aos presidentes de Província (Província do Piauí) de 09/01/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

No Piauí, ao estourar a guerra, a força militar teoricamente melhor preparada era o então Corpo de Guarnição, uma vez que era a unidade oficial do Exército imperial na Província do Piauí. A tropa estava sob o comando de um oficial experiente, um coronel do exército chamado Manoel Rolemberg de Almeida.

Desde de 1862 constituía-se de dois batalhões com quatro Companhias cada um, tendo um efetivo de 382 praças. No ano seguinte já contava com uma escola regimental, para instrução militar básica aos soldados, além de uma enfermaria que era dirigida por dois médicos, havia também um farmacêutico e um capelão.

O Corpo de Guarnição do Piauí era uma força constituída, em parte, de soldados muito antigos, cujo tempo de serviço já estava chegando ao fim. Com o processo de renovação iniciado tal como previa o aviso ministerial, o Corpo de Guarnição procurou se adequar com o que tinha em termos de efetivo julgado pelo seu comandante como apto e operacional.

Essa tropa embarcou em 10 de março de 1865 para a cidade de Parnaíba a bordo de dois vapores que havia sido cedidos pela Companhia de Navegação. O embarque da força teve ampla cobertura dos jornais, o *Liga e Progresso* do dia 11/03/1865 deu a seguinte notícia.

Ontem, pelas 8 horas do dia, depois de terem ouvido uma missa na Igreja Matriz desta cidade, embarcaram-se a bordo dos vapores Uruçuí e Paranaguá o Corpo de Guarnição desta Província [...] que desta capital seguiram com destino ao Rio de Janeiro, para o serviço de guerra.

S. Excía. O Presidente da Província, os Drs. Chefe de Policia e Juiz de Direito, o Cel. Comandante Superior, Comandantes de batalhões e mais Oficiais da Guarda Nacional da Capital, muitos cavalheiros distintos, um grande numero de famílias gradas e finalmente a maior parte da população de Teresina, acharam-se presentes e assistiram ao embarque dessa porção de bravos que, acudindo aos reclamos da Pátria, marcham pressurosos a vingarem as agressões, insolências e afrontas dos selvagens do Uruguai e Paraguai.<sup>449</sup>

O Corpo de Guarnição da província do Piauí seguiu com um contingente de 310 soldados e 20 oficiais, sendo 3 médicos e 1 farmacêutico. Juntamente com o corpo seguiram 35 Voluntários da Pátria, sob o comando de um oficial reformado, o Alferes de 1ª linha Clementino Luís Pereira Brasil, seguiram ainda 16 recrutas que seriam alocadas em outras unidades do Exército Imperial.

Muitos problemas ocorreram logo após o embarque dessa tropa, algo comum dado a distância em que se encontrava a linha de frente. A tremenda desorganização em diferentes instâncias e níveis governamentais, pode ter se traduzido de maneira negativa no desempenho geral da guerra. Num caso extremo pode ser citado, por exemplo, a província do Pará, que

---

<sup>449</sup> Liga e Progresso, p. 2, número s/n, 11/03/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

perdeu o efetivo quase inteiro de um de seus Corpos de Voluntários, como diz Salles, “[...] sem disparar um único tiro.”<sup>450</sup>

Ao chegarem a Parnaíba, o Coronel Manoel Rollemberg enviou um ofício ao presidente da Província informando sobre as dificuldades que sua tropa estava passando para seguir viagem ao sul,

Cheguei a essa cidade no dia 13 do corrente, pelas 6 horas da tarde, com toda a ala esquerda do Corpo a bordo do vapor *Conselheiro Paranaguá*, apesar de ter saído dessa capital algumas horas antes do *Uruçui*, que conduzia a ala direita; em conseqüência de um encalhe de 30 horas. Cheguei a esta cidade na data referida já encontrando o *Uruçui* e a ala direita aquartelada.<sup>451</sup>

Uma série sucessiva de contratempos surgiu para as tropas que no fundo marcaram as dificuldades iniciais para a organização e despacho do batalhão para a corte. A capacidade de transporte de passageiros dos vapores, a demora desses navios em chegar à cidade de Parnaíba, acrescidos dos problemas com a lotação, pois era comum haver muitos passageiros que viajavam para o Norte e no caminho as embarcações tinham que receber a bordo os contingentes que iam com destino a São Luis do Maranhão, ou com destino a Fortaleza, no Ceará. Como a lotação desses navios era incerta, não se tinha certeza se toda a tropa embarcava. Em protesto, o Coronel Rolemberg escreveu ao Presidente Franklin Américo de Meneses Dória.

Contra toda a expectativa, ainda me acho demorado com todo o Corpo nesta cidade, por não ter chegado vapor do Maranhão que devia conduzir, na conformidade das ordens de V. Excia., a ala direita para ali e a ala esquerda para o Ceará. Por tal motivo me acho cercado dos mais duros e espinhosos embaraços e que me fizeram tomar a deliberação de dirigir-me a V. Excia.<sup>452</sup>

A preocupação do coronel resumia-se ao fato de haver um aumento nos custos de permanência das tropas. Portanto, o governo provincial é que tinha que arcar com as despesas dos homens e seu aquartelamento como cobrou o coronel.

V. Excia. sabe perfeitamente que ao partir dessa cidade [Teresina] trouxe apenas três contos de reis, por adiantamento, para ir ocorrendo às despesas da alimentação das praças do Corpo até o seu embarque que, como V. Excia. presumia, devia operar-se pelo menos o da ala esquerda, pelo Ceará, no dia 13. Isto fez com que hoje esteja sem mais dinheiro algum para o fornecimento do Corpo e embaraçadíssimo, não podendo ao mesmo presumir até quando durará esta ordem das cousas e minha estada aqui.<sup>453</sup>

<sup>450</sup> Ver SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>451</sup> OFÍCIOS de Autoridades Militares/Presidente de Província. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Franklin Américo de Meneses Dória de 17/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>452</sup> Ibid.

<sup>453</sup> Ibid.



Diante dessa situação, o Coronel não viu alternativa a não ser requisitar ao Inspetor da Alfândega, Ernesto Augusto de Ataíde, sete contos de réis, quantia que ele havia julgado ser o suficiente para manter as despesas do Corpo até haver disponibilidade de embarque da tropa, uma parte para o Maranhão e outra para o Ceará.

O mais agravante de tudo é que mesmo já tendo feito esse provisionamento Rolemberg solicitou ainda o despacho de suprimentos, caso houvesse a possibilidade de ter que aguardar mais um pouco. Fatalmente a demora com o transporte, o não pagamento de soldos e a falta de víveres suficientes para a tropa, já estavam causando certo dano à moral do batalhão.

Rolemberg apelou também para que o presidente da Província efetuasse o pagamento dos fornecedores particulares, cuja retirada de bens já havia sido feita a fim de suprir com carne e farinha a alimentação da tropa.

Por fim, o comandante do batalhão desabafou, afirmando que,

Se se agravar a situação, como é de se esperar, pretendo ainda uma vez dirigir-me ao Inspetor da Alfândega afim de que, esgotados todos os meios, não recaia sobre mim [Rolemberg] a grande responsabilidade de qualquer eventualidade que possa ocasionar a falta de pagamento àquelas praças que não são arranchadas, inclusive os Voluntários da Pátria.<sup>454</sup>

Os custos com a permanência das tropas em Parnaíba foram altos e marcaram a maneira precária e desordenada, o modo pelo qual se deu o despacho de tropas para a corte. No documento feito pelo coronel ao Inspetor da Alfândega é uma demonstração clara do apelo quase desesperado do oficial para que o mesmo fornecesse os víveres necessários à manutenção da tropa na cidade de Parnaíba.

Contra toda expectativa, até esta data não é chegado o vapor que devia transportar as referidas alas ao seu destino, o que não era para se esperar, uma vez que a tal respeito se havia entendido o Exmo. Sr. Presidente da Província com o do Maranhão. Entretanto o fato é se dá e coloca-me nas mais criticas circunstancias.<sup>455</sup>

Naquele momento, a província do Maranhão, tal como a Província do Piauí passava por dificuldades relativas a aquartelamento de suas tropas que aguardavam embarque para a Corte, tanto que o então presidente da província do Maranhão, Ambrósio Leitão da Cunha, também havia comunicado à Corte a existência de problemas financeiros para bancar o aquartelamento da unidade da Guarda Nacional que havia sido destacada. Já havia na cidade de São Luis naqueles dias um número aproximado de 439 praças, Leitão da Cunha, eximindo-se de uma responsabilidade maior, mandou ordenar que os custos ficassem por conta do

---

<sup>454</sup> Ibid.

<sup>455</sup> OFÍCIOS de Autoridades Militares/Autoridades das Diversas Vilas. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Ernesto Augusto de Ataíde de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Ministério da Guerra, por que os cofres provinciais do Maranhão não comportavam tamanhas despesas.<sup>456</sup>

Para Rolemberg, os recursos de 3:000\$000 contos de réis seriam mais apropriados para fazer face às despesas da tropa se as coisas tivessem ocorrido como se esperava. As despesas diárias giravam em torno de 350 mil réis, e em menos de 15 dias o valor que havia sido abonado estava desaparecendo. Em média, por quinzena, o gasto com a tropa estacionada era algo em torno de cinco contos de réis.

O apelo do comandante do batalhão ao Inspetor da Alfândega era proporcional ao seu desespero, pois afirmou que,

Em circunstancias tão momentosas, recorro a V. S. na qualidade de Inspetor da Alfândega desta cidade para que, atendendo a que não é possível que o corpo de meu comando em marcha possa dispensar os prontos recursos para alimentação de suas praças, atendendo que longe do centro da administração não tenho a quem recorrer, se sirva V. S. fornecer-me a quantia de sete contos de reis para ocorrer as despesas mencionadas, podendo asseverar a V.S. que, ao deixar a capital e já na ultima hora expondo ao Sr. Presidente estes embaraços que podiam ocorrer, disse-me ele que em tais casos com V.S. me entendesse.<sup>457</sup>

Consciente de que o Inspetor não poderia ajudá-lo, pois havia uma proibição expressa do governo provincial de que o mesmo não fizesse fornecimentos que não estivesse autorizado, tal como havia, segundo o coronel, ouvido verbalmente do Inspetor, que lhe adiantou que ele cumpria um “[...] dever que me deve por a coberto de responsabilidade, expondo a V.S. que lastimáveis acontecimentos se podem seguir à falta de pagamento de perto de quatrocentas praças, que se verão reduzidas ao desespero por tal falta.”<sup>458</sup>

A resposta do Inspetor da Alfândega não poderia ter sido pior. Assim, Ernesto Augusto de Ataíde, mesmo reconhecendo a urgência do pedido, reafirmava que “[...] são tão restritas as ordens da tesouraria da Fazenda acerca de pagamento nesta Alfândega que não posso efetuar qualquer pagamento, por mais insignificante que seja, senão depois de autorizado competentemente, [...]”. Resoluto e decidido Ernesto de Ataíde reafirmou que “[...] a tesouraria da Fazenda declara a esta inspetoria que não aprovaria despesa alguma feita sem expressa autorização.”<sup>459</sup>

Em Parnaíba o acúmulo de soldados e pessoas circulando por seus logradouros, a maioria destes, combatentes que não recebiam soldo já há um bom tempo, muito desses

<sup>456</sup> ARAÚJO, Johny Santana de . *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870.* Rio de Janeiro: Sotese. 2005, p 62.

<sup>457</sup> OFÍCIOS de Autoridades Militares/Autoridades das Diversas Vilas. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Ernesto Augusto de Ataíde de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>458</sup> Ibid.

<sup>459</sup> OFÍCIOS de Autoridades das Diversas Vilas/Autoridades Militares. Ofício de Ernesto Augusto de Ataíde a Manoel Rolemberg de Almeida de 16/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

considerados indivíduos estranhos ao meio, geravam um clima de insegurança e tensão na urbe, tal como vinha acontecendo em Teresina. Uma aparente ameaça ao bem-estar dos moradores da cidade rondava os quatro cantos, deixando um ar de apreensão à outrora tranquila cidade de Parnaíba.

Com o batalhão completamente estático, uma parte da tropa, a “ala direita”, ficou acomodada no pequeno quartel da cidade e a “esquerda” na parte térrea de um sobrado em que residia um capitão da Guarda Nacional chamado Quintino Rubim de Miranda Osório, filho do Comandante Superior da Guarda Nacional o Coronel José Francisco de Miranda Osório.

Nesse estado de letargia e paralisação reinante, alguns soldados e oficiais adoeceram, mas já estavam sob cuidados médicos, quando o Coronel Rolemberg, esperava que o fato de haverem adoecido não servisse de pretexto para que os mesmos não seguissem com o batalhão. Os dias se passavam e o nível de indisciplina já era reinante. O mau comportamento partia inclusive do corpo de oficiais que no julgamento do comandante do Batalhão era quem deveria dar exemplo. A situação se tornou tão agravante que não havendo outra escolha o Coronel teve que informar ao presidente da Província do que estava acontecendo,

[...] Anelo ardentemente deixar o território piauiense, visto como continuo a nutrir apreensões a respeito da infidelidade de uma ou outra praça enquanto pisar o seu solo; e isto tem relação igualmente com um ou outro oficial do Corpo que, esquecido que deve exemplo de disciplina e subordinação, obrigar-me-á, ao chegar ao Rio de Janeiro, a pedir providencias ao Governo Imperial.<sup>460</sup>

Na compreensão do Coronel Rolemberg, quanto mais tempo permanecesse estacionado em Parnaíba, tanto pior seria para a manutenção da moral dos homens e para manter a sua própria autoridade que praticamente esvaecia com o passar dos dias. Dentre suas preocupações, enquanto ainda estivesse no Piauí, afirmou, era exatamente ter que “[...] guardar a conveniente prudência sem quebra de minha autoridade.”.

Ledo engano do Coronel, pois a sustentação da sua autoridade dentro do território do Piauí ou fora dele não era garantia da manutenção e coesão do Corpo sob seu comando, tanto que quando a sua tropa conseguiu embarcar para o sul na primeira oportunidade que tiveram ao atracar na cidade de Fortaleza, 11 soldados desertaram para nunca mais serem encontrados, um número até surpreendentemente baixo para uma tropa que passou por tanto contratemplos.

A permanência das tropas do Piauí na cidade de Parnaíba, sem recursos financeiros suficientes para que o responsável pelo batalhão pudesse se dirigir à Corte, foi fruto antes de

---

<sup>460</sup> OFÍCIOS de Autoridades Militares/Presidente de Província. Ofício de Manoel Rolemberg de Almeida a Franklin Américo de Meneses Dória de 17/03/1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

tudo de uma inabilidade primária do governo da província, agravado pelos desencontros no entendimento entre Franklin Dória e Ambrosio Leitão, Dória se encarregou pessoalmente que essa lamentável ocorrência não se repetiria novamente, jamais.

Ao chegar à linha de frente o Corpo de Guarnição, como vimos, tornou-se o 15º Batalhão de Infantaria, a unidade teve tantas baixas que com perda quase total de seus efetivos foi fundida a outros batalhões e não voltou mais a Teresina no fim da Guerra.

#### 4.4 O exército invisível na Província do Piauí

O processo de arregimentação de homens no Piauí para a guerra do Paraguai perpassa basicamente por quatro considerações: a idéia do voluntariado, fruto da ampla propaganda do conflito desencadeada nos jornais; a designação de tropas destacadas da Guarda Nacional; o alistamento forçado dos considerados indesejáveis sociais; e finalmente pela desapropriação de escravos para o serviço da guerra.

Nesse emaranhado de considerações, temos diferentes atores sociais, cujos destinos tiveram distintos caminhos nos campos de batalha, juntos ao exército ou embarcados nos navios da esquadra imperial. No entanto, os homens da Guarda Nacional se destinaram unicamente a engrossar as tropas do exército.

No capítulo anterior foi possível identificar a constituição de uma tropa inteira da Guarda Nacional como voluntários, mas é necessário agora entender basicamente o que era a Guarda Nacional e qual era a sua composição.

Com o intuito de substituir as antigas forças de milícia e ordenanças<sup>461</sup>, a Guarda Nacional comumente conhecida por milícia cidadã e exército invisível<sup>462</sup>, foi uma instituição criada sob os auspícios do gabinete liberal, cujo ministério da Justiça era então presidido pelo Pe. Diogo Antonio Feijó, criada por lei imperial de 18/08/1831.

A sua missão precípua era “defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império”, além de “manter a obediência às leis, conservar e estabelecer a

<sup>461</sup> Em princípios do século XVIII, a organização militar nas diferentes regiões da colônia encontrava-se dividida em Ordenanças, Milícias e Tropas de 1.ª Linha. As ordenanças e as milícias eram consideradas tropas paramilitares ou auxiliares, enquanto as tropas de 1.ª linha constituía a força regular e paga, recrutadas inicialmente em Portugal, até então costumava-se dar o nome de Milícia à qualquer força armada, fosse ela de Ordenança, Milícia ou Regular. Somente em 1796, a palavra Milícia passou a designar apenas a tropa de 2.ª Linha portanto abaixo da Regular e acima das Ordenanças. Ver: SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985, p. 98.

<sup>462</sup> Sobre a organização política da Guarda Nacional ver: BERRANCE, Jeanne. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.

ordem e a tranqüilidade pública e auxiliar o exército de linha na defesa de fronteiras e costas”.<sup>463</sup> Era nacional no nome, porém subordinada à autoridade municipal.

Durante o século XIX a Guarda Nacional pode ser compreendida a partir de duas fases bem distintas. A primeira, de 1831 a 1850, teve como característica o fato de ser eletiva, chegando a ocorrer casos em que libertos tornaram-se oficiais e comandantes de antigos senhores, em parte em decorrência do fato de ser a primeira corporação a permitir à população não branca a ascensão ao oficialato. Nesse aspecto, segundo Gardner, “Formava essa tropa o grupo mais mesclado possível, com gente de todas as cores e tamanho”.<sup>464</sup> Era portanto uma corporação paramilitar que se compunha de soldados não profissionais.

Havia um critério básico para o serviço na Guarda Nacional que se situava a partir da renda fixada por um decreto de 1832<sup>465</sup>, que, no Piauí, foi fixado em torno de 100\$000 para soldados e 200\$000 para os oficiais.

A segunda fase da Guarda Nacional constitui-se a partir de uma Lei Imperial n° 602, de 19/09/1850, trazendo profundas modificações na sua composição. De eletiva, passou a ser centralizada e hierarquizada, sendo subordinada ao Ministério da Justiça, passando a escolha dos seus oficiais a ser feita diretamente pelo governo.

A ampla reforma promovida em 1850 na Guarda Nacional atingiu o modo de vida de muitas populações rurais em diversas localidades das províncias brasileiras, modificando as relações estabelecidas entre os homens em seu trabalho, privando os plantadores de suas roças, as mulheres de seus maridos, senhores de seus trabalhadores.<sup>466</sup>

O alistamento para a instituição passou a ser através de nomeações feitas pelo governo imperial e pelos presidentes de província ou ainda por meio de eleições presididas pelos Juizes de paz. O serviço era permanente, obrigatório, pessoal e gratuito, para homens livres de 21 a 60 anos. Mas a partir do decreto de 25/10/1832,<sup>467</sup> o limite foi baixado para 18 anos sendo organizados em pequenas unidades de infantaria, cavalaria e artilharia.

A lei de reforma da Guarda Nacional, de 1850, acabou alargando o universo de pessoas isentas do serviço ativo e substituindo o oficialato eleito pelo nomeado, o que acabou

---

<sup>463</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 250.

<sup>464</sup> GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e dos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 20.

<sup>465</sup> Ver BRASIL, Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1832*, parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

<sup>466</sup> MOURA, Denise. A farda do tendeiro: Cotidiano e recrutamento no Império. *Revista de História Regional*. São Paulo: Editora da Revista de História Regional. vol 4. n° 01 verão de 1999. Disponível em: <<http://www.rhr.uepg.br/v4n1/Denise>> Acesso em 03/07/2006.

<sup>467</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque, op. cit., p. 251.

favorecendo muitos senhores de terra e escravos, fazendo recair sobre os ombros de sitiantes a execução de um serviço que não previa remuneração e promovia a interrupção brusca de tarefas ligadas à subsistência diária. De acordo com a lei, todos aqueles que servissem nos limites do município, não teriam direito a nenhum soldo<sup>468</sup>.

Em todas as freguesias existia um conselho de qualificação, cuja organização cabia aos Juízes de Paz, que deveria se reconstituído todos os meses de janeiro para que pudesse ser efetuado o alistamento. Para tanto, eram organizadas duas listas: uma de que fariam parte as pessoas para o serviço ordinário; e outra para a reserva da qual faziam parte os funcionários públicos, advogados, médicos, cirurgiões, boticários, acadêmicos e estudantes de seminários e escolas públicas, empregados de arsenais e oficinas do estado.

Essas listas, contendo nome, endereço, filiação, idade, renda e profissão, incluíam os que tivessem atingido a idade regulamentar e os novos moradores da paróquia. Excluía os que tivessem completado 60 anos, mudado de domicílio ou falecido. Não podiam alistar-se autoridades administrativas e judiciárias, militares das duas armas, clérigos de ordens sacras, carcereiros, oficiais de justiça e policiais. Com o tempo aumentaram ainda mais as isenções e era uma forma de fugir ao serviço do Exército.

Segundo consta, o serviço na Guarda Nacional era equivocadamente visto pelos seus membros como um impedimento ao serviço na 1ª linha (o Exército), tanto que por ocasião da Guerra do Paraguai houve ocorrências de guardas nacionais alistados diretamente no Exército.<sup>469</sup> Muitas vezes isso ocorria quando eram capturados como desordeiros.

Os mais afetados eram os pequenos sitiantes sem escravos. Plantadores de gêneros diversos, estes agricultores de pequeno porte viviam de suas roças e criações, fornecendo seus excedentes para muitas propriedades maiores que eram voltadas para as lavouras de algodão.<sup>470</sup>

Aqueles que possuíam mais de 20 escravos facilmente obtinham a isenção de servir na Guarda, dando outro por si, mediante o pagamento do valor de 50 a 60 mil réis. Entretanto, poucos conseguiam arcar com estes custos, pois predominavam trabalhadores de pequena lavoura.<sup>471</sup>

---

<sup>468</sup> BRASIL, Império. *Coleção de Leis Brasileiras*. “Do serviço ordinário e de destacamento”. Lei n. 602 de 19 de setembro de 1850. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, Tomo XIII, 1850, p. 331.

<sup>469</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866* Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, 2005, p. 110.

<sup>470</sup> MOURA, Denise, op. cit.

<sup>471</sup> Ibid.

Em tempos de paz, muitos homens livres e pobres, membros da Guarda Nacional, ao invés de apenas fugirem ou se isolarem nos matos, arditamente engharam atitudes visando lidar com os incômodos e constrangimentos impostos pelo alistamento e, ao mesmo tempo, procuraram manter suas práticas de sobrevivência garantindo a manutenção diária básica de sua vida.<sup>472</sup> Porém, com a realidade da guerra, muitos problemas ligados ao abastecimento e segurança no Piauí, tal como nas demais províncias do império, começaram a se fazer presentes.

#### **4.4.1 A quebra de leis não escritas e a convocação da Guarda Nacional para a guerra.**

A mobilização de homens para os conflitos em que o Império esteve envolvido sempre foi um problema, pois implicava na ampliação da intervenção governamental a partir de uma autoridade distante, representada quase sempre pelo Ministério dos Negócios da Justiça, o que gerava uma invasão às prerrogativas de muitos senhores que exerciam poderes locais.

Inicialmente, a mobilização se dava pelos chamados corpos destacados, que eram batalhões formados com soldados fornecidos por outras unidades da Guarda Nacional ou pela mobilização de batalhões inteiros que se destinavam a qualquer ação militar, dentro ou fora do país, isso era disposto de acordo com a lei de número 602, especificadamente o art. 117, que previa o fornecimento de corpos destacados para defender as praças, fronteiras e costas do Império, como força auxiliar do Exército.

O alistamento dos guardas nacionais para a formação de corpos destacados abrangia jovens de 18 a 21 anos, que voluntariamente se apresentassem e fossem considerados aptos para o serviço ativo. Quando o voluntariado não atingia a quantidade suficiente para formar um contingente exigido pela lei – como acontecia muito – eram designados os guardas relacionados na lista do serviço ativo, que não estivessem dispensados e ainda os da reserva, classificados de acordo com a seguinte ordem: os solteiros, os viúvos sem filhos, os casados sem filhos, os casados com filhos e por último os viúvos com filhos, começando pelos que não eram arrimo de família e pelos mais moços.<sup>473</sup>

A condição de casado gerou uma série de possibilidades para os guardas nacionais designados escaparem ao serviço militar. No Piauí, segundo consta o guarda nacional, Manoel Pereira de Melo, que já estava designado, pensando na possibilidade de não seguir para guerra

---

<sup>472</sup> Ibid.

<sup>473</sup> BERRANCE, Jeanne. op. cit, p. 295.

teria forjado um cônjuge pois “[...] no caminho da viagem a capital apareceu uma mulher que se diz casada com o referido guarda, não liberando no momento devido por não possuir documentos suficientes, deixando o caso com o presidente.”.<sup>474</sup>

Os guardas nacionais em serviço nos corpos destacados recebiam soldo equivalente ao do exército e ainda, quando reformados em serviço, acumulavam pensões e soldos como praças, pagamento esse que, aliás, era motivo de desagrado pelos constantes atrasos que muitas vezes acumulavam por anos seguidos, além do fato de serem muito baixos. A pensão que recebiam do governo era de 400\$000 rs, um valor que, na época, muitos guardas também julgavam insuficiente<sup>475</sup>

A designação de guardas nacionais sempre foi problemática e com a Guerra do Paraguai se tornou mais grave. Nesse aspecto estavam os que fugiam à designação desertando; os que eram igualmente protegidos por redes de patronato, geralmente eram designados aqueles vítimas de perseguição política direta, ou apanhados fora de suas redes de proteção e seus padrinhos nada podiam fazer.

O que ocorreu no Piauí durante a convocação para a guerra era muito comum em outras províncias; as Comissões de Controle do Ministério da Guerra exigiam o cumprimento do número exato de praças destacados, e como não havia sido estabelecido ainda o serviço militar obrigatório, e nem tampouco o Ministério da Guerra estava capacitado para fazer a convocação, cabia então esta atribuição à própria Guarda Nacional, que era vinculada por sua vez ao Ministério da Justiça, e agia por intermédio dos Presidentes de Província, que tinham de cumprir ordens, mesmo que fosse passando por cima dos mandões locais.

A partir daqui já podemos apontar um outro problema crucial da designação de guardas nacionais. Refere-se exatamente à questão da transferência e submissão de forças locais à autoridade de comando de um Exército Nacional. O governo, ao colocar milicianos sob comando de oficiais profissionais, acabou tocando em um ponto extremamente delicado, pois a Guarda Nacional era um baluarte de exercício do poder local.

Ser membro da Guarda Nacional também era um dos melhores pretextos para não estar sujeito à violência do recrutamento do exército; ser da Guarda Nacional significava estar protegido pela influência e prestígio de muitos chefes locais. A transferência de corpos destacados da guarda para a tutela do exército significava intrometer-se diretamente na

---

<sup>474</sup> PIAUÍ. Ofícios de comandantes da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Teotônio de Sousa Mendes a Franklin Américo de Meneses Dória. São Gonçalo, 13/11/1865, n° 152. Guerra do Paraguai, Vol II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>475</sup> Correio Mercantil, p. 2, s/n, 09/02/1866, microfilme PR-SPR-I, BN, Rio de Janeiro. Apud: DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit., p. 270.



autoridade desses mandões locais, o que acabava interferindo em práticas consideradas tradicionais. A autoridade desses chefes havia sido construída pelo costume e por uma série de leis não escritas, aceitas como tradicionais.<sup>476</sup>

Com tal atitude o governo acabou tencionando disputas sobre o controle local do recrutamento, tomando corpo questões políticas locais a níveis inclusive familiares, o que acabou interferindo na capacidade militar do país, levando à demora na conclusão de um conflito que parecia não ter fim.

Com participação intensa na política local, havia uma tendência à polarização desses chefes liderando grupos nos dois partidos. A alternância política dos partidos levava a um acirramento que em grande parte se traduzia em perseguições partidárias aos que era aliados do poder por parte dos membros de um partido que subia ao poder.

Naquele período do primeiro ano da guerra, segundo Doratioto, “[...] Para fugir ao recrutamento, muitos homens declaram-se adeptos do partido liberal, passando a ser protegidos de chefes políticos locais.[...]”.<sup>477</sup> Revelando claramente o temor de serem alistados à força pelo governo.

Nesse contexto então “A guerra também foi utilizada como pretexto para perseguir, pelo alistamento, adeptos do partido político contrario aquele que contrapunha o gabinete do governo.”.<sup>478</sup>

Essa perseguição também se traduzia em atitudes, como a destituição de cargos públicos ocupados por membros de facção contrária, e não apenas pela simplesmente pela designação de guardas nacionais que também eram empregados dos senhores da facção opositora, ou seja, seus apadrinhados e protegidos.

Numa escala mais grave podia-se perseguir a quase todos os familiares de um adversário político, mesmo se já houvesse sido convocado, não dando refúgio e paz a quem quer que fosse da família, tal como ocorreu com a família Dias de Freitas, do Piauí.

Em 1865, o então capitão da Guarda Nacional, Belisario José da Silva Conrado, embarcou em Teresina com destino à campanha do Paraguai, atendendo a convocação do governo imperial. Na época, ainda com a patente de capitão, Belisário ocupou o comando da 3ª companhia do segundo corpo de voluntários da pátria, que tinha como comandante o

---

<sup>476</sup> O trabalho de Edward Thompson é muito ilustrativo sobre esse aspecto, pois trata do universo das revoltas populares na Inglaterra do século XVIII, pois segundo o mesmo, as massas populares inglesas viam com a ameaça a possibilidade de rompimento de seus costumes e tradições e reagia de forma violenta a essa situação, ver: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>477</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 265.

<sup>478</sup> *Ibid.*, p. 267.

tenente coronel José Lustosa da Cunha. O capitão Belisário era casado com a professora Antônia Rosa Freitas, que assim como outras esposas de militares, encontrava-se sozinha à frente de sua família. Antônia Rosa dividia-se entre os afazeres domésticos e o ofício de mestra, função que desempenhava nas dependências do seu lar. No entanto, sem a proteção da figura do marido, acabou sendo envolvida numa rede de tramas e intrigas que provocaram escândalos na Vila de Jaicós e culminariam com o seu afastamento das funções do magistério.

Em 3 de maio de 1868, o liberal José Manoel de Freitas assumiu, pela terceira vez, a administração da Província do Piauí. Sua administração, no entanto, estendeu-se por apenas três meses, pois com a queda do gabinete Zacarias Góis e Vasconcelos, teve que repassar o cargo ao conservador Simplício de Sousa Mendes. Começava aí um período de perseguições aos políticos do Partido Liberal, dentre eles os membros da família Dias de Freitas.

Antônia era membro da rede familiar dos Dias de Freitas, cujo grupo fora de grande expressão política e social no Piauí da segunda metade do século XIX. Vários foram os representantes dessa família na magistratura, na burocracia urbana, nas Assembléias Provincial e Geral, na Presidência da Província, na vida eclesiástica e militar, na imprensa, na literatura e na educação escolar. Era uma família formada por representantes do Partido Liberal no Piauí e teve na figura de José Manoel de Freitas uma das expressões máximas do patriarcado local e regional.

O coronel Raimundo José de Carvalho e Sousa, era membro do Partido Conservador e fazia parte dos dispositivos disciplinares denominados inspetores paroquiais que eram os profissionais responsáveis pela fiscalização, não apenas dos procedimentos escolares, mas, principalmente, do cotidiano de professores e alunos.

É justamente com o objetivo de exercer o controle sobre as atividades docentes da professora Antônia Rosa, esposa do Capitão Belisário da Cunha, que, no início do mês de agosto, precisamente no dia 8 de agosto de 1869, o Cel. Raimundo José de Carvalho e Sousa, revestido pelo poder que lhe conferia o cargo de inspetor paroquial da Vila de Jaicós, enviou ao Diretor Geral da Instrução Pública da Província uma representação contra a pessoa da referida professora pública da cadeira de primeiras letras da Vila. Na representação, alguns chefes de família da localidade, declaravam que Antônia Rosa não possui a precisa moralidade para exercer aquela função pública, motivo pelo qual as aulas públicas de primeiras letras para o sexo feminino daquela Vila encontrava-se em total descrédito.

Antonia Rosa Freitas foi acusada de defender publicamente aviltações consideradas inconvenientes a um funcionário público do Estado Imperial; Ter suas aulas freqüentadas apenas por alcobanas, ou seja, filhas de pessoas que sempre trabalham a favor da desordem e

da imoralidade. Ensinar determinados conteúdos que uma moça jamais deveria aprender; Manter um relacionamento ilícito com o padre daquela paróquia.<sup>479</sup> Antonia Rosa conseguiu se livrar das acusações com ajuda de seus familiares, a um custo altíssimo e sem contar com a presença de seu esposo que lutava no Paraguai.

Segundo Odilon Nunes,<sup>480</sup> não era fácil a vida naquela sociedade, em outros termos, não era uma vida pacífica. As pessoas, principalmente aquelas que faziam parte do círculo restrito da elite, se pressionavam mutuamente, lutando entre si por chances de prestígio, por sua inserção e de seus familiares na hierarquia do poder. Desta feita, não cessavam os escândalos, as intrigas, os conflitos por posições e favorecimentos, onde cada membro do grupo podia prejudicar o outro em benefício próprio.

De acordo ainda com Nunes,<sup>481</sup> Era, também, uma vida sem estabilidade, onde se fazia necessário escolher “bem” as amizades e evitar as inimizades gratuitas, procurando sempre se comportar do modo mais exato, de acordo com a posição ocupada, pois para a sociedade de então, ter um comportamento moral adequado às funções públicas que o indivíduo desempenha era, acima de tudo, ter consciência dos costumes sociais vigentes e praticá-los corretamente, para não correr o risco de proporcionar munição aos adversários na corrida pelo poder.

Pressões morais, ameaças, denúncias, essas foram as principais formas de controle do funcionalismo público, utilizadas pela corte portuguesa no Brasil e ao que parece indicarem as fontes continuou sendo utilizada pelo governo imperial.

Não restam dúvidas de que, embora naquele contexto, a maioria das nomeações, transferências e exonerações dos funcionários públicos, viessem impregnadas de intenções políticas, estas fazem parte do conjunto de práticas culturais da sociedade piauiense oitocentista que refletem as normas de convivência daquele grupo. As análises feitas acerca da trajetória de vida da professora Antônia Rosa Dias de Freitas, apontam para essas questões, como para tantas outras que surgiram durante a guerra e no pós-guerra em relação ao seu marido tal como veremos mais adiante.<sup>482</sup>

Já ao tempo da guerra também a designação de muitos guardas passou a ser entendida como uma questão de perseguição política, levando como consequência a eclosão moral da

<sup>479</sup> Sobre a situação dos funcionários públicos da Província do Piauí e em especial das professoras, Maria Alvenir Barros Vieira esta desenvolvendo um trabalho de pesquisa no campo da História da Educação, sobre a questão da professora Antonia Rosa ver: VIEIRA, Maria Alvenir Barros e SOARES, Norma Patrycia Lopes. *A Professora e o Inspetor: disputas de poder no Magistério Piauiense na década de 1860*. IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI: a pesquisa como mediação de práticas socioeducativas. Teresina: UFPI, 2006.

<sup>480</sup> NUNES, Odilon. *Depoimentos históricos*. Teresina: COMEPI, 1981.

<sup>481</sup> Ibid.

<sup>482</sup> Ver: VIEIRA, Maria Alvenir Barros e SOARES, Norma Patrycia Lopes. op., cit.

Guarda Nacional, enquanto instituição, por conta de decisões do tipo: quem deveria ir ou não para a guerra. Essa situação demonstrou a incapacidade dessa instituição de auxiliar o país em uma situação de emergência, como a que o Brasil estava passando.

Guardas nacionais alistados gozaram de isenções enquanto cumpriam seus deveres, em tempo de guerra. A Guarda Nacional já era a reserva natural do Exército e seus comandantes tinham o direito de designar subordinados para o serviço regular, a começar pelos solteiros.<sup>483</sup>

Ser um membro da Guarda era uma das melhores desculpas que um homem livre podia oferecer para escapar ao recrutamento. A não ser, como pôde ser visto, se não tivesse como provar ou fosse identificado como desordeiro.

No ano de 1865 a guarda nacional foi convocada através do decreto 3.383, de 21 de janeiro de 1865, para servir na linha de frente, sendo destacados 14.796 guardas nacionais para o serviço de guerra [...] em outubro do ano seguinte foram destacados mais de 10.000 homens para o serviço de guerra [...] das capitais de diversas provinciais e seus municípios [...].<sup>484</sup>

Nesse ponto podemos analisar os desdobramentos das ações de resistência, que iam desde a fuga para o mato, a tantas outras formas de resistência, inclusive física, como nos indicam os estudos clássicos de Rudé, Hobsbawm e Thompson. Na desordem aparente das aglomerações e explosões da multidão pré-industrial é possível identificar formas de organização e lógicas de ação surpreendentemente coerentes.<sup>485</sup>

A evasão dos trabalhadores para locais distantes ou o hábito de se esconderem em matas, certamente não devia durar muito tempo. Em época de paz isso até era possível de se aceitar, pois precisavam ganhar a vida, trabalhar para o sustento de mulher, filhos, muitas vezes irmãos menores e pais doentes.<sup>486</sup> Porém, a situação de guerra, como foi caracterizado pelo conflito com o Paraguai, acabou gerando tensões e conflitos impossíveis de serem resolvidos, se não por via radical e violenta; e quase sempre quando era possível escapar, a única alternativa era permanecer escondido por um longo período de tempo no mato.

<sup>483</sup> BRASIL, Império. *Coleção de Leis Brasileiras*. Artigos 120-121, Lei, 18 de agosto de 1831; Artigos 2-3, Regulamento 106, 7 de dezembro de 1841; Artigos 121-123, Lei, 19 de setembro de 1850. Apud: KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 03.

<sup>484</sup> BERRANCE, Jeanne. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974, p. 296.

<sup>485</sup> Sobre a consciência de massa dos movimentos de luta social ver: RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus. 1991; HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978. e THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 185-258.

<sup>486</sup> MOURA, Denise, op. cit.

Como a Guarda Nacional era a grande fornecedora de homens, o governo imperial exigia e o provincial sendo principal agente recrutador, executava. Ambos tinham que jogar todas as armas e recursos para designar os guardas, sempre dentro da lei e dentro da lei se podia tudo, legalizava-se assim a luta partidária fratricida e local.

Em 1866, após o fracasso do ataque a Curupaiti e o marquês de Caxias haver sido nomeado o novo comandante em chefe dos exércitos aliados, dando início a uma série de reformas visando ajustar O Exército brasileiro para derrotar o Exército paraguaio, o governo imperial lançou uma nova convocação aos presidentes de Província, solicitando novos guardas nacionais a fim de assentarem praça no exército.

Em 25 de outubro de 1866 foi expedido para os Presidentes das Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Piauí, um interessante ofício confidencial que informava sobre a disponibilidade para transporte de tropas para o sul,

Devendo chegar do Rio da Prata brevemente alguns transportes pertencentes ao Governo o convido aproveitá-los, quanto antes, para a condução de Força destinada ao nosso Exército contra o Paraguay, vou recommendar a V. Ex<sup>a</sup> o emprego de todos os seus esforços, afim de que venha sem demora, para a Côrte, o maior número de recrutas voluntários ou Guardas Nacionais, que V. Ex<sup>a</sup> puder remetter com aquelle destino.<sup>487</sup>

Mas o ofício principalmente cobrava sobre a designação de novos guardas nacionais, e que estratagemas o governo deveria usar para designá-los. Para tanto, informava que, “É obreiro que convém aproveitar o tempo que nos resta até à época das eleições geraes, na qual não pode o Governo recrutar.”. E por fim, atizava a idéia de, que, “Para facilitar a designação e a reunião dos contingentes convirá aquartela a Guarda Nacional das cidades e Villas populosas por seis, ou oito dias”. Ou seja, antes mesmo de que houvesse as eleições seria muito mais fácil reunir a maior quantidade possível de Guardas Nacionais nos quartéis a fim de se proceder a designação.

A ação de resistência caracterizava-se também pelos motins e pode ser tido como sendo um jogo definido a partir de regras concisas, em que é possível identificar dois elementos essenciais. O primeiro é que parte da multidão tinha objetivos bem definidos da ação e em segundo a consistente autodeterminação para a prática de resistência violenta.

Uma particularidade desse contexto é que o chamado motim pré-industrial tem por essência a natureza de buscar a *legitimidade*, ou seja, buscar o retorno de um status anterior, considerado aceitável pela população que reivindica. O motim portanto busca o retorno a uma

---

<sup>487</sup> BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro código (copia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional, as províncias do Império. Ofício (Confidencial) Dom Ministério dos Negócios da Justiça aos Presidentes das Províncias do Norte, Rio de Janeiro, Minas e Paraná em 25/10/1866. Lata 314 Pasta 01, Coleção Marquês de Paranaguá. IHGB. Rio de Janeiro.

condição anterior violada pela ação ou omissão da autoridade, sendo dessa forma uma ação perspicaz de negociação ritualizada entre a multidão e as autoridades.

Tratava-se portanto de movimentos que viam na ação reguladora do Estado, uma configuração disfarçada, a fim de estabelecer, no caso em questão, a designação de guardas nacionais para a guerra, rompendo com os laços que ligava esses guardas aos seus patrões e que, portanto, prejudicava os interesses imediatos dos mais pobres.

Pouco antes da guerra, em algumas cidades brasileiras, houve uma demonstração da participação dessas massas nas manifestações de solidariedade a líderes políticos e de desgosto à honra nacional, como a que ocorreu durante a questão Christie.<sup>488</sup> Dessa forma Thompson nos mostra que

Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas.<sup>489</sup>

Como foi possível constatar, a designação era a forma de recrutamento típica da Guarda Nacional, e se destinava a alguma operação militar, permitia a compra de isenção ou apresentação de substitutos, de acordo com o Decreto 3.509 de 12 de setembro de 1865, uma vez que o fato de ser designado era uma situação passível de acontecer, caso o cidadão não compusesse a lista de dispensa dos serviços na Guarda Nacional.<sup>490</sup> Portanto, era uma realidade que se tornou mais dramática com a chegada da guerra.

#### **4.4.2 O 55º Corpo de Voluntários: os guardas nacionais destacados**

Para responder aos desafios da Guerra contra o Paraguai, o governo imperial abriu mão de um recurso que seria de grande auxílio, a Guarda Nacional, que de longe, tornou-se a organização que mais forneceu homens para o conflito. Por meio de um decreto de número 3.383 emitido em 21 de janeiro de 1865,<sup>491</sup> foi determinado que fossem destacados 14.796 guardas nacionais das 16 províncias e da corte. À Província do Piauí, coube destacar 1.160 guardas, correspondentes a aproximadamente 7,83% do efetivo total convocado no Império.

<sup>488</sup> SALLES, Ricardo, op. cit., p. 79-80.

<sup>489</sup> THOMPSON E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org) *E. P. Thompson: As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267.

<sup>490</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando M. op. cit., p. 113.

<sup>491</sup> BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto 3.383 de 21/01/1865, Mandando destacar 14.796 Guardas Nacionais Para atuar na Guerra do Paraguai (1865). Anexa, relação do numero de Guardas Nacionais a serem destacados de cada Província e da Corte. Lata 372 Pasta 23, Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

Em 27 de março de 1865 o presidente da Província do Piauí, Franklin Américo de Menezes Dória, informou ao Ministro dos Negócios da Justiça o Senador Francisco José Furtado que havia recebido o Aviso do Ministério datado de 3 de fevereiro, juntamente com a cópia do decreto 3.383, em que mandava destacar os 14.797 Guardas Nacionais em todo Império, bem como o número exato de que a Província do Piauí deveria fornecer. Informou ainda sobre as providências que estava tomando referente à convocação da Guarda Nacional. Para tanto, Dória mandou ainda anexar a portaria que havia expedido juntamente com uma circular, bem como as instruções para os comandos superiores do interior e da capital de como deveriam proceder para designar os guardas nacionais. Por fim, informou que quanto a organização da força destacada, oportunamente comunicaria.<sup>492</sup>

O aviso enviado ao Presidente Dória pelo Ministro dos Negócios da Justiça, afirmava que o decreto de 21 de janeiro daquele ano, mandava destacar os guardas [...] não só para a defesa das praças, fronteiras e costas do império, como para o serviço de Guerra no Estado do Paraguai, [...].<sup>493</sup> A circular emitida por Franklin Dória aos comandos superiores determinava inclusive a quantidade de Guardas Nacionais que cada comando superior da província do Piauí deveria designar para compor as forças que deveriam seguir para o Paraguai.

A distribuição dos 1.160 guardas nacionais deveria ser feita pelos comandos superiores, [...] em proporção ao número de praças destacadas no serviço ativo de cada um deles [...].<sup>494</sup> A relação anexa em que consta o número de Guardas Nacionais que cada comando superior deveria fornecer era o seguinte:

Oeiras.....	179	Príncipe Imperial.....	89
Jaicós.....	156	Valença.....	87
Paranaguá.....	121	São Gonçalo.....	75
Teresina.....	100	Jerumenha.....	65
Picos.....	94	Parnaíba.....	57
Campo Maior.....	92	Barras.....	47

Tab. 1. Fonte: PIAUÍ, Relação do número de Guardas Nacionais que tem de fornecer os Comandos superiores da Província do Piauí.

<sup>492</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Justiça. Palácio do Governo do Piauí. Ofício de nº 183, de Franklin Américo de Menezes Dória a Francisco José Furtado em 27/03/1865. APEPI, Teresina.

<sup>493</sup> BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto 3.383 de 21/01/1865, Mandando destacar 14.796 Guardas Nacionais Para atuar na Guerra do Paraguai (1865). Anexa, relação do número de Guardas Nacionais a serem destacados de cada Província e da Corte. Lata 372 Pasta 23, Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>494</sup> CIRCULAR do Presidente da Província/Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província. (Copia) Palácio do Governo do Piauí. APEPI, Teresina.

Juntamente com as determinações emitidas pelo Ministério dos Negócios da Justiça, seguiam para as províncias as instruções para as Juntas de Saúde dos Comandos Superiores da Guarda Nacional de cada município. Tais instruções eram amparadas em um decreto o de nº 3.496 de 08 de julho de 1865.<sup>495</sup>

Em ofício de 6 de abril de 1865, do Presidente da Província do Piauí, comunicou ao Ministro da justiça, que por meio de portaria já havia organizado uma força da Guarda Nacional destacada, em virtude do disposto no decreto 3.383.<sup>496</sup>

A arregimentação da guarda nacional do Piauí para a Guerra do Paraguai, vinha desde os primeiros dias provocando dissensões entre as facções políticas da Província, desde a Capital às mais diversas vilas do interior. O presidente da Província iria enfrentar uma série de problemas para fazer funcionar a determinação do Governo imperial de designar a Guarda Nacional no Piauí.

Em fins de 1865, passou a ocorrer uma combinação de propaganda de guerra, e que certamente convencia a poucas pessoas, com a designação de guardas nacionais, muitos dos quais vítimas de perseguições por causa de seus apadrinhamentos políticos.

A designação de guardas nacionais havia se tornado problemática. Nesse aspecto estavam os que fugiam à designação desertando; os que eram igualmente protegidos por redes de patronato, geralmente eram designados aqueles que eram vítimas de perseguição política direta, ou pegos fora de suas redes de proteção e seus “protetores” nada podiam fazer.

Segundo Victor Izecksohn,

Um problema comum a quase todas as províncias era o alto grau de politização na designação dos guardas nacionais. A expansão do Exército não ocorria em paralelo com o crescimento de uma burocracia especializada. Uma alternativa às demandas crescentes era o recrutamento de adversários políticos. Os presidentes de província indicavam partidários políticos que se esmeravam em recrutar os adversários.<sup>497</sup>

Como a exigência de homens era cada vez maior, nesse período não havia sido estabelecido ainda o serviço militar obrigatório, o que era agravado ainda pelo fato do Ministério da Guerra ser um organismo que, por conta de sua composição, incapacitado para fazer a convocação, pela falta de uma lei de serviço militar que fosse adequada à realidade que o país passava.

---

<sup>495</sup> Cf Cópia em anexos no fim do trabalho: BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto nº 3.496 de 08/07/1865. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Lata 372, pasta 19. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>496</sup> OFÍCIOS do Presidente de Província do Piauí/ Ministro da Pasta dos Negócios da Justiça (1865). Ofício nº 192. Palácio da Presidência do Piauí, 06 de abril de 1865. Seção de Avulsos, AN, Rio de Janeiro

<sup>497</sup> IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001, p. 08.



Essa missão cabia então à própria Guarda Nacional, que era vinculada por sua vez ao Ministério dos Negócios da Justiça, e esta agia por mediação dos Presidentes de Província, que tinham de cumprir as ordens de convocação como a preconizada pela lei 3.383. Em sua tarefa estava o desafio de designar guardas nacionais e, quase sempre, o fardo do serviço militar recairia sobre aqueles componentes do séquito de grupos políticos rivais ao poder. Esse exercício de força acabava gerando tensões entre os mandões locais.

Um outro problema crucial da designação de guardas nacionais, refere-se exatamente à questão da transferência e submissão de forças locais à autoridade de comando de um exército nacional. O governo, ao colocar milicianos sob comando de oficiais profissionais, acabou tocando em um ponto extremamente delicado, o da ruptura na estrutura de mando militar regional que no fundo eram milícias particulares que se faziam representar pela Guarda Nacional, portanto um baluarte de poder.

Da mesma forma que Saraiva havia feito uma proposta de lei para reforma do serviço militar para o Exército, o mesmo apresentou em 1869 um projeto referente à reforma da Guarda Nacional. Anteriormente houve outros projetos de reforma da Guarda Nacional tal como o do deputado Manuel Antonio Duarte de Azevedo ofereceu a Assembléia Legislativa para apreciação em 1865.<sup>498</sup>

A deficiência que sofria a Guarda Nacional era fruto do alto grau de seu envolvimento político partidário regional, portanto a instituição pedia por uma mudança urgente o que foi amplamente exposto pelo Ministro da Justiça em seu relatório de 1867, afirmando que: “A experiência da guerra [...] confirmou a necessidade de reforma da Guarda Nacional. Essa milícia, que foi criada para defender a ordem e as liberdades públicas, encontra-se muito longe da sua finalidade.”<sup>499</sup>

Um exemplo das dificuldades encontradas com a convocação da Guarda Nacional no Piauí foi dado pelo Coronel da Guarda Nacional José Francisco de Miranda Osório, oficial responsável pelo comando Superior da Guarda Nacional de Parnaíba, onde era organizado o embarque das tropas piauienses para a Campanha do Paraguai.

O coronel Miranda Osório, ao escrever ao presidente da Província, informou sobre a má vontade dos guardas nacionais que não atendiam ao chamamento para servir no litoral ou

---

<sup>498</sup> O Projeto do referido deputado não consta o mês em que foi apresentado, no entanto foi encaminhado a Câmara em 1865 e tramitou até 1869 coincidentemente foi o ano em que Saraiva também apresentou um projeto de Reforma da Guarda Nacional, Ver: PROJETO de Reforma da Guarda Nacional apresentado pelo Deputado Manuel Antonio Duarte de Azevedo a Câmara dos Deputados em 1865. Lata 368 Pasta 07. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>499</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório*, 1867, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868, p. 04.

na fronteira, segundo ele “[...] os convocados fazem sentir o receio de serem enviados para a campanha. Na sede municipal, dispunha apenas de [um guarda chamado] Pedro José Nunes que vinha comandando a guarnição.”.<sup>500</sup>

Ao longo de muitas outras vilas ocorriam problemas, alguns dos quais seguidos de violência, porém não havia um padrão definido para a sua eclosão. Alguns episódios expressaram a aversão geral ao recrutamento ou à designação, que poderia se processar através da depredação, da baderna, da perturbação da ordem pública individual ou coletiva, tal como relatou o Comandante Superior da Guarda Nacional da vila de Barras, pois segundo o mesmo, “Crescem os coutos e com eles os furtos e assassinatos. E com justeza vocabular, e em termos de legislação [...]”.<sup>501</sup>

A agressividade da população dificilmente poderia ser catalisada, e em dias como aqueles a violência era acelerada, sobretudo pela efetivação da designação indiscriminada de guardas nacionais daqueles apadrinhados dos inimigos da situação. Aqueles que conseguiam fugir e se enveredavam pelas estradas e campinas do interior, e para sobreviver quase sempre tinham que roubar, se tornando verdadeiros salteadores. Em outro ofício do mesmo Comando Superior, o oficial afirma que o “Furto vai se desenvolvendo progressivamente, e logo após ele virá roubo.”.<sup>502</sup> A resistência violenta por vezes era confundida como uma forma de banditismo, outras vezes evoluía de fato para essa situação.

Noberto Ferreras, procurando investigar sobre a questão da historiografia a respeito do banditismo social no Nordeste do Brasil, centrou o seu foco de estudos em anos posteriores ao período da Guerra do Paraguai, mais especificamente no trabalho de Gustavo Barroso, onde buscou observar quais eram as principais fontes de influência historiográfica do historiador brasileiro. O que é interessante observar é como o banditismo por vezes foi confundido com as práticas violentas de sobrevivência e resistência no sertão e como esta vai se manter presente continuamente no interior do Brasil ao longo do século XX.<sup>503</sup>

Em junho daquele ano de 1865 era possível encontrar até oficiais superiores desertando. Na vila de Marvão, com os ânimos da população exaltados, o Comandante Superior da Guarda Nacional mandou prender o tenente coronel Avelino Rodrigues Macedo

<sup>500</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 226 ofícios de 05/06/1865 e 30/06/1865.

<sup>501</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 07/04/1865.

<sup>502</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 20/04/1865.

<sup>503</sup> FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o Cangaceirismo. *História e Perspectivas*, Uberlândia (29 e 30): 159-176, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia. Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História.

“[...] porque não atendeu a convocação da Guarda Nacional. Este conseguiu escapar e juntar-se ao seu irmão, o capitão José Rodrigues de Macedo, e vem à sede municipal, onde desacatam autoridades. São couteiros de homens aptos para a campanha.”.<sup>504</sup> Eram membros do partido conservador que tratavam de esquivar-se da convocação e para além disso davam cobertura aos que possuíam vínculos de amizade e proteção caracterizados pelo apadrinhamento ou simplesmente dar proteção àqueles que queriam fugir à convocação. Ao darem cobertura a esses homens minava-se a campanha desencadeada pelos liberais.

Tais proteções eram consideradas não apenas escandalosas, e abalavam não somente o interior do Piauí, mas a própria área da cidade de Teresina, o que era agravado pela dificuldade em ter que procurar os guardas nacionais que desertavam, pois a maioria dos homens do corpo de polícia havia embarcado, e os da Guarda Nacional que não estavam no serviço das escoltas de outros guardas do interior, estavam sendo convocados para formar o corpo de guardas nacionais que seria enviado a guerra. O tenente Domingos Honório de França, comunicou certa vez ao Presidente Dória que,

[...] Verificando-se problemas de fugas para as matas na região do município, [de Teresina] além desses problemas não possuem recursos de homens para fazerem diligências aos desertores, e que muitos guardas designados estão trabalhando nas fazendas e sítios de militares, como do capitão Domingos Gonçalves Pereira que estão dando-os proteção, do quartel do comando do 2º Batalhão de Teresina.<sup>505</sup>

Havia casos também de militares com patente menor que davam cobertura a guardas nacionais fugitivos, tal como informou ao presidente da Província, o comandante superior da Guarda Nacional em Jaicós, Raimundo José Carvalho, que respondia interinamente ao comando, segundo ele, “O tenente Demetrio da Silva Souza [...] da proteção aos desertores de nome: Joaquim José Oliveira e Claro José Teixeira.”.<sup>506</sup>

Por volta do mês de julho de 1865, o Conselheiro Jose Antonio Saraiva, que respondia naquele período pela pasta dos Negócios da Guerra, enviou uma correspondência ao Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, que ocupava a pasta da Justiça, e preocupado com os rumos da guerra, escreveu sobre a necessidade cada vez maior de homens para compor o exército de campanha, nesse caso os da Guarda Nacional,

Não tendo cessado ainda a necessidade de augmentar a força de nosso Exército de operações, e sendo por outro lado da maior urgência completar o Exército do Rio

<sup>504</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 629 ofício de 06/06/1865.

<sup>505</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Domingos Honório de França a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 12/10/1865. n° 77. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>506</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865.. Ofício de Raimundo José de Carvalho a Franklin Américo de Meneses Dória. Jaicós, 21/09/1865. n° 276. Guerra do Paraguai, Vol. I. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Grande do Sul, para habilita-lo á expellir os Paraguayos, e entrar também em operações de guerra contra o inimigo fora do território do Império, tenho por muito conveniente reiterar á V.<sup>a</sup>. Ex.<sup>a</sup>. o pedido feito por este Ministério para que venhão para a Corte, com maior celeridade, os contingentes da Guarda Nacional. [...] <sup>507</sup>

Saraiva procurava alertar Nabuco de Araújo para que os contingentes da Guarda Nacional que haviam sido solicitados às províncias se apresentassem o quanto antes. A intenção de deter o exército paraguaio era o que mais urgia, porém a decisão por invadir o Paraguai praticamente era questão fechada, contudo dependeria do esforço muito maior no fornecimento de homens.

A vitória brasileira na campanha do Uruguai e o fracasso da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul acarretariam uma escalada de mobilização de difícil previsão, mas os desdobramentos do que viria pela frente, dependeria de muitos soldados.

Saraiva expôs então a sua preocupação maior quanto ao resultado dos futuros embates do Brasil no Prata. Obviamente, se pretendiam invadir o Paraguai seria necessária uma quantidade substancial de homens que somente seria conseguida caso houvesse o desencadeamento em conjunto, da ampla campanha de mobilização nacional, construída em cima dos voluntários da pátria, que já estava em voga, mas ao mesmo tempo essa idéia estaria agregada à mobilização da Guarda Nacional, destacada para operações de guerra, e, por fim, a mais cruel e real prática, a reativação do recrutamento indiscriminado. Para tanto Saraiva expôs que,

Com quanto tenha toda a esperança de que surtão bom effeito as providencias adoptadas por V. Ex.<sup>a</sup> n'aquelle sentido, tenho ainda por indispensável pedir á V. Ex.<sup>a</sup> que mande pela Policia e pelos próprios Commandantes da Guarda Nacional, activar o recrutamento afim de que não nos vejamos embaraçados se porventura não chegarem a tempo os referidos contingentes. [...] <sup>508</sup>

Uma situação de certo modo paradoxal, pois apenas a alguns meses o visconde de Camamu praticamente dava-se por satisfeito com a quantidade de voluntários que haviam se apresentado. Naqueles tempos a quantidade de homens seria sempre relativa, ou por conta da supervalorização da quantidade de voluntários que havia se apresentado, ou pela dispensa dos que haviam passado por exames médicos, ou pela perda de homens no deslocamento até o sul e, nesse ínterim, deve-se levar em consideração duas coisas: os que desertaram por avaliarem que não haviam feito a escolha ideal, ou fingiram-se doentes após se arrependem ou os que simplesmente adoeceram de fato. Seja como for, houve uma situação de rápida transição. De

<sup>507</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Ministério dos Negócios da Justiça. Ofício nº 34 da 1ª Diretoria Geral, 1ª Secção do Ministério dos Negócios da Guerra, de José Antonio Saraiva a José Thomaz Nabuco de Araújo de 21/07/1865. Lata 372, pasta 19. Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>508</sup> Ibid.

uma hora para outra a quantidade de 10 mil homens apontada por Camamu em seu relatório há poucos meses antes não mais existia,<sup>509</sup> e agora não apenas os voluntários, mas os recrutáveis e principalmente a guarda nacional eram necessários.

Porém, uma consideração importante deve ser observada, e já se circunscrevia dentro das forças armadas, num princípio que visava à doutrinação da força. A instituição procurava trabalhar os corações e mentes dos soldados, lançando conclamações no seio das tropas, um dos grandes oficiais gerais que sempre lançava proclamações era Manuel Luiz Osório o mais popular dos generais do Exército Imperial naquela época. Estereotipo completo e ideal de soldado cidadão, de hábitos simples, circulava sempre entre os combatentes, era tido como um pai pelas tropas, em um trecho dos vários manifestos que lançou podia se ler,

**PROCLAMAÇÃO.  
SOLDADOS DO EXÉRCITO IMPERIAL.**

Soldados e Compatriotas ! Tenho presenciado a vossa Constancia nos soffrimentos, a vossa serenidade nas privações. Tendes dado os mais bellos exemplos de dedicação pela pátria, a cujo appello correspondestes entusiasticamente, vindo dos pontos os mais remotos de todas as províncias do Imperio juntar-vos aqui em torno do pendão Nacional. Aproveito este solemne momento para agardacer-vos, em nome do Brasil e do Governo de S. M. O imperador. [...]

O nosso caminho está alli defronte ! [...]

Avante, soldados !

Viva a nossa Santa Religião !

Viva a Nação Brasileira !

Viva S. M. O Imperador !

Viva os Exércitos Alliados !

*Manoel Luiz Ozório.*<sup>510</sup>

Tais proclamações eram distribuídas aos montes aos soldados, e tinham por missão inculcar a idéia de coesão, ao mesmo tempo em que seria uma justificativa da certeza de que eles estavam ali com a sagrada missão de vingar a honra ultrajada do País e libertar o Paraguai do “inimigo cruel”.

No Piauí, após o embarque do 2º Corpo de Voluntários, a formação do 3º Corpo seria uma das tarefas mais difíceis que a administração Dória passaria. Havia até então um pouco de entusiasmo por parte da população, tanto na capital como no interior, ainda surgiam voluntários, não com tanto afluxo como nos primeiros meses de 1865. Porém, desde que foi oficialmente convocada, a Guarda Nacional na Província do Piauí já estava em franco processo de desarticulação institucional, com o agravamento da situação no sul do Império. O Governo Provincial não viu outra solução e teve que empregar a força para completar os

<sup>509</sup> Cf: BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

<sup>510</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Proclamação aos Soldados do Exército Imperial por Manoel Luiz Ozorio, Rio de Janeiro: Typographia do Exército – Imp. Por L.C.Q. Guimaraes, S/D. Lata 448. Doc 40. Coleção Barão de São Borja. IHGB. Rio de Janeiro.

efetivos que o Governo Imperial exigia, atuando de forma enérgica para incorporar os guardas nacionais destacados.

Nos jornais, e muito particularmente o periódico *A Imprensa*, sempre apoiando a administração Dória, fez soar o alarme de que nada estava indo bem quanto à apresentação dos guardas nacionais que haviam sido designados, e àquela altura, também quase não se apresentavam mais tantos guardas nacionais como voluntários. O redator do jornal tratou de conclamar a todos os guardas num apelo frenético, lembrando inclusive aos leitores das obrigações daquela instituição com a sociedade,

O Piauí tem feito muito, é verdade, mas não fez ainda tudo quanto pode fazer. A Guarda Nacional ainda não foi cumprir a sua augusta missão. Uma companhia apenas seguiu para o teatro de guerra. A' Guarda Nacional, pois cabe ir quanto antes cumprir o seu dever, consignado na lei de sua instituição. A ninguém é dado recuar na hora do perigo. A Guarda Nacional cometeria um crime se fugisse ao cumprimento de seus sagrados deveres. Eia, briosa milícia piauiense, ide reunir-vos aos vossos irmãos que já lá foram, ide colher com eles os louros da vitória que é certa, porque combatareis por uma causa santa.<sup>511</sup>

O redator do jornal lembrou ainda das providências que Dória estava tomando a respeito do problema, ao afirmar que, “S. Excia. o Sr. Presidente da Província acaba de expedir novas instruções acerca da reunião e remessa dos contingentes que devem formar os corpos destacados, na forma das ordens do Governo Imperial.”<sup>512</sup>

E por fim, conclamava “Quando a pátria está em perigo todos os sacrifícios estão aquém do que se deve a ela. Todos que estão em caso de pegar em armas devem marchar, não haja contemplações, nem distinções. Todos são cidadãos brasileiros.”<sup>513</sup> Um belo discurso para um quadro completamente diferente.

O presidente Franklin Dória havia escrito uma série de cartas a algumas pessoas consideradas “influentes”, da boa sociedade, pedindo que “secundassem” os esforços dos comandantes da Guarda Nacional no Interior. Apesar da atuação de Dória e do imenso prestígio, não mais conseguiu obter sucesso, nem na campanha patriótica, pois ainda se trabalhou no sentido de convencer guardas nacionais a se alistarem como voluntários, enviando inclusive aos comandos superiores cópias do decreto 3.371 e dos benefícios que ele oferecia. Nem tampouco na designação dos soldados, uma vez que seriam enquadrados na obrigatoriedade da lei. E por fim, nem com a emissão do decreto nº 3.505, de 04 de agosto de 1865, que equiparava os Corpos Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria, em que se pretendia com isso proporcionar “[...] a Guarda nacional todos os meios

<sup>511</sup> *A Imprensa*, p. 1, numero s/n, 16/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>512</sup> *Ibid.*

<sup>513</sup> *Ibid.*

de mostrar o seu patriotismo, e prestar na defeza do Paíz invadido pelo estrangeiro, [...]” Tanto que em seu artigo único previa que. “Os Corpos da Guarda Nacional que, com a organização atual, com seus oficiais e praças, voluntariamente se apresentarem para o serviço de Guerra serão equiparados aos Corpos de Voluntários e gozarão de todas as vantagens que a estes se concederem.”.<sup>514</sup>

A idéia de constituir Corpos Voluntários de Guardas Nacionais é muito provável que decorresse de uma tentativa de dar a instituição um caráter mais particular; que elevasse seus membros a um status de grande responsabilidade na participação do Conflito, sem contudo deixar de gozar dos benefícios oferecidos pelo decreto 3.371. A valorização dessa tropa por um chamariz beneficente qualquer, como decreto, seria um recurso melhor do que simplesmente convocar homens que já tinham grande aversão, só ao fato de ter que se apresentar a cada seis meses para uma revista.

De Piracuruca, o Comandante Superior da Guarda Nacional daquela vila, respondeu ao presidente da província sobre sua solicitação, informando que mediante a influência que exercia entre os seus agregados e vizinhos, faria “[...] por conseguir o maior número que for possível de voluntários da pátria [...]”.<sup>515</sup> E que envidaria todas as suas fracas forças a fim de ver se podia obter alguns voluntários de que daria oportunamente informação.<sup>516</sup>

Por outro lado, se o presidente da província sabia ou não da designação de guardas nacionais, soldados e oficiais, que eram ligados a adversários do seu partido é algo que também não fica muito claro, Dória era um homem de comportamento muito idôneo, talvez fizesse vista grossa, mas o certo é que levou com firmeza a missão de designar a Guarda Nacional, tal como previa a lei, e formar um novo Corpo que de voluntário só teve o nome.

Dória teve que endurecer o seu discurso, agindo de forma mais severa e menos retórica. As instruções de que discorria anteriormente o jornal *A Imprensa*, eram bem rigorosas, já falavam por exemplo em captura de Guardas Nacionais e que no deslocamento dos mesmos até a capital da Província fossem devidamente escoltados, e caso os comandantes dos batalhões destacados para a revista de guardas não cumprissem devidamente as ordens para seleção das tropas, estariam sujeitos a cumprir penalidades cabíveis às leis da Guarda Nacional.

<sup>514</sup> BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro código (cópia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional, as províncias do Império. Decreto 3.505 de Equiparação dos Corpos de Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria. Lata 314 Pasta 01, Coleção Marquês de Paranaguá. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>515</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Guerra do Paraguai, Vol I. Carta de Domingos de Brito Passos a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 24/03/1865. p. 15. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>516</sup> Ibid.

Além de enviar essas instruções aos comandos superiores, elas mesmas foram publicadas pelo jornal *A Imprensa* em edição do dia 09 de setembro, eram enumeradas e dessas instruções as mais duras prescrições previam que,

2º) Os comandantes de Corpos, ouvidos sempre que possível os Comandantes de Companhia, designarão em cada uma delas 5 Guardas Nacionais, os quais os mesmos Comandantes ficarão obrigados a apresentar aos Comandantes de Corpos no dia que por estes lhes for prefixado. Para este fim procederão com toda a energia e atividade à captura dos Guardas Nacionais de sua Companhia designados que se ocultarem ou por qualquer meio se esquivarem a destacar, empregando em semelhante captura o numero suficiente de Guardas Nacionais seus Comandados.  
517

Outras instruções previam no entanto que, “ 3º) Serão aceitos, com as mesmas vantagens concedidas pelo decreto 3.371, de janeiro deste ano, aos Voluntários da Pátria, os Guardas Nacionais que voluntariamente se prestarem a marchar para a guerra. Decreto nº 3.505, de 4 de agosto ultimo.”<sup>518</sup> Tal determinação servia de atenuante à convocação da Guarda Nacional, pelo decreto 3.383, pois possibilitava a inserção dos guardas a categoria de voluntário da pátria.

As demais instruções, (4º e o 5º) eram determinações que tratavam sobre a situação de aquartelamento da tropa, enquanto não a remetesse inteira para a capital, e que aguardasse em seu município o momento de chamada. Era também sobre as providencias a fim do melhor deslocamento para a capital, no caso, o caminho mais curto, a proporção de quantos seriam remetidos, que nunca devia ser menos de 20 soldados, sobre a responsabilidade com as escoltas para o deslocamento desses homens.

A 6º instrução tratava sobre a responsabilidade das despesas e dos vencimentos dos guardas nacionais destacados, que seriam “[...] pagos pelas Coletorias gerais dos municípios, contando-se a etapa na razão de 590 reis diários [...]”. Instruía ainda que caso o município não tivesse Coletoria ou que se esta existisse, não houvesse dinheiro, os Comandantes Superiores e Comandantes de Corpos ficariam, “[...] autorizados a contrair empréstimos de quantias que forem indispensáveis para as despesas em questão, declarando-se o Governo Responsável por tais empréstimos e obrigando-o a solvê-los com prontidão.”<sup>519</sup>

A 7º instrução, tratava da punição aos oficiais que se recusassem a realizar o que determinava a 2º instrução, onde devia ser observado o nome dos Comandantes de Corpo que haviam deixado de cumprir pontualmente com a obrigação imposta pela referida instrução. Indicava que ao serem suspensos pela Presidência, por tempo indeterminado, ainda sofreriam

<sup>517</sup> *A Imprensa*, p. n/p , numero s/n, 09/09/1865, Seção de Periódicos Microfilmados, BN. Rio de Janeiro.

<sup>518</sup> *Ibid.*

<sup>519</sup> *Ibid.*



com as “[...] penas do artigo 100 da lei nº 602. Decreto 3.506, art. 4º.”. A instrução indicava ainda que os mesmos seriam prontamente substituídos, por nomeação da Presidência, por outros oficiais comandantes.

A 8º Instrução tratava do prazo de apresentação na capital, Teresina, dos contingentes arregimentados no interior. A instrução levava em consideração a distância de alguns municípios. Assim era de 02 meses e meio, contados a partir da data de emissão da instrução, “[...] aos Comandos Superiores da Província, exceto os de Jaicós e de Paranaguá, para os quais o prazo é de três meses e meio, sob pena de serem suspensos pela Presidência por tempo indeterminado os referidos Comandantes Superiores [...]”. Levava em consideração também a responsabilidade compartilhada entre os Comandantes Superiores e Comandantes de Corpo, a fim de que reunissem, em tempo hábil, ou seja, com antecedência os Guardas designados de seus batalhões.

E, por fim, a 9º Instrução que tratava sobre a situação de insubordinação completa da Guarda Nacional “[...] se ela não quizer prestar ao serviço da guerra, será ela suspensa na forma do art. 5º, da lei de 19 de setembro de 1850, por esta presidência, que proporá ao Governo Imperial sua dissolução em face do art. 4º da mesma lei. Decreto 3.506.”<sup>520</sup> As instruções foram assinadas em 01 de setembro daquele ano, pelo Presidente Franklin Dória.

Ao longo daquele segundo semestre de 1865, chegaram muitos ofícios do Interior do Piauí com notícias nada agradáveis ao Presidente da Província, que em Teresina tentava com muita dificuldade organizar um 3º Corpo de Voluntários da Pátria.

Em princípio de agosto daquele ano, de Barras, o Comandante Superior da Guarda Nacional daquela vila escreveu que, [...] os designados vivem acoutados nos matos, e que no povoado Lembrança o fazendeiro José Maria Fernandes Bacelar, à frente de homens armados, arrebatou recrutas à escolta, e em Buritizinho, outro povoado, Brigido Damasceno e outros se opõem a uma diligência que buscava prender um guarda nacional e declaram à patrulha perseguidora que morreriam seus componentes se não desistissem da empresa.<sup>521</sup>

O Comandante da Guarda Nacional, sediada na vila de Jerumenha, informou naquele mesmo mês de agosto ao Presidente Dória que,

[...] a despeito dos esforços empregados, apresentaram-se apenas 10 [guardas], recorrendo todos os mais à fuga, apoderados do pânico terror de que se acham possuídos os seus ânimos pelos boatos de guerra que a respeito do procedimento

---

<sup>520</sup> Ibid.

<sup>521</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 628 ofício de 06/08/1865.

dos paraguaios propalam com feias cores, terror este que se tem desenvolvido não só nesta Província como nas comarcas da Província Vizinha.<sup>522</sup>

No início de setembro, o tenente coronel Francisco Miranda Osório, de Parnaíba enviou ofício ao Presidente Dória, denunciando sobre a resistência armada que havia surgido naquela cidade, pois segundo o mesmo, uma escolta de recrutamento havia se defrontado com um grupo armado que resistiu à prisão dum recruta. Informou ainda que efetuando outras prisões, um inspetor de quartirão, conseguiu arrebatar um dos apreendidos.<sup>523</sup>

Alguns comandantes procuraram acalmar os ânimos do Presidente, tal como o Coronel Luiz Carlos de Saboya Junior, da vila de Independência em 04 de outubro de 1865, reafirmando “[...] que, d’ora em diante, vou empregar todos os esforços para remmeter a V.Ex<sup>a</sup> todo e qualquer voluntário que possa seduzir para marchar para o sul do nofso Império.”.<sup>524</sup>

Naquele mesmo mês, Candido Muniz, um membro da “boa sociedade” da cidade Valença, e uma das pessoas de confiança a quem Doria havia escrito, respondeu ao Presidente afirmando que, estava “[...] fazendo o possível para ajudar e que muitos de seus vaqueiros estão sendo designados restando poucos para ajudar nos afazeres da fazenda e afirma ainda, que muitos solteiros estão sendo protegidos pelo comandante superior e seus amigos em suas fazendas e sítios.”.<sup>525</sup>

Ainda no mês de setembro, por meio de uma portaria do dia 14, Franklin Dória seguindo uma orientação do Ministério dos Negócios da Justiça, resolveu dividir a província em distritos militares, cinco ao todo. Para cada distrito nomeou um chefe de sua inteira confiança e com total liberdade para atuação no território que estivesse sob sua jurisdição.<sup>526</sup>

Dória havia perdido completamente a confiança nos comandantes locais da Guarda Nacional por causa das vinculações naturais dos mesmos aos seus interesses particulares, de

---

<sup>522</sup> OFÍCIOS de comandantes dos comandos superiores da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício do Comandante do Comando Superior da Guarda Nacional de Jerumenha a Franklin Américo de Meneses Dória de n/d ano 1865. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>523</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 626 ofício de 12/09/1865.

<sup>524</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Luiz Carlos de Saboya Junior a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 04/10/1865. Guerra do Paraguai, Vol. II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>525</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Candido Muniz a Franklin Américo de Meneses Dória. Valença, 28/09/1865. n° 291. Guerra do Paraguai, Vol. I Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>526</sup> PORTARIA do Presidente da Província/Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província, de 14/09/1865 (Copia) Palácio do Governo do Piauhy. APEPI, Teresina.

parentesco, de amizade e de apadrinhamento político e de influências nas suas vilas e cidades, exercendo uma autoridade quase inabalável.<sup>527</sup>

Os cinco distritos militares ficaram assim organizados:

Distrito	Municípios
1º	Parnaíba, Pedro II, Piracuruca, Barras, Campo Maior, União
2º	Valença, Marvão, Príncipe Imperial, Independência
3º	Oeiras, Picos, Jaicós, São Raimundo Nonato
4º	São Gonçalo, Jerumenha
5º	Bom Jesus do Gurguéia e Paranaguá

---

Tab. 2. Fonte: PORTARIA do Presidente da Província/Comandantes superiores da Guarda Nacional da Província, de 14/09/1865 (Cópia) Palácio do Governo do Piauí. APEPI, Teresina.

A zonas de alistamento e designação de guardas nacionais compreendiam todo o entorno das sedes municipais, atingindo o interior de forma a cobrir os mais diversos distritos. Com essa medida, o Presidente Dória, estabelecia um padrão ao recrutamento forçado, dando-lhe status de organização puramente militar. Com a fuga crescente muitos guardas acabavam se escondendo para além do mato, sob a proteção dos chefes políticos, que facilitavam abertamente a fuga e davam abrigo em suas propriedades.

Em Oeiras, a 16 de outubro, o 2º sargento da Guarda Nacional, Justino Ferreira Barbosa, foi procurado para ser avisado de sua designação pelo guarda nacional Joaquim Carlos. Não sendo encontrado, teve decretado a sua prisão por deserção pelo comandante da Guarda Nacional de Oeiras.<sup>528</sup>

Este caso é interessante, visto que o sargento foi posteriormente capturado, e sem compreender as causas de sua prisão ele também escreveu a Dória reclamando que se

---

<sup>527</sup> Sobre “razões internas” que justificam a dominação ver: WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*, São Paulo: Martin Claret. 2004, p. 61.

<sup>528</sup> OFÍCIOS de comandantes da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Roque José da Costa a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 16/10/1865, nº 56. Guerra do Paraguai, Vol. III. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

considerava injustiçado, segundo ele, “[...] sua prisão foi um ato vexatório por ser tratado como desertor [...]”, Justino tratou de explicar que havia sido preso injustamente inclusive mostrava os motivos, “[...] primeiro que os editais de publicação dos designados eram feitos apenas pregando na porta da igreja matriz e não pela cidade toda, e segundo que ele vive mais na roça, no interior e poucas vezes vai a cidade [...]”, portanto devido a isso ele havia sido “[...] preso como desertor e ainda foi rebaixado de posto, querendo seu posto de volta e seguir para a guerra.”<sup>529</sup>

No entanto, situações como essa, que foram muito comuns durante o conflito, tiveram o seu ponto inicial exatamente no segundo semestre de 1865, em decorrência da ação mais enérgica dos presidentes de província que, diante da cobrança excessiva do governo imperial, ordenou o recrutamento indiscriminado de miseráveis a guardas nacionais, demonstrando com isso o fracasso completo da campanha patriótica desencadeada entre fins de 1864 e início de 1865.

Em fins de 1865, as patrulhas encarregadas de capturar desertores estavam em ação, sob o comando dos chefes militares escolhidos por Dória. A violência rapidamente se espalhou pelo interior do Piauí, os fugitivos quando capturados eram algemados e, sob escolta, trazidos a Teresina, mas também tornou-se muito comum as escoltas serem atacadas, no caminho, por bandos armados a serviço dos chefes opositores ao partido liberal. Tais chefes muitas vezes acabavam fatalmente sendo denunciados, presos e severamente punidos com processo.

Na época, um outro problema grave estava ocorrendo no interior da Província e que já era motivo de preocupação desde a saída de tropas, em 1865, pois ao estourar a guerra do Paraguai, atendendo à convocação do decreto dos corpos de voluntários, e ao decreto de convocação de corpos destacados da Guarda Nacional, houve um esvaziamento significativo do destacamento de guardas nacionais no interior, e esta dividia com o Corpo de Polícia as funções de policiamento, uma vez que até então esta última não havia sido interiorizada.

Em outubro, a câmara municipal de União informou ao Presidente Franklin Dória que uma “[...] terrível crise ameaça a tranquilidade pública, a propriedade individual, porque os povos temem que a guarda nacional seja mandada para a campanha, enquanto os recalcitrantes se assanham e se predispõem para a subversão [...]”. Além de que os mesmos,

---

<sup>529</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Carta de Justino Ferreira Barbosa a Franklin Américo de Meneses Dória. Oeiras, 16/10/1865. Guerra do Paraguai, Vol. III. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

“[...] Entranham-se no mato, formam clubes, provocam desordens, perpetram roubos. Há receios de que esses gênios selvagéticos reproduzam cismas de horror e ferocidade.”<sup>530</sup>

O Comandante superior na Vila de São Gonçalo do Amarante, informou a Dória sobre os últimos acontecimentos a respeito da captura de guardas nacionais designados que haviam fugido, alguns foram descobertos em fazendas de Militares da Guarda Nacional segundo o mesmo, “[...]Alguns fugirão com a ajuda de um escravo que avistou as escoltas, pois estavam sendo protegidos nas fazendas de alguns capitães, muitos deles atravessaram o rio Parnaíba procurando Refúgio no Maranhão, sendo feitas diligências para capturá-los.”<sup>531</sup>

A saída de tropas vinha acontecendo desde janeiro de 1865 e as unidades de 1ª Linha do Exército, e do Corpo de Polícia já haviam embarcado rumo ao Paraguai. Os dois outros Corpos, o 1º e o 2º, também já haviam embarcado. O deslocamento de tais unidades deve ter começado a preocupar seriamente o Presidente da Província por conta da segurança pública até a suspensão completa do envio de homens, por volta de 1869, o governo provincial do Piauí enviou ao Paraguai a quantidade de mais de 3.000 homens.

Fica muito claro que os temores com a possibilidade de problemas econômicos e de segurança que o Piauí enfrentou durante a fase de recrutamento para a Guerra do Paraguai e durante todo o conflito estão intimamente ligados a característica da própria sociedade brasileira de então: tradicional e escravocrata.

No Piauí já haviam ocorrido alguns fatos que, de certa forma, criavam um clima de medo junto à população, pois corriam boatos sobre “[...] um grupo de acoutados que, em busca de alimento, assaltam pretos escravos que por sua vez propalam que provocarão desordens logo após a saída da Guarda Nacional [...]” por conta disso na vila de União tomou-se “[...] precauções, proibindo a venda de pólvora.”<sup>532</sup> No entanto, o presidente da Província parecia não acreditar que deveria arrebentar uma rebelião.

De outra forma, a lembrança da Balaiada gerava um temor popular muito grande e a guerra do Paraguai, nesse sentido, preocupava muito aos fazendeiros do interior, pois acreditavam na possibilidade de acontecerem levantes de toda a ordem em razão da saída dos homens da Guarda Nacional que faziam a segurança da Província.

<sup>530</sup> OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 639 ofício de 09/10/1865.

<sup>531</sup> CORRESPONDÊNCIAS de militares da Guarda Nacional/Presidente da Província, 1865. Ofício de Teotônio de Sousa Mendes a Franklin Américo de Meneses Dória. São Gonçalo do Amarante, 07/11/1865. p. 149. Guerra do Paraguai, Vol II. Seção de Códices, APEPI, Teresina.

<sup>532</sup> OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 639 ofício de 09/10/1865.

No desespero para fugir às designações, muitos guardas nacionais acabavam alegando que eram casados o que, por lei, os isentava de seguirem para a guerra. O Comandante superior da Guarda Nacional da Guarda Nacional de Picos enviou ofício a presidência informando sobre o que estava ocorrendo no interior daquela região do centro sul do Piauí, afirmando que estava encontrando problemas, “Devido às dificuldades em formar voluntários para a guerra até [para] forçar quem não queria. Havia ainda [o problema de] algumas proteções a alguns cidadãos, como por exemplo, os que tinham sobrinhos e irmãos [destacados] [...]”.<sup>533</sup> Alem dos [...] que casavam após serem designados [...].<sup>534</sup>

O problema de fuga da designação era agravado por uma brecha da própria lei da Guarda Nacional, que limitava exatamente a designação daqueles que fossem casados e que tivessem inclusive filhos, segundo Doratioto, “Mais tarde, Junqueira o ministro da Guerra, afirmou que muitos jovens, para não serem enviados ao Paraguai, casaram-se com mulheres que tinham o dobro de sua idade.”.<sup>535</sup>

Alguns guardas que eram designados, persistiam insistentemente para tentar provar que eram casados, e que portanto não se enquadravam na situação de alistamento. Algumas dessas situações eram resolvidas nas instâncias dos próprios comandos superiores, tal como aconteceu em Piracuruca. Um interessante diálogo foi estabelecido em outubro de 1865 entre o Comandante superior da Guarda Nacional daquele distrito, o coronel João Martiniano Fontenelles e um dos oficiais responsáveis pelo conselho de qualificação. O comandante superior estava cobrando explicação a respeito da designação de dois guardas nacionais designados que simplesmente não se enquadravam no padrão de designação. Nesse aspecto, pelo menos os Guardas Nacionais Raimundo dos Santos e Manuel Francisco Lopes, que haviam sido designados, teriam muito que comemorar, pois conseguiram se livrar da designação e de seguirem para o sul, alegando a condição de casados e com esposa para sustentar, provando o primeiro inclusive que era pai de 1 filho.<sup>536</sup>

Houve considerável persistência com tais problemas, tanto que no decorrer dos anos seguintes, alguns guardas que não haviam conseguido provar a sua situação de casado, ao chegarem ao Rio de Janeiro, buscavam desesperadamente o Ministério dos Negócios da Guerra afim de provar a sua condição.

<sup>533</sup> OFÍCIOS de autoridades das diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 639 ofício de 09/10/1865./

<sup>534</sup> Ibid.

<sup>535</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 265.

<sup>536</sup> OFÍCIOS de comandantes da Guarda Nacional/Oficiais da Guarda Nacional, 1865. Ofício de João Martiniano Fontenelles ao Comandante dos 6ª e 8ª Companhia. Piracuruca, 05/10/1865. Guerra do Paraguai, Vol II.Seção de Códices, APEPI, Teresina.

Em março de 1868, o ministério dos negócios da guerra cobrava ao presidente da Província uma explicação sobre o que estava acontecendo. Um desses casos era de um soldado chamado “[...] Jose Manoel Pereira, da villa de Campo Maior, nessa província [que alegando] ser cazado com Maria Rosa e ter quatro filhos [...]” solicitava dispensa, a cobrança do Ministério era no sentido de que fosse informada, a secretaria “[...] o que ocorre a cerca de tal alegação.”.<sup>537</sup>

Outros de fato apresentavam problemas de saúde e tinham que ser dispensados, após apelarem ao próprio presidente da Província que, por meio de ofício, comunicava ao comandante superior da guarda nacional em que havia sido designado o Guarda, tal como aconteceu em Parnaíba, com o “[...] 1º Sargento Raimundo Dias da Silva Filho, por ter provado soffrer de moléstia grave, já foi elle dispensado do serviço da guerra [...]”<sup>538</sup> e segundo o comandante interino da Guarda Nacional em Parnaíba, Eleuterio Antonio Souza Braga, “[...] já foi elle dispensado do serviço da guerra e dei providencias para ser substituído por outro.”.<sup>539</sup> O coronel Eleutério não demoraria muito e seria protagonista de episódios julgados de má fé que ajudaria muito a desgastar a sua relação com o Presidente Franklin Dória. A dispensa do sargento Raimundo Dias já era um indício dos problemas que esse oficial enfrentaria junto ao governo provincial, onde para efetuar a dispensa de um militar doente foi necessária a intervenção do Presidente.

As doações provenientes de oficiais da Guarda Nacional que tomaram parte em escolta de membros dessa instituição para a capital também era comum e revela uma peculiaridade desse tipo de donativo. A possibilidade de dispensa dos escoltadores de também serem convocados para a guerra, caso não estivessem sob a proteção direta de algum potentado político do interior.

A doação feita pelo alferes Cassiano Faustino de Souza, da Guarda Nacional, é bastante revelador, Cassiano [...] ofereceu para as urgências do estado os vencimentos a que tinha direito [...] pois havia estado no [...] commando uma escolta que conduziu da Villa de

---

<sup>537</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Gabinete do Ministro. Circular de João da Cunha Lustosa Paranaguá a Burlamaque em 11/03/1868. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

<sup>538</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Gabinete do Ministro. Circular de João da Cunha Lustosa Paranaguá a Burlamaque em 11/03/1868. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina./

<sup>539</sup> Ibid.

São Gonçalo para a capital da Província [...] diversos Guardas Nacionaes Expedicionários.<sup>540</sup>  
E esperava continuar nessa função, prestando bons serviços ao Estado.

Quando da fase de perseguição intensa, em 1866 foi oferecido por alguns membros da Guarda Nacional o serviço de agenciamento de voluntários, tal como fez João Fernandes de Moraes Junior, então major da Guarda Nacional<sup>541</sup>

As ofertas conjugadas de dinheiro e gêneros também era algo comum, como a feita pelo o tenente coronel Comandante do 23º Batalhão da Guarda Nacional da Villa de Batalha que “[...] ofereceu a quantia de 948\$120 e bem assim a importância dos gêneros que forneceu a 26 Guardas Nacionaes em 17 dias.”<sup>542</sup>

Por volta de outubro de 1865, já havia na capital da Província um contingente de mais de 200 guardas nacionais que haviam sido destacados, muitos procedentes dos municípios de Valença, Marvão, Paracuruca, Pedro Segundo, Campo Maior, União e Jerumenha. Encontravam-se aquartelados no quartel militar da cidade, para seguir viagem na primeira oportunidade, até a constituição do contingente do 3º Corpo. Já haviam partido para Parnaíba duas companhias de Guardas Nacionais, compunham uma subunidade como parte de um todo maior que aguardava a formação naquela cidade do restante do batalhão.

O Ministério dos Negócios da Guerra naquele mesmo mês de outubro, emitiu ao Presidente da Província um ofício informando sobre as providências que deveriam ser tomadas relativas à organização do Batalhão, segundo o qual deveriam ser despachados para a Côrte,

[...] os recrutas [guardas nacionais] que se apurarem e voluntários para os Corpos de 1ª Linha, depois de organizar-se [...] um corpo provisório de infantaria, o qual será fardado, armado e instruído, ficando no serviço da Guarnição da Capital, até ulterior deliberação do Governo Imperial.<sup>543</sup>

O grosso das tropas, representando o 1º Batalhão de Guardas Nacionais do Piauí, era então o 3º Corpo de Voluntários da Província do Piauí, e o futuro 55º Corpo de Voluntários da Pátria, estava sob o comando do tenente-coronel da Guarda Nacional Pacífico da Silva Castelo Branco.

<sup>540</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866. ANEXO- Relação dos donativos feitos ao Estado para as despesas da Guerra, Bem como para a aquisição de voluntários da pátria, desde janeiro de 1865 até esta data - Piauí., p. n/p.

<sup>541</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1866, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. ANEXO- Oferecimentos feitos ao Governo, Relação dos Oferecimentos feitos ao governo pra as urgências da guerra - Piauí., n/p.

<sup>542</sup> Ibid.

<sup>543</sup> MINISTÉRIO dos Negócios da Guerra. Ofício ao presidente da Província do Piauí, Ofício nº 621 de 21/10/1865, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.



O oficial escolhido por Dória para comandar a unidade, era proveniente de uma tradicional família do Piauí. Ele mesmo sendo um rico fazendeiro no Município de União, comandava na época o 30º Batalhão da Guarda Nacional daquela vila localizada no vale do Parnaíba, segundo consta, estava muito satisfeito por haver sido escolhido para comandar o corpo.

Foi também determinado qual tipo de oficiais seriam nomeados para formar o quadro de comando do Corpo, segundo o Ministério determinava, “Para o referido Corpo provisório serão nomeados os officiaez de 1ª linha que este ministério designar completando-se os que faltarem com officiaez da Guarda Nacional nomeados por essa Presidência, e com os da commissão que ainda ahi estiverem.”<sup>544</sup>

A designação dos oficiais para o serviço nos corpos destacados era feita pelo governo, ou pelos presidentes de Província, que poderiam escolher dentre os componentes da Guarda Nacional – ainda que não pertencesse ao mesmo corpo para o qual fosse destacado – ou os oficiais do exército; com o início da organização dos primeiros corpos destacados, passaram a ser preferidos como oficiais os da 1ª Linha.<sup>545</sup>

No início de novembro a situação no interior estava longe de encontrar-se em paz, as brigas políticas haviam chegado a um estado de tensão intolerável. Em São Gonçalo do Amarante, foi denunciada a ação de três fazendeiros de nome Marcolino, Gabriel e João Barbosa Ribeiro, segundo o coronel Teotônio de Sousa Mendes, chefe do partido liberal, escreveu ao Presidente Franklin Dória, havia “[...] o escândalo de certos homens que se inculcam serem homens de bem, sem que o sejam [...]”.<sup>546</sup> Para o coronel eles acolhiam e defendiam em suas fazendas recrutas foragidos, e ainda segundo consta o primeiro dos denunciados havia sido por várias vezes deputado na Assembléia Legislativa.

Depois de muito custo para a sua formação, a tropa embarcou em Teresina a 17 de novembro de 1865, como de costume nos vapores da Companhia de Navegação Piauiense, *Conselheiro Paranaguá* e *Urussuí*, e na barca *Poty*, que deviam deixar no porto da cidade de Parnaíba. O contingente embarcado era de 18 oficiais e 243 soldados.

Antes do embarque a tropa ouviu uma missa na Igreja Matriz de nossa Senhora do Amparo, depois solenemente, o batalhão recebeu a bandeira nacional, estavam lá o Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória e todas as pessoas tidas como gradadas da

---

<sup>544</sup> Ibid.

<sup>545</sup> BERRANCE, Jeanne. A Guarda Nacional. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974, p. 295.

<sup>546</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 633 ofício de 07/11/1865.

cidade de Teresina, além de números populares. Dória no fundo sabia que não havia muita razão para longos discursos de exaltação, a partida do Corpo foi num tom muito mais lacônico que os demais.

No porto da cidade de Parnaíba, o batalhão embarcou no vapor *Tocantins*, que seguiu direto para a Cidade de Natal, capital da Província do Rio Grande do Norte, a fim de receber o contingente do 2º Batalhão de Voluntários daquela província que com os demais seguiriam para a Côrte.

Após o embarque do Batalhão, a província do Piauí continuou designando guardas nacionais e recrutando para o Exército. Não se organizou mais nenhum corpo ou batalhão, mas foram sendo enviados continuamente em quantidades variadas, soldados, de acordo com as solicitações do Ministério dos Negócios da Guerra e da Justiça. Tais contingentes preenchiam, as perdas de feridos ou mortos nos campos de batalha.

As cobranças para que fossem enviados mais efetivos continuaram por todo o ano de 1866 e 1867, o governo provincial desdobrava-se em manter a arregimentação de homens tal como demonstra a resposta do Presidente Franklin Dória ao Conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz, que exercia naquela ocasião a pasta dos Negócios da Guerra.

Tenho a honra de acusar o recebimento do aviso Circular expedido por V.Excia, em 18 de janeiro ultimo, pelo qual V.Excia., não obstante a recommendação feita na circular expedida em data de 10 do corrente, chama a minha atenção para a necessidade que temos de reforçar o nosso Exército em operação fora do Império, remetendo para essa Corte, com brevidade possível, toda a força que poder ser aqui organizada, ou por organizar conforme expede naquela circular.

Em resposta asseguro a V.Ex. que continuo a empregar os meus esforços afim de satisfazer as recommendações de V. Ex.<sup>a</sup>.<sup>547</sup>

Na administração de Adelino de Luna Freire, em 1866, que já havia sucedido José Manuel de Freitas, as solicitações do Ministério dos Negócios da Guerra continuavam a chegar e o presidente Adelino de Luna Freire, com toda paciência respondia, “[...] tenho tomado serias providencias para mandar novas forças para a guerra [...]”.<sup>548</sup>

Mas naqueles dias a corrupção também era lucrativa, quando exercida por autoridades militares sem muito escrúpulo. Segundo Chaves, quando a designação ainda estava confiada a Comandantes Superiores da Guarda Nacional, alguns haviam se corrompido de forma grave. Em Parnaíba, o Tenente Coronel Eleutério Antonio Soares Braga, oficial Chefe de Estado Maior, que assumia interinamente o comando superior no lugar do Coronel Francisco de Miranda Osório, aproveitou sua condição de chefe temporário e passou a negociar como os

<sup>547</sup> CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício nº 188 de 06/03/1866. SG/IG 132, AN, Rio de Janeiro.

<sup>548</sup> CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província/Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra. Ofício nº 28 de 12/10/1866. SG/IG 132, AN, Rio de Janeiro.

Guardas Nacionais capturados por suas patrulhas, recebendo dos mesmos, dinheiro para soltá-los.<sup>549</sup>

Entre os primeiros meses de 1865 até fins de 1869, de todas as partes da Província chegavam guardas nacionais designados, que se misturavam aos voluntários da pátria e recrutados para o Exército. Vindos do centro da província, cujo caminho seguia pelas velhas estradas a cavalo e, principalmente a pé, percorrendo grandes distâncias, acompanhados em sua maioria de outros guardas nacionais, designados não para a guerra, mas para entregar soldados por eles conduzidos até a Capital.

Era uma jornada pelo sertão excessivamente extenuante para os homens, o que mudava o cotidiano das estradas da Província e dos pequenos portos onde atracavam os vapores da Companhia de Navegação. Nas vilas, ao longo do rio havia uma relativa mobilidade. O vapor partia do sul passando pelo médio Parnaíba, vindo de São Gonçalo do Amarante, conduzindo levas de combatentes com destino à capital de sua província. Quando chegava a Teresina eram aquartelados, preparados e embarcados para seguirem até o norte da Província, para finalmente seguirem viagem para o Maranhão ou Ceará, a fim de serem transportados de lá para a Corte.

Algumas vilas do interior, como a antiga capital Oeiras tornaram-se ponto de convergência para aqueles que, saindo do sertão, se destinavam à capital da Província, a cidade de Teresina, na margem do Rio Parnaíba, centro de toda a mobilização para a Guerra do Paraguai. Era intenso o movimento de pessoas estacionadas temporariamente na cidade. Homens exaustos pela difícil viagem, que haviam percorrido estradas e caminhos que vinham de diferentes regiões da Província, do sertão, do semi-árido e do cerrado piauiense. As autoridades administrativas, homens de negócio, chefes militares, clérigos, os membros da “boa sociedade” e significativa parte da população ficavam encarregados de preparar a chegada e repouso desses homens, apenas o tempo suficiente para a partida do primeiro vapor. Improvisavam-se alojamentos em prédios públicos, cadeias, armazéns, igrejas, casas eram alugadas para acomodação de toda essa gente, apesar da ameaça da varíola que rondava Teresina e já assombrava outras cidades, estavam todos lá, abrigados à espera de seguir seus destinos.

Descortinava-se uma paisagem desconhecida para aqueles acostumados somente com a sua dura vida no sertão. As notícias da capital, sobre o que estava acontecendo, algumas vezes, eram breves relatos levados pelos caixeiros viajantes que percorriam os caminhos do

---

<sup>549</sup> CHAVES, Joaquim. O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos n° 4*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1971.

centro e do interior da Província em sua tarefa de transportar e comercializar mercadorias, passavam pelas vilas de Picos e Valença e pela antiga Capital Oeiras, indo ou vindo de Pernambuco, do Ceará ou da Bahia.

Os soldados que iam para a guerra estavam prestes a conhecer um mundo distinto. Situada à margem direita do rio Igaracu, em frente à ilha grande de Santa Isabel estava a cidade de Parnaíba. Considerada como cidade marítima, tinha seus portos nas baías de Tutóia e de Amarração e não se diferenciava muito dos demais portos espalhados pelo Império. Com a alfândega cerca de 10 léguas de Tutóia e 5 de Amarração, nas margens do rio, encontravam-se os galpões portuários, construídos em alvenaria de pedra e cal de conchas, onde fervilhava uma intensa atividade. Naquele porto, desde 1858, navios da Casa Inglesa,<sup>550</sup> ligavam Parnaíba a Inglaterra com o comércio de exportação e importação. Eram navios cargueiros da *Red Cross Line*. De lá também partiam os vapores com destino ao Norte e ao Sul do Império, levando passageiros e desembarcando, também, mercadorias com destino aos mais diferentes cantos da província do Piauí.

Em viagem tudo parecia novo: a chegada na capital da Província, a festividade com que eram recebidos e perplexos, observavam todo o acontecimento em seu entorno, tudo se modificava a cada instante, tal como nunca haviam visto antes. Eram soldados, guardas nacionais e ou voluntários, outrora vaqueiros, roceiros, pequenos agricultores vindos de todas as partes do Piauí e até de outras províncias que se mesclavam na cidade a outros tantos grupos de despossuídos ou pequenos trabalhadores urbanos, certos de seguirem viagem ao lado de estranhos, amigos, parentes que, em grupos, limitavam-se em dialogar somente com os seus.

Quando embarcados nos barcos, seguiam viagem ao lado de homens experientes do mar, acostumados a longas viagens sendo sabedores dos segredos que aqueles caminhos escondiam, Estes descreviam os sítios e lugares que iam aparecendo durante o trajeto para aqueles que, assustados e curiosos punham-se a escutá-los.

Subiam pelo litoral do Piauí, em direção ao golfão maranhense, quando não desciam a costa em direção ao litoral do Ceará revelando-lhes a imensidão de um mar desconhecido e de novas paisagens em torno de um imenso mar azul esverdeado e salgado.

O homem do sertão descobrira o mar e sua grandeza o impressionava. O mundo era maior do que imaginava e o tom esverdeado do litoral do Maranhão o tornava contemplativo,

---

<sup>550</sup> A Casa Inglesa – Empresa que existia em Liverpool – Inglaterra desde 1813, que tabalhava com o comercio de exportação e importação com filiais no Brasil nas cidades de Manaus, Belém, São Luis, Parnaíba, Fortaleza e Recife, estas porém funcionavam como firmas autônomas.

distraído do tempo difícil que ele nem imaginava que iriam enfrentar. Desembarcavam finalmente, se na cidade de São Luís, no cais da rampa do comércio.

A viagem para a corte não era tão fácil, principalmente por causa da distância e do tempo a ser percorrido. Abarrotados de soldados os vapores ofereciam uma difícil viagem até o Rio de Janeiro, e quando chegavam na Corte, ficavam aquartelados por alguns dias, em seguida rumavam para a cidade do Desterro capital da Província de Santa Catarina. O 2º Corpo de Voluntários, por exemplo, viajou de Teresina nos vapores *Urussui* e *Conselheiro Paranaguá* chegando quatro dias depois em Parnaíba, ficaram alguns dias aguardando transporte com destino a São Luís, capital da Província do Maranhão. Somente conseguiram embarcar em fins de agosto a bordo do vapor *Tocantins*.

De São Luís, sempre no vapor *Tocantins* rumaram para Recife, depois Salvador e finalmente o Rio de Janeiro, assim a tropa inteira chegou à Corte no início de setembro daquele ano, precisamente no dia 10 de setembro de 1865. Permaneceram por razoável tempo, por fim embarcaram no vapor *Jaguaribe* chegando à cidade do Desterro somente em 1 de outubro, partiram para o sul no dia 4 do mesmo mês.<sup>551</sup> Ainda no vapor *Jaguaribe*, passaram por Montevideu e subiram o rio Uruguai, não aportaram na cidade de Concórdia, pois ficaram encalhados na vazante daquele rio, e somente chegaram ao seu destino, a cidade de Paissandu no dia 20 de outubro de 1865.

#### 4.5 A questão escravista em uma situação belicista

Uma outra consideração é a preconizada pela inserção de escravos, assunto pertinente tratar aqui, por mostrar as dificuldades encontradas para organizar tropas para o exército, problema enfrentado desde o período da guerra de independência.

A guerra com o Paraguai trazia em seu bojo uma idéia extremamente alargada na época. Questão importante de ser observada, pois se refere à construção simbólica que foi atribuída ao Império. Como foi visto nos capítulos anteriores, para boa parte da sociedade, o Brasil era um país salvador que tinha a missão de civilizar o Paraguai, livrando-o das trevas.<sup>552</sup>

---

<sup>551</sup> BOITEUX, Lucas A. *Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1972, p. 177.

<sup>552</sup> Sobre o pensamento de um dos intelectuais do IHGB notadamente Vanhagem cujo desejo expresso de “Civilizar” o Paraguai e de anexá-lo ao Brasil como Província pode ver visto em WEHLING, Arno. *Estado, História e memória: Varnhagem e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Essa perspectiva era muito ressaltada por todos, quer fossem intelectuais, jornalistas e políticos, no entanto revelava ser um tremendo paradoxo, visto a tamanha contradição social que existia no Brasil. Após 1867, acabou comprometendo o próprio discurso de convocação da população ao alistamento voluntário. Assim, a idéia de cidadania em um estado escravista e a pretensão de civilizar um vizinho poderia parecer conflituosa.

Tal como nos afirma Salles, “A legalidade parlamentar do Império, sua capa civilizada, sua liberdade de imprensa e seus padrões políticos europeus não eram simplesmente para inglês ver, mas também para a própria classe dominante e os grupos sociais subalternos verem.”.<sup>553</sup> E ainda fazendo referência ao fato da incorporação de escravos no Exército afirma que: “Nesse sentido é que a presença do escravo como Voluntário da Pátria e Herói Nacional [...] contribui para minar a estrutura social escravista, ao ser uma manifestação da contradição entre estrutura político jurídica liberal do Império e sua base escravocrata.”.<sup>554</sup>

Ainda para Salles:

[...] a alforria do escravo combatente tinha dois lados: encobrir o fato de a civilização escravista fundar parte de sua glória dos campos de batalha num segmento da população não reconhecido como portador de seus padrões culturais e morais e, ao mesmo tempo, incorporar e atender um interesse imediato desses setores, a liberdade.<sup>555</sup>

E por fim, aponta que:

Nesse duplo movimento, havia o reconhecimento de uma contradição, de um conflito de interesses, sobre o qual se fundava todo o projeto de sociedade imperial, que tinha na instituição militar um desfecho oposto àquele que caracterizava a situação da massa da população escrava no conjunto da sociedade.<sup>556</sup>

Na verdade, a idéia de escravidão já intrínseca na sociedade brasileira desde a colônia, encontrou caminhos diferenciados para o seu reconhecimento institucional, independente do grande projeto nacional, tão elaborado a partir dos diversos organismos, como o IHGB, que visavam o reconhecimento de uma nação, “uma planta exótica nos trópicos”, segundo a afirmação de Salles a partir da observação de uma frase de Joaquim Nabuco.<sup>557</sup>

O seu reconhecimento institucional fora feito a parte da Carta Magna do Império, um dos primeiros indícios foi o Código Civil do Império, um instrumento, cujo redator, o jurista de tradição romana, Augusto Teixeira de Freitas, ao redigí-lo acabou por se

<sup>553</sup> SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 74.

<sup>554</sup> Ibid.

<sup>555</sup> Ibid. p. 75.

<sup>556</sup> Ibid.

<sup>557</sup> SALLES, Ricardo, *A Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 41.

deparar com uma realidade que teria que ser dissimulada; a questão da escravidão. Reconhecendo a tamanha mácula que representava para as instituições civis afirmou: “[...] Temos é verdade, a escravidão entre nós; mas, se esse mal é uma exceção, que lamentamos, condenado a extinguir-se em época mais ou menos remota [...].”<sup>558</sup>

Seja como for, a solução para o dilema de Teixeira de Freitas foi classificar tais leis à parte do Código Civil. Segundo o mesmo não eram muitas, mas teriam que ser dispostas para formar o chamado *Código Negro*.<sup>559</sup>

Se a legislação constitucional não mostrava nada diretamente sobre a escravidão, outras leis continham detalhes concernentes à questão.<sup>560</sup> Portanto, tais leis constituíam-se em organismos de apoio à afirmação do estado nacional escravista, onde quer que ela estivesse presente. Um grande exemplo disso eram os pareceres do Conselho de Estado.

Com a guerra do Paraguai, foi exatamente uma proposta do Conselho de Estado de fundamental importância para suprir a necessidade crescente de homens, visto a situação crítica em que se encontrava o Exército Imperial estacionado às margens do complexo de defesa paraguaio, e em decorrência à solicitação crescente do marquês de Caxias, para que fossem enviados mais homens, o governo imperial optou pela decisão de desapropriar escravos para serem alistados nas forças armadas, em particular no exército.

Segundo Jorge Prata, a decisão sobre a utilização dos escravos no exército só foi decidida graças a um parecer do Conselho de Estado do Império, pois teoricamente o conselho era uma instituição afastada das lutas partidárias, portanto isenta de decisões que fossem consideradas arbitrárias ou contrárias a interesses particulares.

Por agir mais próximo ao Imperador, foi uma instituição capaz de ter mais objetividade administrativa e, portanto, chegar ao resultado de que era melhor desapropriar escravos diante da carência de braços para defender o Império na guerra.

Estudos foram feitos e após o relatório apresentado pelo visconde de Abaeté, chegou-se à conclusão de que se uma décima parte dos cativos de particulares fossem alforriados, estaria sanado o problema da falta de contingente. Ainda segundo o conselho, a lavoura pouco

---

<sup>558</sup> FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das leis civis*, 4ª Ed. (1ª ed., 1857) Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s.d., p. xxxvii. Apud: PENA, Eduardo Spiller. Um romancista entre a escravidão e a liberdade (a crônica de um delírio anunciado). In: PENA, Eduardo Spiller. *Pagens da Casa Imperial*, juriconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Unicamp, 2001, p. 71-144.

<sup>559</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>560</sup> *Ibid.*, p. 73.

ou nada sofreria com a falta de braços que pudesse dispensar. A autorização para a inserção de libertos no exercito ocorreu em 06 de novembro de 1866.<sup>561</sup>

A idéia de incorporação de escravos, em decorrência do conflito, acabou ao longo de décadas suscitando em confusões por parte da historiografia quanto à natureza real da composição do exército brasileiro em campanha pois havia uma quantidade significativa de homens negros no exercito imperial, o que não significava necessariamente que todos fossem ex-escravos desapropriados para o serviço militar, haviam ex-escravos vendidos por seus donos como substitutos, algo que foi muito comum no início da guerra, havia escravos, havia escravos comprados pelo Estado e havia escravos fugidos que foram alistados nas forças armadas,<sup>562</sup> mas havia também homens livres negros ou pardos.<sup>563</sup>

Nas discussões entre os conselheiros de Estado, havia o temor da libertação dos escravos próprios para a guerra. O visconde de Itaboraí defendeu a libertação com indenização, e reconheceu que, após a guerra, a questão servil teria novo desfecho. Dizia ele que as pressões estrangeiras – especialmente inglesas – seriam maiores, e que, internamente, a imprensa já discutia o assunto. Com a guerra, continuava ele, a “agitação amainou”, mas posteriormente ela voltaria à tona e todas as discussões legislativas deveriam ser tratadas “com muita cautela, e de modo que a emancipação seja muito gradual e lentamente realizada”.<sup>564</sup>

O conselheiro Sousa Franco tinha a mesma visão do visconde, com uma ressalva: “Não se trata de decretar a emancipação dos escravos do Império, questão muito importante, cuja solução todos os dias se aproxima; trata-se somente de engrossar as fileiras do Exército”.<sup>565</sup>

De acordo com Kraay, o recrutamento de escravos para os conflitos em que o Brasil tomou parte durante o século XIX, sofreu uma sensível diferença no decorrer da existência do Império. Para tanto, leva em consideração dois momentos distintos: a guerra pela

---

<sup>561</sup> Ver SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 1996, p. 50-51.

<sup>562</sup> Existem trabalhos que alegam que muitos escravos de fato fugiam para tentar incorporação junto ao Exército ver CONRAD, Robert. *Os últimos dias da escravatura no Brasil*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. GRAHAM, Richard. A escravatura brasileira reexaminada. In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

<sup>563</sup> Salles defende a idéia de que não mais que 10% dos efetivos que combateram na Guerra do Paraguai era de escravos, ver: SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>564</sup> ATA do Conselho de Estado, 5 de novembro de 1866. Apud: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra Rio de Janeiro: *Estudos afro-asiáticos*. n° 38. Dec. 2000. <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em 11/06/2006.

<sup>565</sup> Ibid.



independência, que possibilitou a formação de um exército libertador; e o conflito contra o Paraguai em 1865. Portanto, segundo Kraay:

[...] nessa guerra, autoridades abstiveram-se de obrigar senhores a cederem seus escravos às forças armadas; a partir de dezembro de 1866, o governo ofereceu compensação aos senhores para incentivar alforrias sob a condição de servir na guerra. Durante toda essa guerra, senhores tiveram que libertar escravos antes que pudessem ser alistados<sup>566</sup>.

O parecer de boa parte dos conselheiros em 1866, expressa o ato como “início do fim” da instituição escravocrata. Segundo Torres Homem:

Que o Estado liberte parte dos escravos em nome da humanidade e civilização, ou que faça no único interesse de obter soldados, isto é indiferente; os efeitos morais são os mesmos sobre a massa geral da escravatura não compreendida na alforria. Em ambos os casos origina esperança, desperta aspirações e provoca sentimentos incompatíveis com a segurança dos proprietários e com a ordem pública no regime monstruoso da escravidão. As alforrias ultimamente dadas na Corte e nas províncias como meio de fornecer substitutos aos cidadãos designados para a campanha do Paraguai são fatos individuais e isolados que não têm o mesmo alcance perigoso, e não produzem senão o efeito de avultar o Exército introduzindo em suas fileiras entes degradados pelo cativo de véspera, e destituídos dos sentimentos que constituem a nobreza do coração do soldado.<sup>567</sup>

A substituição era uma forma de alistamento que isentava o cidadão do tributo militar, desde que ele pagasse uma taxa de 600\$000 ou oferecesse outro indivíduo em seu lugar.<sup>568</sup> No caso das alforrias por substituição, Torres Homem realmente tinha razão em qualificá-lo como fatos “individuais e isolados”. A substituição passava pelo senhor, era um desejo dele. Em suma, um expediente que permitia ao Estado não intervir diretamente na relação entre senhores e escravos; a resolução era tomada ali mesmo na fazenda ou nas casas dos senhores que viviam nas regiões urbanas. Era um expediente, enfim, não tão “perigoso” quanto à intervenção do Estado, essa sim perigosa, mesmo que ele pagasse indenização.

Seja como for, o governo imperial, pelo decreto 3.725, de 6 de novembro de 1866, um dia após o pronunciamento do marquês de Abete, foi ordenado que, aos escravos da nação em condições de servir o Exército, se desse gratuitamente liberdade para empregarem naquele serviço; e caso fossem casados, que se estendesse os mesmos benefícios às suas mulheres.<sup>569</sup>

#### 4.5.1 Os escravos da Nação no Piauí e a guerra do Paraguai

<sup>566</sup> KRAAY, Hendrik. Escravidão, cidadania e recrutamento militar na Guerra do Paraguai, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 33, 1998, p. 117-151.

<sup>567</sup> Ata do Conselho de Estado, 5 de novembro de 1866. Apud: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, op. cit.

<sup>568</sup> KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 122

<sup>569</sup> SOUSA, Jorge Prata de. op., cit. p. 51.

No segundo semestre de 1865, com o esvaziamento do clima de euforia do início daquele ano e a resistência de muitos guardas nacionais em se apresentarem para o serviço militar, o clima de exaltação no interior se tornou mais grave por causa da possibilidade de rebelião de escravos. Segundo o tenente coronel Francisco Miranda Osório, num dos povoados próximos a Parnaíba ainda corriam “[...] rumores de que em Frecheiras há coutos de refratários ao serviço militar, e também de que os escravos pretendem rebelar-se.”<sup>570</sup>

No Piauí existiam as fazendas nacionais, antigas áreas de produção jesuíticas, que passaram à coroa portuguesa após a expulsão da ordem e as reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal, e que após a independência, por consequência, passaram à coroa Imperial. Com a guerra e por conta da necessidade de homens, tal como previa o relatório do visconde Abaeté, uma das áreas de desapropriação de escravos seriam as fazendas nacionais.<sup>571</sup>

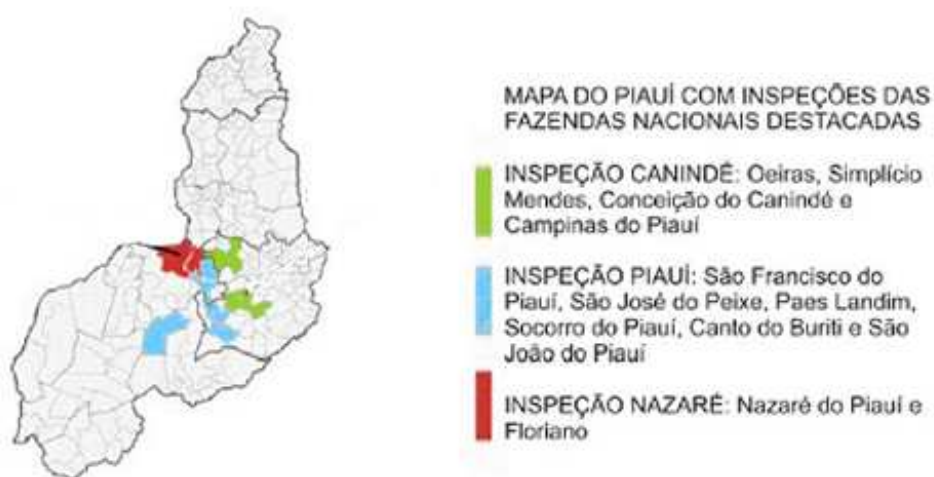


Fig. 1. Mapa do Piauí com indicação das Fazendas Nacionais (Fonte 19ª SR / IPHAN, 2008)

Em dezembro de 1866, Adelino de Luna Freire enviou correspondência ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos acusando o recebimento da cópia do decreto 3.325 que autorizava a desapropriação de escravos das fazendas nacionais para o serviço da guerra, em suas palavras reafirmava que “[...] houve sua majestade o imperador por bem conceder liberdade gratuita aos escravos nacionais, que estiverem nas condições de poderem

<sup>570</sup> OFÍCIOS do Comandante do Batalhão da Guarda Nacional das Diversas Vilas/Presidente de Província (1865). Seção de Avulsos, APEPI, Teresina. Maço 626 ofício de 12/09/1865.

<sup>571</sup> Ver SOUSA, Jorge Prata de, op. cit., p. 50.

ser designados para o serviço do exército.”.<sup>572</sup> A Adelino de Luna Freire restou então iniciar os procedimentos devidos a fim de selecionar quais escravos estariam mais aptos para ser enviados ao exército.

Assim, foi encarregado inicialmente pelo Presidente da Província, o major Antonio Ferreira Lima Abdoral, que seguiu “[...] em comissão ao departamento do Canindé, para escolher os escravos da Nação, que devem ser libertados para o serviço da guerra [...]”, ao mesmo deveria ser pago “[...] um mês adiantado de seus vencimentos, e [ser entregue] a quantia de quinhentos mil reis para despesas de sustento e viagem dos mesmos escravos [...]”.<sup>573</sup>

A transferência de escravos das fazendas nacionais no Piauí para o serviço no Exército se iniciou em 1867 e durou ao longo de todo aquele ano. Miridan Falci<sup>574</sup> aponta que inicialmente 70 trabalhadores foram retirados da inspeção de Canindé, enviados à corte. De acordo com Solimar Lima,<sup>575</sup> já seriam os primeiros escravos cedidos pelas fazendas nacionais à causa da guerra segundo o mesmo. A primeira solicitação com essa finalidade é datada de 6 de novembro de 1866.

Outras Inspeções das Fazendas Nacionais no Piauí também cederam escravos, como a de Nazaré, em número de 58 e a Inspeção Piauí que ofereceu 61. Em fevereiro de 1867 o então Presidente da Província, Adelino Antonio Freire, comunicou ao Ministro dos Negócios da Fazenda, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, que seguiam

[...] nesta data para o Maranhão com destino a corte 167 escravos da nação libertos para o serviço da guerra. De sua escolha nas diferentes fazendas nacionais foram encarregados o Major Antonio Ferreira Lima Abdoral e o Chefe de Seção de Tesouraria da Fazenda Joaquim de Lima e Castro [...]<sup>576</sup>

Segundo o Presidente, os funcionários asseguraram a ele que trouxeram todos “[...] quanto, podiam ser aproveitados, deixando apenas os menores, os de idade avançada e os inutilizados por moléstia, [...]”<sup>577</sup> e desejando poupar o que considerava despesas inúteis ao

<sup>572</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Fazenda. Palácio do Governo do Piauí. Ofício de nº 19, de Adelino de Luna Freire a Zacarias de Góes e Vasconcelos em 26/12/1866. Códice 104. APEPI, Teresina.

<sup>573</sup> CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Fazenda/Presidente da Província. Em 07/01/1867. Códice 1016, doc nº 17. APEPI, Teresina.

<sup>574</sup> FALCI, Miridan Brito Knox. Escravos do sertão: Demografia, trabalho e relações sociais. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 181-182.

<sup>575</sup> LIMA, Solimar Oliveira. A Morada da Solidão: família escrava nas fazendas publicas de pastoreio no Piauí (1711 – 1871). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Org.). Historias: Cultura, Sociedade, Cidade. Recife: Edições Bagaço. 2005, p. 132.

<sup>576</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Fazenda Ofício do Presidente da Província, Adelino Antonio Freire, ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, Ministro dos Negócios da Fazenda, 06/02/1867. Ofício. s/n/. Seção de Códices APEPI. Teresina.

<sup>577</sup> Ibid.

Estado, ainda mandou sujeitar todos a uma inspeção de saúde, dispensando os que pareceram incapazes, mas acabou “[...] consentindo apenas que seguissem mais alguns idosos, que me pediram insistentemente que os não separassem de seus camaradas, pois ainda se sentiam com disposição e vigor bastante para fazerem parte do Nosso Exército.”<sup>578</sup>

Essa manifestação dos escravos, ao que tudo indica, já era de conhecimento do presidente anterior Franklin Américo de Meneses Dória. Tanto que em seu relatório anual à Assembléia Provincial aparecem praticamente as mesmas palavras utilizadas por Adelino Antonio Freire, para explicar o ocorrido, informando que “[...] muitos dos excluídos pediram insistentemente para que os não separassem de seus companheiros, pois ainda se sentiam com disposição e bastante vigor para tomar parte do exército.”<sup>579</sup>

Dória, diferentemente de seu sucessor, tentou dar uma justificativa, ao seu entender, para tal proposta dos escravos, que segundo ele era “fruto de um espírito de competição que nasceu junto aos escravos, e que se traduzia em um ‘estagio do patriotismo’, que somente se revela ‘nos momentos de exaltação comunitária’.”<sup>580</sup>

Para Álvaro Pereira os “Negros que conheciam o mundo dos brancos e livres e utilizavam esse conhecimento em causa própria.”<sup>581</sup> Dessa forma para os escravos “Libertar-se do pesadelo de ser vendido ou alugado, dos castigos excessivos ou mesmo mudar de vida era o sonho de muitos desses escravos.”<sup>582</sup>

Seja como for, a seleção que havia sido feita, e de acordo com o que dispôs o major Abdoral, vieram para Teresina “[...] os escravos do departamento de Canindé [...] os quais seguiram para a côrte por terem sido designados para o serviço da guerra de conformidade com o disposto no decreto n° 3.375, de 6 de novembro ultimo.[...]”<sup>583</sup> Foi relatado ainda as dispensas feitas por não se encontrarem aptos para o serviço da guerra os “[...] escravos José Martins e José Cláudio que foram julgados incapazes. Dos que vieram em companhia do chefe de secção Joaquim de Lima e Castro dos departamentos de Nazaré e Piauí, deixaram de seguir pelo mesmo motivo os escravos mencionados na relação inclusa[...].”<sup>584</sup>

Os escravos que foram trazidos pelo chefe de secção Joaquim de Lima e Castro e não foram aprovados pela inspeção de saúde, tiveram que voltar às fazendas nacionais a que

---

<sup>578</sup> Ibid.

<sup>579</sup> PIAUÍ. Relatório que o exm. snr. presidente da província, dr. Franklin Américo de Meneses Doria, apresentou á Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua abertura dia 5 de outubro de 1866. Piauí, 1867.

<sup>580</sup> Ibid.

<sup>581</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, op. cit.

<sup>582</sup> Ibid.

<sup>583</sup> CORRESPONDÊNCIA da Tesouraria da Fazenda/Presidente da Província. Em 21/02/1867. Códice 1018, doc n° 94. APEPI, Teresina.

<sup>584</sup> Ibid.

pertenciam, incluindo nesse grupo algumas libertas, que eram companheiras desses escravos assim “[...] as libertas Raimunda, mulher de José Cláudio, Bertolesa, de Manoel Elias, Ana Rosa, de Damásio, Thomasia, de José, Rita, de Belizário e Querina, de Lino, [...]”<sup>585</sup>, voltaram para as fazendas a que pertenciam.

Mas a situação era de grande urgência e a dispensa de escravos que haviam sido desapropriados era algo não muito aceitável, tanto que em março de 1867, o presidente da Província comunicou ao governo central o envio de escravos que comprovadamente estavam doentes, dessa forma Adelino informou que “[...] nesta data faço seguir para o Maranhão com destino a essa corte, o escravo liberto da nação Candido José Joaquim, que sendo designado para o serviço da guerra aqui ficou por doença.”<sup>586</sup>

Uma parte dos escravos que não foi à guerra, de fato retornou ao seu árduo trabalho nas fazendas nacionais, mas de acordo com algumas fontes consultadas, houve escravos que seguiram para São Paulo, com destino a trabalhar na fábrica de material bélico Estrela, que pertencia ao Exército.

Segundo Álvaro Pereira<sup>587</sup>, Todo voluntário tinha direito a um prêmio de 100\$000:00, o qual não era pago ao recrutado à força, que vestia a farda por imposição do governo e não por seu desejo e boa vontade em contribuir para a defesa do território e da política nacional. Pagava-se o prêmio ao voluntário em três partes: a primeira assim que assentasse praça, a segunda um ano depois e a terceira quando terminasse o serviço militar. Era o que determinava o Decreto n. 1.591, de 14 abril de 1855.<sup>588</sup> Se o escravo se apresentasse como homem livre e voluntário, receberia o prêmio.

De acordo ainda com Álvaro Pereira<sup>589</sup>, o pagamento de prêmio não aconteceria no caso do escravo recrutado à força, pois o senhor não teria de arcar com nenhum prejuízo. Em primeiro lugar, porque se o escravo fosse recrutado não teria outra escolha, a não ser acompanhar a escolta até os postos de alistamento e, em segundo, porque homens recrutados à força não recebiam nenhum prêmio.

No entanto, temos aqui uma situação extremamente peculiar. Primeiro no que concerne à condição de desapropriação de escravos de unidades das fazendas nacionais para a guerra. No caso, eram escravos libertados para servirem no exército, uma condição que se

<sup>585</sup> Ibid.

<sup>586</sup> CORRESPONDÊNCIA Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Fazenda. Em 20/03/1867. Códice 104, doc n° 39. APEPI, Teresina.

<sup>587</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, op. cit.

<sup>588</sup> BRASIL, Império. *Coleção de Leis Brasileiras*. “Do serviço ordinário e de destacamento”. Decreto n° 1.591 de 1 de abril de 1855. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, Tomo, 1856.

<sup>589</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, op. cit.

traduz numa perspectiva forçada; e em segundo plano temos escravos das mesmas fazendas nacionais que decidiram ir para a guerra por vontade própria. Equivocadamente, o então presidente da província acreditava ser por uma questão de “emulação” do “espírito esportista” ou “primeiro estágio do patriotismo” que ocorrem em “momentos de exaltação comunitária”.

Na realidade, muitos desses escravos certamente buscavam uma possibilidade de não morrerem sem liberdade, ou com alguma certeza de que voltariam vivos, pois a sua sorte não seria pior do que a de muitos dos soldados que estavam no Exército, quer fossem brancos, negros, voluntários, recrutados, pobres ou não. Seguramente existia uma certeza de que, uma vez sobreviventes, retornariam para o Brasil, livres para receber os benefícios que o governo imperial havia prometido.

Um diferencial encontrado na letra da lei não seria descartável observar. Em quais termos foram colocados o Decreto 3.371 e o que previa em relação ao voluntariado para a guerra, que praticamente sobrepujava o decreto de 1855, e abria possibilidade de voluntariado a todos. Um passo significativo para uma inserção às avessas a uma cidadania contraditória.

Em outras regiões, como na província vizinha do Maranhão, onde a lavoura de algodão consumia uma quantidade significativa de escravos, foi possível identificar uma outra realidade, senão peculiar, extremamente curiosa, na medida que permite identificar junto a vários libertos em 1865 uma noção de que a guerra contra o Paraguai poderia trazer a liberdade ou pela incorporação de soldados negros no exército, ou pela certeza de que o conflito teria algo a ver com a causa de emancipação de seus irmãos escravos, tal como acontecia nos Estados Unidos com a Guerra da secessão.<sup>590</sup>

Idealizações à parte, o governo da província do Maranhão negociava a desapropriação de escravos em 1867 diretamente com o proprietário, pelo valor de 1.100\$000 réis, em apólices da dívida publica geral.<sup>591</sup> O que não devia ser muito diferente do Piauí e para o escravo a garantia de que voltariam libertos e receberiam as benesses prometidas.

Para tanto, o próprio Ministério dos Negócios da Guerra procurava estabelecer regras para que o governo imperial pudesse “[...] avaliar e tomar na devida consideração os serviços prestados e todas as demonstrações de patriotismo e espírito de humildade que se tem revelado [...]”<sup>592</sup> em cada província pelas mais diversas pessoas, que oferecessem escravos como substitutos, para tanto o ministério solicitava que fosse enviado “[...] a relação de

<sup>590</sup> ARAÚJO, Johny Santana de. *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Sotese, 2005. p. 77.

<sup>591</sup> Ibid.

<sup>592</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Diretoria Central 17ª Seção. Ofício nº s/n, de João Lustosa da Cunha Paranaguá a Adelino de Luna Freire em 10/01/1867. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

libertos que assentarem praça ou vierem com esse destino declarando-se a quem pertencem, por quem offerecidos, se forão como substitutos de recrutas ou guardas nacionaes designados ou se pelos possuidores e com que condições [...]”.<sup>593</sup>

A preocupação do Ministério da Guerra se estendia igualmente a situação desses ex-escravos, se haviam sido cedidos gratuitamente ou mediante retribuição. E por fim era cobrado que deveriam “[...] compreender se em taes esclarecimentos os indivíduos naquellas circunstancias que tenham assentado praça desde o começo da guerra.”<sup>594</sup>

Quanto às fazendas Nacionais, estas ficaram sensivelmente prejudicadas em seu desempenho, pois a quantidade de escravos desapropriados para a guerra deixou-as com grande defasagem de mão-de-obra, em ofício de 18 de outubro de 1871, confirma essa situação, agravada ainda pelo envio de alguns escravos a uma fábrica de material bélico localizada na província de São Paulo, onde parte considerável do armamento utilizado na guerra do Paraguai por forças brasileiras era produzido.

[...] A falta de braços também para o mesmo fim, visto como o maior numero dos escravos, que ora existe nas fazendas nacionaes, são do sexo feminino, tendo sido destinado para o serviço da guerra, por ordem do Governo, grande parte dos sexos masculinos de 14 a 50 anos de idade, que foram julgados aptos para o mesmo serviço, além dos 50 que anteriormente tinham sido remetidos para a fábrica de ferro de Ipanema na província de São Paulo.<sup>595</sup>

Esta era a política do Governo Imperial no que se refere aos escravos desapropriados durante a Guerra do Paraguai. Fica bem claro no relatório que nas fazendas nacionais, localizadas na Província do Piauí, os escravos homens eram bem poucos em relação à quantidade de escravas, haja vista que dos que foram enviados para a linha de frente das batalhas da Guerra contra o Paraguai onde a maior parte perdeu a vida.

Dessa forma, quase nenhum dos ex-escravos que tiveram a promessa de tornarem-se livres após o conflito retornaram. Mas as fazendas nacionais, ao fim do conflito, ficaram desfalcadas de homens e com um grande contingente de mulheres.

Em nível nacional, os que conseguiram retornar tiveram uma possibilidade de reconhecimento, pois muitos ex-escravos que haviam ido à guerra eram exímios capoeiristas e se destacaram por sua bravura, coragem e retornaram ao país como heróis. Segundo Salles, “A participação de escravos no exército garantiu, pelo menos à parcela da população servil

---

<sup>593</sup> Ibid.

<sup>594</sup> Ibid.

<sup>595</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província/Ministério dos Negócios da Fazenda. Palácio do Governo do Piauí. 2ª. Secção. Ofício de nº 37, de Manoel do Rego Barros de Souza Leão a José Maria da Silva Paranhos em 18/10/1871. APEPI, Teresina.

envolvida, algum tipo de reconhecimento e mesmo um lugar de interlocução.”.<sup>596</sup> E ainda, “Sua incorporação num projeto de realização hegemônica da Coroa e da classe dominante implicava necessariamente assimilar alguns de seus próprios interesses a esse projeto.”.<sup>597</sup>

Numa visão mais simples da relação dos ex-escravos combatentes com a camada social dominante e conservadora, Carlos Eugenio Líbano propõem que “A elite conservadora que dominava a vida política da nação, de uma forma ou de outra, se entusiasmara com o fervor marcial daquela gente na frente de batalha.”. A partir de então, estes passaram a não mais aceitarem a alcunha de “vadios”, posto que muitos deles foram condecorados com medalhas pelo patriotismo e viam-se no papel de elevado status social.<sup>598</sup>

Seja como for, para Salles “boa parte da população escrava, os anos que se seguiram ao termino da guerra foram marcados pelas fugas e rebeliões, mas também pela tentativa de adquirir direitos de cidadania.”.<sup>599</sup>

Com a situação de paralisação completa da ofensiva aliada no Paraguai em 1866, houve uma crescente necessidade de homens para compor, tanto o Exército, como o sistema de segurança da Província, daí encontram-se os que compunham o sistema produtivo, trabalhadores livres de toda ordem, que eram membros ou não da Guarda Nacional, e os escravos.

A questão da escravidão da segurança tinha uma repercussão preocupante, sobretudo por conta da situação das provinciais vizinhas como a do Maranhão, cuja quantidade de escravos era bem maior do que a do Piauí, e o medo com rebeliões era constante mas a possibilidade de irromper rebelião de cativos era algo que não devia ser descartado no Piauí, pois segundo Bastos, certa vez chegou a Teresina notícias sobre rumores de que continuava um clima de resistência no interior da província e de possível levante de escravos.<sup>600</sup> Era uma possibilidade que todos na província tiveram que conviver por todo o período em que durou a guerra.

Agrega-se a essa questão o fato de que algumas das fugas perpetradas era para se alistarem no Exército, portanto tinham relação direta com a busca pela liberdade lutando na guerra. Era comum alguns escravos acreditarem na possibilidade do conflito ter algo haver

<sup>596</sup> SALLES, Ricardo. op. cit., p. 74.

<sup>597</sup> Ibid.

<sup>598</sup> SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994. Apud: SILVA, Robson Carlos da Silva. Dos vadios e capoeiras: reflexões sobre a relação da capoeira com grupos políticos do século XIX. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes e VASCONCELOS, José Gerardo. *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007, p. 60. 197 p.

<sup>599</sup> SALLES, Ricardo. op. cit..

<sup>600</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 253.



com uma possível liberdade, esse sentimento era muito comum na província vizinha o Maranhão, onde certa vez o presidente informou ao ministro dos negócios da justiça a sua preocupação a respeito do que os escravos imaginavam sobre a guerra do Paraguai.

O então presidente da Província do Maranhão Lafayette Pereira em ofício dirigido ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, declarou que “[...] esta pobre gente parece acreditar que a actual guerra tem alguma afinidade com a causa de sua libertação”.<sup>601</sup> Quando na verdade a guerra não tinha nada a ver com a questão da emancipação dos escravos e não poderia, de forma alguma, decidir sobre o seu futuro.

De acordo com Salles, citando Richard Graham, este “atesta que não há estimativas sobre o numero de escravos que combateram na guerra.” Considera certo, porem, que o governo imperial havia adotado uma posição de “[...] que os escravos que lutassem se tornariam livres, mesmo que tivessem fugido para unir-se as fileiras.”.<sup>602</sup>

Em 1870, quando as tropas do Piauí retornaram, houve uma busca desenfreada de alguns proprietários do interior da província por seus antigos escravos, chegaram mesmo a publicar nos jornais da cidade de Teresina, que poderia haver alguns ex-escravos que retornaram a província juntamente com o 50º Corpo do Piauí, era uma tentativa de reaver seus antigos escravos, mas que agora eram homens livres que haviam lutado na guerra contra o Paraguai o seu status os isentava de serem novamente escravizados, porém, o jornal *A Patria* parecia ignorar tal determinação e publicou uma solicitação referente a dois escravos fugidos que haviam retornado a Província do Piauí juntamente com o corpo de voluntários da pátria da Província.

Estes escravos, fugirão da província [...], e presume-se que tenham vindo para esta em companhia dos corpos de voluntários da pátria, desta província, do Piauí, e que se achão nas cidades de Caxias, Theresina ou centro do Piauí. Pede-se a proteção das autoridades provinciais para a captura dos referidos escravos assim como protesta-se proceder o todo direito que concedem as leis da província contra quem haver acoutados.<sup>603</sup>

Nessa pesquisa somente foi possível verificar esses dois casos isolados de escravos fugidos que procuravam a liberdade vestindo a farda do Exército, confirmado pela busca

<sup>601</sup> OFICIO RESERVADO do Pres. da Província, Lafayette Rodrigues Pereira ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, 13/04/1865. Livro 11. Ofício. s/n/. Seção de Códices APEM. São Luís. Apud: ARAÚJO, Johny Santana de. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866* Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, 2005, p. 135.

<sup>602</sup> GRAHAM, Richard. *Escravidão Brasileira Reexaminada In: Escravidão, reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 37. Apud. SALLES, Ricardo, op. cit., p. 64

<sup>603</sup> A *Patria* p. n/p, numero s/n, 26/01/1871, NUPEM/UFPI, Teresina.

desenfreada de seus ex-proprietários. Mas como conseguiram entrar no Exército ? Como conseguiram permanecer intocados durante toda a guerra ? Infelizmente, ainda não encontrei dados mais detalhados sobre essas fugas e nem sobre outras.

Seja como for, não deixou de haver conflitos surgidos depois da guerra, em algumas províncias, pelas tentativas de alguns senhores de fazer valer o seu direito de propriedade sobre escravos que haviam lutado na guerra. As autoridades haviam se posicionado contra a possibilidade de um Voluntário da pátria voltar a sua condição servil.<sup>604</sup>

O que temos até aqui é uma variante de possibilidades encontrados pelos diversos de escravos, para se tornarem livres através do alistamento militar na província do Piauí, que em grande parte as possibilidades não eram muitas, a maior parte dos escravos estavam nas fazendas nacionais, tanto que a possibilidade de irem a guerra em troca de sua liberdade se apresenta como opção aberta de vivenciar uma liberdade.

Para Álvaro Pereira, “Invadiam esse mundo sem serem percebidos ou reconhecidos como escravos, jogando com os próprios signos dos comportamentos vigentes, aproveitando cada falha, cada contradição, e criando a partir delas suas próprias estratégias.”.<sup>605</sup>

Seja como for, as reações do cativo à condição escrava é um tema amplamente discutido pela historiografia, e várias interpretações dessas reações podem ser encontradas em obras que tratam sobre o tema.<sup>606</sup>

O que se procurou mostrar aqui foi uma possibilidade de compreensão da atitude de escravos, cuja busca pela liberdade os teria empurrado para um conflito que absolutamente não fazia parte do seu mundo, e não estava na pauta do dia da política brasileira nos idos de 1865-1866.

Por tudo o que foi dito, é necessário observar a incipiência dos limites de cidadania no Império. Nessa conjuntura a Guarda Nacional, que apesar de se sustentar sob um ideal francês de liberdade, tornou-se, após a reforma 1850, um nascente reduto de interesses das oligarquias eleitoreiras, perseguindo através da designação, indiscriminadamente, desde pobres a adversários políticos, atitude intensificada durante a guerra do Paraguai.

A instituição dos Voluntários da Pátria, criada sob forte entusiasmo popular depois da fase inicial da guerra, converteu-se numa organização que mascarava um discurso de patriotismo enfraquecido, dada as contradições inerentes à sociedade brasileira, até que em

<sup>604</sup> COSTA, Emilia Viotti. *A abolição*, São Paulo: Global, 1982, p. 43. Apud: SALLES, Ricardo. op. cit..

<sup>605</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do, op. cit.

<sup>606</sup> Ver CASTRO, Hebe M. Mattos de *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. e CHALHOUB, Sidney *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

fins de 1865, com a queda na popularidade do conflito, foi ressuscitada a velha instituição do recrutamento forçado, os Corpos de Voluntários da Pátria acabaram por receber em suas fileiras atores sociais de toda ordem.

Inicialmente a sociedade de um modo geral atendeu, mesmo que de forma diferenciada, o chamado da guerra. Uma composição mais afortunada colaborou financeiramente, outros se alistaram acreditando em uma vitória rápida, ou imbuídos de um patriotismo crente na missão suprema de civilizar o Paraguai. Depois de 1866, com o fracasso do discurso nacionalista, nenhum batalhão formado pode mais ser considerado como voluntário; os mais pobres, fossem brancos ou negros livres e guardas nacionais, refugiaram-se nos matos.

Restavam os escravos que nesse liame entre cidadania e cativo não tiveram alternativa para escapar ao fardo da guerra. Sem margem para negociar, foram submetidos a ela em troca da promessa de sua liberdade ou de uma morte honrosa.

## 5 UM LUGAR PARA OS QUE VOLTARAM

### 5.1 Dias de festa na Província do Piauí

Em 1870 a guerra contra o Paraguai chegou ao seu fim. Depois de cinco extensos anos os soldados brasileiros começavam a ser desmobilizados. As tropas de linha, os corpos de polícia, os batalhões destacados da Guarda Nacional retornavam para suas respectivas províncias, bem como os Corpos de Voluntários da Pátria, personificados nos guardas nacionais e em alguns patriotas que haviam se alistado como voluntários.

Em grande parte, amadurecidos pela rudeza do conflito, uns acreditando em um tempo novo e muitos completamente descrentes do futuro, alguns não ficaram para ver o fim porque morreram, e outros voltaram mais cedo porque tiveram a “sorte” de serem feridos ou adoecer, como o capitão Benjamin Constant Botelho, que mesmo não sendo voluntário da pátria, mas militar de carreira, escreveu com um sentimento carregado de angústia o que viveu no front.

Quando esteve em Tuyuti a 7 de junho de 1867, escreveu a sua esposa Maria Joaquina, narrando sobre a tremenda violência que presenciou, “A cena horrorosa que se pode observar – as cabeças de uns eram arrancadas com o tronco a um golpe de espada, as de outros rachadas [...] atiravam longe os miolos [...] a maior parte sentia prazer em matar e em esquartejar os homens depois de mortos.”<sup>607</sup>

À parte toda violência da guerra, muitos desses militares retornaram imbuídos de uma nova consciência, que nos anos seguintes contribuíram para o fim da monarquia e o início da República, Constant foi um deles.

O retorno das tropas para as várias províncias do Império havia sido anunciado antes da morte de Solano Lopes, no entanto, somente ocorreu por volta de março de 1870. Enquanto isso, eram preparadas as recepções aos diversos batalhões que haviam tomado parte na vitoriosa campanha. Por todo o seu significado, teriam que ser cerimônias onde toda a

---

<sup>607</sup> LEMOS, Renato. *Cartas de Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005, p. 50.

gratidão do governo, da sociedade em geral e das famílias estaria sendo demonstrada, portanto seriam eventos inesquecíveis, pois era o retorno ansiado por todos depois de longos 5 cinco anos de guerra.

Como foi possível verificar no capítulo anterior, de 1865 a 1869 houve o envio contínuo e ininterrupto de soldados ao sul do Império, mesmo com a formação de três corpos inteiros. Mais de 3.500 homens saíram do Piauí com destino às pantanosas macegas do Paraguai.<sup>608</sup>

Em março de 1869, o Ministério dos Negócios da Guerra, por meio de um aviso aos presidentes de Província recomendava, que, no primeiro vapor de partida para a Corte, enviasse o maior número de praça do corpo provisório, não devendo este contingente ser menor que cem homens, além de embarcar nos vapores seguintes, os recrutas e guardas nacionais designados.<sup>609</sup>

No Paraguai, com a ofensiva paralisada diante da fortaleza de Humaitá, esta foi vencida após um ano de assédio, e somente no segundo semestre de 1868, veio a vitória definitiva contra a Sebastopol da América do Sul, como era chamada, em referência à Fortaleza Russa, na Criméia, que resistiu ao cerco dos exércitos Inglês, Francês e Turco, durante a guerra em 1855.

Em 1868, a guerra contra o Paraguai havia atingido um grau de esgotamento político e social no Brasil, tornando impossível de ser sustentada a ampla campanha de mobilização dos primeiros meses de 1865. Com o avanço das tropas aliadas e a vitória na série de batalhas conhecidas por Dezembrada, o grosso do exército paraguaio havia sido destruído, ocasionando a fuga de Solano Lopez e a invasão da capital, Assunção. Para alguns comandantes aliados, como Luis Alves de Lima e Silva, o Marquês de Caxias, a guerra estava encerrada, retirando-se do Paraguai com muitos oficiais de Estado Maior.

Na linha de frente da guerra, a dureza da campanha, a tenaz resistência do inimigo, além das dificuldades em manter o moral das tropas elevado, fez com que muitos oficiais declinassem a continuar lutando. Após a ocupação de Assunção foi oferecido um banquete de recepção ao representante diplomático do Governo Imperial no Paraguai o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos. No decorrer do evento, Paranhos, após saudar o Exército, expressou a todos o desejo do Governo Imperial para continuar levando a guerra à diante.

---

<sup>608</sup> Ver: NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972.

<sup>609</sup> BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. Aviso circular aos presidentes de Província (Província do Piauí) de s/d/03/1869, 2ª Diretoria Geral, 1ª Seção. SG/IG 218, AN, Rio de Janeiro.

Ao concluir a sua exposição, o major piauiense Anfrísio Fialho contestou seus argumentos e pôs-se prontamente a pregar as vantagens da paz. Parte do seu discurso recebeu apoio dos presentes. Aturdido o conselheiro Paranhos prontamente o refutou, o que fez com que recebesse no final de sua fala “entusiástica e calorosa ovação”.<sup>610</sup>

No Piauí, o periódico *O Piauí*, então órgão oficial do partido conservador que estava no poder, começava a noticiar, em fins de abril de 1870, sobre as últimas operações militares que aconteciam no Paraguai, em especial o cerco a Solano Lopez em Aquidabã, em destaque de primeira pagina iniciava,

O Piauí.

Theresina, 25 de abril de 1870.

Pelo ultimo correio tivemos noticias da corte, e a mais importante que os jornaes referen-se é sem duvida alguma o combate de Aquidabam, que teve logar no dia 1º de Março de pretérito e poz termo a essa desastrosa e sanguinolenta guerra, que a mais de cinco annos flagellava a humanidade.<sup>611</sup>

O jornal tratou cuidadosamente de narrar o acontecimento sem deixar de elogiar o feito do general Antonio Correa Câmara, então comandante do cerco ao remanescente das tropas paraguaias e lembrando que o destino de todos os tiranos só poderia ser aquele que Solano Lopez havia escolhido, “Alcançado sobre a margem esquerda do rio Aquidabam pelas forças brasileiras ao mando do intrépido e valente general Câmara, o tyranno, Francisco Solano Lopez, pagou com vida todas as suas cruasas. É quase sempre este o fim de todos os tyrannos.”<sup>612</sup>

Em suas observações a respeito das atitudes de Lopez o editor continuou tecendo suas críticas a todas as mazelas causadas pela guerra no decorrer daqueles cinco anos,

Mas Lopez não foi somente um tyranno – foi um monstro, de que não há exemplo na América do Sul; que causou espanto e horror pelos seus instinctos ferozes, por sua perversidade e pelas atrocidades sem limites que praticara.

Parece que o fragello fora a sua missão sobre a terra, por que sua vida foi um complexo de crimes e barbaridades em que fazia consistir no seu maior prazer.<sup>613</sup>

É certo que o jornal estava imbuído da certeza da missão civilizadora que o Império do Brasil acabava de concretizar no Paraguai. Naquele momento, o triunfo das forças armadas coroava de êxito, razão e civilidade era uma vitória sobre a barbárie, o bem sobre o mal. No entanto, a guerra que o jornal estava criticando havia sido levada ao território paraguaio como uma desafronta à honra brasileira.

<sup>610</sup>TAUNAY, Alfredo D. *Memórias*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1946, 447. Apud: DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. op. cit, p. 394.

<sup>611</sup> O Piauí, p. n/p, numero s/n, 25/04/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>612</sup> Ibid.

<sup>613</sup> Ibid.

De acordo com a opinião de muitos da época, era a luta contra um inimigo cruel que precisava ser destruído, inclusive para livrar o povo paraguaio de sua tirania. Infelizmente, nesse caso uma boa parte do povo a ser libertado também sucumbiu juntamente com o tirano.

As primeiras notícias oficiais sobre o fim da guerra, foram amplamente divulgadas nos jornais nas semanas iniciais do mês de maio no periódico *O Piauí*, em sua edição do dia 2 de maio de 1870, informou com destaque em sua coluna “noticiário” e em negrito a chamada,

**Regozijo Publico** – A nossa capital tem sabido collocar-se na altura de seo patriotismo, dando as mais significativas e vehementes provas de satisfação e regozijo pela maneira digna e honrosa por que terminou-se a guerra que ha 5 annos sustentávamos contra o Paraguay.

As 11 horas do dia 20 [de abril] chegando a faustosa noticia, immediatamente sahirão as duas bandas de musica a percorrer as ruas da cidade, tendo primeiramente ido ao palácio da presidência.

Por dois dias feixarão-se as repartições publicas, as quaes assim como quase todas as casas particulares forão illuminadas durante seis noites, em que diversas passeatas percorrerão as ruas com o maior enthusiasmo, e nas quaes tem sido pronunciados bellos discursos, e recitados diversas poesias.<sup>614</sup>

De fato, a passeata das senhoras da “boa sociedade” foi realizada, com o acompanhamento de recitais de poesia como a que foi feita por Gabriel Ferreira, em homenagem ao Corpo de Voluntários. O Jornal *O Piauí* prontamente publicou o poema,

Poesia feita e offerecida por Gabriel Luiz Ferreira as Senhoras Therezinenses por ocasião da passeata que fizeram no dia 25 de Abril de 1870.

Hozanna - ! o paiz inteiro  
 Repete cheio de gloria !  
 Os anjos cantam victoria  
 A terra de Santa Cruz !  
 Para o porvir lisongeiro  
 Da pátria conquistadora  
 Surgiu uma nova aurora  
 Resplandecente de luz.

Vencemos ! Já o tyranno,  
 Que affrontou nosso heroísmo,  
 Nas profundezas do abysmo  
 Precipitou-o diabo...

---

<sup>614</sup> *O Piauí*, p. n/p, numero s/n, 02/05/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

D'aquela viu povo, insano,  
 Com seus reductos e fortes,  
 Nossas galhardas cohortes  
 N'um momento deram cabo.

Hozanna ! a pátria querida  
 De galas hoje se veste!  
 Exulta, sim, que vencestes  
 Salvando teu pendor !  
 E vós, encantos a vida  
 Dos lindos vergeis do norte,  
 Brandan commigo em transpor!  
 - Gloria ao Brasil vencedor – <sup>615</sup>

Na viagem de volta dessas tropas ao Piauí, estava prevista uma escala no Rio de Janeiro, onde juntamente com tropas de outras Províncias do Norte seriam recebidos e aclamados. O remanescente das tropas do Piauí chegou a Corte juntamente com o contingente da província do Maranhão, sendo recebidas no porto do Rio de Janeiro por uma grande multidão que se aglomerou no cais do porto para aclamá-los, havendo comparecido ao desembarque diversas autoridades.

Diversos políticos representantes do Piauí no congresso, haviam comparecido. Além de alguns parlamentares piauienses, também estavam lá, o conselheiro José Antonio Saraiva, o Conselheiro Franklin Américo de Meneses Dória, e João Lustosa da Cunha Paranaguá, os dois primeiros ex-presidentes da província do Piauí, além do próprio Imperador, que se dirigiu ao comandante das tropas piauienses, e o abraçou, dizendo, “[...] Aceita-e este abraço para vós e vossos camaradas ! A gloria coroou vosso heroísmo. Vinde receber as aclamações de vossos compatriotas !” <sup>616</sup>

Houve após uma serie de aclamações e aplausos, um breve discurso de Paranaguá que procurou ressaltar um fato, que o Piauí havia sido uma das primeiras Províncias a oferecerem recursos humanos para o conflito, segundo ele, “depois de terem vingado a honra do país que

---

<sup>615</sup> Ibid.

<sup>616</sup> MELLO, Anísio de Britto. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931, p. 17-18. Apud: NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 229.



havia sido ultrajado” continuou afirmando que “[...] sois os últimos a recolher-vos aos vossos lares.”.<sup>617</sup>

Procurou ainda ressaltar que a província do Piauí reconhecia naqueles “[...] punhados de braços os restos gloriosos dos batalhões, que formara.”. Por fim deu as boas vindas a tropa dizendo que “[...] se a gratidão nacional pudesse graduar-se, os últimos seriam os primeiros.”.<sup>618</sup>

De imediato, as recomendações do governo imperial era para que à medida que as tropas desembarcassem no Rio de Janeiro, recebessem seu soldo imediatamente pela pagadoria das tropas da Corte, e encaminhadas às suas províncias de origem o mais rapidamente possível, a fim de não haver concentração muito grande de contingentes na Capital do Império. Havia uma recomendação nesse sentido, emitida por ordem do Barão de Muritiba, em 31 de Dezembro de 1869, último dia daquele ano, e assim se procedeu de acordo com uma circular reservada,

Havendo seguido já para as províncias algumas praças Voluntárias da Pátria, Guardas Nacionais designadas, vindas do Exército em operações no Paraguai, e aguardando-se a chegada de outras que terão igual destino, o Governo Imperial recomenda a V. Excia que expeça as precisas ordens não só para que se recolham ao seio de suas famílias aquellas que as tiverem, mas também para que se obste a aglomeração de praças [...] ociosas nas capitais e mais povoações das referidas Províncias.<sup>619</sup>

Nas Províncias que enviaram tropas, foram iniciados os preparativos para receberem os contingentes que voltavam. Com isso, visava-se demonstrar a imensa gratidão do governo e da sociedade em geral, além de ser uma forma de demonstrar a felicidade dos familiares que ansiavam pelo retorno aos lares de seus entes queridos. Para o Piauí, pouco mais de uma centena homens retornaram,<sup>620</sup> dos mais de 3.500 homens que foram enviados ao Paraguai.

Em fins de agosto 1870, o então Presidente da província do Piauí, Manoel José Espínola Junior, escreveu à Câmara Municipal de Teresina sobre as providências a serem tomadas a fim de receber as tropas que haviam partido, toda a convocação dirigida a Câmara foi publicada no jornal *A Pátria*, onde segundo as palavras do Presidente, estava,

Sendo esperado nesta capital, pelo primeiro vapor vindo da Parnaíba, o Corpo de Voluntários da Pátria desta Província, que regressa da Campanha do Paraguai,

---

<sup>617</sup> Ibid.

<sup>618</sup> Ibid.

<sup>619</sup> ARQUIVO Publico do Estado do Rio de Janeiro. Presidente de Província. (coleção 8/dossiê 69/1870/maço 15). Apud: GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo de inválidos da pátria na corte (1864-1930)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, p. 382.

<sup>620</sup> Segundo listagem publicada por Chaves, ver: CHAVES, Joaquim. O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos n° 4*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1971, p. 44-45.

comunico à Câmara municipal que estão dadas as ordens necessárias para ter lugar a recepção do mesmo Corpo no dia que aqui chegar.<sup>621</sup>

Iniciava assim os preparativos para recepcionar os veteranos que voltavam da guerra, depois de cumprirem um longo período de serviço militar, praticamente iniciariam uma outra guerra, a do reconhecimento.

Com essas recomendações, José Espínola esperava que a Câmara Municipal empenhasse todos os seus esforços para que os Corpos de voluntários que estavam chegando tivessem uma “[...] recepção tão brilhante quanto tem sido noutras os bravos Voluntários da Pátria.”<sup>622</sup>

O seu comunicado previa entre outras coisas como seria realizado o cortejo das tropas, pois segundo o mesmo “O Corpo de Voluntários da Pátria desembarcará na rampa do porto desta cidade, onde será recebido pelas autoridades civis e militares e todas as pessoas que comparecerem a esse ato.”<sup>623</sup>

Havia um roteiro a ser seguido, onde se previa que “Depois de desembarcar, o nosso Corpo virá, conveniente formado, à frente do Palácio do Governo onde se farão as continências devidas” e, por fim, toda a tropa “[...] desfilará em passeata pelas ruas da cidade, até recolher-se ao quartel de 1ª linha destinado a recebê-lo.”<sup>624</sup>

A imprensa como fiel co-participante de todo espetáculo desde a época da convocação para se formarem os Corpos de Voluntários, novamente se fez presente em razão do convite do presidente da câmara para juntos discutirem sobre a programação de recepção dos soldados, que resultou na elaboração de um edital, que contava com o aval do Presidente e do Secretário da Câmara, e foi obviamente publicado pelos jornais, pelo menos um em especial o periódico *A Pátria*.

O jornal *A Pátria* era um dos periódicos ligados aos conservadores históricos da província, que atuava como reforço ao jornal o *Piauhy*, pois o momento era propício a uma maior circularidade dos periódicos ligados ao partido conservador<sup>625</sup>

A notícia publicada pelo jornal *A Pátria*, dava conta das providências que deveriam ser tomadas pela população, pelos comerciantes e pela igreja católica para a recepção dos soldados, informando que,

Em virtude da resolução tomada, hoje, pela Câmara municipal, convido todos os habitantes deste município para assistirem ao desembarque do Corpo de

<sup>621</sup> *A Pátria*, p. n/p, número s/n, 24/08/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>622</sup> *Ibid.*

<sup>623</sup> *Ibid.*

<sup>624</sup> *Ibid.*

<sup>625</sup> A maior expressão política do partido conservador na Província do Piauí era Simplicio de Sousa Mendes.

Voluntários da Pátria por esta Província, o qual deve regressar a ela no próximo vapor que tem de vir da cidade de Parnaíba; e bem assim a comparecerem à passeata que em ato seguido, terá lugar.<sup>626</sup>

Houve uma solicitação por parte da Câmara Municipal de Teresina à população de Teresina para que iluminassem as suas casa por três noites e mantessem a frente de suas casas limpas para a recepção, além de que demonstrassem a ampla alegria e satisfação com a chegada das tropas.<sup>627</sup>

Solicitações semelhantes também foram dirigidas aos comerciantes da cidade, inclusive que fechassem “[...] os seus estabelecimentos desde a hora em que for dado o sinal da reunião, que será três tiros de peça na praça Aquidabã, até às 6 horas da manhã do dia seguinte.”.<sup>628</sup> A própria denominação da praça já era uma clara demonstração de homenagem à vitória do exército brasileiro no Paraguai.<sup>629</sup>

A programação tinha previsão de se estender por oito dias e incluía ainda uma grande solenidade religiosa na Igreja Matriz do Amparo, que praticamente encerraria as solenidades, e deveria começar as 11:00 da manhã.<sup>630</sup>

Tal era a preocupação com a recepção que além de convocar a imprensa para divulgar toda a solenidade, o governo provincial tratou de imprimir a programação para ser distribuída à população, convidando a todos para participar das solenidades.

Em setembro de 1870, no dia três, aportou em Teresina a barca proveniente de Parnaíba, trazendo os soldados em número de 140 homens, juntamente com 09 oficiais, que desembarcaram por volta da 06:30 da manhã. Com a bandeira do corpo desfraldada puseram-se a se organizar.

As tropas piauienses chegaram em Teresina em uma quantidade pequena de homens, levando em consideração a quantidade dos que saíram. Algo muito curioso foi que alguns desses militares casaram-se com mulheres paraguaias, algo em torno de 26 e muitos tornaram-se pais de várias crianças já nascidas fruto desses casamentos.<sup>631</sup>

Toda a preocupação do governo fora praticamente transferida à comissão encarregada de preparar os festejos, esta tinha como finalidade a arrecadação de dinheiro para ser aplicado na recepção dos voluntários piauienses.

<sup>626</sup> A Pátria, p. n/p, número s/n, 24/08/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>627</sup> Ibid.

<sup>628</sup> Ibid.

<sup>629</sup> Atualmente a praça chama-se Pedro II.

<sup>630</sup> A Pátria, p. n/p, número s/n, 24/08/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>631</sup> NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972, p. 229.

O jornal *O Amigo do Povo*, dirigido por Deolindo Moura, fez uma série de referências, às festividades de recepção da tropa, narrando com riqueza de detalhes a chegada e as comemorações. Típico de seu editor eram os comentários sobre o desempenho e comportamento da tropa nos campos de batalha,

No dia três do corrente (setembro), aniversário do ataque às baterias de Curuzu, aportou nesta cidade o vapor *Piauí* trazendo em seu bordo o Sr. capitão João Lustosa da Cunha, digno Comandante do Contingente de briosos Voluntários da Pátria, filhos diletos desta cara Província [...]

As 6,1/2 horas da manhã, com estandarte glorioso que tantas vezes os conduziu à vitória, desembarcaram os Voluntários da Pátria em numero de 9 oficiais e 140 praças, sendo dois inválidos.<sup>632</sup>

Com uma recepção muito calorosa, todos no cais puseram-se a contemplar quase que miticamente aos sobreviventes. Depois, dirigiram-se todos para a frente do palácio da Presidência, onde foram saudados.

Ainda de acordo com o jornal,

De frente do Palácio da Presidência seguiu em passeata o contingente de Voluntários, com a veneranda bandeira ornada de 6 coroas triunfais com letreiros de ouro; depois de uma digressão até a praça Saraiva, dirigiram-se ao quartel de 1ª Linha onde se aboletaram as praças, indo os oficiais para diversas casas de particulares.<sup>633</sup>

O jornal noticiou ainda sobre as comemorações ocorridas durante a noite, Teresina ficou em festa. Foi promovida pelos moradores da Rua São José uma “[...] brilhante iluminação de mais de 800 luzes em forma de cruz grega, [...]. A um lado havia uma tribuna previamente preparada, à qual subiram os Drs. Augusto Colin da Silva Rios e Deolindo Mendes da Silva Moura [...]”<sup>634</sup> Segundo o redator do jornal, que também se fez presente no palanque, estes representavam as três nações vitoriosas no conflito.

A programação dos festejos prosseguiu na Câmara Municipal. Em frente ao prédio havia uma inscrição em honra dos Voluntários, e ao desfilerem pela rua da Glória, foram lidos breves, mas entusiasmados discursos por populares, e por dias seguidos as comemorações prosseguiram com estouro de fogos de artifício, girândolas de foguetes cortavam o céu das noites de Teresina.

No dia 05 daquele mês de setembro foi realizado um Te Deum na igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo. Ao fim da cerimônia, a bandeira do Corpo foi depositada no altar da capela. Deolindo Moura, redator do periódico *A Imprensa*, leu um discurso em que procurou atenuar as querelas que anteriormente geraram perseguições políticas que haviam

<sup>632</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 11/09/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>633</sup> Ibid.

<sup>634</sup> Ibid.

abalado as relações sociais na Província, desde o segundo semestre de 1865, e agravaram-se à medida que a guerra evoluía.<sup>635</sup>

Seja como for, houve ainda algumas palavras proferidas pelo Vigário geral da Cidade de Teresina, dirigindo um afetuoso abraço de boas vindas a todos os “Voluntários” que haviam retornado à Província.

Deolindo Moura, alguns dias depois havia escrito na coluna de editorial no jornal de sua propriedade o que de fato deveria ter sido feito em honra dos Voluntários, sempre lembrando dos problemas políticos que havia tencionado a sociedade na Província, uma vez “[...] que os festejos de nossos voluntários podiam ser feitos com mais expansão do que foram; calamos mesmo certas faltas que se deram por não quisermos fazer agora recriminações que poderiam ser tomadas como nascidas de qualquer rivalidade partidária [...]”.<sup>636</sup>

Ainda de acordo com ele, a cidade de Parnaíba havia excedido “[...] a capital no seu regozijo, que alli foi geral, ao receber os derradeiros bravos do 50º trazidos ao norte pelo transporte Marcilio Dias.”.<sup>637</sup>

Os tempos agora seriam outros, e não haveria festividade de recepção que saldasse a eterna dívida para com os homens da província do Piauí, que foram lutar tal como os demais de outras províncias nos campos de batalha do Paraguai. Uma outra guerra viria pela frente e seria enfrentada individualmente por cada um dos soldados que retornaram, seria junto aos seus e pela sobrevivência no dia-a-dia.

## **5.2 Miséria do nosso país ! uma outra guerra.**

O fim das comemorações não marcaria o fim da guerra, mas o início de uma outra guerra particular. Um conflito que trazia em seu bojo a dificuldade de reinserção de um grupo de homens em uma sociedade mergulhada no contrasenso da escravidão.

O governo Imperial tratou de regular como seriam os procedimentos para a recepção dos voluntários, para tanto publicou no índice de decisões do império, data de 22 de fevereiro de 1870, qual a forma que deveria se “[...] proceder em relação aos voluntários da pátria e

---

<sup>635</sup> Ibid.

<sup>636</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 15/10/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>637</sup> Ibid.

guardas nacionais que regressarão da Republica do Paraguay para recolher-se ao seio de suas famílias.”<sup>638</sup>

Desde de setembro de 1867, alguns combatentes começavam a retornar à província por conta das baixas que recebiam. Havia os que ficavam na Corte e buscavam se internarem no asilo de inválidos da pátria da Corte, mas os que vinham para a província do Piauí eram encaminhados, pelo Ministério dos Negócios da Guerra, especificadamente pela repartição do Ajudante General na pessoa do General João Frederico Caldwell.

Em virtude de ordem do Exmo. Snr. Conselheiro Ministro da Guerra, tem o abaixo afsignado a honra de enviar a V. Ex.<sup>a</sup>. o Snr Presidente da Província do Piauhy as inclusas guias de socorrimento dos soldados Januário Gonçalves da Silva e Francisco Antonio da Silva, que tendo sido Julgados incapazes do serviço seguem hoje para efsa província, aonde deverão ficar addidas a algum Corpo da Guarnição para aguardarem suas reforma ou baixas.<sup>639</sup>

Quando não muitos militares recebiam licença, tal como aconteceu com o Capitão Gil Lustosa da Cunha, que além do soldo normal recebeu ainda soldo adicional a que tinha direito, além de ser concedido afastamento “[...] para convalescença de ferimentos adquiridos em combate.”<sup>640</sup> Esse tipo de licença era temporário, e dependeria muito do grau de ferimento do combatente, e com certeza retornaria ao combate tão logo ficasse recuperado. Naquele período a carência de combatentes eram muito grande. Era o período de estagnação das tropas do exército no Paraguai. O oficial em questão era piauiense e sobrinho do Ministro dos Negócios da Guerra.

Muitas dessas licenças eram concedidas graças a uma lei especifica permitia o pagamento do soldo normal de campanha, portanto tal como sugere a circular do Ministério dos negócios da Guerra era um valor que devia ser abonado aos combatentes “[...] do Exército que se encontrão doentes em consequência de ferimentos recebidos em combate ou de moléstia adquiridas em campanha é a mesma marcada na tabella do 1º de maio de 1858 [...]”<sup>641</sup>

Quando o efetivo do Piauí chegou à província, em pouco tempo chegaram as ordens oficiais por meio de um aviso circular do Ministério da Guerra de 22 de abril de 1870, para a

<sup>638</sup> BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870. Decreto Lei de 22 de fevereiro de 1870.

<sup>639</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Repartição do Ajudante General. Oficio nº s/n, de João Frederico Caldwell a Adelino de Luna Freire em 16/09/1867. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

<sup>640</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Diretoria Central 2ª Secção. Oficio nº s/n de João Lustosa da Cunha Paranaguá a Adelino de Luna Freire em 14/01/1867. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

<sup>641</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Circular do Barão de Muritiba a Adelino de Luna Freire em 16/09/1867. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

dissolução do Corpo, o que foi feito através de um ato em 10 de setembro daquele mesmo ano.<sup>642</sup> No entanto, independente de qualquer ordem do Ministério dos Negócios da Guerra, o próprio Presidente da Província, criou um Corpo de depósito para concentrar alguns militares veteranos que não tinham como se desligar de imediato do serviço militar fossem oficiais ou soldados.

Tal medida era como uma prévia das dificuldades que alguns passariam daquele momento em diante. Por ser ex-combatente Voluntário da Pátria, um oficial reformado do exército ficou como responsável pelo corpo, o capitão Antonio José Vidal de Negreiros.

Era a política de desmobilização das tropas que representavam um perigo iminente à velha instituição monárquica e que devia ser posta em prática pelo governo imperial e pelas demais províncias. Alguns dos soldados incorporados já estavam na província desde 1867. Com a chegada de todo o restante do Corpo, o volume de desmobilizados havia crescido substancialmente.

Aos veteranos militares do Corpo foi entregue um documento oficial, denominado de “excusa”. Nos dias de hoje é conhecido como Fé de Ofício, que consistia num memorial descritivo dos serviços deles junto ao Exército, com a citação dos feitos de cada um deles quando estiveram em combate. O próprio comandante do corpo, o capitão João Lustosa da Cunha, que era um dos filhos do Coronel Jose da Cunha Lustosa, ficou encarregado de entregar essa documentação, o mesmo representava na verdade a dispensa oficial concedida pelo governo.

Tornou-se costume a publicação desses memoriais pelos jornais da Província do Piauí, como a do soldado Jerônimo de Sousa Rodrigues, que em seu texto único fazia a citação de sua trajetória no front paraguaio,

Excusa nº 11 – 13 de setembro de 1870.

O Voluntário da Pátria, soldado nº 75, Jerônimo Rodrigues de Souza, natural da Província do Piauí, cor branca, cabelos escorridos, olhos pardos, estatura baixa, idade 32 anos, estado [civil] solteiro, teve baixa do serviço do Exército, nesta data, por determinação do Governo Imperial e na conformidade do que dispõe o art. 4º do Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865.

Assentou praça em 1º de abril de 1865, na Província do Piauí, no 50º Corpo de Voluntários da Pátria; marchou para a guerra contra o Paraguai em dias do mês de maio de 1865 e regressou a 3 de setembro de 1870, no contingente dos Voluntários do Piauí: [...]

Dos assentamentos consta os combates seguintes: 16 de Junho nas fortificações de Humaitá e rendição daquele lugar; combates de Itororó, de 6, 21, 27 e 30 de novembro; rendição de Angostura, em dezembro, tudo no ano de 1868.

Em firmeza do que mandei passar a presente excusa que vai por mim assinada e selada com o selo das armas imperiais.

<sup>642</sup> AVISO do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Aviso Circular ao Presidente da Província do Piauí, de 22/04/1870. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

Quartel do Contingente de Voluntários do Piauí, 9 de setembro de 1870.  
Capitão João Lustosa da Cunha, Comandante.<sup>643</sup>

Contudo, a construção de um exército para o conflito demandou a ampla mobilização, sobretudo de meios humanos para engrossar as tropas, não se poderia viver de comemorações. Já era chegada a hora da recompensa pelos serviços prestados à nação.

No relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1870, o então Ministro José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, anunciou sobre os procedimentos que estavam sendo tomados a fim do governo honrar o compromisso anunciado no decreto 3.371, sobretudo ao que se referia o artigo 2º, “Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exército, mais 300 reis diários e a gratificação de 300\$000, [...]”

Segundo Rio Branco, com o fim da guerra o governo não se descuidou em cumprir essa promessa, o que deixou claro que ao fim do ano de 1870 já havia sido providenciado prontamente o pagamento das tropas.<sup>644</sup>

De acordo ainda com Rio Branco, os pagamentos de prêmios foram realizados diretamente nos corpos quando estes regressaram do front e passaram pela corte. No entanto, outros tiveram de ser pagos em separado, por haver solicitado baixa ainda no Paraguai e não terem retornado ao Brasil com o seu batalhão de origem.<sup>645</sup>

Segundo consta, e nas próprias palavras do Ministro, “Para este ultimo caso adoptarão-se medidas tendentes a evitar que a especulação conseguisse frustrar os favores concedidos, iludindo, sob diferentes pretextos, a boa fé dos voluntários.”<sup>646</sup>

A primeira impressão que se pode ter, é que a maioria dos combatentes era sumamente ignorante a ponto de simplesmente desconhecer por completo a razão de terem estado a quilômetros de distancia de sua terra natal, quando se sabe que muitos se alistaram conscientes de que receberiam os prêmios apregoados pelo decreto 3.371.

Tamanho seria então o desconhecimento, que qualquer falsa informação sobre o não pagamento dos voluntários seria facilmente absorvida pelos homens como verdadeira. Ao que parece, o Ministro dá entender que estaria ocorrendo uma série de boatos a respeito do não pagamento dos prêmios.

---

<sup>643</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 15/10/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>644</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871., p. 16

<sup>645</sup> Ibid.

<sup>646</sup> Ibid.



Nesse caso, segundo Rio Branco, várias providências haviam sido tomadas “[...] não só para prevenir aquele abuso, como também para impedir duplicatas, produzirão o mais satisfatório resultado, e o processo do pagamento do prêmio tem corrido com toda a regularidade.”.<sup>647</sup> Rio Branco não deixou muito claro quais procedências haviam sido tomadas para evitar a especulação.

O montante para o pagamento dessas despesas até àquela data chegava a quantia de 4,527:600\$000 (quatro contos, quinhentos e vinte sete mil e seiscentos reis). Segundo o relatório do ministério da guerra, o pagamento havia sido feito, como vimos, diretamente na corte, e por meio das tesourarias de algumas províncias, como aponta o quadro abaixo:

Pela pagadoria das tropas, a corpos quando foram dispensados.	2,708:400\$000
A praças avulsas	108:000\$000
Pela Tesouraria da Bahia	3:000\$000
Pela Tesouraria do Rio Grande do Sul	1,622:400\$000
Pela Tesouraria do Mato Grosso	85:500\$000
Pela Tesouraria do Goiás	300\$000
Total	4,527:600\$000

Tab. 3. Fonte: BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871., p. 16.

É fácil perceber também a importância de algumas dessas províncias no contexto da guerra. A Bahia foi a província do norte do império que mais Corpos de Voluntários forneceu ao exército, parte desses homens haviam recebido seus prêmios na corte e outra parte na própria província, ou simplesmente não receberam nada.<sup>648</sup>

<sup>647</sup> Ibid.

<sup>648</sup> Ver RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os Involuntários da Pátria*. A Bahia na Guerra do Paraguai. Salvador: UFBA, 2001 Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2001.

O Rio Grande do Sul, era uma das provinciais fronteiriças da guerra, tal como o Mato Grosso que havia sido invadido. Já as tropas do Goiás, estas haviam constituído dois Corpos de Voluntários, que compuseram a força expedicionária ao Mato Grosso, que redundou na fracassada tentativa de invadir o território Paraguaio pelo norte. O episódio foi narrado em livro pelo então tenente Alfredo Descragnolle Taunay intitulado *A retirada da Laguna*.

No caso das tropas do Piauí, essas foram pagas ao passarem pela corte, no entanto, somente ao chegarem ao Piauí receberam os documentos de comprovavam que os mesmos serviram como voluntários da pátria e a confirmação de que já haviam recebido o prêmio em dinheiro de trezentos mil réis, como atesta as excusas recebidas pelo soldado Jerônimo de Sousa Rodrigues. “Ao receber a presente excusa, esta pago o soldo e mais vantagens que lhe competiam como Voluntários da Pátria; e bem assim da gratificação de trezentos mil reis, de que trata o art. 2º do Decreto acima mencionado.”<sup>649</sup>

A historiografia sobre o conflito tem apresentado ao longo do tempo uma série de situações que não contempla uma reinserção satisfatória dos ex-combatentes na sociedade brasileira, o que não seria diferente na Província do Piauí, toda essa situação é corroborado pelo discurso dos próprios documentos da época, principalmente das cartas que eram enviadas às autoridades competentes reclamando sobre a situação de penúria que se encontravam os militares que haviam lutado no Paraguai.<sup>650</sup>

De uma forma geral, sempre tem-se a imagem de que os ex-combatentes recebiam suas gratificações ao fim do conflito, no entanto é possível observar que alguns militares feridos ou contundidos, ou doentes eram dispensados do serviço militar após a sua recuperação. Como a promessa de recebimento do prêmio somente se concretizaria ao fim do conflito, era muito comum que esses militares procurassem pessoas influentes na Província, a fim de receberem alguma forma de compensação por haverem estado em combate.

Assim, José Pedro Dias de Carvalho, escreveu ao Presidente Franklin Dória, ainda em 1865, para que o mesmo resolvesse o problema de um Voluntário da Pátria, chamado Manuel do Rego Barros, que havia retornado da guerra, e sem ter como refazer a sua vida apelava ao protetor para que o ajudasse,

É portador desta o Sr. Manuel do Rego Barros, que acaba de prestar serviços como Voluntário no Exército, e impossibilitado por moléstia, volta a sua província onde deseja ser empregado em alguma das fazendas nacionais no serviço do curtume do gado para ganhar a sua subsistência [...].<sup>651</sup>

<sup>649</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 15/10/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina

<sup>650</sup> Cf: CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

<sup>651</sup> CARTA de José Pedro Dias de Carvalho a Franklin Américo de Menezes Dória, Rio de Janeiro, 23/10/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 86. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

Ou mesmo, quando era solicitado o transporte de familiares dos combatentes da linha de frente para a Corte, e de lá para a província, tal como aconteceu com uma senhora chamada Joana Rita dos Impossíveis que em julho de 1868, fez por carta solicitação de passagem a Ministério dos Negócios da Guerra em seu nome, pois, como era mãe de dois soldados falecidos nesta campanha, solicitava ao ministro para “[...] mandar dar-lhe passagem desde a Corte para a Província do Piauí, d’onde era natural.”.<sup>652</sup>

Mas a situação realmente ficou difícil após a chegada do grosso das unidades e alguns anos após a dissolução dos corpos, começaram a surgir reclamações por parte dos ex-combatentes, a respeito da situação caótica em que se encontravam. Um bom exemplo que ilustra tal situação é revelado pelo pedido de ajuda através de carta, encaminhado a Fernando Luis Osório, filho do General Manuel Luis Osório, oficial que sempre gozou de muito prestígio junto aos soldados, tanto que a carta endereçada a seu filho fazia o seguinte apelo,

V.Excia, V.Excia, que é incansável protegendo a classe militar, que tão esmagada tem sido pelo ministério da Guerra, actual, não ouse também falar sobre os voluntários da Pátria, da guerra do Paraguahy, que jazem na miséria, os funcionários que não tem padrinhos que o General Duque de Caxias, declarou guerra, não lhe dando emprego e que só faz segurar o decreto de janeiro de 1865 para os seus afilhados, que já não há um só que não esteja bem empregado e que gozão de toda garantia desse decreto; ao assumireis que cuidado não tem ninguém por elles, o Snr. Duque pede-lhes tantos documentos e tantos estampilhas que o pobre qe nem tem p.<sup>a</sup> o cigarro desvanece e deixa sua cama a morrer, e então atira-se no desespero e as esmollas, como por ahi andão mtos qe se tornão vejame p.<sup>a</sup> a classe militar do nofso paiz e o Snr. Duque não vexa-se disso. V. Excia, pergunte ao Srn. Seu pai, quem fez a campanha do Paraguahy se não forão os voluntários da Pátria, que hoje são desapropriados do Governo e maior parte sem recurso. Miséria do nofso paiz ! as leis se fazem p.<sup>a</sup> os filhos e afilhados dos Ministros e os pobres qe la’ trabalharão não lhe coube nada. O decreto de 7 de janeiro de 1865 diz q.e os funcionários terião etapa e até ifso o Snr Ministro Duque de Caxias não quer fazer ostensivo só dá aos seus com aumento e aos pobre nega !

Vsa Ex. cia Ex major comante Como é da classe militar favoreça aos Voluntários desprotegidos do Snr Duque de Caxias.<sup>653</sup>

Temendo represálias, o ex-combatente assina como *Honorário escrivão*, o que revela também o estado de articulação política permanente, da qual a muitos ex-combatentes não interessava. O que de fato fazia diferença era a subsistência deles no pós guerra. Naquela ocasião a situação não era muito boa entre conservadores e liberais, e por essa época, Caxias, Conservador, já não trocava muito diálogo com Osório, Liberal, apesar da longa amizade dos dois e de ambos combaterem juntos na campanha do Paraguai.

<sup>652</sup> CORRESPONDÊNCIA sobre a Guerra do Paraguai, vol 12, AN. Apud. SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 126.

<sup>653</sup> CARTA comentando a situação dos Voluntários da Pátria para Fernando Luis Osório, para os quais solicita sua proteção, (incompleta) , Rio de Janeiro, 29/06/1877. Lata 238, Pasta 14. Coleção General Osório. IHGB. Rio de Janeiro.

De um modo geral, o que o ex-combatente reclama, é sobre uma das cláusulas do decreto que previa o aproveitamento dos voluntários no pós-guerra como funcionários públicos, e ao que tudo indica, somente estavam sendo aproveitados os afilhados políticos do então Duque de Caxias.

Na Província do Piauí alguns ex-combatentes provenientes do Corpo de Oficiais que havia composto um dos batalhões, chamado Belarmino de Carvalho Castelo Branco, oficial Capitão da Guarda Nacional era um Voluntário do Piauí reclamando, mas a sua carta não foi endereçada particularmente a algum articulista político, ou militar influente, mas diretamente a sociedade teresinense,

Não tendo senhores a necessária habilitação afim de escrever para um publico ilustrado, conservei-me silenciosa por algum tempo, porem ferido pela mais negra ingratição, obrigado por uma força irresistível e não podendo suportar calado tantas injustiças, resolvi com as minhas rudes expressões fazer-vos ciente do quanto sofrem aquelles que, ouvindo o reclamo de sua pátria, por ela derramaram o seu sangue generoso em longínquas terra de um país estrangeiro.

Naquelles dias tudo eram flores, tudo eram garantias.

Eu os vi embarcarem para a Campanha cobertos de bênçãos, de vivas e de louvores. Lá no país estrangeiro, longe dos seus, conservaram-se firmes; bateram-se valorosamente em defesa da honra nacional durante 5 anos.

Que suplícios suportarão ? Eu o sei, porque também com ele tudo experimentei: fome, peste, frio, fadiga de marchas [...]

Tudo suportamos sem desesperar, porque era em favor de nossa pátria.

Treze vezes, em combate, minha vida arrisquei por este ingrato país.

Vi nos muros Humaitá e Assunção tremular altivo o pavilhão brasileiro.

De volta daquela campanha na qual gastei cinco anos de minha vida pugnando pela honra nacional, baldo de recursos, falta de meios para subsistir com decência e dignidade [...].<sup>654</sup>

O apelo do ex-combatente era no sentido de ser aproveitado para o trabalho como funcionário público, uma vez que o artigo nono do decreto 3.371, previa essa possibilidade.<sup>655</sup> O que se pode ver é que após passar algum tempo da chegada das últimas unidades que ocupavam o Paraguai e a desmobilização continua dessas tropas, simplesmente não havia nenhum critério de como se aproveitar esses voluntários na sociedade, nem tão pouco como funcionários públicos nas repartições do Império.

No Piauí, a guerra era, agora, a de luta pela própria sobrevivência. Era necessário recompor a vida, a qual, por mais que houvesse, para alguns menos afortunados do que o capitão Belarmino, beirado a da miséria antes da guerra, haviam atendido ao apelo do governo, não somente como demonstração de abnegação pelo país e, sim, principalmente, mediante a recompensa que lhes garantiriam a mudança de suas vidas, uma possibilidade de recomeçar a vida depois de tanto sofrimento.

<sup>654</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 31/03/1871, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>655</sup> BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1865. (decreto numero 3.371, de 07/01/1865).

Para muitos que sobreviveram à guerra, ao retornarem para suas respectivas províncias, não significava o imediato regresso para o seio de seus familiares, muitos acabavam se concentrando na capital estacionados nos batalhão deposito. Aqueles que moravam no interior, dependiam da boa vontade do governo provincial, portanto tinham que permanecer na capital por força das circunstâncias, antes de percorrerem a longa jornada para suas casas nas distantes paragens do interior da província.

A desmobilização das tropas, com efeito, foi a primeira atitude a ser rapidamente posta em prática, para que os bandos de soldados de regresso não pudessem colocar em perigo a ordem social da Província e do Império.

Os ex-combatentes cobravam pelos serviços prestados à Nação sem, entretanto, obter das autoridades a devida atenção no cumprimento das promessas e da própria lei, que havia criado os corpos de voluntários da pátria.

Em sua carta ele deixa bem claro que já havia procurado as autoridades competentes a fim de fazer prevalecer o seu direito, sem no entanto conseguir. Ele havia se dirigido a “[...]S. Excia. o Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão, Presidente desta Província, pedindo-lhe um emprego, baseando-me no Decreto nº 3.371 [...] o qual manda dar preferência aos Voluntários da Pátria sobre qualquer individuo com igual habilitação.”.<sup>656</sup>

Belarmino de Carvalho, havia tentado por quatro vezes convencer o presidente da Província, para dar-lhe um emprego, invocando razões que segundo ele “pareciam impossíveis de não serem apreciadas” até que finalmente ouviu do Presidente que ele “[...] estava tratando de economizar os cofres públicos e não de esbanjar dinheiro da nação.”.<sup>657</sup>

O lamento de Berlamino foi completado pela constatação de que o presidente simplesmente havia esquecido “[...] que voluntário não procurou economizar nem seu tempo, nem seu sangue, nem sua vida, quando a Pátria dele precisou. E eis agora a sua situação [...] depois de haver colhido tantos louros nos campos de batalha [...] o voluntário sucumbe na sua própria terra [...]”.<sup>658</sup>

As Fés de ofício eram documentos que serviam de prova sobre a participação dos ex-combatentes, e quase sempre eram anexados aos requerimentos, afim de que pudessem ser atendidos os pedidos dos suplicantes, o capitão havia feito e anexado todos os documentos necessários, mas mesmo assim teve negado o seu direito.

---

<sup>656</sup> O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 31/03/1871, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>657</sup> Ibid.

<sup>658</sup> Ibid.

Muito comum também era a publicação dessas Fés de ofício nos jornais, inclusive dando publicidade de que haviam sido registrados em cartórios. A imagem do ex-combatente não poderia ser esquecida, ademais que era um recurso único para os mesmo pleitearem uma possibilidade de emprego, já que o governo não criava oportunidade de trabalho para eles, assim, era comum ver a publicação de Fés de ofício,

O voluntário da pátria 2º cadete do 51 Luiz Leal Lopes Lima natural da província do Piauí de cor preta, cabelos garapinhos, olhos pretos, estatura regular idade 28 anos, estado solteiro, teve baixa do serviço do exercito nesta data, por determinação do Governo Imperial e na conformidade que dispõe o artigo 4 do decreto n.º 3371 de 7 de janeiro de 1865.

Assentou o praça em 16 de março de 1865 nesta província no 2º corpo de voluntários da pátria ; marchou para a guerra contra o governo do Paraguay a vinte de junho do mesmo ano de 1865; regressou a três de setembro de 1870 no contingente de voluntários da mesma província.<sup>659</sup>

De maneira geral, a maioria das reclamações dos ex-combatentes refere-se à falta de empregos e a não absorção destes nas instituições públicas, tal como previa o decreto. Aqueles que recebiam pensão não faziam tantas reclamações, alguns destes como havia sido ferido em combate recebiam pensão.

Marcelo Moraes, acredita “[...] que os que se beneficiavam seriam os oficiais que após a guerra, já desmobilizados, apresentavam o referido artigo e conseguiam uma posição no serviço publico.”.<sup>660</sup> No entanto, podemos verificar que os limites da recusa por agregar os ex-combatentes nos empregos públicos atravessava a barreira dos oficiais, atingindo-os em cheio, o que prejudicava a sua reinserção na sociedade. É certo que os que não fossem beneficiados, seria por conta de sua filiação política, e nesse ponto corroboramos com o mesmo autor que cita o exemplo de Benjamin Constant.<sup>661</sup>

Havia o caso também de alguns oficiais que continuavam sofrendo perseguição, por razões políticos, mesmo após retornarem da guerra, essa perseguição de fato era uma extensão do que havia ocorrido no Paraguai, pois de acordo com Doratioto era muito comum, “[...] os adversários do governo [...] no teatro da guerra [serem] destituídos de postos de comando. [...]”.<sup>662</sup> Essa prática acabou tendo continuidade no pós-guerra, portanto perdia-se o emprego que havia sido conquistado.

Na Província do Piauí, alguns oficiais um ano após o seu retorno foram destituídos pelo Presidente da Província de postos de comandos em que ocupavam, fato amplamente denunciado pelo jornal do partido liberal,

<sup>659</sup> A Imprensa, p. n/p, numero s/n, 26/01/1871, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>660</sup> GOMES, Marcelo Augusto Moraes. op. cit., p. 362.

<sup>661</sup> Ibid., p. 363.

<sup>662</sup> DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002, p. 267.

Guarda Nacional – Consta – nos que Exm. Sr. Dr. Presidente da província resolvera retirar a designação do major do batalhão da reserva deste município, e de um outro dos Picos dos nossos amigos Olegário Ortiz da Silva Rios e Belisário José da Silva Conrado por serem mais antigos do que outros capitães dos respectivos corpos passando a servir de major no batalhão desta cidade o Sr. capitão Raimundo de Oliveira Rocha Leal.<sup>663</sup>

O Major Belisario da Silva Conrado já havia sofrido perseguição, e mesmo distante, combatendo na guerra, a sua esposa Ana Rosa Freitas, fora afastada das funções de professora por ser acusada de Adultério com um padre, acusação que conseguiu com muita dificuldade se livrar e provar inocência.<sup>664</sup>

Havia também a questão das pensões, ou seja, o décimo artigo em que garantia as famílias dos voluntários que falecessem nos campos de batalha teriam direito à pensão ou meio soldo, sendo que os que se inutilizassem por ferimentos recebidos em combate receberiam durante toda a sua vida soldo dobrado de voluntário.<sup>665</sup>

Sobre as pensões deixadas aos familiares, não tenho condições para fazer uma análise maior da questão; isto caberia uma outra pesquisa, visando entender como se deu a “integração” dos ex-combatentes na sociedade, a partir desse aspecto, bem como quais seriam os desdobramentos futuros dessa integração. O que posso afirmar é que até a década de 50 do século 20 ainda existiam discussões a respeito do pagamento de pensões aos descendentes dos veteranos da Guerra do Paraguai, de acordo com lei assinada pelo então Presidente João Café Filho.<sup>666</sup>

De qualquer forma, o retorno dos ex-combatentes ao Piauí, coincide com um período de muita dificuldade econômica, na Província, e na própria capital, Teresina, que apesar de ser caracteristicamente uma cidade administrativa, era muito carente de tudo. Também há pouco tempo a varíola havia grassado pela província, e nos anos vindouros de 1877 e 1878 a situação seria agravada ainda pela seca, tal como Francisco Gil Castelo Branco retrataria em seu romance *Ataliba, o vaqueiro*.<sup>667</sup>

<sup>663</sup> A Imprensa, p. n/p, numero s/n, 16/02/1871, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina.

<sup>664</sup> A Professora Maria Alvenir Barros Vieira, encontra-se desenvolvendo tese de doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação na UFRN, sobre a situação das professoras do Piauí no século XIX, em sua pesquisa aborda a situação da Professora Antonia Rosa, segundo Alvenir, a maioria das fontes encontradas indica que Antonia Rosa foi vítima de uma “cruel” e pertinaz perseguição política.

<sup>665</sup> BRASIL, Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1865. (decreto numero 3.371, de 07/01/1865).

<sup>666</sup> BRASIL. República, *Coleção de Leis Brasileiras*, Índice dos Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1954. Lei nº 2.326, de 20 de setembro de 1954.

<sup>667</sup> Ver: CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. 4º Ed. Teresina: Corisco, 1999.

Marcelo Moraes trata da questão dos ex-combatentes que retornaram do Paraguai em especial, os chamados inválidos da pátria.<sup>668</sup> Mas a partir do problema em que propõem analisar, a vida no pós-guerra há duas indagações que interessa muito ao nosso trabalho.

Como esses homens que haviam sido recrutados de todas as maneiras, nem todas pacíficas, voluntárias e regulares se sustentariam no pós-guerra ? Qual, seria a realidade que enfrentariam quando retornassem e fossem desmobilizados em suas províncias de origem ?

Em 1865, durante os debates levados ao conselho de estado, foi discutido quais os meios necessários para fazer aparecer rendas suficientes a fim de manter a guerra, A reunião de 21 de janeiro de 65 foi convocada para ouvir a palavra dos conselheiros ante “o dever do Governo de organizar os meios de guerra contra as repúblicas do Uruguai e do Paraguai”, pois de acordo com a realidade de então o orçamento não previa os recursos indispensáveis à manutenção de um exército.

Naquelas circunstâncias somente o Legislativo poderia determinar medidas, que deviam constar de redução de despesas, criação de impostos, empréstimos, como foi lembrado pelo visconde de Abaeté. Ele pensava que a urgência teria como solução empréstimos, obtidos dentro do País, com “venda de apólices e emissão de bilhetes do Tesouro com prazos mais ou menos longos”, opinião que também era de Jequitinhonha e do Conselheiro Sousa Melo, que acrescentava ainda a suspensão do resgate do papel-moeda.<sup>669</sup>

Todas as soluções possíveis foram examinadas, com o realce do alcance e limites. Não era fácil encontrar os meios, pela inconveniência de aumento de impostos ou dificuldades de empréstimos internos ou externos, pois o caso era de urgência.

A experiência demonstrou que foi relativamente rápido mobilizar a sociedade para a guerra, e com isso adquirir voluntários em número suficiente para alimentar as fornalhas da guerra, e que apesar das dificuldades em organizar um imenso exército, enfrentar os problemas de transferência de comando da Guarda Nacional ao Exército Imperial, o governo de modo algum ao que parecia, estava apto a cumprir as promessas que propôs no decreto dos voluntários da pátria, ou porque não sabia ou porque simplesmente não queria.

E mais ainda, é muito provável, que com a quantidade de homens despachados para o Paraguai com baixo preparo para o combate, e diante da natureza das batalhas que caracterizavam os conflitos do século XIX, onde a massa de soldados compacta era lançada umas sobre as outras até haver o “desgaste da linha”, a maioria não sobreviveria para contar a

---

<sup>668</sup> GOMES, Marcelo Augusto Moraes. op. cit., p. 351.

<sup>669</sup> Ver BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 21 de janeiro de 1865, v. 05. “Meios para fazer a guerra contra a Republica do Paraguai”.



sua história de vida. São muitos os relatos de combate em tom dramático, de soldados que viram seus companheiros morrendo, ou se despedaçando, em batalhas que costumavam durar horas.

Tão cruel como o ofício do ano de 1867 enviado pelo Ministro dos Negócios da Guerra encaminhando ao presidente da Província do Piauí as “[...] certidões de óbito das praças dessa província mencionadas em nota junta que falecerão nos hospitaes do Exército em operação.”.<sup>670</sup>

Em 1871 houve uma discussão no conselho de estado sobre o pagamento devido a dois oficiais, o que é bastante revelador das dificuldades encontradas pelo governo para arcar com as responsabilidades tal como previa do decreto 3.371. Assim, foi encaminhado ao conselho de estado o seguinte questionamento: “Se deve solicitar do Poder Legislativo que não vote fundos para pagamentos das pensões concedidas ao Brigadeiro honorário Fileis Paes da Silva e ao Coronel Manuel Cipriano de Moraes?”.<sup>671</sup>

O referido questionamento foi enviado por Manuel Francisco Corrêa ao Visconde de Sapucaí. Nesses termos, exigia de Sua Alteza Imperial, a Regente, a enunciação dos votos dos Conselheiros de Estado, pois naquela ocasião, a Princesa Isabel encontrava-se à frente da reunião do conselho.

O primeiro a se pronunciar foi o conde d’Eu, que expôs o seguinte:

Consultado o referido Conselho sobre se deveria ou não ser passada portanto ao indivíduo a quem se tem concedido honras de postos militares em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Governo do Paraguai foi de parecer – “que ao indivíduo a quem na forma do decreto de 15 de fevereiro de 1868 se concederam ou houver de conceder honras de postos militares em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Governo do Paraguai se deverá passar patente, visto terem suas honras a caráter de vitaliciedade, e acharem-se esses indivíduos em condições análogas às dos oficiais honorários do Exército criados pela Lei nº 23 de 16 de agosto de 1838, aos quais se concedeu patente”.<sup>672</sup>

O parecer de D’eu, invocando duas leis passadas e o próprio decreto 3.371 a essa consulta teve a seguinte resolução,

Como parece e quanto à concessão de patentes às pessoas a quem pelo emprego que ocupam na Repartição da Guerra forem devidas honras militares com uso de uniformes, hei por bem suscitar a observância do Decreto de 13 de março de 1824 – Paço, 12 de agosto de 1868”. Verdade é que, não obstante ter sido a concessão de tais honras ou graduações honorárias autorizada pela referida lei de 16 de agosto de

<sup>670</sup> OFÍCIOS do Ministério dos Negócios da Guerra/Presidente da Província. Gabinete do Ministro. Circular nº s/n, de João Lustosa da Cunha Paranaguá a Adelino de Luna Freire em 04/10/1867. Documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775, APEPI. Teresina.

<sup>671</sup> BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 20 de julho de 1871 -, v. 8, p. 217. (Parecer de D’EU, Conde – Gaston d’Orleans)

<sup>672</sup> Ibid.

1838, e ultimamente pelo Decreto de 7 de janeiro de 1865 (que teve, segundo creio, aprovação legislativa na seguinte sessão da Assembléa Geral) [...].<sup>673</sup>

Dessa forma não era possível, “Admitir que os oficiais honorários do Exército fossem ser despojados de seus postos por arbítrio do Poder Executivo seria anular a importância das patentes que lhes foram passadas; seria equiparar esses postos aos simples postos de comissão. [...]”.

Para o conde D’Eu,

Semelhante arbítrio importaria um grave prejuízo para todos aqueles oficiais de Voluntários da Pátria ou Guarda Nacional que ao regressarem da guerra do Paraguai obtiveram postos honorários em prêmio de cinco anos de fadiga e serviços dedicados, e com razão prezam em alto grau semelhante remuneração por considerarem na vitalícia e independente do arbítrio da autoridade administrativa.<sup>674</sup>

Outro membro do conselho de Estado a dar parecer foi o marechal Luis Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, que disse,

Tendo examinado todos os documentos que acompanharam o Aviso da Sr. Ministro de Estrangeiros, e ouvida os autos Conselheiros que me precederam sobre a matéria constante dos cinco quesitos dirigidos pelo Governo ao Conselho de Estado: é minha opinião, quanto ao [...] ao 5º se se deve solicitar do Poder Legislativo que não vote fundos para pagamento das pensões concedidas ao Brigadeiro honorário Fidélis Paes da Silva e o Coronel honorário Manoel Cipriano de Moraes: creio que não; pois que estas pensões foram concedidas pelos bons serviços prestadas ao país por estes Officiais, e não se lhes deve tirar por haverem procedido depois irregularmente. Este é o meu voto.<sup>675</sup>

Os oficiais que tiveram a proposição de perderem as patentes e todos os benefícios concedidos pelo decreto 3.371, ao que consta haviam participado de operações militares irregulares no Uruguai, em 1870.

Até 1872, havia uma séria discussão sobre a concessão de honrarias aos officias que haviam lutado no Paraguai. A importância disso decorre que aqueles que permanecessem no exército simplesmente teriam o seu soldo aumentado. O relatório do Ministério dos Negócios da Guerra do ano de 1871 deixa isso bem claro,

Havendo muitos requerimentos para concessão de honras de postos a officias que fizerão a campanha do Paraguay, ao governo pareceu melhor, para evitar questões de justiça relativa, e dar um testemunho publico de apreço a todos os que deixarão os seus lares por motivo tão nobre, - Voluntários da pátria, Guardas Nacionaes, e Officiaes do Corpo de Policia, conceder-lhes as honras dos postos, que tiverão no exército em operações n’aquella republica.<sup>676</sup>

<sup>673</sup> Ibid.

<sup>674</sup> Ibid.

<sup>675</sup> BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 20 de julho de 1871 - , v. 8, p. 236. (Parecer de CAXIAS, Duque - Luis Alves de Lima e Silva)

<sup>676</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871, p. 71.

Essa medida foi regulamentada por decreto de número 5.158. Dessa forma, o governo evitou que muitos oficiais comissionados voltassem a servir na Guarda Nacional em postos inferiores aos que serviram no exército durante a guerra.

No caso de oficiais do exército, havia uma grande preocupação quanto àqueles que dessem baixa. Procurou-se então estabelecer medidas de manutenção dos seus postos, evitando-se com isso baixas que seriam certamente onerosas ao governo; muito mais que uma medida aparentemente administrativa procurava-se manter um quadro de militares experimentados, sobretudo porque o governo teria que honrar com algumas determinações do decreto 3.371, dentre os quais a distribuição de terras. Os oficiais, ao contrário de muitos soldados, sabiam ler e escrever, além de terem consciência de onde seriam as melhores terras, nesse caso aprontariam requerimentos com esse fim.

### **5.3 Terras nas Colônias Agrícolas Civas e Militares**

Uma das promessas contidas no decreto 3.371 era a distribuição de terras nas Colônias Militares e Civas,<sup>677</sup> mas o que eram as Colônias Civas e Militares e quais eram os seus objetivos? Tais colônias eram iniciativas do governo imperial que buscava o povoamento de áreas do interior do país, estabelecidas na década de 1850 foram exemplos da associação entre a função essencial do exército com relação à manutenção e vigilância do território brasileiro e a criação de um campo de experiência e conhecimentos sobre o país e as questões vinculadas à construção da Nação, a partir de um esforço de expansão e descentralização dos núcleos urbanos.

O modelo de Colônias Militares, como bem propunha o próprio Ministério dos Negócios da Guerra deveria se aproveitar militares experientes, mas, conservariam o padrão e rígido serviço militar, sem necessariamente estarem a serviço direto do exército, onde com o grau de aperfeiçoamento poderiam ser melhor aproveitados.

As colônias representavam, antes de tudo, um esforço de levar “civilização” ao interior, marcar a presença do País em locais não ocupados, ou mal ocupados no entender do governo. Sobre esse último ponto, ocorreram fatos curiosos, como no Maranhão, logo após a Guerra, que teve um quilombo completamente devassado para a criação de uma colônia.<sup>678</sup>

---

<sup>677</sup> BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1865, Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3371, de 07 de janeiro de 1865, p. 01.

<sup>678</sup> Ver: ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org) A Invasão do Quilombo do Limoeiro. São Luis: APEM/SIOGE, 1992.

O relatório do Ministério dos Negócios da Guerra do ano de 1858 apontava os objetivos das chamadas colônias militares, pois de acordo com o Ministro Jeronymo Francisco Coelho, o objetivo era de, “[...] estabelecer núcleos de povoações, em lugares remotos centrais e despovoados, onde só a principio podem resistir às privações, e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar.”<sup>679</sup>

Jeronymo Coelho procurou deixar claras as funções primordiais das colônias, a natureza de sua organização e a doutrina predominante. Segundo o mesmo, o trabalho desempenhado pelos colonos em suas atividades diárias seria um dia amplamente compensado pelo desenvolvimento que trariam através do surgimento de povoações. A natureza policial e de controle social é outra característica bastante peculiar dessas instituições.

A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde se tem acumulado vagabundos e malfeitores, que ameaçam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos. Tais colônias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa, que garantem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações, que um dia indenizarão, com vantagem, todos os sacrifícios, que com elas se fizerem.<sup>680</sup>

Um dos grandes objetivos na constituição dessas colônias era também de servirem como um grande campo de ensaios, sobretudo do ponto de vista da integração nacional.<sup>681</sup> Algumas relativamente deram certo, outras nem tanto, como aponta o mesmo relatório, o que revela uma situação já agravante em fins da década de 50 do século XIX.

Várias colônias desta ordem, como ensaios, têm sido estabelecidas ou ordenadas em diferentes pontos do Império; umas, mais que outras, se vão consolidando ou florescendo ou conservando-se estacionárias ou definhando, conforme peculiaridades e ocorrências diversas, que não cabe aqui apreciar.<sup>682</sup>

Em 1865, no início da Guerra do Paraguai, os relatórios do Ministério dos Negócios da Guerra também não davam boa indicação sobre a situação dessas colônias. A maioria dos problemas eram, segundo o relatório daquele ano, por conta do fato de haver,

Diferentes Colônias militares, que, pela sua situação pelo seu clima, e por outras diferentes razões, definhão; Há outras sem fim útil reconhecido, ou cujo fim foi

<sup>679</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1858. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 45.

<sup>680</sup> Ibid.

<sup>681</sup> Ver: ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova*: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (60), 1 de agosto de 2006.

<sup>682</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1858. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859, p. 45.

preenchido, e em geral parece que somente as que se achão ou foram creadas nas fronteiras para a sua defeza e povoação devem ser mantidas.<sup>683</sup>

As colônias, apesar das dificuldades de manutenção, sobreviveram durante o período imperial, servindo como campo de implementação do ensino elementar, além da criação de núcleos urbanos e de extensão das atividades agrícolas.<sup>684</sup>

De acordo com o Exército era de suma importância garantir a disciplina e a ordem tal como um quartel, mesmo que sacrificassem parte da habilidade característica dos militares em detrimento ao aprendizado da Lavoura pois,

[...] as praças destacadas em taes estabelecimentos não devem pertencer ao quadro do Exército. Como colonos, a permanência fora do seu corpo é a consequência necessária, e pela própria natureza de seu emprego, ou perderão os hábitos da disciplina, ou não ganharão os da lavoura; [...].<sup>685</sup>

De certa forma, a grande preocupação do Exército era a integração dos ex-militares a uma nova vida, mas que não perdessem os ensinamentos outrora apreendidos e praticados. O governo imperial somente poderia saber como se comportaria um antigo recruta de um pós-guerra com a conclusão do conflito, porém sabia-se que dificilmente um ex-combatente que se tornasse agricultor em uma colônia, dificilmente retornaria a vida militar. Isso ficou muito bem demonstrado na fala do Ministro “[...] e, em todo caso, quando tiverem de voltar aos corpos a que pertencerem, não poderão utilmente ser applicados ao serviço da guerra.”<sup>686</sup>

As promessas contidas no decreto 3.371 no que se refere à ocupação das colônias agrícolas e militares, trariam um alento ao governo sobre o problema de vigilância das fronteiras distantes, e das paragens inóspitas do Brasil central. Quanto à experiência de aplicar ex-combatentes não se questionaria, o problema é que talvez não haveria boa vontade do Governo Imperial de assentar a todos, ou não haviam ex-combatentes dispostos a irem para colônias realmente muito distantes. Nesse ponto, a promessa sobre terras em Colônias Militares e Agrícolas contida no decreto dos Voluntários da Pátria, seria realidade caso fossem requerida em processo encaminhado tão unicamente pelos próprios veteranos de guerra.

Não obstante, as Colônias Militares e agrícolas também foram objeto de reflexão por parte da intelectualidade militar, em grande parte preocupada com a segurança das fronteiras

---

<sup>683</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866, p. 12.

<sup>684</sup> Cf: ALVES, Claudia. op.cit.

<sup>685</sup> Ibid.

<sup>686</sup> Ibid.

do país e com o isolamento do interior, assim foi possível encontrar artigos escritos por vários oficiais, sobre este tema.<sup>687</sup>

Couto de Magalhães, general do Exército Imperial, ex-presidente da Província do Pará, e estudioso naturalista, foi um dos intelectuais preocupados com a reestruturação das forças armadas e particularmente das Colônias Militares, inclusive com a inserção do elemento indígena que segundo o mesmo seriam contemplados pelo discurso histórico-coletivo da Nação.

Seriam elementos para uma boa política de identidades do presente monárquico. Essa proposta fica bem evidente em duas obras suas *O selvagem e Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas* (1875). Na *Memória*, Couto de Magalhães disserta sobre o recente projeto de reformulação das colônias militares – Lei 2.277 de 24 de maio de 1873 –, que "caíram em ruína" durante a Guerra do Paraguai.<sup>688</sup>

Uma das maiores provas do fracasso das colônias militares como até então estavam organizadas, ocorreu exatamente no início da invasão do exército paraguaio ao Mato Grosso, fato comprovado pela queda da Colônia Militar de Dourados, que isolada, sem abastecimento resistiu ao avanço das tropas até a morte de todos os homens inclusive de seu comandante, o tenente Antônio João Ribeiro.

Para reestruturá-las no pós-guerra, Couto de Magalhães, que já era um fundador de presídios e colônias militares na região do Araguaia, propôs que fossem destinadas a dois fins: o primeiro, militar, seria o de garantir as comunicações entre as províncias do Império e proteger as populações das regiões interiores dos ataques dos nativos 'selvagens'; o segundo, econômico, seria o de colonizar os terrenos despovoados, incrementar a riqueza e o progresso da Nação brasileira.<sup>689</sup>

As colônias militares, que eram subordinadas aos ministérios da Guerra e da Agricultura, favoreceriam a concentração de população nos pontos que interessavam à defesa do país, ao mesmo tempo garantiam a utilização do solo da pátria para a agricultura e a

---

<sup>687</sup> Ver: CAVALCANTI, Antonio da Rocha Bezerra. Colônias militares, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Quinto, 1886, p. 96-99. \_\_\_\_\_. Colônias militares, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Sexto, 1887, p. 184-193. DANTAS, F. C. de Santiago. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Quarto, 1885, p. 286-288. OURIQUE, Jacques. Colônias militares – Itapura e Avanhandava, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Quinto, 1886, p. 3-18. \_\_\_\_\_. Colônias militares, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Terceiro, 1884, p. 7-18. \_\_\_\_\_. Colônias e estradas militares, *Revista do Exército Brasileiro*, Anno Quarto, 1885, p. 87-101 e 201-205. AHEX, Rio de Janeiro.

<sup>688</sup> COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma. 1875, p. 5.

<sup>689</sup> *Ibid.*, p. 3.

criação de gado.<sup>690</sup> Em alguns casos poderiam ser núcleos de responsabilidade dos governos províncias desde que em parceria com o governo central.

A justificativa política das colônias militares era basicamente povoar o solo, maximizar a riqueza do interior, assegurar a integridade física do Estado. Na concepção de Couto de Magalhães, os presídios e colônias militares deveriam impedir que os vizinhos do Brasil, as repúblicas sul-americanas modificassem os limites das fronteiras nacionais; bloquear as “excursões dos selvagens contra nossa população”; criar núcleos de população ao longo dos sertões, justamente nos locais estratégicos para ligar o “centro do governo” às “extremidades do Império”.<sup>691</sup>

Parece muito bom imaginar que o Governo ao ceder terras nas colônias militares aos ex-combatentes da Guerra com o Paraguai, de certa forma estaria se amparando e dotando essas colônias, muitas delas em zonas inóspitas ou fronteiriças do Império, com uma mão de obra experimentada em um conflito. Seria mais ou menos como os imigrantes alemães que se destinaram ao Sul do Império em primórdios da década de 1850.

Numa perspectiva mais particular, Couto de Magalhães procurou explicitar os principais objetivos do que julgava ser uma boa política colonial. Essa política tangenciava com a perspectiva de ceder terras aos ex-voluntários da pátria, uma vez que se tinha como ponto vital a fronteira norte do Império.

Um desses objetivos era o de conquistar duas terças partes do território brasileiro, que não podiam ser pacificamente povoados em razão da presença dos indígenas, e, assim, assegurar as fronteiras com as bacias dos rios Prata, Amazonas, Negro e Branco. Assegurar, pois, a ocupação de fronteiras vitais para a unidade do Império e, por conseguinte, abrir estradas para as comunicações com o Peru, a Bolívia e as Guianas Francesa e Holandesa.<sup>692</sup> A reestruturação proposta por Couto de Magalhães, não deixava de ser um retorno à missão original que cabia às Colônias.

Com o fim da Guerra do Paraguai, o governo brasileiro teve que lidar com outra questão que era exatamente a de honrar o compromisso do decreto 3.371, no que se refere o seu artigo 2º exatamente o que tratava da distribuição de prazos de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Ao fim do conflito, houve problemas em nível nacional relativo ao pagamento de prêmios aos voluntários da pátria que retornavam, mas esses problemas já eram fruto de

---

<sup>690</sup> Ibid., p. 6-18.

<sup>691</sup> Ibid., p. 14.

<sup>692</sup> Id. *O selvagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876], p. 23-35.

preocupação das autoridades desde o início da guerra, no que se refere à garantia de honrar o compromisso do decreto. Em 1865, no caso das terras em Colônias Militares, pensou-se em entregar terras devolutas, próximo à fronteira com o Paraguai e com as demais repúblicas Platinas aos Guardas Nacionais.

No início de 1865, precisamente em 10 de maio, foi feita uma proposta pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul a fim de convencer aos guardas nacionais, dos benefícios de seguirem a guerra, mesmo os que fossem designados, para a concessão de Terras devolutas das margens do Rio Uruguai, e afluentes, aos Guardas Nacionais dos corpos destacados que marchassem para a guerra, a exemplo do que se havia proposto aos que fossem Voluntários da Pátria. A proposta foi feita ao Conselheiro Francisco José Furtado que sem ter como decidir isoladamente encaminhou a discussão para a secção de justiça do Conselho de Estado.<sup>693</sup>

A principio, a idéia seria referente aos guardas daquela província, mas se estenderia a todos os que ficassem no Rio Grande do Sul após a guerra. O assunto foi colocado para consulta na secção de justiça do Conselho de Estado, em 27 de junho de 1865, onde foram emitidos pareceres contra e a favor.

Nabuco de Araújo enviou a proposta ao Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, nos seguintes termos,

Manda a S. M. O Imperador remether a Secção de Justiça do Conselho d' Estado, sendo V.Excia. relator, o incluso officio do Presidente da Província do Rio Grande do Sul de 10 de março de 1865, para que, a vista do que ai ele se propõe, consulte a dita secção como o seu parecer sobre a questão “de independente de Lei pode o governo conceder as terras de que trata o referido officio aos Guardas Nacionais dos Corpos Destacados” [...].<sup>694</sup>

De tudo não havia razão maior para alardes ou resultados contra ou a favor da idéia do Presidente da província do Rio Grande do Sul, pois com a emissão do decreto 3.505 houve equiparação plena dos Guardas Nacionais destacados aos voluntários da pátria, incluindo a promessa de recebimento de todos os benefícios.

O governo imperial, também ciente do artigo 2º do Decreto 3.371, que fazia alusão à distribuição de terras aos voluntários que retornassem, procurou providenciar, segundo o

<sup>693</sup> OFÍCIOS do Presidente da Província do Rio Grande do Sul/Presidencia do Conselho de Ministros. Oficio s/n, de João Marcellino de Souza Gonzaga a Francisco José Furtado de 10/03/1865. Lata 206, Pasta 63. Coleção Marquês de Olinda. IHGB. Rio de Janeiro.

<sup>694</sup> BRASIL. Ministério dos Negócios da Justiça. Oficio da 1ª Secção. Oficio de Jose Thomaz Nabuco de Araújo a José Antonio Pimenta Bueno em 08/06/1865. Lata 206, Pasta 63. Coleção Marquês de Olinda. IHGB. Rio de Janeiro.



Ministro visconde do Rio Branco seria, “[...] efectiva a dita concessão as praças que a requeressem.”<sup>695</sup>

Exatamente nesse ponto existe um problema, ao que parece ligado à desinformação dos ex-combatentes, que certamente acreditavam que rapidamente receberiam os Prazos de terras que tinham direito nas Coloniais Militares ou agrícolas, ou que simplesmente isso se daria de forma sistemática.

De acordo com Rio Branco “Como os corpos regressassem ás suas províncias, pequeno foi o numero dos que reclamarão prazos de terras.”<sup>696</sup> A primeira vista pode se pensar que o governo esperasse que a maioria dos ex-combatentes pudesse esquecer de solicitar as terras. Em primeiro lugar, pelo simples fato de estarem desinformados a respeito desse direito; em segundo lugar, pela completa ignorância de muitos desses combatentes de como fazer ou aprontar um requerimento dessa natureza, ou simplesmente de não terem quem preparasse tais documentos, e muitos foram os que retornaram a suas provinciais sem usufruírem desse direito.

No entanto, uma das observações do relatório indica haver uma espécie de má fé ligada à desinformação dos militares, exatamente quando Rio Branco faz referência ao que chama de especulação [só não afirma de onde é proveniente] Segundo afirma, o governo havia adotado “[...] medidas tendentes para evitar que a especulação conseguisse frustrar os favores concedidos.” [pelos voluntários ao país].<sup>697</sup> É bem verdade que estava se referindo à questão do prêmio de 300\$000 (trezentos mil reis), mas de uma forma geral, podemos apenas especular que essa explicação poderia servir de desculpa para justificar a desinformação dos ex-combatentes.

Seja como for, o governo fez um levantamento de quantos ex-combatentes haviam feito requisições inclusive tendo solicitado do ministério da agricultura sobre a área até então ocupada das colônias agrícolas. Segundo o Ministério até o fim de 1870 “[...] somente fizeram-se 129 concessões, abrangendo uma área de 14.048,100 metros quadrados.”<sup>698</sup>

Observemos agora a situação das colônias agrícolas e militares na Província do Piauí. Em 1860, foram fundadas as duas primeiras colônias agrícolas na Província do Piauí. Inicialmente procurava-se abrigar os emigrantes Baianos fugidos das secas naquela província e que vieram para o Piauí. A de São Diogo, que se localizava no município de Bom Jesus, à

---

<sup>695</sup> BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871., p. 17. AHEX. Rio de Janeiro

<sup>696</sup> Ibid.

<sup>697</sup> Ibid., p. 16.

<sup>698</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871., p. 25.

margem do Rio Uruçui, acabou se tornando um lugarejo pertencente ao Município de Palmeira do Piauí. Houve um completo fracasso no projeto dessa colônia, tendo sido extinta pelo aviso provincial de 15 de outubro de 1862. A outra colônia foi a de Paranaguá que acabou sendo extinta um ano depois da anterior, também por aviso provincial de 21 de dezembro de 1863, eram portanto colônias agrícolas de responsabilidade da Província, cuja experiência havia fracassado completamente em seus propósitos.<sup>699</sup>

No relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, de 1865, consta o projeto de construção da Colônia militar da Santa Philomena, no sul do Piauí,<sup>700</sup> que se destinaria não apenas as funções precípua deste tipo de organização, que era disseminar núcleos nacionais em vazios demográficos, mas também de fazer o Estado mais presente em regiões remotas, e o sul da Província do Piauí se enquadrava perfeitamente nesse critério. Naqueles tempos a única grande representação do Estado Imperial no sul da Província do Piauí era exatamente a do Comando Superior da Guarda Nacional cuja chefia militar era de responsabilidade do Coronel José Lustosa da Cunha Paranaguá.

No núcleo de Santa Philomena, seriam aproveitados os militares reformados da Guerra do Paraguai, com a dupla missão de ocupar política e economicamente aquelas áreas e defendê-las, se necessário dos ataques de índios Xerentes.

Durante a presidência da Província do Piauí por Adelino Antônio de Luna Freire (05/10/1866 a 05/11/1867), a instalação de colônias agrícolas voltou a ser lembrada pelo governo, visando à industrialização de produtos pecuários, bem como a vinda de colonos europeus para que conhecesse melhor as técnicas para o fabrico de queijo, manteiga e outros produtos derivados do leite. As terras para isso, seriam adquiridas de fazendas nacionais existentes para a instalação da fazenda modelo.

Em 1867, ainda durante a gestão do Presidente Adelino de Luna Freire foi pensada a possibilidade de estabelecer outra colônia, mas para abrigar colonos norte americanos do sul dos Estados Unidos, dos antigos estados confederados, pois muitos haviam perdido tudo durante a guerra da Secessão e buscavam uma nova chance de recomeçar a vida no Brasil. Luna Freire também iniciou contatos com autoridades do Ministério da Agricultura do Império, para a vinda desses colonos. Inicialmente foi pensada a possibilidade de oferecer-lhes terras às margens dos rios Parnaíba e Uruçuí. Lá estes colonos plantariam algodão, tabaco, arroz e cana-de-açúcar, com a mesma qualidade do que era produzido nos estados do

---

<sup>699</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 139.

<sup>700</sup> BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866, p. 16.

sul dos Estados Unidos. Também foram feitas consultas e contatos por meio de um agente de emigração norte americano chamado Bocaiúva, sem ter passado disto.<sup>701</sup>

Naquela época a criação das Colônias Militares no Brasil, ainda se constituía num grande avanço no tocante à expressão geopolítica,<sup>702</sup> pois em grande parte delas ocupavam espaços em lugares ermos do interior do Brasil e junto às fronteiras externas, onde era possível ser organizada a defesa do país, tal como ocorreu em Miranda e Dourados no Mato Grosso, quando da Guerra do Paraguai, que no julgamento do general Couto de Magalhães haviam falhado, em sua missão de deter o avanço do exército Paraguai.

O projeto de todas as colônias citadas no Piauí, tal como a Colônia de Santa Philomena, não saiu do papel, ao contrário do que aconteceu no extremo noroeste da Província do Maranhão, num lugar densamente povoado conhecido como quilombo do Limoeiro, que foi devassado por ordem do governo Provincial do Maranhão a fim de dar espaço a uma Colônia Agrícola Nacional. Ao ser invadido e saqueado pelas expedições da Guarda Nacional que chegaram lá em janeiro e março de 1878, teve a sua população dispersada pelas matas da baixada Ocidental maranhense.

O então presidente da Província do Maranhão Graciliano Aristides do Prado Pimentel, aproveitou as férteis terras do quilombo com todas as condições de produtividade favorável deixada pelos quilombolas para a instalação de uma Colônia Agrícola, onde seriam entregues terras a 885 imigrantes cearenses. Desses, alguns eram ex-combatentes da Guerra do Paraguai. Tal colônia seria denominada de Colônia Agrícola do Prado, na mesma província do Maranhão já existia uma colônia militar, denominada, colônia militar do Gurupi.

Em 1870 o presidente da província do Piauí, Manoel José Espínola Junior, passou a administração ao seu sucessor Manoel do Rego Barros de Souza Leão, e em seu relatório, informou sobre a proposta de criação de uma outra Colônia Agrícola Nacional. Era uma tentativa de retomar um projeto abandonado pelo governo imperial que, através do Exército, pretendia instalar a colônia militar de Santa Philomena, no sul da Província. De acordo com o presidente, nesse novo projeto se aproveitariam “[...] os braços livres de famílias pobres que ahi existem, é necessidade palpitante d’esta Província, onde de ordinário há escacez de viveres, pelo pouco desenvolvimento da lavoura e falta de iniciativa individual n’este ramo da

---

<sup>701</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. loc. cit.

<sup>702</sup> Alem de Couto Magalhães, Adolfo de Varnhagen também era um dos intelectuais cuja preocupação com a segurança externa e interna do país perpassava por uma melhor disposição do exército por todo o território, incluindo uma melhor disponibilidade para as Colônias Militares, em seu Memorial Orgânico, escrito em 1849 há uma proposição para a melhor organização delas. Cf. VARNHAGEN, Francisco A. Memorial Orgânico que a consideram das assembléias geral e proveceaes do império, apresenta um brasileiro (Varnhagem) dado a luz, por um amante do Brasil. [s.n.t] 1849.

indústria.”.<sup>703</sup> Destes braços livres também se encontravam ex-combatentes da guerra, que simplesmente não encontram na capital os meios necessários para garantir suas vidas.

Então por lei provincial nº 710 de 27 de agosto de 1870,

[...] autorizou a presidência a despende até a quantia de 15 contos com um estabelecimento d’esse gênero as margens do rio Parnahyba ou do Urussuhy – sendo, porem, insufficiente a quantia para isto votado, resolvi aguardar a solução do pedido que fiz ao Governo Imperial para auxiliar esta província em tão importante melhoramento [...].<sup>704</sup>

O esboço de levantamento sobre o local e as possibilidades, ainda não havia sido elaborado, tanto que o presidente ainda estava “[...] mandando, entretanto, proceder aos estudos necessário para o leval-o a effeito logo que fosse possível.”.<sup>705</sup> O projeto dessa colônia também não foi adiante, o que fica evidenciado pelo próprio relatório do presidente que era de entrega da presidência a outro administrador.

Naquela época era mais fácil planejar do que executar e quase sempre os planos para a instalação de colônias agrícolas não eram executados. A constante alternância da política do Império para atender as várias correntes davam aos presidentes de província um tempo bastante exíguo para grandes reformas. Alguns meses ou no máximo um ano de mandato, com autonomia mínima qualquer projeto maior inviabilizava a realização de projetos que demandavam um tempo mais longo para ser colocado em prática.

No período compreendido entre 25 de dezembro de 1870 e 27 de fevereiro de 1872, a província do Piauí foi presidida pelo o Sr. Manuel do Rego Barros Sousa Leão, que voltou a trabalhar o plano de implantação de colônias agrícolas, às margens dos rios Parnaíba e Uruçuí.

Segundo Odilon Nunes: “Coube a Sousa Leão substituto de Espínola, secundar seu pedido reiterando-o a Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, então Ministro da Agricultura em ofício de 18/04/71.”.<sup>706</sup> Ainda de acordo com Nunes o ofício,

Expõe que já se fizeram para a fundação de uma ou duas colônias agrícolas nas férteis terras as margens dos rios Parnaíba e Uruçuí, com o duplo fim de incrementar a produção agrícola e proteger as correntes de emigração nos períodos das grandes secas que repetidas vezes assolam os sertões das províncias vizinhas.  
<sup>707</sup>

<sup>703</sup> PIAUÍ, *Relatório* com que o 1º Vice presidente da Província, O Exmo. Sr. Dr. Manoel José Espínola Junior Passou a Administração ao Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de Dezembro de 1870, Teresina: Typ. Da Pátria, 1870, p. 14.

<sup>704</sup> Ibid.

<sup>705</sup> Ibid.

<sup>706</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972, p. 267.

<sup>707</sup> Ibid.

Fica claro que apesar do que estabelecia o decreto 3.371, em seu Artigo 2º a respeito do prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, aos voluntários da Pátria que retornassem da Guerra, essa perspectiva acabou não sendo privilegiada pela administração pública no Piauí após o retorno dos ex-combatentes, que em 1872, dois anos após o retorno destes, o governo provincial pensava então em fornecer terras para abrigar emigrantes fugido das secas.

Por fim, em 1873 foi idealizada a possibilidade de criar outro Empreendimento agrícola, a partir da idéia de um engenheiro agrônomo chamado Francisco Parentes. Este havia estudado na França, e expôs os seus planos ao Presidente da Província do Piauí, conseguindo então, através do Decreto Imperial nº 5.392 de 10 de setembro de 1873, autorização para a fundação de uma Colônia Agrícola que recebeu o Nome de Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara. O empreendimento resultou em um núcleo que deu origem poucos anos depois à cidade de Floriano, localizada às margens do rio Parnaíba.

Tais estabelecimentos ou visavam incentivar uma política de colonização de terras agrestes, sem grandes interesses, ou simplesmente acomodar retirantes de outras áreas das províncias limítrofes que buscavam refúgio de catástrofes naturais como as secas. A novidade até então era a possibilidade de receber colonos norte americanos, o que estava em conformidade com a política de receber populações brancas no império.

Havia ainda as fazendas nacionais, de que poderia ter servido ao governo imperial para que se fornecesse terra aos ex-combatentes da Guerra do Paraguai. De fato, alguns que retornaram foram empregados nas fazendas nacionais, mas não por conta do que determinava o decreto 3.371, e sim à custa de favores, tal como a solicitação encaminhada, como vimos anteriormente, por José Pedro Dias de Carvalho ao Presidente Franklin Dória, em 1865, para que o mesmo empregasse Manuel do Rego Barros, um Voluntário da Pátria, que havia retornado da guerra, e precisava refazer a sua vida pois, “[...] e impossibilitado por moléstia, volta a sua província onde deseja ser empregado em alguma das fazendas nacionais no serviço do curtume do gado para ganhar a sua subsistência [...]”.<sup>708</sup> Uma ação sobretudo do governo provincial, portanto ao largo do decreto imperial.

Nas fazendas Nacionais foram empregados não muitos ex-combatentes, provenientes inclusive de outras províncias, alguns na direção desses organismos que eram estatais. Nem sempre essa foi uma escolha feliz, tal como aconteceu a um major da Guarda Nacional do Rio

---

<sup>708</sup> CARTA de José Pedro Dias de Carvalho a Franklin Américo de Menezes Dória, Rio de Janeiro, 23/10/1865. Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867, p. 86. Coleção Barão do Loreto. IHGB. Rio de Janeiro.

Grande do Sul, segundo consta, depois da guerra do Paraguai um dos administradores das fazendas nacionais no Piauí era um homem chamado Políbio Fernandes, oficial de cavalaria, era considerado um homem inculto e metido a valentão.<sup>709</sup>

Antes de terminar o seu período de arrendamento, por despertar o ódio nos habitantes da região e por conta de sua conduta agressiva, o major Políbio Fernandes acabou sendo “[...] assassinado por um caboclo de nome Cajazeira, morador da fazenda Tanque, situada nos domínios do major.[...]”.<sup>710</sup>

De um modo geral, o que podemos afirmar é que independente de quem as administrasse, as colônias agrícolas, despertaram bastante interesse aos governos provinciais do Piauí desde a década de 1850. Estes as viam como alavanca para o desenvolvimento da província, principalmente da pecuária, através do melhoramento genético e da produção de gêneros alimentícios derivados do leite, bem como, das novas técnicas agrícolas para melhorar a produtividade e implantação de novas culturas, porém, as tentativas não se concretizaram: as colônias que chegaram a ser fundadas, foram em pouco tempo desativadas, Bom Jesus e Paranaguá, além de outras planejadas, não saíram dos projetos oficiais.

O Ministério dos Negócios da Agricultura, em seu relatório de 1870, publicou uma listagem dos ex-combatentes que encaminharam requerimento ao Ministério solicitando a faixa de terra equivalente a um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas, tal como previsto pelo Decreto 3.371, quando dessem baixa, após análise e cuidadoso entrecruzamento de informações. Foi possível verificar no entanto, que não houve sequer um ex-combatente da Província do Piauí que fizesse qualquer requerimento no sentido de solicitar terras em colônias militares. Desse benefício os ex-combatentes do Piauí não foram contemplados. A relação de quem requereu em todo o Brasil e em que província, encontra-se nos anexos deste trabalho.

Por fim, é importante observar que a grande quantidade de homens que voltou do Paraguai e que eram da Província do Piauí, não estava de todo completa. Alguns ficaram em outros lugares, alguns, registraram a sua permanência, de forma muito curiosa, como um combatente “Voluntário da Pátria”, que assim fazia questão de ser chamado, de nome José Vicente de Carvalho Filho, este ao seguir para a Guerra com 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí, passou a registrar tudo em um “Caderno de notas” tal como um diário.

José Vicente acabou residindo na cidade de Desterro, hoje Florianópolis, capital da Província de Santa Catarina, onde havia chegado em 14 de julho de 1865. Segundo ele, do dia

---

<sup>709</sup> VILHENA, Marcos. *Vão de Icaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Halley, 2006, p. 62

<sup>710</sup> Ibid.

29 de julho em diante, “[...] Passei a Escrevente na Secretaria do Comando Militar cujo chefe era o tenente Henrique Augusto de Sepúlveda Ewerard [...]” Numa dessas passagens registrou a saída das tropas do Piauí e dos outros Corpos da sua província natal. Em agosto dia 03, “Teve lugar o embarque do dito 1º Corpo de Voluntários do Piauí, de que fiz parte até esta província [...]”.<sup>711</sup>

José Vicente, ficou no Desterro, segundo ele porque havia adoecido, e como era escrevente foi aproveitado como empregado na Secretaria do Comando Militar. Em seus escritos registrou tudo o que aconteceu, no porto e na cidade, registrando a entrada e saída dos combatentes que iam para a linha de frente, transcrevendo o que lhe parecia importante. Notícias do campo de batalha, dados diversos, entradas de tropas, embarque de batalhões, enfim, tudo o que julgasse importante relativo aos anos de 1865, 1866 e 1867.

Outros se estabeleceram pelo sul do Brasil, e como uma quantidade significativa retornou ferida, ou mutilada, alguns também ficaram no Rio de Janeiro, asilados no Asilo dos Inválidos da Pátria que ficava na Ilha de Bom Jesus, próximo a Niterói.<sup>712</sup>

Tal como a questão das pensões, a situação dos ex-combatentes do Piauí, que pediram asilo na Corte, também não terá profundidade em nosso trabalho, mas fica como possibilidade de maior investigação em um trabalho futuro.

---

<sup>711</sup> BOITEUX, Lucas A. *Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1972, p. 175.

<sup>712</sup> Existe um trabalho sobre os inválidos da pátria chamado: GOMES, Marcelo Augusto Moraes. op, cit.

## 6 EPÍLOGO

A história da participação da Província do Piauí na Guerra do Paraguai pode ser compreendida não apenas a partir do entendimento da História Social, mas de um conjunto muito maior de significados, compreendidos também pela História Cultural, num contexto de produção dos signos que ficaram implícitos nas manifestações desencadeadas pelos jornais, nos discursos, nas ações e atitudes da sociedade piauiense, que carregou, ao longo de sua história, consciente ou inconscientemente, as marcas de um passado distante, muitas vezes incompreendido ou simplesmente julgado por diferentes perspectivas historiográficas.<sup>713</sup> A guerra foi um acontecimento do qual todas as províncias tomaram parte; onde soldados de 1ª linha, voluntários da pátria, guardas nacionais destacados, substitutos, escravos desapropriados participaram.

A análise da guerra, a partir da Província do Piauí, também pode ser compreendida pela participação direta e indireta dos familiares dos combatentes, que permanecendo na província, no cotidiano, enfrentaram as dificuldades materiais a que estavam sujeitos, e que em uma busca desesperada para não se virem abandonados, procuraram desenvolver estratégias para salvar os seus entes queridos de irem para a guerra, fugindo para os mais diversos rincões do Piauí.

---

<sup>713</sup> BANDEIRA, L. A. Moniz. *O Expansionismo brasileiro: O Papel do Brasil na bacia do Prata – da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985; BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos. avançados.*, Maio/Agosto. 1995, vol.9, no.24, p.269-285; CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998; COSTA, Wilma Peres, *A espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002; DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vols. I, II, t. 3 e 4, Vol. III, t. 2, 1981; FRAGOSO, Augusto T. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956, v. 1-5; IZECKSOHN, Vitor. O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército. Rio de Janeiro: E-papers, 2002; KRAAY, Hendrik. "Escravidão, cidadania e recrutamento militar na Guerra do Paraguai," *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 33, 1998; SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998; SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MAUD, 1996.



A guerra foi feita também por aqueles que acreditavam na justiça da causa e, empenhando sua confiança no governo, nos destinos do país, agiram das mais diversas formas, aparecendo nas conclamações ou no anonimato, fazendo doação de verbas, confeccionando uniformes para as tropas ou educando filhos de combatentes que iam para o sul do Brasil.

A construção da idéia do conflito na Província do Piauí perpassava também pela perspectiva das relações de patriarcado que caracterizava a sociedade de então, com laços fortemente enraizados pela guarda nacional, onde o fornecimento de homens para guerra dependeria do grau de tensão gerado pela oscilação das eleições, quase sempre subordinada ao poder de negociação e dos mecanismos empregados pelas autoridades competentes que simplesmente desrespeitavam a autoridade imperial e o código de leis sobre o engajamento de soldados, fazendo do recrutamento de seus oponentes políticos uma arma para a manutenção de seus poderes.

No Piauí foi possível identificar a existência de um poder político local fortemente arraigado em tradições paternalistas que influía nos negócios da Província, permitindo o atendimento das exigências do poder central na província, remetendo soldados ou adotando estratégias para o não cumprimento de suas obrigações; fazendo valer o poder regional em oposição ao poder central, representado pela presidência da província, das autoridades constituídas e o próprio Império.

Havia também aqueles que, seduzidos pela campanha patriótica, viram a oportunidade de se engajar na campanha atraídos pelas vantagens dos decreto 3.371, uma vez que ombreou a todos numa tentativa de criar uma tessitura de nação. Outros foram vítimas da circunstância por absoluta necessidade de sobrevivência, paradoxalmente engajaram-se na guerra pela oportunidade.

Havia ainda os que ofereceram patrioticamente seus vencimentos, ordenados, dinheiro e até familiares. Alguns eram militares que em busca de algum reconhecimento social, tinham seus nomes publicados nos jornais. Apresentaram-se como voluntários diversos jovens que acreditavam na causa, com a aventura, encantados com o inesperado e certos de sua missão civilizadora, tal como a juventude estudiosa que lotava as faculdades da cidade do Recife na província co-irmã de Pernambuco.

Os voluntários piauienses pretendiam a construção de sua nacionalidade. No campo de batalha estavam comprometidos com o desenvolvimento de laços de solidariedade dispostos a defender a honra da pátria ultrajada, ao mesmo tempo em que estavam certos de que podiam

obter vantagens políticas, ao serem reconhecidos como heróis nacionais. Um ledô engano que alguns constatariam ao retornarem.

Os soldados que haviam combatido no Paraguai, e após retornarem, alguns mutilados e maltrapilhos, buscaram se reinserir na sociedade. Alguns encontraram dificuldades imensas, outros nem tanto, alguns se tornaram lembrados para sempre, como Lisandro Nogueira, Anfrísio Fialho, ou a jovem Jovita Alves Feitosa. Quase todos haviam pegado em armas para defender o país, outros tantos viveram como heróis ignorados, passaram a viver esquecidos, recebendo soldos que não lhes dava a mínima dignidade para sobreviverem.

O Piauí enviou aproximadamente 3.500 homens para uma província cuja produção econômica tinha importância relativa, por causa do gado e do algodão. Por outro lado haviam alguns setores produtivos de subsistência, sobretudo no interior da província, que foram abalados, por conta do receio dos homens serem designados para a guerra, fazendo com que muitos desaparecessem sem deixar pistas, se escondessem nos matos ou simplesmente se acoitassem sob a proteção de mandatários locais, e nesse sentido o sertão do Piauí era então o lugar do esquecimento onde simplesmente ninguém tinha passado.<sup>714</sup>

Assim, diante de uma guerra para a qual foi preciso articular diferentes setores da sociedade, é possível investigar não apenas a história do conflito em si, mas para muito além, ou seja, toda uma dinâmica que compreenda o discurso dos setores elitista da sociedade que agia em nome de uma civilização, o engajamento de toda as esferas sociais, que crédula de ser reconhecida como cidadã, viu-se embrenhada numa causa cujo desfecho era imprevisível, e por fim os ex-combatentes que ao retornarem tiveram diferentes sortes.

Diante disso, vale observar a afirmação de André Toral, para ele, “Torna-se claro que os limites da cidadania efetiva do império igualava os escravos e despossuídos como material humano disponível para a guerra.”<sup>715</sup>

E que nesse conjugado de grupos sociais cada um deu a sua contribuição,

A Guarda Nacional, apesar da inspiração liberal do modelo francês, terminou a serviço de oligarquias, alistando compulsoriamente qualquer um, desde que pobre ou adversário político. Os Voluntários da Pátria, por seu lado, dada a ausência de

---

<sup>714</sup> A historiadora Ana Paula Cantelli Castro, que tem trabalhado sobre as questões de dominação, luta social e resistência no campo fez uma observação muito pertinente sobre a relação construída entre os Senhores locais donos da terra os camponeses retirantes e os fugitivos de toda a ordem que buscavam proteção em terras desses mandatários, ou nos vastos interiores desolados do sertão. Segundo Ana Paula que concentra seus estudos entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, esta proteção era caracterizada pelo acoitamento de forasteiros, onde o senhor ou mandatário não buscava saber a procedência dos mesmos ou o que haviam feito anteriormente, poderiam ficar desde que não criassem desordem ou desequilíbrio na ordem social estabelecida no local. Sobre a expressão: “lugar de esquecimento” atribuída ao sertão ver: LEONARDI, Victor Paes de Barros. Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil. Brasília: Ed UnB, 1996.

<sup>715</sup>TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai Estudos Avançados vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

entusiasmo popular depois da fase inicial da guerra, também receberam em suas fileiras escravos e *substitutos* de toda sorte.<sup>716</sup>

Dentro das limitações do nosso ofício de Historiador, resta-nos fazer uma única observação à de que aqueles soldados, ex-combatentes da Guerra do Paraguai, estavam imbuídos de que haviam cumprido um dever, e que enquanto existissem teriam apenas uma certeza a de carregar as lembranças daquele conflito tal como um documento para toda a vida.

---

<sup>716</sup> Ibid.

## **7 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES**

### **ARQUIVOS CONSULTADOS**

#### **I – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ – APEPI**

##### **1 – Fontes Primarias Manuscritas**

###### *- Códices*

Coleção códices da Guerra do Paraguai, Volumes: I, II, III – Ofícios diversos (recebidos e enviados) do Presidente da Província do Piauí e autoridades diversas – (1865-1866).

Coleção códices de ofícios do Presidente da Província ao Ministério dos Negócios da Fazenda. Códice 104 – (1867).

Coleção de códices de correspondência da Tesouraria da Fazenda ao Presidente da Província. Códice 1018 – (1867).

###### *- Avulsos*

Ofícios de Autoridades das Diversas Vilas ao Presidente de Província, 1865 - 1866.

Ofícios de Autoridades Militares das Diversas Vilas ao Presidente de Província, 1865 - 1866.

Ofícios do Comandante do Corpo de Policia da Província do Piauí ao Presidente de Província 1865.

Ofícios de Comandantes de Batalhões da Guarda Nacional das Diversas Vilas ao Presidente de Província 1865 - 1868.

Ofícios do Ministério dos Negócios da Guerra ao Presidente da Província, 1865-1868, documentos avulsos do Ministério dos Negócios da Guerra. Caixa 775

## 2 – Fontes Primarias Impressas

### - *Livros*

PIAUÍ. Relatório que o exm. snr. presidente da província, dr. Franklin Américo de Meneses Doria, apresentou á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua abertura dia 5 de outubro de 1866. Piauí, 1866.

PIAUÍ. Relatório lido perante a assembléa legislativa da Província do Piauhy no acto de sua instalação no dia 1º de julho de 1871, pelo presidente da mesma, o Exmo. Senr. Dr. Manoel do Rego Barros Souza Leão – San Luiz do Maranhão Typ. B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa, rua da paz, 5 e 7, 1871.

PIAUÍ, Resoluções Provinciais, 1835.

### - *Jornais* (Microfilmados)

O Piauhy – 1865 a 1868 (Piauí).

## II – NÚCLEO DE PESQUISA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA UFPI – NUPEM

### 1 – Fontes Primarias Impressas (Microfilmados)

#### - *Livros* (Microfilmados)

PIAUÍ. Relatório com que o 2º Vice presidente da Província, dr. Antonio de Sampaio Almendra passou a administração da mesma ao Exmo. Presidente Dr. Franklim Américo de Meneses Doria no dia 28 de maio de 1864 – San Luiz do Maranhão Typ. B. de Mattos – Imp. por J. L. C. Barbosa, rua da paz, 5 e 7, 1864.

#### - *Jornais* (Microfilmados)

A Imprensa – 1865 a 1866/1868 a 1870 (Piauí); A Pátria – 1870 a 1871(Piauí); O Amigo do Povo – 1870 (Piauí).

## III – ARQUIVO NACIONAL – AN

## 1 – Fontes Primarias Manuscritas

Ministério dos Negócios da Guerra – Piauí – Correspondência do Presidente da Província do Piauí ao Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra, 1865 – Secção dos Ministérios. SG/IG 132.

Ministério dos Negócios da Guerra – Piauí – Aviso circular aos presidentes de Província (Província do Piauí) 1865. SG/IG 218.

Ministério dos Negócios da Guerra – Piauí – Ofícios ao presidente da Província do Piauí 1865. SG/IG 218.

Ministério dos Negócios da Guerra, Ajudante General – Piauí – Ofícios ao presidente da Província do Piauí 1865 – 1866 (Relação de Voluntários da Pátria). SG/IG 218.

Ministério dos Negócios da Guerra – Ajudante General – Avisos publicados em Ordens do Dia 1865, SG/IG 8.

Ministério dos Negócios da Guerra – Pagadoria das Tropas da Corte – 1865-1870. SG/IG 9 14/15

Ministério dos Negócios da Guerra – Correspondência sobre a guerra do Paraguai – Relações nominais de oficiais e soldados que tomaram parte da mesma, vol 12, código 547.

Ministério dos Negócios da Guerra – Cartas, Reservados e Confidenciais Referentes à Campanha do Paraguai 1867-1869, livro 4, código 924.

## 2 – Fontes Primarias Impressas

### - *Jornais*

Diário do Rio de Janeiro – 1867 (Rio de Janeiro); Correio Mercantil – 1867 (Rio de Janeiro); Jornal do Commercio – 1865/1867 (Rio de Janeiro).

## IV – ARQUIVO HISTÓRICO DO EXERCITO – AHEX

### 1 – Fontes Primarias Manuscritas

#### - *Códices*

BRASIL, Ministério dos Negócios da Guerra, 1ª Directoria Geral. Correspondência do Ministro de Estado dos Negócios da Guerra/Presidente da Província do Piauí, 1865. Codice Piauhy. AHEX. Rio de Janeiro.

## 2 – Fontes Primarias Impressas

### - Livros

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1840, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1841.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1858. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1864, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

Ibid. ANEXO- Oferecimentos feitos ao Governo, Relação dos Oferecimentos feitos ao governo pra as urgências da guerra – Piauhy.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1865, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1866.

Ibid. ANEXO- Relação dos donativos feitos ao Estado para as despezas da Guerra, Bem como para a aquisição de voluntários da pátria, desde janeiro de 1865 até esta data – Piauhy.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. *Relatório*, 1866, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra. *Relatório*.1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871.

### - Revistas

Revista do Exército Brasileiro – 1884; 1885; 1886; 1887.

### - Fotografia

Franklin Américo de Meneses Dória ( Foto de 1881).

V – BIBLIOTECA NACIONAL – BN

## 1 – Fontes Primarias Impressas (Microfilmados)

*- Livros*

PIAUÍ, *Relatório* com que o 1º Vice presidente da Província, O Exmo. Sr. Dr. Manoel José Espínola Junior Passou a Administração ao Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão em 25 de Dezembro de 1870, Therezina: Typ. Da Pátria, 1870.

## 2 – Fontes Primarias Impressas (Microfilmados)

*- Jornais (Microfilmados)*

A Imprensa – 1865/1867 (Teresina); Liga e Progresso – 1865/1870 (Piauí); Correio Mercantil – 1865 (Rio de Janeiro).

VI – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO – IHGB

## 1 – Fontes Primarias Manuscritas e Impressas

Coleção Barão de São Borja - Lata 448. Doc 40.

Coleção Barão do Loreto - Lata 171, Livro 01 – Cartas Diversas – 1852-1867.

Coleção Baronesa de Loreto - Lata 304, pastas 38 e 65; Lata 306, pasta 13.

Coleção Marquês de Olinda - Lata 206, Pasta 63.

Coleção General Osório - Lata 238, Pasta 14.

Coleção Marquês de Paranaguá - Lata 314, pasta 01.

Coleção Senador Nabuco - Lata 368, pasta 07; Lata 372, pastas 18, 19, 23.

VII – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

## 1- Fonte Impressa

*- Mapas*



Mapa do Piauí com indicação das Fazendas Nacionais.

## ARQUIVOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

### I – ARQUIVO DO CONGRESSO NACIONAL

#### 1 – Fontes Primárias Impressas (Digitalizadas)

- *Livros*

BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 05 de janeiro de 1863, v. 05. “Arbitramento internacional”

BRASIL. Império. Atas do Conselho de Estado pleno. *Ata do conselho de estado*, sessão de 26 de abril de 1870, v. 08. “Tratado de paz em separado com o Paraguai”

BRASIL, Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1832*, parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.

BRASIL, Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1834*, parte I, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, p. 15. “Alterações e adições à Constituição Política do Império - Ato adicional”.

BRASIL, Império. *Colecção de Leis do Império do Brasil de 1850*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional: 1850. Tomo XIII. Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850. “Do serviço ordinário e de destacamento”.

BRASIL, Império. *Colecção de Leis do Império do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1856. Decreto nº 1.591 de 01 de abril de 1855. “Do serviço ordinário e de destacamento”.

BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1860*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1860. Decreto Lei nº 2.662 de 06 de outubro de 1860.

BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1865*. Tomo XXVIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Decreto Lei nº 3.371 de 07 de janeiro de 1865, e Decreto Lei nº 3.555 de 09 de dezembro de 1865.

BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1870*. Tomo XXXIII, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870. Decreto Lei de 22 de fevereiro de 1870.

Fonte: BRASIL. Império. *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1866*. Tomo XXIX, parte II, Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. Decreto Lei nº 3.725 A de 06 de novembro de 1866.

BRASIL. República, *Colecção de Leis Brasileiras*, Índice dos Atos do Poder Executivo. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1954. Lei nº 2.326, de 20 de setembro de 1954.

II – BRAZILIAN GOVERNMENT DIGITILIZATION PROJECT/PROJETO DE IMAGENS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS DO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES E LATIN AMERICAN MICROFORM PROJECT (UNIVERSIDADE DE CHICAGO - EUA)

1 – Fontes Primarias Impressas (Digitalizadas)

- *Livros*

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório*. 1870, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1871.

BRASIL. Ministério de Estado dos Negócios da Justiça. *Relatório*, 1867, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1868.

BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1864, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL. Ministério da Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório*.1865, Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1866.

III – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

1 – Fontes Primarias Impressas (Digitalizadas)

- *Fotografia*

[Guerra do Paraguai]. Jovita Alves Feitosa (Coleção Francisco Rodrigues; FR -1900).

**MEMÓRIAS E PUBLICAÇÕES DE ÉPOCA**

BARBOSA, Rui. *Rui Barbosa e o Exercito*: Conferencia as classes armadas. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949, n/p.

BURTON, Richard Francis. *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O General Câmara*. Porto Alegre: O Globo. 1970. v. 2.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba, o vaqueiro*. 4º Ed. Teresina: Corisco, 1999.

CASTELO BRANCO, R. P. *A civilização do couro*, Teresina: 1942.

CERQUEIRA, Dionísio Evangelista. *Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHAVES, Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: FCMC, 1998.

\_\_\_\_\_, Joaquim. O Piauí na guerra do Paraguai. *Cadernos Históricos nº 4*. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1971.

CIDADE, F.de Paula, *Lutas ao sul do Brasil com os espanhóis e seus descendentes, 1680-1828*. Rio de Janeiro: Ministério da guerra, 1948.

COSTA, Pereira da. *Cronologia*. São Paulo: Artenova. 1975.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma. 1875.

\_\_\_\_\_. *O selvagem*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional. 1935 [1876].

FIDIE, João José da Cunha. *Varia Fortuna de um Soldado Portugues*. Teresina: Fundapi, 2006.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e dos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

GÓES, Damião de. *Traços biográficos da heroína brasileira Jovita Alves Feitosa, ex-sargento do 2º Corpo de Voluntários do Piauí, natural do Ceara – por um fluminense*, Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de Brito & Irmão, 1865.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MELLO, Anísio de Britto. *Contribuição do Piauí a guerra do Paraguai*. Teresina: Ed. Comepi, 1931.

MENDES, Antonio Lopes, *América Austral: um viajante português no Brasil 1882 -1883*. Rio de Janeiro: Unipar, 1988.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NUNES, Odilon. A guerra do Paraguai. In: NUNES, Odilon. *Pesquisa para a história do Piauí*. 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV.1972.

\_\_\_\_\_. *Depoimentos históricos*. Teresina: Comepi, 1981.

\_\_\_\_\_. *Pesquisas para a História do Piauí*. Rio de Janeiro: 2ª Ed. Teresina: Artenova, vol. IV. 1972.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do País – impressões de viagem – 2ª Ed.* Teresina: Secretaria de Cultura e Desportos do Piauí. 1984.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. v. 4. Rio de Janeiro. José Olympio. 1949.

SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. In: CARVALHO, Jose Murilo de. (Org) Visconde de Uruguai. São Paulo: Editora 34, 2002.

TAUNAY, Alfredo D. *Memórias*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1946.

THOMPSON, George. *La Guerra Del Paraguay*. Assunção: RP Ediciones. 1992.

VARNHAGEN, Francisco A. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

\_\_\_\_\_. *Memorial Organico que a consideraçam das assembléias geral e provençeaes do império, apresenta um brasileiro (Varnhagem) dado a luz, por um amante do Brasil*. [s,n,t] 1849.

VIVEIROS, Jeronimo. *História do Comercio do Maranhão (1612 – 1895)*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

## BIBLIOGRAFIA

ABENTE, Diego The War of the Triple Alliance: three explanatory models, *Latin American Research Review*, v. 22, n. 2, 1987

ARAÚJO, Johny Santana de. A Guerra do Paraguai: reflexão sobre a construção de imagens escritas. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Org.). *Historias: Cultura, Sociedade, Cidade*. Recife: Edições Bagaço. 2005.

\_\_\_\_\_. *A nação em armas: Os corpos de voluntários da pátria do Maranhão na guerra do Paraguai. 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Sotese. 2005.

\_\_\_\_\_. *Um grande dever no chama: a arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão. 1865 – 1866* Teresina: UFPI, 2005. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, 2005.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. 1877-1914*. Teresina: FCMC. 1995.

ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org) *A invasão do Quilombo do Limoeiro*. São Luis: APEM/SIOGE, 1992.

ALVES, Claudia. Formação militar e produção do conhecimento geográfico no Brasil do século XIX. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. X, núm. 218 (60), 1 de agosto de 2006.

BANDEIRA, L. A. Moniz. *O Expansionismo brasileiro: O Papel do Brasil na bacia do Prata – da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BARREIRO, José Carlos. E .P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projetos. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 12, outubro/1995.

BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BETHELL, Leslie. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos avançados*., Maio/Agosto. 1995, vol.9, no.24, p.269-285.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 11ª ed., 1998. Vol. 1.

BOITEUX, Lucas A. *Santa Catarina nas Guerras do Uruguai e Paraguai*. Florianópolis: Imprensa Universitária (UFSC), 1972.

BRETAS, Marcos Luiz. A policia carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CALMON, Pedro. *Franklin Doria: barão de Loreto*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1982.

CARVALHO, Jose Murilo de, *A construção da ordem, A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1981

\_\_\_\_\_,. Brasileiros, Univos In:\_\_\_\_\_ *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_,. Brasil: nações imaginadas. In: \_\_\_\_\_ *Pontos e Bordados: escritos de história e política*, Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999.

\_\_\_\_\_,. et all, Documentação Política, 1808-1840, in: PEREIRA, Paulo Roberto. (org), *Brasiliiana da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

\_\_\_\_\_,. *Teatro das sombras, A política imperial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik. Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

CASTRO, Hebe M. Mattos de *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

CAVALCANTI, Alberto R. Imprensa e Estado no Brasil; da subvenção ao condomínio. *Intercom – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v.18, n. 1, p.67-92, jan./jun.1995

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras. 1990.

CHIAVENATTO, Júlio J. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1998.

CLAUSEWITZ, Karl Von, *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONRAD, Robert. *Os últimos dias da escravatura no Brasil*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

COSTA, Emilia Viotti. *A abolição*, São Paulo: Global, 1982.

COSTA, Wilma Peres, *A espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_, A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do estado no Brasil (1808-1850) In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.

DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da História: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí (1789-1850) in: EUGENIO, João Kennedy. (Org.) *História de vario feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_, *O Conflito do Paraguai: A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Rio de Janeiro: Ensaio. 1992.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Vols. I, II, t. 3 e 4, Vol. III, t. 2, 1981.

EUGENIO, João Kennedy e ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de (Org.) *Gente de longe: histórias e memórias*. Teresina: Halley, 2006

\_\_\_\_\_, (Org.) *História de vario feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

FALCI, Miridan Brito Knox. *Escravos do sertão: Demografia, trabalho e relações sociais*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARMAN, Christopher. A arte da guerra In: BOYLE, Charles. *História em Revista*. Rio de Janeiro: Abril, 1993.

FAUSTO, Boris: *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERRERAS, Norberto O. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o Cangaceirismo. *História e Perspectivas*, Uberlândia (29 e 30): 159-176, Jul./Dez. 2003/Jan./Jun. 2004. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia. Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História.

FRAGOSO, Augusto T. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2 ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956, v. 1-5

FRANCO, Roberto Kennedy Gomes e VASCONCELOS, José Gerardo. *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GASMAN, Lydinéa. *Documentos históricos brasileiros*. Brasília: MEC/FENAME, 1976.

GENOVESE, E. *A Terra Prometida: O Mundo que os Escravos Criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: *A Interpretação da Cultura*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. *A espuma das províncias: um estudo sobre os inválidos da pátria e o asilo de inválidos da pátria na corte (1864-1930)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

GRAHAM, Richard. A escravatura brasileira reexaminada. In: *Escravidão, Reforma e Imperialismo*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Programa, mito e realidade, 2ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Rebeldes primitivos: estudo de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

HOLANDA, Sérgio B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

\_\_\_\_\_. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860, *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

JANCSO, Isvan. A construção dos Estados Nacionais na América Latina: Apontamentos para o estudo do Império como Projeto In: SZMRECSANYI, Tamas; LAPA, J. R. Amaral. (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.

KEEGAN, John. *A face da batalha*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

KRAAY, Hendrik. "Escravidão, cidadania e recrutamento militar na Guerra do Paraguai," *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 33, 1998.

\_\_\_\_\_. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*, Maringá, PR: V. 03, Nº 03, 1999.

\_\_\_\_\_. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia *Revista de Estudos Históricos*, São Paulo. vol.22 nº.43, 2002.

LARA, Hunold Silvia. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo: nº 12, Outubro de 1995.

LEACH, Barry. *Estado Maior Alemão*. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEMOS, Renato. *Cartas de Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil. Brasília: Ed UnB, 1996.

LIMA, Solimar Oliveira. A Morada da Solidão: família escrava nas fazendas públicas de pastoreio no Piauí (1711 – 1871). In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. (Org.). *Historias: Cultura, Sociedade, Cidade*. Recife: Edições Bagaço. 2005.



\_\_\_\_\_. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – 1822-1871*. Passo Fundo: UPF, 205.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II*. São Paulo: Edusp, 1977, 3 v.

MAGNOLIO, Demetrio. *O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP/Moderna, 1997

MARCONDES Fº, Ciro. *O Capital da Notícia*. O jornalismo como Produção Social de Segunda Natureza. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARICHAL, Carlos, *A century of debt crises in Latin America: from independence to the great depression, 1820-1930*. Princeton: Princeton University Press. 1989.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. *Participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1983.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O tempo saquarema*. São Paulo: hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_, GONÇALVES, M. de A. *O império da boa sociedade*, São Paulo: Atual, 1991

MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: v. 13, nº 38 Outubro de 1998.

MESGRAVIS, Laima. A sociedade brasileira e a historiografia colonial. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

MEZNAR, Joan E. 1992. “The ranks of the poor: military service and social differentiation in northeast Brazil, 1830-1875”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 72, no 3.

MORAES, Fabio André da Silva. *As armas cearenses, é justa a guerra: Nação honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceara. (1865-1870)*. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado, Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História Social da Universidade Federal do Ceara, 2007.

MORSE, Richard, *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005

\_\_\_\_\_, e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar 1810- 1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001

MOURA, Denise. A farda do tendeiro: Cotidiano e recrutamento no Império. *Revista de História Regional*. São Paulo: Editora da Revista de História Regional. vol 4. nº 01 verão de 1999. <<http://www.rhr.uepg.br/v4n1/Denise>> Acesso em 03/07/2006.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos. nº 38. Dec. 2000. <<http://www.scielo.br/scielo.php/>> Acesso em 11/06/2006.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org) *E. P. Thompson: As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

NEVES, Lucia M. B. Pereira. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.

PENA, Eduardo Spiller. *Pagens da Casa Imperial*, juriconsultos, escravidão e a lei de 1871. Campinas: Unicamp, 2001.

PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*, Belo Horizonte: Autentica. 2004.

PINHEIRO Fº, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 3ª Ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

POBLETE, Juan (Org.) *Revista Iberoamericana*. v. LXXII, n. 214, Enero – Marzo 2006.

POMER, Leon. *A Guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense, São Paulo: Global, 1980.

PRADO Jr. Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

QUEIROZ, Teresinha de J. M. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo* 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

REGO, Ana Maria Barros Leal. *Imprensa Piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2001.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REIS, Maria de Lourdes Dias. *Imprensa em tempo de guerra: o jornal “O Jequetinhonha” e a Guerra do Paraguai*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Cuatiara, 2006.

REMOND, René, *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Ed UFRJ e FGV, 1996.

REVISTA MILITAR BRASILEIRA. nº 01, ano LXVIV, vol. CXII, Brasília: Centro de Documentação do Exército. 1978.

RIVAROLA, Milda. *La polemica francesa sobre la Guerra Grande*. Eliseo Recrus: la Guerra Del Paraguay; Laurent-Cochelet: Correspondência Consular. Assunção: Editorial Histórica. 1988.

RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os Involuntários da Pátria*. A Bahia na Guerra do Paraguai. Salvador: UFBA, 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2001.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUDIGUER, F. *Tendências do Jornalismo*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2003.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALLES, Ricardo. *Escravidão e Cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional*. Disponível em <<http://guerragrande.ledes.net/pdfs/artigos/literatura/memoriasdeguerra.pdf>> Acesso em 29/10/2006.

\_\_\_\_\_. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. 2ª Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2001.

SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. IV, t. 2, 1974.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Robson Carlos da Silva. Dos vadios e capoeiras: reflexões sobre a relação da capoeira com grupos políticos do século XIX. In: FRANCO, Roberto Kennedy Gomes e VASCONCELOS, José Gerardo. *Outras histórias do Piauí*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

SILVEIRA Mauro César. *A batalha de papel: A guerra do Paraguai através da caricatura*, São Paulo: L&PM Editores, 1996.

\_\_\_\_\_. *A guerra do Paraguai e as relações luso brasileiras na década de 1860-1870*. Porto Alegre: PUC, 2001. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. Nação e Região: Os discursos fundadores. Disponível em: <<http://www.fundarj.gov.br/observatorionordeste/obte025.pdf>> Acesso em 21/08/2005.

SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

- SODRÉ, Nelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasil, 1965.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou Morte: Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: MAUD, 1996.
- SOUSA Jr. Antonio de. A guerra do Paraguai. in SCHULZ, John. O Exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico Declínio e Queda do Império. São Paulo: Difel, vol. III, t. 2, 1974.
- TERROU, F. & ALBERT, P. A industrialização e a democratização da imprensa do início do século XIX a 1871. In: *História da imprensa*. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes.
- TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai Estudos Avançados vol.9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 350. 432 p.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org) *E. P. Thompson: As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- THOMPSON, John B. *Transmissão cultural e comunicação de massa: o desenvolvimento das indústrias da mídia*. In: Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VAINVAS, Ronaldo. História das mentalidades e História Cultural, In: CARDOSO, C. e VAINVAS, R. (Org.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cutrix, 1984.
- VIEIRA, Maria Alvenir Barros e SOARES, Norma Patrycia Lopes. *A Professora e o Inspetor: disputas de poder no Magistério Piauiense na década de 1860*. IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI: a pesquisa como mediação de práticas socioeducativas. Teresina: UFPI, 2006.
- VILHENA, Marcos. *Vôo de Icaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Halley, 2006.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas vocações*, São Paulo: Martin Claret. 2004.
- WEHLING, Arno. *Estado, História e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEIGLEY, Russell F. at all, *Novas Dimensões da Historia Militar*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

YEGROS, Ricardo Scavone. Antecedentes de la declaracion de la Independencia del Paraguai em 1842. *Revista Jurídica*, Assunção: Universidad Católica, 1994. n° 3

ZEIGLER, Philip, *The Sixth Great Power: A History of One of the Greatest of All Banking Families, the House of Barings, 1762-1929*. Londres: Alfred a Knopf, 1988.

**8 ANEXOS**

## ANEXO I – Decreto 3.371 dos Voluntários da Pátria

## Decreto 3.371 de 07 de janeiro de 1865 do Palácio do Rio de Janeiro

Atendendo às graves e extraordinárias circunstancias em que se acha o Pais, e à urgente e indeclinável necessidade de tomar, na ausência do corpo legislativo, todas as providencias para a sustentação no exterior da Honra e Integridade do Império, e tendo ouvido o meu Conselho de Ministros, hei por bem decretar:

Art. 1º. São criados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de 18 anos e menores de 50 anos, que voluntariamente se quiserem alistar, sob as condições e vantagens abaixo descritas.

Art. 2º. Os voluntários, que não forem Guardas Nacionais, terão, além do soldo que recebem os voluntários do Exercito, mais 300 reis diários e a gratificação de 300\$000, quando derem baixa, e prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

Art. 3º. Os guardas Nacionais, praças de pré, que se apresentarem, serão alistados na primeira linha com as mesmas vantagens do artigo 2º, passando nos postos que tiverem nos Corpos da mesma Guarda, a que pertencem.

Art. 4º. Os Voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz, dando-lhes imediatamente passagem para onde solicitarem, no caso que tenham de se transportar por mar.

Art. 5º. As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito.

Art. 6º. Os Voluntários terão todas as regalias, direitos e privilégios das praças do Exercito, para serem reconhecidos cadetes ou particulares, sem que para isso percam as vantagens do artigo 2º e possam ser promovidos a oficiais quando se distinguirem.

Os que tiverem direito a ser reconhecidos cadetes ou particulares poderão usar dos respectivos distintivos. Até que se proceda aos Conselhos de Direção e Averiguação, quando o Quartel-General o faculte, ficando dispensados da apresentação de escritura de alimentos.

Art. 7º. Aqueles que desistirem da baixa, depois de feita a paz, e continuarem a servir por mais três anos, receberão, além das outras vantagens, 300\$000, sendo 100\$000 nesse ato e o resto no fim de três anos.

Art. 8º. Os Voluntários de que tratam os artigos 2º e 3º ficaram isentos do serviço do Exercito e Marinha, assim como do serviço da Guarda Nacional, quando não se queiram prestar voluntariamente. Os do artigo 3º, quando se prestem, terão preferência na promoção aos postos de oficiais, dada igualdade de circunstancia com outros.

Art. 9º. Os Voluntários terão direito aos empregos públicos de preferência, em igualdade de habilitações, a quaisquer outros indivíduos.

Art. 10°. As famílias dos Voluntários, que falecerem no campo de batalha ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido par os oficiais e praças do Exército. Os que ficarem inutilizados por ferimentos recebidos em combate perceberão durante sua vida soldo dobrado de voluntário.

Art. 11°. Todos os Voluntários de que trata este Decreto terão no Braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – Voluntários da Pátria – da qual poderão usar mesmo depois da baixa.

Art. 12°. O Governo concederá, em atenção aos serviços prestados pelos ditos Voluntários, graduações de oficiais honorários do Exército; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente os soldo por inteiro ou parte correspondente aos seus postos.

Art. 13°. As praças dos Corpos Policiais do Império e os indivíduos que já tiverem obtido baixa desses Corpos e dos de 1ª linha terão todas as vantagens concedidas aos voluntários Guardas Nacionais.

Art. 14°. Gozarão de todas as vantagens aqueles que na Corte e Província do Rio de Janeiro se apresentarem dentro do prazo de 60 dias, nas províncias mais próximas no de 3 meses, e nas mais remotas em 4, contados da data de publicação deste Decreto, nas respectivas capitais, os Guardas Nacionais aos seus Comandantes Superiores, e onde os não houver aos Comandantes de Corpos, e os outros voluntários às Autoridades que o governo designar.

Art. 15°. Ficam provisoriamente revogadas as disposições em contrario.

Os meus Ministros e Secretários de Estado dos Negócios das diversas Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de janeiro de 1865; 44.º da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador,

Francisco José Furtado, José Liberato Barroso, Carlos Carneiro de Campos, João Pedro Dias Vieira, Henrique Beaurepaire Rohan, Francisco Xavier Pinto Lima, Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.



ANEXO II – Decreto 3.305 de equiparação dos Guardas Nacionais aos Voluntários.

Decreto 3.305 de 04 de agosto de 1865, de equiparação dos Guardas Nacionais aos Voluntários diversos.

“Artigo único. Os Corpos da Guarda Nacional que, com a organização atual, com seus oficiais e praças, voluntariamente se apresentarem para o serviço de Guerra serão equiparados aos Corpos de Voluntários e gozarão de todas as vantagens que estes se concederem.”

Fonte: BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Livro código (cópia) dos avisos, circulares, decretos e ofícios expedidos pelo Ministério da Justiça, sobre a Guarda Nacional, as províncias do Império. Decreto 3.505 de Equiparação dos Corpos de Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria. Lata 314 Pasta 01, Coleção Marquês de Paranaguá. IHGB. Rio de Janeiro.

ANEXO III – Decreto 3.383 de 21/01/1865, mandando destacar 14.796 Guardas Nacionais Para atuar na Guerra do Paraguai (1865). Com relação do numero de Guardas Nacionais a serem destacados de cada Província e da Corte.

DECRETO N. 3.383 – de 21 de janeiro de 1865.

**Manda destacar 14.796 guardas nacionaes dos differentes corpos não só para defesa das praças, fronteiras e costas do império como para o serviço de guerra no Estado do Paraguay.**

Hei por bem, em virtude dos arts. 1.º 117 e 118 da Lei n.º 602 de 19 de Setembro de 1850, decretar o seguinte:

Art. 1.º São chamados a serviço de corpos destacados 14. 796 guardas nacionaes, não só para defesa das praças, fronteiras e costas do Império, como para o serviço de guerra no Estado do Paraguay.

Art. 2.º A Corte e Províncias do Império fornecerão o numero de guardas nacionaes proporcional á força de cada uma dellas, segundo relação que com este baixa, assignada por Francisco José Furtado, do meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça.

Art. 3.º Na designação dos guardas nacionaes para composição dos corpos destacados, serão observadas as disposições do Cap. 2.º do Tit. 6.º da citada Lei de 19 de Setembro de 1850. Nas Províncias fronteiras a designação será feita em conformidade com o art. 15 do Decreto n.º 2.029 de 18 de Novembro de 1857.

Art. 4.º As praças mencionadas serão organizadas em batalhões, secções de batalhão, e companhias avulsas, como for mais conveniente.

Art. 5.º Os Presidentes nas Províncias designarão os Officiaes que houverem de servir nos ditos corpos, ou escolhendo-os d'entre os da guarda nacional, ainda que não pertenção aos corpos que tiverem de dar contingentes, ou dos do exército, quando o Governo os não tiver designado.

Art. 6.º Em cada batalhão haverá um Conselho administrativo, conforme a organização estabelecida para os corpos do Exército.

Art. 7.º Os guardas nacionaes chamados a serviço de destacamento, em cumprimento deste Decreto, serão dispensados no fim de um anno, contado do dia em que entrarem em effectivo serviço, senão puderem ser antes deste prazo.

Francisco José Furtado, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte e um de Janeiro de mil oitocentos sessenta e cinco, quadragésimo quarto da Independência e do Império.

Com Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco José Furtado*

**Relação do numero de guardas nacionaes que tem de fornecer a Corte e Províncias abaixo designadas para defesa das praças, fronteiras e costas do Império, na conformidade do Decreto nº 3.383 da data desta.**

Corte.....	300
Província do Rio de Janeiro.....	1384
da Bahia.....	2440
de Pernambuco.....	2424
do Maranhão.....	1060
de Sergipe.....	644
do Piauí.....	1160
da Parahyba.....	624
do Ceará.....	1060
do Rio Grande do Norte.....	624
das Alagoas.....	484
do Espírito Santo.....	208
do Pará.....	1040
do Amazonas.....	230
do Paraná.....	416
do Goyaz.....	490
de Santa Catharina.....	208
	14.796

Palácio do Rio de Janeiro em 21 de Janeiro de 1865, *Francisco José Furtado*

Fonte: BRASIL, Ministério dos Negócios da Justiça. Decreto 3.383 de 21/01/1865, Mandando destacar 14.796 Guardas Nacionais Para atuar na Guerra do Paraguai (1865). Anexa, relação do numero de Guardas Nacionais a serem destacados de cada Província e da Corte. Lata 372 Pasta 23, Coleção Senador Nabuco. IHGB. Rio de Janeiro.

ANEXO IV – Decreto 3.409 de Prorrogação do decreto dos Voluntários da Pátria.

DECRETO

N. 3.409 de 1 de Março de 1865.

Proroga por um mez os prazos marcados do art. 14 do decreto n. 3.371 de 7 de janeiro do corrente anno para a apresentação dos *Voluntários da Pátria*.

Hei por bem, tendo ouvido o meu conselho de ministros, prorogar por um mez os prazos marcados no art. 14 do decreto n. 3.371 de 7 de Janeiro do corrente anno para a apresentação dos *Voluntários da Pátria*.

Os meus ministros e secretários de estado dos negócios das diversas repartições assim o tenham entendido e fação executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 1 de Março de 1865, 44.º da independência e do Império. – Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. – Francisco José Furtado. – José Liberato Barroso. – Carlos Carneiro de Campos. – João Pedro Dias Vieira. – Visconde de Camamú. – Francisco Xavier Pinto Lima. – Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá.

ANEXO V – Decreto nº 3.496 de 08/07/1865 que dava instrução para as Juntas de Saúde dos Comandos Superiores na seleção de guardas nacionais.

DECRETO N. 3496 – de 8 de Julho de 1865.

Dá instrucções para as Juntas de Saúde dos Commandos Superiores da Guarda Nacional

Usando da attribuição que me confere o art. 102 § 12 da Constituição, Hei por bem Decretar que nas Juntas de Saúde dos Commandos Superiores da Guarda Nacional sejam observadas as instrucções, que com este baixão, assignadas por José Thomaz Nabuco de Araújo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario dos Negócios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em oito de Julho de mil oitocentos sessenta e cinco, quadragésimo quarto da independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Thomaz Nabuco de Araújo.*

**Instrucções para as Juntas de Saúde da Guarda Nacional a que se refere o Decreto desta data.**

Art. 1.º Na Corte, e em todos os lugares das Províncias, onde houverem Commandos Superiores de Guardas Nacionaes, estabelecer-se-hão Juntas de Saúde.

Art. 2.º Estas Juntas serão presididas pelo Commandante Superior, e se comporão pelo menos de três membros, a saber: do Cirurgião-mor, que fará sempre parte della, ou quem suas vezes fizer, e de dous ou mais Cirurgiões dos Corpos que serão detalhados.

Quando em qualquer Commando Superior se der o caso da falta ou impedimento de Cirurgiões para completar pelo menos o numero de três, o Commandante Superior requisitará do Presidente da Província a nomeação de Cirurgiões de outros Commandos, ou no Corpo de Saúde do Exército, e, finalmente, do Policial da respectiva Província.

Art. 3.º A junta se reunirá todas as vezes que o Commandante Superior ordenar, Celebrará suas sessões na Secretaria do Commando Superior, e não poderá funcionar com numero menos de três membros, e sem que esteja presente o Commandante Superior, ou que suas vezes fizer.

Art. 4.º Os membros da Junta devem apresentar-se fardados com o segundo uniforme, assim como os Officiaes que tiverem de ser inspeccionados.

Art. 5.º Sempre que o Commandante Superior tiver o numero, sufficiente de praças para serem inspeccionadas, ordenará a convocação da Junta. Não obsta, porem, que a faça reunir para examinar qualquer numero de praças, quando o bem do serviço o exigir.

Art. 6.º Nenhum Official ou Guarda poderá ser admittido á inspecção sem que a tenha requerido, excepto o caso em que o bem do serviço, e a requisição de seus respectivos Commandantes, sejam avisados para esse fim.

Art. 7.º A Junta de Saúde examinará a todos os Officiaes e praças indicadas pelo Commandante Superior, e a respeito de cada uma fará as declarações exigidas no § 3.º do art. 14 do Decreto n.º 1354 de 6 de Abril de 1854. O resultado da inspecção será publicado em Ordem do Dia do Commando Superior.

Art. 8.º Haverá um livro com termo de abertura e encerramento, competentemente numerado e rubricado, onde se lançarão os pareceres, Este livro será escripturado pelo Secretario Geral do Commando Superior, ou por quem sua vezes fizer, conforme o modelo junto, e archivado na respectiva Secretaria.

Art. 9.º Sendo consideradas como serviço as reuniões da Junta. O Commandante Superior poderá impor as penas coercitivas da lei dos Cirurgiões, que faltarem sem justificado motivo. As mesmas penas soffrerá o Secretario Geral que deixar de passar em tempo as certidões, que forem requeridas, uma vez que para isso tenha ordem do respectivo Commandante Superior.

Art. 10.º O Cirurgião-mor, e os Cirurgiões dos Corpos, que tiverem de formar a Junta, serão avisados de ordem do Commandante Superior na véspera da reunião, e os officiaes e praças pelos respectivos Cammandantes com a precisa antecedência. Quando o Commandante Superior tiver sciencia de que por negligencia, ou por outro qualquer motivo, deixou de ser avisado em tempo algum official ou praça, punirá com as penas da Lei o que tiver assim procedido.

Art. 11.º Os Commandantes Superiores são obrigados, nas informações que derem ao Governo, ou aos Presidentes das Províncias sobre requerimentos de Officiaes, Inferiores e mais praças, que pedirem reforma, passagem para a reserva, licença ou dispensa do serviço, quando seja por motivo de moléstia, á juntar ex-officio a copia do termo da inspecção, e quando o não fação lhes serão devolvidos os requerimentos, para cumprir semelhante dever, sendo que a respeito dos Officiaes, que requererem reforma ou passagem para a reserva, juntarão também Fé de officio extrahida dos respectivo livro mestre.

Perante o Governo e Presidentes de Províncias só serão tomados em consideração os termos de inspecção de Saúde, e não quaesquer outros documentos Médicos, ainda, que sejam dos da Guarda Nacional.

Palácio do Rio de Janeiro, em 8 de Julho de 1865.

*José Thomaz Nabuco de Araújo.*

ANEXO VI – Decreto nº 3.725A de 06/11/1866 que concedeu liberdade aos escravos da Nação para o serviço militar.

DECRETO N. 3.725 A – De 6 de novembro de 1866.

**Concede liberdade aos escravos da Nação designados para o serviço do exército**

Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo beneficio as suas mulheres.

Zacarias de Goés e Vasconcellos, do meu conselho, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar.  
Palácio do Rio de Janeiro em seis de Novembro de mil oitocentos sessenta e seis, Quadragésimo quinto da Independência e do Império

Com rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Zacarias de Goes e Vasconcellos.

## ANEXO VII – Foto de Jovita Alves Feitosa em uniforme de Sargento (autor: Leon Chapelin)



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco, [Guerra do Paraguai]. (Col. Francisco Rodrigues; FR -1900).



ANEXO VII – Foto de Franklin Américo de Meneses Dória quando Ministro dos Negócios da Guerra.



Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx

## ANEXO VIII – Listagem dos Ex-combatentes do Piauí na Guerra do Paraguai

**Oficiais Superiores:**

Ângelo José de Oliveira – Alferes

Antonio Lopes Teixeira – Tenente (1)

Berlamino Cavalcante de Oliveira – Alferes

Berlamino da Carvalho Castelo Branco – Capitão

Francisco Ferreira de Carvalho – Alferes

Joaquim Aires Cardoso – Tenente

João Lustosa da Cunha – Capitão

Mariano Alves Pacheco Lira – Alferes

Raimundo Auxêncio da Silva – Tenente

**Oficiais Inferiores, cabos, anspeçadas e soldados**

Agostinho Epifânio Bispo – Soldado

Agostinho Ferreira de Lima – Soldado

Anastácio Cardoso da Silva – Soldado

André José Rodrigues – 2º Sargento

Antonio Abade Barbosa – Soldado

Antonio Alves do Nascimento – Soldado

Antonio Francisco Gonçalves – Cabo

Antonio da Silva Mourão – Cabo

Antonio Carlos Ferreira – Anspeçada

Antonio Cardoso Pereira – Soldado

Antonio José da Fonseca – Soldado

Antonio Francisco Xavier – Soldado

Antonio José de Souza – Soldado

Antonio José de Lima – Soldado

Antonio de Souza Barbosa – Soldado

Antonio Raimundo de Souza – Soldado

Aprígio Pereira da Silva – Cabo

Avelino José de Abreu – Anspeçada

Bernardo José da Costa – Anspeçada

Bernardo dos Anjos – Soldado

Bernardino Alves de Souza – Soldado

Benício Gomes das Neves – Soldado

Bernardino Rodrigues Nunes – Soldado

Basílio Magno Bispo – Soldado

Belmiro Manoel do Nascimento – Soldado

Cirino Teófilo Paranhos – Cabo

Ciríaco Jose de Lemos – Anspeçada

Celestino Martins Souto – Anspeçada

Cecílio Jose de Carvalho – Anspeçada

Clementino Batista de Souza – Soldado

Crispim Damasceno Bispo – Soldado

Camilo Vieira Sales – Soldado

Constantino Lopes Ribeiro – Soldado

Candido de Souza Martins – Soldado

Delfino Barbosa de Miranda – Furriel

Domingos José de Medeiros – Soldado

Francisco Eloi de Moura – Furriel

Francisco Rodrigues de Almeida – Anspeçada

Franco Mauricio Gomes – Anspeçada

Francisco Raimundo de Souza – Soldado

Francisco Pereira de Paula – Soldado

Francisco Antonio de Souza – Soldado

Florêncio Rodrigues Soares – Soldado

Francisco Pereira de Souza – Soldado (corneta)

Francisco Barbosa de Souza – Soldado

Felix Ferreira dos Santos – Soldado

Germano Torres Costa – Soldado

Gratulino Franklin Pereira da Silva – Soldado

Irineu da Costa Lira – Furriel

Inácio Rodrigues de Carvalho – Soldado

Isaias Pereira da Silva – Soldado

João José de Oliveira – 2º Sargento

João Ferreira de Oliveira – Cabo

João Batista da Silva e Melo – Cabo

José Severo do Nascimento – Cabo

João Soares de Carvalho – Cabo

José Demetrio Viana – Cabo

João Ribeiro Soares – Anspeçada

José Lopes de Araújo – Anspeçada

João Gomes Ferreira – Anspeçada

Januário Lopes Pereira – Anspeçada

João Peres de Macedo – Anspeçada

José Bento da Silva – Anspeçada

João Pereira dos Santos – Soldado

João José do Nascimento – Soldado

João Francisco das Neves – Soldado

José Manoel Pereira – Soldado

Januário da Cunha Simões – Soldado

João Francisco Vieira – Soldado

José Elias do Nascimento – Soldado

José Leandro de Azevedo – Soldado

José Duarte da Silva – Soldado

José Antonio de Oliveira – Soldado

Joaquim José Teixeira – Soldado

José Benício de Barros – Soldado

José Francisco Ferreira – Soldado

José Pedro de Loiola – Soldado

Jerônimo Rodrigues de Souza – Soldado

José Ferreira Diave – Soldado

Joaquim Alves da Costa – Soldado

Januário Ferreira dos Santos – Soldado

José Barbosa de Miranda – Soldado

Luis Gonzaga da Silva Liberalino – 2º Sargento

Laurêncio José de Souza – Anspeçada

Leonardo Francisco Dias Carneiro – Soldado

Luís Leal Lopes de Lima – Soldado

Lázaro José da Silva – Soldado

Leandro dos Santos Fernandes – Soldado

Manoel Francisco das Chagas Leite – 1º Sargento

Manoel José Pereira – Furriel

Miguel Duarte de Souza – Furriel

Manoel Estevão Borges – Furriel

Martinho Rodrigues de Santana – Cabo

Marcos José da Cruz – Cabo

Marcos Francisco da Purificação – Anspeçada

Manoel Francisco Marinho – Soldado

Manoel Joaquim dos Anjos – Soldado

Manoel João Vitor – Soldado

Manoel José Pinto – Soldado

Mariano Rodrigues da Costa – Soldado

Manoel da Costa Nonato – Soldado

Manoel Marcelino Rosa – Soldado

Manoel Pereira de Carvalho – Soldado

Marcolino Machado da Silva – Soldado

Manoel Lourenço do Nascimento – Soldado

Manoel Jose da Silva – Soldado

Martinho José da Silva – Soldado

Mariano José dos Santos – Soldado

Manoel João do Espírito Santo – Soldado

Manoel Ferreira de Moraes – Soldado

Manoel rosa de Freitas – Soldado

Matias Fernandes – Soldado

Norberto José de Meneses – Soldado

Pedro Alexandre de Amorim – 1º Sargento

Pedro Ribeiro da Cunha – Soldado

Paulino Ferreira da Costa – Soldado

Pedro Batista do Nascimento – Soldado

Plínio Rodrigues de Souza – Soldado

Pedro Leandro de Azevedo – Soldado

Raimundo de Carvalho e Almeida – 2º Sargento

Raimundo Ferreira da Silva – Anspeçada

Raimundo Nunes Viana – Anspeçada

Raimundo Pereira – Soldado

Raimundo Pereira da Cruz – Soldado

Raimundo Antonio do Carmo – Soldado

Raimundo do Rego Feitosa – Soldado

Roberto Antonio da Costa – Soldado

Raimundo Francisco Xavier – Soldado

Raimundo Ferreira dos Santos – Soldado

Raimundo José Moraes – Soldado

Severino José de Moraes – Soldado

Tomás Ferreira Dias – Cabo

Tibúrcio Francisco dos Santos – Soldado

Tertuliano Marques – Soldado

Tertuliano Martins de Rezende – Soldado

Tomás de Aquino Leite – Soldado

Tomás Gomes de Lacerda – Soldado

Teobaldo Pinto de Carvalho – Soldado

Vitorino Lopes dos Santos – Soldado

Vicente de R. Pinto – Soldado

Observação 1: Grupos de oficiais e soldados continuaram chegando a Província do Piauí, ao longo dos meses seguintes, da mesma forma como grupos isolados também já haviam retornado por receberem baixa do serviço militar.

Observação 2; (1) O Tenente Antonio Lopes Teixeira, apesar de ser piauiense, não pertencia aos quadros do 50.º Corpo de Voluntários do Piauí, mas ao desembarcar no Maranhão uniu-se aos combatentes do corpo na viagem de volta a Província.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)